Dominique Chahine Gallo

Gestão territorial e dos recursos naturais na praia do Cambury, Ubatuba, SP.

Dissertação apresentada ao Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências, Programa de Oceanografia, área de Oceanografia Biológica.

Orientador: Prof. Dr. Denis Moledo de Souza Abessa

São Paulo

2014

Universidade de São Paulo
Instituto Oceanográfico

VERSÃO CORRIGIDA

Gestão territorial e dos recursos naturais na praia do Cambury, Ubatuba, SP.

Dominique Chahine Gallo

Dissertação apresentada ao Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências, Programa de Oceanografia, área de Oceanografia Biológica.

Julgada em ____/____/____ por:

Prof(a). Dr(a). Denis Moledo de Souza Abessa

Conceito

Prof(a). Dr(a). Sonia Maria Flores Giansella

Conceito

Prof(a). Dr(a). Davis Gruber Sansolo

Conceito

Sumário

1. Introdução.....	7
1.1.O debate interdisciplinar.....	12
1.2.Revisão Bibliográfica.....	18
2. Objetivos	20
2.1.Geral.....	20
2.2.Específicos.....	20
3. Área de Estudo.....	21
3.1. O Litoral Norte do Estado de São Paulo.....	21
3.2. Ubatuba.....	21
3.3. O bairro do Cambury.....	25
3. Metodologia.....	30
4.1. Procedimento Metodológico.....	30
4.1.1. Etapa Inicial- Familiarização com o território.....	30
4.1.2. Etapa Intermediária- Trabalho de Campo.....	31
4.1.3. Etapa Final- Análise dos Resultados.....	32
4.1.4. A Avaliação.....	34
4.2. Referenciais teóricos.....	34
4.2.1. Bruno Latour: fundamentos e teoria.....	34
4.3. A Sociologia da Tradução.....	35
4.3.2. Tradução: a construção das redes.....	35
4.4. Avaliação de Políticas Públicas.....	39
4.4.1. Impactos.....	39
4.4.2. Eficácia.....	40
4.4.3. Pertinência.....	40
4.5. Economias de Grandeza.....	40
4.6. Resiliência Sócio-Ecológica.....	43
5. Resultados.....	46
5.1. Linha do Tempo.....	46
5.2. Análise dos Períodos.....	46
5.2.1. Período I: da pré-história ao século XX.....	48
5.2.2. Período II: (1900- 1989).....	55

5.3.2. Período III- (1990 -2000).....	71
5.2.4. Período IV- (2001- 2007).....	77
5.2.4. Período V- (2007- 2014).....	94
5.3. Análise de Políticas Públicas.....	107
5.4. Rede Sócio-técnica.....	111
5.4.1 A (re) construção da rede.....	111
5.4.2. Análise da rede Sócio-técnica.....	113
5.5. Resiliência Sócio ecológica.....	124
6. Discussão	128
7. Considerações finais	137
8. Bibliografia	140
9. Anexos	151
10. Apêndices	222

Índice de Figuras

Figura 1. Localização do PESM.....	24
Figura 2. Bairro do Cambury- NPic- PESM, Ubatuba, SP.....	25
Figura 3. ZHCAn do Cambury.....	26
Figura 4. Mapa turístico do Cambury.....	28
Figura 5. Ciclo da tradução.....	36
Figura 6: Linha do Tempo.	46
Figura 7. Deslocamentos dos atores para os PPO.....	113
Figura 8. Controvérsia Local, Nacional e os Objetivos das traduções ocorridas na Rede Sócio-técnica do Cambury.....	117
Figuras 10.1. Feira Paulista de Assentamentos e Quilombos.....	223- 225
Figura 9. Bar do Badeco, Quilombo do Cambury.....	226
Figura 10. Quilombola consertando uma rede de pesca, Quilombo do Cambury.....	227
Figura 11. Quiosques e mesas na praia do Cambury.....	228
Figura 12. Rancho e embarcações de pesca no Cambury.....	229
Figura 13. Sr. Inglês.....	230
Figura 14. Edificações na praia.....	231
Figura 15. Horta no Quilombo.....	232
Figura 16. Rio Quilombo.....	233
Figura 17. Praia do Cambury (vista do canto Esquerdo).....	234
Figura 18. Desembarque de pescadores do Cambury.....	235
Figura 19. Ponte sobre o Rio Quilombo.....	236
Figura 20. Lagoa do Cambury.....	237
Figura 21. Edificação no Quilombo.....	238
Figura 22. Morador do Quilombo em sua residência.....	239
Figura 23. Sr. Roberto e Sr. Inglês.....	240

Lista de Quadros

Quadro 1 Economias de Grandeza.....	43
Quadro 2- Ator, lógica de ação e grandezas no período I.....	52
Quadro 3. Ator, lógica de ação e grandeza mobilizada no período II.....	66

Quadro 4. Ator social, lógica de ação e grandezas mobilizadas no período III.....	73
Quadro 5. Ator, lógica de ação e grandezas no período IV.....	91
Quadro 6. Ator, lógica de ação e grandezas mobilizadas no período V.....	105
Quadro 7. Avaliação de Políticas Públicas.....	109

Agradecimentos

Ao CNPq pela concessão de bolsa de estudos, fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa.

Ao meu orientador Denis Abessa pela maestria e todo aprendizado passado com dedicação à causa ambiental.

Ao Prof. Newton José Rodrigues da Silva, da CAATI-SP, pelas valiosas contribuições.

Aos gentis entrevistados, que passaram seu conhecimento com solicitude.

Aos funcionários e docentes, em especial Dra. Ceci Pereira de Sousa e Dr. Alexander Turra, do IOUSP, pelo apoio nas questões administrativas e técnicas.

Ao funcionário do NPic-PESM, Sr. Roberto, que conseguiu enxergar além do que os olhos podem ver.

Ao Sr. Alcides, guerreiro do bem nesse mundão caótico.

Ao Sr. Genésio, por ter podido pelas mãos de Deus – em suas palavras – voltar a contar todas suas histórias pra toda gente.

À minha família, em especial a minha mãe.

E todos àqueles que trabalham pelo equilíbrio socioambiental.

RESUMO

A criação de Unidades de Conservação pode ser considerada como uma das principais formas de se buscar a conservação da biodiversidade. A legislação brasileira institui dois grupos principais de unidades de conservação (UC): Proteção Integral e Uso Sustentável. Os Parques Nacionais e Estaduais fazem parte do primeiro grupo, no qual a presença de moradores no interior de Parques é proibida, embora a maioria das UC dessa categoria situadas no Bioma Mata Atlântica contava com ocupações anteriores à sua definição. De acordo com a legislação federal, os Parques devem ser de posse e domínio públicos, ou seja, as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas. Populações específicas, culturalmente diferenciadas, e que possuem formas próprias de organização social, como os caiçaras e remanescentes de quilombos, entram neste cenário de maneira especial. Tais grupos ocupam e utilizam territórios e recursos naturais tradicionalmente, além de possuírem cultura, dinâmica social e formas de gestão do ambiente diferenciadas. Sendo assim, passa a ser necessário compreender como se dá a permanência dessas populações dentro das UC de proteção integral, enquanto ocorre a definição do futuro de tais comunidades. A partir das ações do poder público, pressupondo a existência de relação de causalidade para a emergência das controvérsias no território, analisamos os conflitos de uso do território e dos recursos naturais no bairro do Cambury, inserido dentro do Parque Estadual da Serra do Mar e do Parque Nacional da Serra da Bocaina. A apreensão das “lógicas de ação” dos atores e a investigação dos processos que os põem em relação, formando “redes sócio-técnicas”, fundamentaram-se, respectivamente, em referenciais teóricos como as “Economias de Grandeza” e a “Sociologia da Inovação”. Além disso, foi usado o conceito de resiliência sócio-ecológica de maneira a complementar a análise. Foi realizada uma avaliação *ex-post* das ações do poder público, baseada na metodologia contida no “Petit guide de l’évaluation des politiques publiques”, desenvolvido pelo “Conseil Scientifique de L’Evaluation” na França. Os resultados das análises quantitativas e qualitativas foram cruzados para a elaboração de um quadro temporal compreendendo os períodos a serem determinados, suas respectivas características, eventos marcantes, atuação dos atores-chave, atribuindo-lhes os fatores causais, como auxílio à compreensão da evolução organizacional da área de estudo. Os resultados primeiramente indicam a emergência de conflitos, provocados pelo poder público, e que inicialmente trouxeram desestabilização dos modos de vida tradicionais e inseriram outros atores no território, cujas lógicas de ação eram bastante distintas daquelas exibidas pelos moradores tradicionais. A gestão do território se deu de forma truncada, ora ocorrendo de forma impositiva, ora sendo feita a partir de acordos e negociações. A evolução organizacional da área de estudo aponta que o processo de definição do território tradicional vem se desenvolvendo por um longo tempo. A construção da Rodovia e a criação do PESM provocaram inúmeras modificações sobre o sistema social, econômico e político do lugar, e a formação do Quilombo e do PUT contribuíram para a mitigação dos conflitos e a construção de uma nova coletividade. As análises demonstram que as políticas participativas (Criação do Quilombo; e estabelecimento do Plano de Uso Tradicional) foram mais eficazes e pertinentes do que aquelas consideradas como “verticais descendentes”, nas quais os sujeitos sociais foram pouco ou nada consultados (como por exemplo, a implantação da Rodovia BR-101 e a criação dos parques no local, especialmente o Parque Estadual da Serra do Mar). Apesar de todas as dificuldades relatadas pelos atores entrevistados, em alguns momentos observados eles foram capazes de se organizar e convergir para cenas de concertação, a partir das traduções ocorridas dentro das redes sócio-técnicas. Isso significa que quanto mais eles conseguiram se organizar e dialogar, tanto mais eles avançaram na construção de acordos rumo à estabilização dos conflitos e a uma gestão integrada do território, de modo a buscar melhor qualidade de vida para os moradores, conciliada com a conservação do ambiente e dos aspectos culturais.

Palavras-chave: Unidade de Conservação, Populações Tradicionais; Gestão Ambiental; Recursos Naturais; Políticas Ambientais.

ABSTRACT

The establishment of protected areas (PAs) has been considered one of the main tools to achieve the conservation of biodiversity. The Brazilian legislation establishes two main groups of PAs: Whole Protection and Sustainable Use. The National and State Parks take part of the first group, in which the presence of inhabitants inside the PA is forbidden; however, this statement did not consider the fact that most of whole protection PAs situated within the Atlantic Rainforest Biome presented some kind of occupation in the date they were created. According to the federal legislation, Parks must be of public domain (e.g., private properties included within the PA domains must be expropriated and people relocated to other places). Specific populations, culturally differentiated, which have their own forms of social organization, as the “caiçaras” and the remaining inhabitants from the Quilombos, have a very unique participation in this scenario. Such groups occupy and use the land and the natural resources in a traditional way, presenting differentiated cultures, social dynamics and forms of managing the environment. Thus, it is necessary to comprehend how these populations remain within whole protection PAs, while their future is defined. Considering the actions from the Public Power and the existence of a causality relationship to the emergence of controversies in this territory, we analyzed the conflicts of use of land and natural resources in the Cambury district, which is inserted within the Serra do Mar State Park and the Serra da Bocaina National Park. The comprehension of the rationale of action of the actors and the investigation of the processes that put the actors in relationship, forming sociotechnical nets, were based on some theoretical referentials, as the “Greatness Economies” and the Innovation Sociology. Moreover, we used the concept of Socioecological Resilience, in order to complement the analysis. The actions emanated by the public power were also evaluated by the approach proposed in the “Petit guide de l’évaluation des politiques publiques”, which was developed by the “Conseil Scientifique de L’Evaluation” of France. The results of the quantitative and qualitative analyzes were integrated to the elaboration of a temporal framework containing the relevant periods, with their main characteristics, remarkable events, role of key actors, attributing the causal factors to such elements, in order to search a comprehension of the organizational evolution of the study area. The results firstly indicated that the emergence of conflicts was mainly caused by the public power, which brought destabilization to the traditional ways of life and inserted new actors into the territory, which rationales of action were quite distinct from those exhibited by the traditional population. The land management occurred in a truncated way, sometimes by an imposing form, and sometimes being made from agreements and negotiation. The organizational evolution of the study area has been developing from a long time. The inauguration of a federal highway (BR-101) and the creation of the PAs caused several modifications in the social, economic and political local systems, whereas the definition of the Quilombo and the establishment of the Traditional Use Plan contributed to mitigate the conflicts and to the construction of a new collectivity. The analyzes showed that the participative policies (Quilombo Creation; establishment of the Traditional Use Plan) were more effective and pertinent than those considered as “vertical descending”, in which the social subjects were low listened or even ignored (for example, the implementation of the BR-101 and the establishment of the State and National parks, especially the Serra do Mar State Park). Despite all difficulties that were reported by the interviewees, we found that in some moments they were capable of organizing themselves and converge to “concertation” scenes, from translations occurred within the sociotechnical net. The more the actors could get together, organized and dialogue, the more they advanced towards the construction of agreements to pacify the conflicts and effectively could make an integrated management in the area, in order to search better quality of life to the inhabitants, conciliated to the conservation of the environment and cultural aspects.

Key words: Protected Area; Traditional Populations; Environmental Management, Natural Resources, Environmental Policies.

1. INTRODUÇÃO

A criação de unidades de conservação pode ser considerada como a principal ação do governo objetivando a conservação da biodiversidade. A apropriação do território em forma de áreas especiais protegidas é uma prática observada desde as sociedades mais tradicionais, muitas vezes prevalecendo um sentido mítico-religioso sobre os recursos naturais, e às vezes relacionado à prática de esportes de caça por parte da realeza e da aristocracia rural. Os parques públicos começaram a surgir no século XIX nos Estados Unidos, caracterizando também o início de uma fase em que o Estado passa a ser o maior responsável no processo de implantação e gestão territorial das unidades de conservação da natureza, visando o benefício público. Logo, passa a ser um grande agente interventor da organização territorial de áreas protegidas, planejando e regulando as atividades em seu interior (Lopes *et al.*, 2011). O primeiro Parque Nacional a ser instituído oficialmente no mundo foi o de Yellowstone, em 1872, o qual representa um marco histórico do modelo americano de unidades de conservação da natureza, fundamentando-se na valorização de espaços naturais intocados, a salvo da ação predatória das atividades humanas (Diegues, 1994).

Pouco mais de meio século depois de Yellowstone, após diversos debates acerca da proteção dos recursos naturais brasileiros e algumas pequenas medidas visando à conservação, foi a vez de o Brasil institucionalizar suas próprias áreas protegidas, criando o primeiro Parque Nacional brasileiro (P.N. Itatiaia), no Estado do Rio de Janeiro. A partir daí, evoluíram diferentes tipologias de áreas protegidas, culminando com a promulgação, em 18 de Julho de 2000, da Lei 9.985, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação ou SNUC (BRASIL, 2000). Ela estabelece diferentes categorias de manejo para áreas denominadas de Unidades de Conservação ou UC, as quais, por sua vez, foram divididas em dois grupos: UC de Proteção Integral e de Uso Sustentável (Medeiros, 2005).

O objetivo básico das UC de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo proibida a coleta, o uso ou danos aos recursos naturais. É o grupo que inclui as categorias mais restritivas, permitindo apenas seu uso indireto como pesquisas científicas, educação ambiental e ecoturismo. São elas os Parques Estaduais e Nacionais, Estações Ecológicas, Reservas Biológicas, Monumentos Naturais e os Refúgios da Vida Silvestre. Já as UC de Uso Sustentável são destinadas a compatibilizar o uso humano de parcela dos recursos e a preservação ambiental. Os recursos podem ser utilizados desde que se garanta sua

perenidade e a manutenção dos processos ecológicos. São elas: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e a Reserva Particular do Patrimônio Natural.

De acordo com o SNUC, as UC de Proteção Integral devem ser de posse e domínio públicos, ou seja, as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, sendo garantida a permanência das populações somente até que os processos de desapropriação e indenização sejam concluídos (Brasil, 2000). Os Parques, Nacionais e Estaduais, têm como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade. Embora a legislação proíba a presença de moradores no interior de Parques, a maioria das UC dessa categoria situadas no Bioma Mata Atlântica contava com ocupações anteriores à sua definição, o que gerou conflitos institucionais, legais e fundiários (Ferreira, 2004).

Com aproximadamente 315.000 ha, sendo considerada a mais extensa UC do Estado de São Paulo, o Parque Estadual da Serra do Mar (PESM) é exemplo de conflitos relacionados à presença de habitantes. Criado pelo Decreto 10.251, em 1977 (São Paulo, 1977), o PESM tinha o objetivo específico de preservar os remanescentes de Mata Atlântica¹ e ecossistemas associados do Estado e os objetivos suplementares de fornecer à população uma grande área de lazer, educação ambiental e pesquisa científica (Brasil, 1977; IBAMA, 1989). Porém ainda hoje, após diversas desapropriações, o PESM conta com moradores em seu interior. A fim de facilitar a gestão desta vasta área, que se estende do litoral sul de São Paulo até o extremo norte do Estado, o PESM foi dividido em oito Núcleos sob a administração da Fundação Florestal (antes Instituto Florestal): Picinguaba, Santa Virgínia, Caraguatatuba, São Sebastião, Cunha, Curucutu, Itarirú e Itutinga-Pilões.

A área do PESM está inclusa na Zona Núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, fazendo parte também da área considerada Patrimônio da Humanidade pela UNESCO. A Mata Atlântica foi considerada pela “*Conservation International*” - importante

¹ Os remanescentes da mata atlântica no Brasil estão incluídos na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, a primeira reserva da biosfera criada no país, em 1992. Ela compreende a região Sul-Sudeste que inclui em sua área de 68.193 hectares, 25 áreas protegidas nos territórios dos Estados de São Paulo e Paraná, e a porção Norte, com 92.920,5 hectares, a qual abrange oito áreas protegidas entre os estados da Bahia e do Espírito Santo (Primack & Rodrigues, 2001).

entidade ambientalista de escala internacional - como um dos principais *hot spots* de biodiversidade do planeta, sendo uma das áreas mais criticamente ameaçadas na atualidade (Gallo Jr. *et al.*, s.d.). Neste contexto, a presença de populações humanas no interior das UC de uso restritivo representam dificuldades permanentes para sua gestão e manutenção (Arruda, 1999). Restrições de uso muitas vezes levaram as comunidades locais a abandonar as áreas sem que tivessem alternativas de trabalho e renda, ou mesmo condições para fixação digna em outras áreas, criando um quadro de marginalização social; em outros casos, populações locais que têm permanecido nas UC têm enfrentado restrições de uso dos recursos de propriedade comum², tendo suas necessidades apenas parcialmente atendidas e ocorrendo frequentemente atividades clandestinas (Fonseca *et al.*, 1990). Por outro lado, a presença de pessoas representa ameaças aos ecossistemas locais, uma vez que produz pressões e impactos sobre as espécies, tornando necessária uma série de acordos e regras visando a uma harmonização entre a conservação da natureza e as atividades antrópicas.

Populações específicas, culturalmente diferenciadas, e que possuem formas próprias de organização social, como os caiçaras e remanescentes de quilombos, entram neste cenário de maneira especial. Tais grupos ocupam e utilizam territórios e recursos naturais tradicionalmente, além de possuírem uma cultura, dinâmica social e vida religiosa ancestral e diferenciada, muitas vezes com alto valor histórico-cultural para preservação do ambiente. No estudo das sociedades tradicionais a noção de território é bastante influenciada por suas experiências de vida, pois a principal fonte de recursos provém da natureza. É o caso do reconhecimento de valores especiais ligados aos sítios geográficos no passado, acompanhados de medidas de proteção da fauna, da água pura, de plantas medicinais e de outras matérias-primas (Lopes, 2011). Seus territórios tornam-se assim, uma condição para a reprodução de sua cultura, seus valores e sua tradição.

Segundo Diegues (1994), nas culturas tradicionais não indígenas ou “camponesas” (caiçaras,³ ribeirinhos, pescadores artesanais, seringueiros, entre outros) observa-se existência de sistemas de manejo marcados pelos ciclos naturais e a exploração dentro da capacidade de recuperação ambiental, revelando um complexo conjunto de conhecimentos adquiridos por tradição, de mitos e simbologias que levam à manutenção e ao uso sustentado

² No regulamento dos parques estaduais paulistas, aprovado pelo Decreto 25.341 de 04/01/86, é proibido coletar qualquer produto ou espécime vegetal na mata (frutos, sementes, raízes, plantas, madeiras) e caçar, bem como fica proibido o plantio de qualquer espécie vegetal, principalmente exótica ao ecossistema, a prática de queimadas, criação de animais, a realização de quaisquer obras de construção civil e a existência de moradias.

³ A adoção de valores da cultura indígena e de origem africana pelo europeu resultou na miscigenação que viria dar lugar ao surgimento da cultura caiçara, habitantes do Litoral de São Paulo, sul do Rio de Janeiro e Paraná.

dos ecossistemas. Outro ponto que marca a especificidade dos povos e das comunidades tradicionais são as características do seu modo de produção, entendido como o seu meio de obtenção de capital. Defende-se que tais segmentos dispõem uma economia à mercê das relações sociais, enquanto que na sociedade capitalista ocidental as relações sociais é que estão subordinadas à economia. Neste sentido, a multiplicidade de funções que a terra apresenta a essas populações determina relações sócio-econômicas diferenciadas desenvolvidas através da historicidade peculiar de seus territórios.

O reconhecimento jurídico das “comunidades tradicionais”, como são denominados, foi reivindicado por diferentes movimentos sociais e inserido na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). Em junho de 2002, o governo brasileiro ratificou por meio do Decreto Legislativo nº 143, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e em sete de fevereiro de 2007, foi instituída pelo Decreto nº 6.040, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCT) (Brasil, 2007), tendo por objetivo específico promover o desenvolvimento sustentável destes povos, com ênfase em seu reconhecimento, fortalecimento e na garantia de seus direitos.

O Artigo 30 da PCT considera os povos e comunidades tradicionais como:

I(...) *“grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”*.

Sendo seus territórios:

II (...) *“os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os artigos 231 da Constituição de 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações”*.

No Estado de São Paulo, o Programa “Minha Terra” em 2002, promovido pela Fundação ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo), iniciou um processo de regularização fundiária em diversas áreas, incluindo o litoral norte (Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião e Ilhabela). Em casos de quilombos e populações caiçaras ocupando áreas de preservação ambiental, estão sendo necessários estudos minuciosos a fim de se atestar a tradicionalidade daqueles que reivindicam seu reconhecimento e a viabilização da

permanência no território, pretendendo-se assim garantir uma ocupação ambiental e socialmente amigável. Nestes cenários, metas sociais e ambientais, muitas vezes incoerentes entre si, devem ser atingidas, o que gera situações conflitantes entre os diferentes atores envolvidos. O planejamento governamental das últimas décadas voltado aos interesses setoriais (como da construção civil) que desconsiderou a complexidade dos atores e interesses presentes na zona costeira, como a abertura de rodovias no século XX permitindo o acesso a quase todos os territórios do Litoral Norte de São Paulo que antes se configuravam esparsos em pequenos núcleos, atraiu a especulação imobiliária. As pressões de urbanização, a presença das comunidades tradicionais e a necessidade da preservação de determinadas áreas, agravado pela ação autoritária e dificuldade histórica do Poder Público em mediar e resolver os conflitos agravou ainda mais este cenário.

Sendo assim, passa a ser necessário compreender como se dá a permanência de populações dentro das UC de uso indireto e como organizar suas atividades nesses territórios, inclusive enquanto ocorre a definição do futuro de tais comunidades. Com o SNUC, conflitos em UC envolvendo usos dos recursos naturais, ocupação humana, atividades turísticas e outros, iniciaram seu processo de contextualização, debate e tentativas de solução⁴ (Brasil, 2000). A gestão de UC implica na análise da forma de apropriação desses territórios e assim, entre os entraves mais difíceis de serem solucionados na administração dessas unidades encontra-se a questão fundiária, pois a maioria das pessoas não possui documentos que comprovem a posse legal dos terrenos onde vivem (Silva e Souza, 2009). De acordo com o Plano de Manejo do PESH (São Paulo, 2006), a pressão do mercado imobiliário sobre as áreas das praias e das planícies costeiras do litoral de São Paulo continua exercendo sua influência contra a população caiçara, que sofre a venda de suas terras, e que tem levado a um retalhamento físico e cultural cada vez maior. A miscigenação que tem ocorrido entre caiçaras e turistas ao longo dessas décadas aparentemente alterou o código de valores das comunidades presentes no interior do PESH e suas aspirações sociais e econômicas. Principalmente os mais jovens procuram hoje atividades ligadas ao turismo, o que é agravado pela escassez de peixe e dificuldades no manejo da terra, recursos que uma vez foram primordiais para a subsistência do caiçara. Medeiros (2004) aponta que conflitos surgem em virtude de um processo conduzido de

⁴ A partir da necessidade de regulamentação das Unidades de Conservação quanto ao seu procedimento jurídico, o SNUC estabeleceu critérios e normas para a criação e gestão das UC fornecendo instrumentos e importantes inovações para a participação da sociedade na sua criação, implantação e gestão (Sanson, 2001)

forma pouco negociada pelo Estado junto aos diferentes segmentos regionais, sem estratégias de integração entre o espaço protegido e o contexto local. A efetividade das propostas de gestão de UC parece estar diretamente relacionada à participação da sociedade e os conflitos denunciam a importância de uma gestão compartilhada dos recursos naturais (Brasil, 2004).

1.1. O debate interdisciplinar: história, sociedade e ambiente.

Segundo o geógrafo Antônio Carlos Robert de Moraes (*no prelo*), no que tange aos fenômenos sociais, a História pode explicar tudo: a partir da “historização” dos espaços, se tem a particularização dos fenômenos, que por sua vez, são determinados por suas relações e mediações, levando a uma explicação dos fatos. Nas palavras deste autor, conceitos universais tornam-se singulares. A definição de um local, entendido como uma unidade territorial permite-nos realizar uma espacialização dos fenômenos: clima, relevo, posição, estrutura fundiária, atributos ecológicos, entre outros aspectos, contribuíram para a contínua transformação da economia, política e cultura das sociedades que com o lugar interagiram.

Para Santos (1999), quando nos deparamos com a crise ambiental, na realidade estamos vivendo uma crise nos processos de regulação social, uma vez que a modernidade não contribuiu para a construção de um processo diferenciado de desenvolvimento para as regiões. Ao invés disso, na busca de maior produtividade, colaborou-se para que se aprofundassem os desajustes nos mais diferentes níveis (sociais, culturais, políticos e ambientais) e estes já aparecem como irreversíveis em muitos locais do planeta. Através dos conceitos filosóficos de “Ethos” (de Max Weber) e “Epistem é” (de Michel Foucault), nos quais estes pensadores nos mostram que o modo de pensar de uma sociedade é fruto do conhecimento alcançado em sua própria época, ou seja, fruto do seu fundo cultural, nos torna clara a ideia de que não é a sociedade, e sim, a cultura que determina o indivíduo. Deste modo, fica presente a noção de “sujeito histórico” ou de um “organismo social”, o qual por sua vez, é resultado de lutas ideológicas (a partir de diferentes concepções de mundo), onde é hegemônico aquele segmento social que consegue exercer o poder sobre os demais, a partir de sua historicidade, vocação ou pela própria legislação.

Segundo Bobbio (1982) baseado em Gramsci, a interação social se constitui em um conjunto de diferentes modos de integração de uma comunidade, provocando seu reflexo na estrutura da sociedade. Ela é resultado do contato entre os mais diferentes indivíduos/cidadãos que compõem a sociedade. Para Gramsci, o Estado é igual à Sociedade

Civil somada à Sociedade Política em uma relação dialética de identificação e identidade⁵. Portanto o conceito de Estado deve resultar da composição de elementos políticos e sociais; da força das instituições e da liberdade dos organismos privados; das inter-relações entre estrutura e superestrutura; e da compenetração do aparelho estatal com a sociedade civil organizada. A sociedade deve ser vista como “um organismo vivente” de fato, formando-se por intervenções múltiplas que se unificam não só pelo consenso, mas também pelo atrito dos indivíduos que o compõe. Em uma sociedade desorganizada e sem poder de reivindicar, o Estado, mesmo que legítimo pelo voto direto, se sente no direito de fazer o que bem entender. Assim as organizações da sociedade civil são os instrumentos da busca de construção de direitos, da cidadania e do equilíbrio da vida social.

O conceito Lukacsiano de uma visão totalizadora do movimento histórico das sociedades é um exemplo de um olhar sobre a história da utilização dos recursos naturais, dado que há evidências de que não há um percurso único para a compreensão dos processos sociais e diferentes abordagens contribuem para o tema desta pesquisa. A formação das comunidades tradicionais litorâneas caiçaras, por exemplo, só pode ser entendida considerando-se os aspectos geopolíticos da ocupação, principalmente quanto aos ciclos econômicos ocorridos na região sul e sudeste do Brasil. As terras férteis das baixadas e a facilidade estratégica para o escoamento dos produtos agrícolas para o exterior, levaram à formação de povoados com pequenos núcleos ao seu redor. Muitas vezes, esses pequenos núcleos estabeleciam pouca comunicação entre si ou com o exterior. Assim, estas comunidades locais desenvolveram uma agricultura de subsistência, que servia também como apoio aos grandes engenhos (Mussolini, 1980).

Sendo assim, o modo com que se apresentam as características de um dado território é o produto de vários processos conduzidos pela atuação de diferentes atores sociais e suas relações dinâmicas no tempo. Com isso, a investigação desses processos e de suas transformações em territórios de alta relevância sócio-ecológica (Berkes & Folke, 1998), como o Litoral Norte de São Paulo, apresenta-se como uma ferramenta essencial para que a gestão do próprio território e de seus recursos alcance objetivos compatíveis com a equidade social e com a conservação ambiental.

⁵ Sociedade Civil e Sociedade Política são duas esferas que compõe a superestrutura da Sociedade, distintas e relativamente autônomas, mas inseparáveis na prática. A primeira compreende organismos “privados” e voluntários, como os partidos políticos, as diversas organizações sociais, os meios de comunicação, as escolas, as igrejas, as empresas, etc; a segunda compreende as instituições públicas como o governo, a burocracia, as forças armadas, o sistema judiciário, o tesouro público, etc. Na realidade, porém, essas duas esferas estão intimamente unidas, uma vez que a articulação de consenso e coerção garante a supremacia de um grupo sobre toda a sociedade e a verdadeira estruturação do poder (Bobbio, 1982).

“A crise ambiental não é crise ecológica, mas crise da razão. Os problemas ambientais são, fundamentalmente, problemas do conhecimento. Daí podem ser derivadas fortes implicações para toda e qualquer política ambiental – que deve passar por uma política do conhecimento – e também para a educação” (Leff, 2001).

O conceito de território, por sua vez, é polissêmico, assumindo vários significados a partir dos recortes dados pelas diversas áreas das ciências (Lopes *et al.*, 2011). Em diversas análises, ele é concebido como um espaço delimitado pelo uso de fronteiras – não necessariamente visíveis nem estáticas – e que se consolida a partir de uma expressão e imposição de poder, sendo múltiplas as escalas nas quais podem se manifestar.

O território é definido pelo geógrafo Milton Santos (Santos, 2000 *apud* Correia, 2006) como:

“[...] chão da população, isto é, sua identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais influi” (SANTOS, 2000, p.96).

Haesbaert (2007) *apud* Lopes (2011) apresenta uma síntese das várias noções de território agrupando-as em quatro vertentes básicas: política ou jurídico-política; cultural ou simbólico-cultural; econômica; e natural. A dimensão jurídico-política diz respeito às relações espaço-poder institucionalizadas. Neste caso, o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder que, na maioria das vezes, mas não exclusivamente, é relacionado ao poder político do Estado. A vertente cultural ou simbólico-cultural ressalta a concepção de território como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido. Na vertente econômica, o território é tido como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho. Na perspectiva “natural”, a noção de território tem como base as relações entre sociedade e natureza, especialmente no que se refere ao comportamento “natural” dos homens em relação ao seu ambiente físico. Assim, se o pesquisador trabalha com categorias do materialismo dialético, ele poderá defender uma posição de território que privilegia a sua dimensão material, econômica, contextualizada historicamente, definindo-se a partir de relações sociais, ou seja, tem um sentido relacional.

Deste modo e como diversos autores em diferentes áreas de pesquisa acerca do conceito, entendemos aqui o território como uma extensão espacial apropriada e não apenas um espaço geográfico, sendo o suporte para as atividades humanas e ao mesmo tempo,

influenciado por elas. Segundo Müller e Queiroz (2012), sendo mais do que um lugar fixo ou uma superfície localizada geograficamente, ele inclui um espaço de poder, não só político, mas também onde as subjetividades são construídas, onde as diversas formações sociais e culturais se configuram, constroem-se, e se reconstroem cotidianamente. É, portanto, a partir desta compreensão que o estudo sobre o território requer uma maior interlocução entre diferentes áreas de pesquisa, haja vista a multidisciplinaridade contemplada, que nos permite observar o tema sob as várias perspectivas (Muller, s.d.).

No debate sobre o desenvolvimento sustentável é cada vez mais relevante a noção de gestão integrada dos recursos naturais. Por meio dela é possível antever e prevenir os problemas ambientais, regular as relações entre os sistemas socioculturais e o meio ambiente biofísico e garantir a renovação ou a preservação dos recursos, aparecendo como um modo de conciliar preservação e desenvolvimento. Como um elemento decisivo na gestão dos recursos naturais aparece o ordenamento territorial, entendido como “a busca de um equilíbrio entre os equipamentos habitacionais e de produção, e a distribuição fundamental da população” (Benatti, 2004). O conceito de Ordenamento do território também não é unânime entre os pesquisadores, se encontrando em constante evolução e transformação. Segundo a Carta Europeia de Ordenação do Território, o ordenamento deve considerar a existência dos múltiplos poderes de decisão, procurando conciliar estes fatores da forma mais harmoniosa possível:

“O Ordenamento Territorial é a tradução espacial das políticas econômica, social, cultural e ecológica da sociedade. [...] deve ter em consideração a existência de múltiplos poderes de decisão, individuais e institucionais que influenciam a organização do espaço, o caráter aleatório de todo o estudo prospectivo, os constrangimentos do mercado, as particularidades dos sistemas administrativos, a diversidade das condições socioeconômicas e ambientais”. (Conselho da Europa, 1988, p.9-10).

Nos ambientes costeiros, são diversos os impactos ambientais resultantes das pressões antrópicas: a perda da integridade dos sistemas e sua resiliência, incremento de patologias de origem aquática, erosão e progradação do litoral, além do comprometimento do potencial de geração de bens e serviços proporcionados pelos ecossistemas, tais como perda do potencial recreativo e pesqueiro, entre outros (Nicolodi *et al.*, 2009). Segundo Benatti (2004), instrumentos de gestão do território e seus recursos podem auxiliar na tomada de decisões sobre esses e outros conflitos, proporcionando a melhoria da qualidade

de vida de suas populações, o desenvolvimento socioeconômico equilibrado das regiões, a gestão responsável e participativa dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente. Os principais desafios do ordenamento territorial são colocados por Bennati:

a) o desconhecimento por parte das agências públicas e da sociedade das atribuições do zoneamento sobre a importância e as vantagens de se realizar um ordenamento democrático, que garanta a participação de todos os interessados na sua elaboração, implantação e monitoramento;

b) a ausência de um conhecimento sistematizado sobre a atuação concreta das agências envolvidas e sobre as formas de descentralização adotadas nas áreas de suas atuações;

c) a desarticulação e a incoerência na legislação que afeta direta ou indiretamente o ordenamento territorial, além das dificuldades para aplicar a legislação devido à diversidade de agências públicas com atribuições na matéria;

d) o baixo nível de participação das populações envolvidas no processo de ordenamento territorial.

Para esse autor, uma ação no ordenamento territorial tem êxito à medida que se considerem quatro elementos importantes:

- Elementos jurídicos (normativos): Trata-se da base de regulação das ações dos diversos atores que fazem uso dos recursos naturais e do território de uma determinada área e/ou região. A regulação dessas ações e das relações entre esses atores é crucial para fundamentar o zoneamento.

- Elementos técnicos (indicativos): São muitas as possibilidades de se construir elementos técnicos que ensejarão uma série de ferramentas e de informações que, por sua vez, servirão de base para a tomada de decisões dos diferentes atores envolvidos no processo de ordenamento.

- Elementos sociais (participativos): Trata-se de um elemento fundamental ao ordenamento, pois sem a participação dos distintos atores sociais que “fazem” o ordenamento no dia-a-dia, este nunca poderá concretizar-se.

- Elementos políticos (institucionais): Para conseguir um ordenamento territorial, é necessário construir uma decisão política. Mais ainda, deve-se incorporar ao processo de descentralização uma visão estratégica de definição de competências de âmbito nacional, regional e local.

O conceito de desenvolvimento sustentável é bastante recente, tendo surgido na década de 1970, nos relatórios da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) e sendo posteriormente popularizado pelo chamado Relatório *Brundtland* (“Nosso Futuro Comum”) de 1987. No período republicano, especialmente ao longo dos anos 1930, as políticas se caracterizavam pela administração setorializada dos recursos naturais (florestas, águas, pesca, terras), prevalecendo a postura preservacionista de caráter biocêntrico, onde o governo não dispunha de força política, muito menos administrativa e financeira, para exercer suas funções. Esse desenho se repetiu ao longo das décadas subsequentes até os anos 1980. Novo desenho político foi formulado com a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), mas não se estruturou plenamente devido às dificuldades inerentes à complexidade das articulações políticas entre os múltiplos setores do próprio Estado e da sociedade, em geral. Aumentaram as ações fiscalizatórias associadas com o ideal preservacionista tradicional, mas a falta de transversalidade das ações entre os setores de governo ainda prevalecem (Medeiros, 2004).

1.2. Revisão Bibliográfica

A dissertação aqui apresentada analisa o processo de atendimento aos objetivos sociais e ambientais propostos através dos diferentes setores atuantes e os fatores que determinaram a conformação atual do território do Cambury - Ubatuba, localizado no Litoral Norte de São Paulo. Os trabalhos realizados em nossa área de estudo foram principalmente aqueles de cunho antropológico e geográfico, onde se destacam os trabalhos de Silva (2004), enfocando a questão agrária no bairro do Cambury território por eles ocupado dentro do PESM, modos de vida e problemas fundiários. Merlo (2005) sintetiza suas pesquisas antropológicas com caiçaras do litoral norte de São Paulo em belo livro com capítulo dedicado à memória de antigos moradores do Cambury. Marcílio (2006) também contribui com o tema em livro tratando de um estudo da demografia social e da história dos caiçaras na cidade de Ubatuba. Furlan (2006) discute o assunto problematizando o conceito de territorialidade e territorialização na visão geográfica e o uso dos recursos como noções importantes para entendimento da permanência e transformação da cultura e práticas sociais em diferentes povos que se utilizam das Florestas Úmidas na América do Sul.

Vianna (2008) tratou diretamente do dilema da presença de populações tradicionais em Unidades de Conservação, levantando um histórico da definição do conceito de população tradicional e sua relação com a conservação da natureza na visão da antropologia social, com foco nos conflitos gerados com a aplicação do poder público em Unidades de Conservação. Com caráter de síntese, é bastante elucidativo o próprio Relatório Técnico-Científico do Cambury (Fitesp, 2002) que pretendeu avaliar as condições para reconhecimento do Remanescente de Quilombo no bairro em questão e ainda o Plano de Manejo do NPic (Ekos, 2005), constituindo importante documento a ser utilizado como base para o estudo que realizamos.

Simões (2010), antiga gestora do PESM-NPic, investigou em tese de doutorado os processos decisórios relacionados à gestão da presença de populações no interior do Núcleo Picinguaba, com enfoque nas restrições ao uso e acesso aos recursos naturais e verificou as Situações de Ação ocorridas entre 2001 e 2009 consideradas mais significativas, do ponto de vista do jogo de interações criado a partir do posicionamento dos atores governamentais e dos residentes da UC. A autora concluiu que a manutenção de populações, mesmo em UC sob o regime de Proteção Integral (em Zonas de manejo especial, denominadas Histórico-Culturais Antropológicas), não impede e pode contribuir com a integridade da biodiversidade, quando estas são incluídas no processo decisório por meio de mecanismos

participativos, integradores e reconhecidos como legítimos. Esses mecanismos foram construídos no âmbito do Conselho Consultivo e fundamentados na formulação de pactos de ordenamento territorial e acordos de uso dos recursos naturais. Simões pontua que os pactos puderam ser concluídos e obtiveram maior êxito conforme a disposição que os atores apresentaram em negociar, as relações de confiança estabelecidas entre eles e os argumentos que agregaram motivações. A autora diz ainda que a dinâmica observada implica aceitar que os conflitos, em especial de uso de territórios e recursos naturais não são solucionáveis, e sim, geradores de possibilidades potenciais de negociação, diretamente relacionados à capacidade de governança instalada na localidade. Deste modo, a compreensão das situações de conflito, do envolvimento dos atores e de seus respectivos desempenhos na evolução dos processos de acordo entre as partes, torna-se importante ferramenta a gerar subsídios para a adequação das normas atuais e para a geração de futuros projetos de gestão socioambiental nas regiões.

2. OBJETIVOS

2.1 Geral

O objetivo desta dissertação foi analisar, através de uma abordagem histórica, os processos relacionados à gestão territorial e dos recursos naturais do Bairro do Cambury, em Ubatuba- SP, o qual está localizado dentro de duas Unidades de Conservação Integral: o Parque Estadual da Serra do Mar (PESM) e em parte, o Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB) considerando as visões dos diferentes setores atuantes nesse território.

2.2 Específicos

- (1) Analisar de que modo as ações governamentais direcionadas para a conservação ambiental influenciaram a gestão territorial do bairro do Cambury no Parque Estadual da Serra do Mar- Núcleo Picinguaba- Ubatuba;
- (2) Compreender o processo histórico de inserção do poder público na gestão do território, bem como as lógicas de ação dos atores envolvidos;
- (3) Identificar as controvérsias geradas e o resultado das negociações entre os atores envolvidos na gestão;
- (4) Verificar a estabilidade da rede de atores do bairro do Cambury;
- (5) Identificar as características das cenas de concertação do território;
- (6) Aferir a resiliência do sistema sócio ecológico.

3. ÁREA DE ESTUDO

3.1 O Litoral Norte do Estado de São Paulo

A Zona Costeira brasileira, unidade territorial hoje delimitada para fins de gestão em razão de sua importância estratégica, beleza paisagística, história de ocupação, importância ecológica e uma série de outros atributos, foi considerada através do artigo 225, § 4º, da Constituição Federal Brasileira de 1988 um espaço único e, portanto, deve ter seu ordenamento territorial. Ambientes costeiros já eram habitados por populações indígenas e foram os primeiros a serem ocupados por nossos colonizadores, de onde se originaram as primeiras vilas, e que comportam as maiores densidades demográficas ainda nos dias de hoje. Desde a colonização pelos europeus, as regiões costeiras abrangem áreas portuárias, fundamentais no processo econômico vigente desde então, baseado em importações e exportações, e ponto de partida de pessoas e produtos para as áreas interioranas. São ambientes instáveis que portam frágeis e importantes ecossistemas como praias e manguezais, e sendo assim, encontram-se sob o regime especial de proteção (Lei Federal nº 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro) (Brasil, 1988).

A região do Estado de São Paulo denominada Litoral Norte abrange os municípios de Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião e Ilhabela. Esta zona é controlada por massas de ar tropicais e equatoriais e a proximidade com a Serra do Mar provoca alta pluviosidade (efeito orográfico) na costa, mesmo no inverno. À exceção de Caraguatatuba, as demais planícies costeiras deste litoral são pouco desenvolvidas e encaixadas em pequenos anfiteatros, variando continuamente de tamanho. Da Baixada Santista até o Litoral Norte, a Serra do Mar se aproxima da linha de costa e, por isso, as planícies costeiras e as bacias de drenagem vão ficando cada vez mais restritas e a linha de costa recortada, formando enseadas e baías (Souza, 2012). Tal área está atingindo seus limites de capacidade urbana, pois a infraestrutura viária, de saneamento e serviços públicos em geral, é insuficiente e entra em colapso no verão, devido ao enorme contingente de turistas (São Paulo, 2006).

3.2. Ubatuba

O município de Ubatuba possui uma área de 682 Km² contendo 11 bacias hidrográficas (Gallo Jr. et al, s.d.). Ubatuba é formada por planícies costeiras estreitas, com predominância de depósitos marinhos holocênicos atrás dos quais se desenvolveram paleolagunas holocênicas isoladas, ambos cortados por estreitas planícies fluviais. Ocorrem

diversos ambientes nesse município, tais como a Vegetação de Praias, Escrube, Floresta Baixa de Restinga, Brejo de Restinga, Floresta Paludosa, Floresta Alta de Restinga e Floresta de Transição Restinga-Encosta. A Vegetação de Praias e o Escrube são restritos a poucas áreas; em geral, a Floresta Paludosa ocorre associada a áreas que sofreram intervenções antrópicas, principalmente ao longo da rodovia BR-101 que corta o município. O atual estado de conservação da natureza na cidade de Ubatuba - considerando índices de supressão vegetal, grau de alteração e conservação de mata nativa - é o melhor do Litoral Norte, ainda que se encontre em ameaça pelo crescimento demográfico da região como um todo (Souza & Luna, 2008).

Localizado a 230 km da capital paulista, Ubatuba começou a aparecer como “Aldeia de Iperoig” nos relatórios do missionário José de Anchieta, nos quais ele contava sobre os conflitos territoriais existentes entre os índios tupinambás, primeiros habitantes da região, e os portugueses e franceses (Castro & Bruna, 2012). Ubatuba caracteriza-se por um ecossistema extremamente produtivo, no que tange os recursos naturais existentes na região. A potencialidade para inúmeras atividades humanas e a limitação de espaço causam conflitos em relação ao uso e ocupação do solo, principalmente nos dias de hoje quando objetiva-se preservar o que resta da Mata Atlântica no Brasil (Castro & Bruna, 2012).

Diferente da Baixada Santista que teve uma ocupação mais antiga, o Litoral Norte de SP teve uma ocupação mais contida, com menor acessibilidade até os anos 1980 e com a melhoria das estradas, a ocupação se intensificou. O município de Ubatuba hoje é um importante destino turístico do Estado de São Paulo e possui fortes restrições (físicas e jurídicas) quanto à ocupação urbana. Mais da metade de seu território (cerca de 80%) encontra-se dentro da área protegida do PESM e a zona urbana em seu entorno vem crescendo, muitas vezes desordenadamente, principalmente a partir de 1960 (Panizza, 2005). Esta autora identificou que a ocupação beira-mar está majoritariamente relacionada à população temporária e turística, sendo que nos últimos anos a cidade de Ubatuba apresentou um aumento de residências secundárias em relação ao total dos domicílios – no ano 2000 a cidade apresentava mais da metade dos seus domicílios dentro dessa categoria.

Ubatuba, portanto, encontra-se em uma região na qual a função turística e de preservação do meio natural coexistem. Estas funções distintas representam objetivos opostos e desta oposição se originam situações conflituosas (Panizza *et al.*, 2005). Nas praias ao norte do núcleo urbano, a ocupação é residencial de padrão médio a alto, unifamiliar de 2ª residência, junto a núcleos de comércio e serviços. Esse padrão se estende

pelo município, mudando a partir do centro urbano em direção ao Rio de Janeiro, onde passa a ter uma ocupação mais rarefeita, com existência de alguns núcleos caíçaras e predominância de Área Natural Tombada e do PESH (Miranda, 2010). Os limites do PESH foram alterados pelo Decreto 13.313, em 1979, devido à incorporação da área de 8.000 hectares localizada na região de Ubatuba, que passou a ser denominado Núcleo Picinguaba (NPic) e se tornou uma das porções do PESH mais expostas às pressões da ocupação humana. Neste trecho, a planície litorânea é bastante estreita, apresentando áreas de intensa ocupação, especulação e valorização imobiliária, principalmente ao longo da BR-101 e nas proximidades dos acessos ao Planalto (Rodovia dos Tamoios – SP-099 e Rodovia Osvaldo Cruz – SP-125). A pressão urbana sobre os ecossistemas da Mata Atlântica e, conseqüentemente, sobre os limites do Parque é constante e crescente e poucos são os projetos para atender às necessidades de habitação na região (IBAMA, 2005).

O Município de Ubatuba surge então como uma região extremamente suscetível aos conflitos de competência entre os entes federativos. São exemplos das políticas que incidem sobre o território em questão: o Parque Estadual da Serra do Mar (Figura 1); o Decreto que declara a Serra do Mar Área de Proteção Ambiental (APA); a Resolução nº 40/85, da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT) que criou o tombamento da Serra do Mar e Paranapiacaba; os Planos Nacional e Estadual de Gerenciamento Costeiro (com seus instrumentos, como o zoneamento ecológico-econômico - ZEE), entre outros. Verifica-se, portanto, inúmeros órgãos públicos, estaduais e federais, envolvidos no controle e fiscalização da ocupação do solo em Ubatuba, tais como o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Instituto Florestal (IF), além do controle por parte da Prefeitura, que deve verificar se a ocupação e o uso do solo estão de acordo com o Plano Diretor de Ubatuba (Lei Municipal nº 711, de 14/02/1984). A existência de tantos órgãos competentes ainda não inibiu e nem disciplinou, de forma significativa, a ocupação do solo na região que, como na maioria dos municípios do litoral paulista, vem se consolidando desordenada e, muitas vezes, ilegalmente (Castro & Bruna, 2012).

Figura 1. Localização do PASM. Retirado do Plano de Manejo (São Paulo, 2006).

No Plano de Manejo do PASM, de 2006, consta que em Ubatuba foram identificadas, através de fotointerpretação, cerca de 800 edificações dentro dos limites da UC. Por iniciativas do Instituto Florestal, em parceria com a Procuradoria Geral do Estado, Polícia Ambiental, Ministério Público, Prefeitura, Associações de Moradores, Comitê de Bacias Hidrográficas e outras, o processo de ocupação vem sendo mais controlado, com a ocorrência de dezenas de demolições, bem como o ajuizamento de inúmeras ações civis públicas contra obras ilegais no interior do PASM. Estão ainda, parcialmente sobrepostas aos limites do Parque, cinco Terras Indígenas Guarani, já homologadas pelo governo federal; no extremo norte de Ubatuba, a vila de Picinguaba, já foi tombada pelo CONDEPHAAT em 1983 e, na divisa com o Rio de Janeiro, o Quilombo da praia do Cambury, que foi reconhecido pelo governo estadual em 2005, estando ambos em sobreposição ao PASM e o último em parte do Parque Nacional da Serra da Bocaina (cerca de 70% da área do bairro).

3.3. O Bairro do Cambury

Localizado no extremo norte de Ubatuba, na divisa com o Estado do Rio de Janeiro (Figura 2), o Cambury ou Cambury das Conchas se apresenta como um bairro rural, com 467 hectares, formado por sítios compostos de área de moradia e de trabalho. Distribuídas entre uma pequena planície e terrenos íngremes, suas instalações predominam ao longo da estrada de acesso e do rio principal do bairro, e na praia. Sua população em 2004 era composta por 308 indivíduos, ocupando 129 edificações, sendo 84% dos residentes considerados tradicionais (São Paulo, 2006). As atividades econômicas predominantes no bairro são a pesca artesanal - já bastante escassa -, a roça de subsistência, o extrativismo (palmito, produtos florestais madeireiros e não madeireiros para artesanato e produção de utensílios - Figura 4) e serviços prestados aos turistas, como caseiros, construção civil, área de acampamento e bares (Figura 3 e 5) (SÃO PAULO, 1998).

Figura 2. Bairro do Cambury- Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar. Ubatuba, São Paulo. Fonte: Google Earth®.

O Cambury é enquadrado hoje no zoneamento do PESM em uma Zona Histórico-Cultural Antropológica (ZHCAAn) (Figura 3). De acordo com o Plano de Manejo do NPic, sua ocupação deve ser regularizada em processo contínuo e integrado, tendo sido elaborado

um Plano de Uso Tradicional (PUT), com normas avaliadas e deliberadas pelo Conselho Consultivo. De acordo com o Plano de Manejo, o objetivo específico da ZHCAn é estabelecer diretrizes específicas para compatibilizar as necessidades de conservação do Parque e o “modus vivendi” da comunidade tradicional no bairro do Cambury. Ao longo desta pesquisa, alguns detalhamentos do PUT e da ZHCAn serão discutidos. Com proposição e implantação de um microzoneamento na área ocupada por estas comunidades, o PUT foi elaborado por Câmara Técnica específica criada no âmbito do Conselho Consultivo do Núcleo Picinguaba, com o aval do Ministério Público Estadual e Federal. As diretrizes e normas de uso para as áreas localizadas nos bairros do Cambury e ocupadas por titulares de domínio ou posse que não se enquadram na categoria de moradores tradicionais, são aquelas estabelecidas para a ZOT, tendo sido prevista sua desocupação em médio ou longo prazo (São Paulo, 2006).

Figura 3. ZHCAn do Cambury. Adaptado de: Plano de Manejo do PESH (São Paulo, 2006).

No bairro residem famílias caiçaras e/ou quilombolas há várias gerações, havendo um forte interesse destas em desenvolver atividades sustentáveis ligadas a sistemas agroflorestais, palmito e plantas ornamentais, bem como continuar com a agricultura de subsistência, com o artesanato e com a operação do turismo em bases sustentáveis. A área do Quilombo do Cambury, ocupado por 39 famílias (cerca de 60% dos residentes), abriga pescadores e agricultores, compondo hoje uma comunidade relativamente organizada (em Associação de Bairro e no contato com esferas governamentais) e que possui significativo contato com turistas, que frequentam e também ocupam posses na região (SÃO PAULO, SMA, 2006).

O mar na praia do Cambury é normalmente calmo e somente quando entram fortes ondulações o mar se agita mais, o que acontece principalmente durante o inverno. De acordo com Silveira *et al.* (2011), a praia do Cambury, assim como a Brava, são interpretadas como intermediárias a dissipativas. O estado dissipativo é representado por zonas de surfe muito desenvolvidas (>100 m) e se apresenta com baixa declividade ($<3^\circ$). O tipo de quebra de onda é predominantemente deslizante e normalmente não ocorrem correntes de retorno muito persistentes. Nos estados intermediários apresentam-se feições rítmicas, como bancos e cúspides, dependendo do grau de exposição aos trens de onda incidentes.

No canto esquerdo, o rio Quilombo (Figura 4) desemboca em uma lagoa com saída para o mar, havendo também outro pequeno rio no canto direito, que desemboca no mar. O local dispõe de trilhas, sítios arqueológicos, cachoeiras, praia mansa, areias brancas, entre outros atrativos turísticos (Ver dossiê fotográfico ao final desta dissertação), sendo procurada por diversos banhistas e campistas principalmente na época do verão. Sua vizinha, Brava de Cambury, recebe surfistas durante o ano todo, sendo que muitos são levados de barco por moradores locais. Alguns inclusive rumam para a prática de pesca amadora nas ilhas costeiras a bordo das embarcações dos tradicionais. O Cambury está presente nos em uma série de “guias de praias” da web, estando avaliada pelos internautas como muito interessante no Guia Quadro Rodas (Disponível em :<http://viajeaqui.abril.com.br/estabelecimentos/br-sp-ubatuba-atracao-praia-brava-de-camburi>. Acesso: 26 de setembro de 2014).

Figura 4. Mapa turístico do Cambury. Retirado de: <
<https://estacaomemoriacamburi.wordpress.com/tag/pesm/>> Acesso em: 26 de Setembro de 2014.

4. METODOLOGIA

O procedimento metodológico foi composto por três etapas: 1) familiarização com o território; 2) trabalho de campo, e 3) análise dos resultados, de modo a compreender como a atual configuração do território foi estabelecida e gerenciada pelos atores sociais, incluindo o entendimento das relações dos atores com o ambiente, inter-relações entre atores, as políticas públicas incidentes no local, a emergência de conflitos e suas resoluções.

O planejamento considerou uma série de necessidades iniciais, que deveriam ser cumpridas ou organizadas para possibilitar a execução da pesquisa em si. Para uma análise preliminar do contexto, foi feito o reconhecimento da área de estudo através da investigação do documento “O Dilema das Decisões sobre Populações Humanas em Parques: Jogo Compartilhado entre Técnicos e Residentes no Núcleo Picinguaba”, tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas, de autoria de Eliane Simões, no ano de 2010.

Para obter apoio dos diversos atores envolvidos com o território do Cambury, o projeto foi apresentado ao gestor do Núcleo Picinguaba do ano de 2012 e funcionários relacionados com as pesquisas científicas realizadas no Núcleo Picinguaba, além de um morador do Quilombo do Cambury e um ex-gestor do Núcleo Picinguaba, que foram convidados a participar das entrevistas e mostraram-se receptivos para com a pesquisadora. Foram coletados dados bibliográficos envolvendo os temas desta pesquisa e aprofundado o estudo dos referenciais teóricos, além de outros materiais adicionalmente obtidos em virtude das disciplinas cursadas durante o curso de pós-graduação.

Para atender os requisitos legais e institucionais referentes à realização desta pesquisa na área do Parque Nacional da Serra da Bocaina, foi realizada a inscrição da mesma no Sistema de Informação e Autorização em Biodiversidade, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, órgão do Ministério do Meio Ambiente (SisBio-ICMBio- MMA), responsável pelo ordenamento das pesquisas em Unidades de Conservação Nacionais. A Liberação da Autorização/Licença foi obtida no dia 14/11/2012 sob o nº 34384-1. A autorização para o prosseguimento do projeto, requerida em outubro de 2012 à Comissão Técnico-Científica do Instituto Florestal, órgão que gerencia as pesquisas nas Unidades de Conservação do Estado de São Paulo também foi obtida em 2012 (Processo SMA nº 260108 – 015.072/ 2012).

Foram levantados ainda dados bibliográficos referentes ao local: Cambury, PESM, Unidades de Conservação, formação territorial, políticas públicas, análise de conflitos e

outros temas correlatos, dando-se ênfase no estudo e entendimento sobre os referenciais teóricos que foram utilizados. Procedemos a partir daí com contatos oficiais com a comunidade e demais envolvidos para facilitar uma tipologia entre seus integrantes a fim de se elaborar os roteiros de entrevistas de acordo com os diferentes atores envolvidos buscando, desta forma, compreender as lógicas de ação de cada ator social na dinâmica local. Com a ajuda do técnico de apoio à pesquisa do Núcleo Picinguaba solicitado pelo Parque nos dias de campo, foram realizadas algumas visitas de reconhecimento para começar as entrevistas. O técnico, antigo conhecido local, indicou os primeiros nomes: os presidentes das Associações, os mais antigos, os artesãos, pescadores, etc. Os sujeitos relacionados à gestão governamental do território foram selecionados a partir dos documentos analisados além de prévio conhecimento de seus currículos. Posteriormente, com o transcorrer dos contatos e entrevistas iniciais foram identificados outros sujeitos importantes, sendo assim conduzido o processo investigativo.

4.1. Procedimento Metodológico

Para o desenvolvimento da pesquisa, foram definidas três etapas, que são apresentadas a seguir:

4.1.1. Etapa inicial - Familiarização com o Território. Essa etapa envolveu: a) análise preliminar do contexto; b) apresentação do projeto; c) coleta de dados bibliográficos; d) estudo aprofundado dos referenciais teóricos; e) elaboração do roteiro de entrevista.

4.1.1 a) Foi feito o reconhecimento da área de estudo e os primeiros contatos com a comunidade para elaborar-se uma tipologia dos atores atuantes no território. Este procedimento permitiu a inserção no território, a apresentação do projeto aos moradores, e que as entrevistas realizadas fossem planejadas com a finalidade de se obter dados representativos da diversidade social local.

4.1.1b) Em seguida, o projeto foi discutido com a Gestão do Npic-PESM, atendendo aos requisitos legais e institucionais referentes à realização da pesquisa e obtendo apoio dos diversos atores envolvidos com o território do Cambury.

4.1.1c) Durante todo o trabalho foram levantados dados bibliográficos referentes ao local: Cambury, PESH, Unidades de Conservação, formação territorial, políticas públicas, análise de conflitos e outros temas pertinentes. Foi dada ênfase no estudo e entendimento sobre os referenciais teóricos utilizados como base para a interpretação dos dados obtidos. Destacamos a Avaliação de Políticas Públicas, as Economias de Grandeza, a Análise das

Redes Sócio-técnicas e a Resiliência Sócio Ecológica. Tivemos o apoio do Dr. Newton José Rodrigues da Silva (CATI – SAA – SP) para discussão de aspectos relevantes sobre esses referenciais.

4.1.2. Etapa intermediária – Trabalho de Campo. Esta etapa envolveu: a) coleta de dados por observação de campo; b) realização de entrevistas semiestruturadas com membros da comunidade e atores relacionados e entrevistas abertas com atores identificados previamente como portadores de informações históricas; c) continuação da investigação documental.

4.1.2a) Procedemos à análise integrada da rede Socio- técnica local existente através da identificação dos atores sociais, suas funções e lógicas de ação dentro da rede. Levantamos as mudanças significativas ocorridas ao longo do tempo, com enfoque nos conflitos de uso do espaço e/ou dos recursos entre diferentes atores sociais. Identificamos seus aspectos de influência e causalidade relacionados a ações do poder público, as inadequações da ação do poder público com a realidade construída e avaliamos a construção das redes sociais locais e suas dinâmicas dentro dos processos de controvérsias, conflitos e negociações. Esta etapa buscou reconstruir o processo de ocupação do território, acordos estabelecidos para permanência dos moradores tradicionais na Unidade de Conservação e o processo de estabelecimento do PUT, do Quilombo do Cambury, entre outros.

4.1.2b) Em geral, os atores (moradores do território e atores-chave integrados em atividades que apresentam alguma dinâmica social e/ou ambiental, como agropecuária, extrativismo, turismo e comércio, assim como integrantes e ex-integrantes do poder público e de outros órgãos e institutos que têm ou tiveram relação com a implantação das políticas relacionadas a estas atividades) foram consultados a respeito de sua origem, trajetória de vida relacionada ao território, transformações nele ocorridas, atividades exercidas, conhecimento ambiental e histórico, sua visão em relação aos conflitos e sobre a atuação do poder público na região. As entrevistas foram efetuadas a partir de um roteiro contendo perguntas fundamentais (semiestruturado), sendo gravadas sob a autorização e posteriormente transcritas para análise. A quantidade de entrevistas aplicadas dependeu basicamente da necessidade de aporte de novas informações ao trabalho. Foram realizadas entrevistas abertas com alguns atores chave, de modo a definir melhor uma linha do tempo que contivesse os eventos mais importantes para a construção do território no Cambury e permitisse identificar os processos de gestão relacionados ao local. Destacamos o método

bola-de-neve⁶, adicionalmente utilizado para a escolha dos entrevistados durante o percorrer do trabalho. Os entrevistados foram questionados sobre dados sociais, técnicos e econômicos diversos. As conversas se davam abertamente, sendo conduzidos de modo a responder às dúvidas que surgiam à pesquisadora. Foi permitido que os entrevistados relembassem o passado, e desta maneira eles faziam destaque aos pontos mais relevantes. De acordo com o a tipologia do ator, direcionamos a entrevista, uns com mais intensidade outros com menos, a fim de responder às seguintes perguntas:

Quais os processos de gestão territorial e dos recursos naturais que ocorreram ao longo do tempo no bairro do Cambury?

Quais os principais eventos ocorridos que foram determinantes para a configuração atual da comunidade?

Qual a sua opinião sobre os atores envolvidos nesses processos?

Por que esses processos muitas vezes são tão truncados, cheios de avanços e recuos?

4.1.2. c) Foi realizado um levantamento documental composto por pesquisas bibliográficas, matérias de jornal e sites da internet.

4.1.3. Etapa final – Análise dos Resultados. Esta etapa envolveu: a) sistematização e análise dos dados; b) elaboração da dissertação.

4.1.3 a) As ações do poder público, previamente mencionadas, foram tomadas apenas como ponto de partida, pressupondo a existência de relação de causalidade para a emergência dos conflitos na região. A análise dos conflitos foi desenvolvida através da apreensão das “lógicas de ação” dos atores e da investigação dos processos que os põem em relação, formando “redes sóciotécnicas”. Para isso, a avaliação foi fundamentada, respectivamente, no trabalho de Boltanski & Thevenot (1991) “De la justification: les économies de la grandeur” (ou Economias de Grandeza), e na teoria da sociologia da inovação, desenvolvida por Michel Callon e Bruno Latour na década de 1980. Foi realizada uma avaliação *ex-post* das ações do poder público, baseada na metodologia contida no “Petit

⁶ A snowball (“Bola de Neve”) é uma técnica de amostragem que utiliza cadeias de referência, uma espécie de rede. Essa técnica é uma forma de amostra não probabilística utilizada em pesquisas sociais onde os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto, quando os novos entrevistados passam a repetir os conteúdos já obtidos em entrevistas anteriores, sem mais acrescentar informações relevantes à pesquisa (WHA, 1994 apud Baldin *et al.* 2011)

guide de l'évaluation des politiques publiques”, desenvolvido pelo CONSEIL SCIENTIFIQUE DE L'EVALUATION (1996). Os resultados das análises quantitativas e qualitativas foram cruzados para a elaboração de um quadro temporal compreendendo os períodos a serem determinados, suas respectivas características, eventos marcantes, atuação dos atores-chave, atribuindo-lhes os fatores causais, como auxílio à compreensão da evolução organizacional da área de estudo. Além disso, foi aferida a viabilidade de emprego do conceito de resiliência sócio ecológica (*e.g.* Begossi, 1998; Seixas & Berkes, 2005) de maneira a complementar a análise.

4.1.3 b) Durante toda a etapa a dissertação foi desenvolvida.

4.1.4 A avaliação

A avaliação das ações do Poder Público, que pode e deve ser sempre feita, uma vez que regras políticas provocam efeitos diretos na sociedade, há de ser realizada por meio da identificação dos fatores desencadeantes de certos eventos, e através de um julgamento de valor obtemos os fatores determinantes do seu sucesso ou insucesso. A avaliação *ex-post* das políticas objetiva a apreciação da durabilidade dos seus impactos sobre as condições que se desejava mudar. Ela pode ser acessada por documentos oficiais e entrevistas.

4.2. Referenciais Teóricos

A pesquisa social pode se fundamentar em três métodos: o positivista caracteriza-se pela verdade comprovada, através da experimentação, onde o conhecimento dever ser livre de juízos de valor. O fenomenológico trata da descrição e classificação dos fenômenos. O terceiro, no qual a presente pesquisa se apoia, é o dialético, que tem como base a compreensão dos fatos sociais com a marca da totalidade a partir de uma perspectiva histórica (Triviños, 1987; Minayo, 2000).

4.2.1. Bruno Latour: fundamentos e teoria

Latour é filósofo e epistemólogo francês, ministra aulas de sociologia, sendo visto como um antropólogo. Metodologicamente, sua teoria das Redes Sociotécnicas trata de seguir as coisas através das redes em que elas se transportam, estudando-as não a partir dos polos da natureza ou da sociedade, e sim simetricamente, entre um e outro. Quer responder ao problema: será que podemos viver no mesmo planeta, sabendo que temos definições completamente diferentes sobre o planeta, sobre o que é viver e o que é estar junto?

A “rede de atores”, segundo Latour, foi desenvolvida quando ele, juntamente com seus colegas, depois de muito tentarem explicar as coisas socialmente, percebeu que a falta estava na própria teoria social implícita na sociologia tradicional, de Durkheim. Não conseguindo jamais explicar a ciência, ele chega à conclusão de que é porque a ciência não é ela mesma, social, no sentido de que suas coletividades estão cheias de falhas. A teoria da “rede de atores” consiste em fazer no lado social o que a antropologia das ciências faz do lado da natureza. A simetria que usava anteriormente fez com que Latour se apercebesse que tanto a natureza como o social (a sociedade) são semelhantes. Essa divisão entre natureza e cultura, segundo ele é uma forma de se fazer política, de reunir as coisas em suas coletividades, por razões que vêm da modernidade. Dissolvendo a dicotomia entre a natureza e a sociedade, resta investigar suas associações, suas conexões e suas políticas de agrupamento. Em uma rede de atores, as práticas coletivas (práticas de mediação) articulam os elementos heterogêneos (humanos e não humanos) que têm suas relações híbridas regidas por conflitos e/ou interesses ao longo do tempo.

De acordo com Hernández (2003) *apud*. Freire (2006), as principais fontes de influências de Latour e Callon são: a Filosofia das Ciências concebida por Michel Serres, de quem tomaram emprestado o conceito de tradução, e o Programa Forte em Sociologia do Conhecimento, iniciado pelo filósofo-sociólogo David Bloor, do qual estenderam o princípio metodológico da simetria. Porém, outras influências podem ser identificadas nos trabalhos desses autores, como a noção de rizoma, elaborada por Deleuze e Guattari, e a noção de dispositivo, proveniente da filosofia de Michel Foucault. Quanto ao conceito de teoria, Latour retifica que a “rede de atores” não pode ser classificada como uma teoria do social, do sujeito ou da natureza. Não é uma teoria cujos princípios estejam dados de antemão, tampouco que possa se “aplicar” a algo, uma vez que o que está em jogo não é a aplicação de um quadro de referência no qual podemos inserir os fatos e suas conexões, mas a possibilidade de seguir a produção das diferenças (Moraes, 2003 *apud* Freire, 2006). Segundo a definição de Latour (1997), a “rede de atores” é, antes de tudo, um método, um caminho para seguir a construção e fabricação dos fatos, produzindo efeitos que não são obtidos por nenhuma teoria social. Quanto ao conceito de ator, é preciso aqui diferenciá-lo do sentido tradicional de “ator social” da sociologia, pois, para Latour, ator é tudo que age, deixa traço, produz efeito no mundo, podendo se referir a pessoas, instituições, coisas, animais, objetos, máquinas, etc., assim definindo o termo “atuante”. O segredo é definir o

ator com base em seus desempenhos. O pesquisador, nesse caso, não deve emitir interpretações sobre seu objeto de estudo, mas apenas descrevê-lo da melhor forma possível.

4.3. A Sociologia da tradução

Callon e Latour desenvolveram, a partir do Centro de Sociologia da Inovação da Escola de Minas de Paris, a teoria que foi denominada de Sociologia da Inovação, Sociologia da Tradução ou Sociologia das Redes Sóciotécnicas. Trata-se de uma metodologia de estudo de casos que permite, ao mesmo tempo, a compreensão do desenvolvimento dos processos sociotécnicos em sua totalidade e em ser um apoio na condução dos projetos. Para o entendimento do mecanismo da reconstrução de redes, é necessário o conhecimento de alguns conceitos-chave que se relacionam abaixo:

4.3.1. Rede Sócio-Técnica

A rede sóciotécnica é definida como uma meta-organização, integrada pelas entidades humanas e não humanas individuais ou coletivas, definidas por seus papéis, suas identidades e programas, colocadas em intermediação umas com as outras. A reconstrução de redes é uma análise que objetiva compreender a construção social de fatos científicos e inovações técnicas, considerando a totalidade de entidades implicadas nesses processos. A rede sóciotécnica porta o fato científico ou técnico que, por sua vez, condiciona a existência da rede. Conteúdo, representado pelo fato, e a rede que o contém, se sustentam mutuamente, não existindo um sem o outro (Callon, 1986 *apud* Amblard *et al.*, 1996).

4.3.2. Tradução: a construção das redes

Segundo Amblard *et al.* (1996), na linguagem corrente, traduzir refere-se a uma operação que consiste em transformar um enunciado em outro, para tornar possível a compreensão do enunciado inicial por um terceiro. Callon (1986, 1999) afirma que traduzir é expressar na sua própria linguagem o que os outros dizem e querem, é se colocar como tradutor-porta-voz no processo de construção de redes sociotécnicas. No início da tradução, as posições entre os atores envolvidos são divergentes, mas ao seu fim um discurso as unifica e as coloca em relação de forma inteligível, compreendendo-se mutuamente. A tradução é um processo que permite estabelecer uma equivalência constantemente renegociada entre o produtor do conhecimento e o utilizador em potencial. Ela passa frequentemente pela construção de novos atores e interesses, com base no deslocamento de

posições desses mesmos atores, na medida em que avançam as negociações e a convergência.

Para Beuret (2006) *apud* Santos (2009) existem três níveis de tradução: científica, cruzada e institucional, que devem ocorrer de forma cíclica (Figura 5). A tradução científica é feita, normalmente, pelo pesquisador, que traduz o real, resultado de suas pesquisas técnicas, para os demais atores sociais. A tradução cruzada pode ser feita pelo pesquisador, que transfere as informações de modo inteligível entre dois ou mais atores distintos. Por fim, a tradução operacional e institucional permite a assimilação das ideias e acordos realizados pelos diversos atores em forma de regras e projetos de desenvolvimento. Quanto maior o número de vezes que ocorra o ciclo da tradução, maior é a sustentabilidade de uma atividade.

Figura 5. Ciclo da tradução (Beuret, 2006).

4.3.2a) Controvérsia: a entrada real

Controvérsia pode ser definida como o debate, a polêmica que tem por objeto os fatos científicos ou técnicos que não estão ainda estabilizados. As controvérsias podem ser estabelecidas entre cientistas, entre governos ou entre ONG ambientais e responsáveis por atividades que impactam o ambiente, etc. O acompanhamento do desenvolvimento da controvérsia mostra os grupos sociais que entram em cena, as alianças que se estabelecem ligando as posições, as opções tecnológicas que vão ser assumidas ou descartadas. As questões são refeitas e debatidas, na medida em que evolui a controvérsia. Elas são ao

mesmo tempo a consequência e o motor da dinâmica. Para análise da construção de redes, é necessário seguir as diferentes etapas do processo de tradução. Latour (2000) afirma que as controvérsias antecedem esse processo, ou seja, precedem sempre a um enunciado científico ou inovação tecnológica. Portanto, o pesquisador deve iniciar o trabalho identificando e analisando as controvérsias que antecederam a formação da rede em questão. O autor define esse primeiro passo como entrada real na análise da situação. Amblard *et al.* (1996) afirmam que a análise das controvérsias é o coração da sociologia da inovação, pois é por elas que se elaboram os fatos.

4.3.2b) Entre-definição: o fato e a rede

O conceito de entre-definição é fundamentado na afirmação de que o fato se viabiliza pela rede que o porta e que essa somente existe devido a ele. Fato e rede, respectivamente conteúdo e contexto, se viabilizam ou não mutuamente. A solidez do fato depende da irreversibilidade da rede, ou seja, a sua legitimidade não é dada pelas suas qualidades, mas pela sua capacidade de arrebatamento. O sucesso ou o fracasso de uma mudança, de uma inovação, não podem ser compreendidos a partir de suas próprias propriedades. É o processo que ela foi objeto que permite compreender como foi adotada e que é a razão da sua emergência, que lhe dá ou não estabilidade. Portanto, a inovação não se impõe por si. Latour (2000) afirma que a construção de fatos, de mudanças sócio-técnicas, é um processo coletivo, comparando a reconstituição das redes com a abertura de caixas pretas, em que se passa a compreender a lógica da ação dos atores e dos atuantes, seus papéis, a tradução e as interações estabelecidas entre todas as entidades individuais ou coletivas.

4.3.2c) Simetria: a importância comum

Considerando que as entidades humanas e não humanas formam a rede, o analista deve tratar com igualdade os atores e os atuantes, sejam eles humanos ou não. A importância desses dois é a mesma na construção e estabilidade da rede. Da mesma forma, o sucesso e o fracasso devem ser tratados com a mesma importância, pois serão resultados dos fatores intrínsecos à rede.

4.3.2d) Etapas de elaboração das redes

Amblard *et al.* (1996) contribuíram também elaborando uma proposição metodológica de operacionalização do instrumento de análise de construção de redes sociotécnicas, considerando uma cronologia em 10 etapas que, em determinadas situações, algumas dessas etapas não ocorrem uma após a outra, mas em simultaneidade. São elas: análise do contexto, problematização, ponto de passagem obrigatório (PPO), porta-vozes, investimento de forma, intermediários, mobilização, ampliação da rede, vigilância e transparência. A tradução se inicia com a contextualização que, nesse caso, é a compreensão dos atores implicados no processo, o interesse de cada um e o nível de convergência entre eles. A etapa seguinte é a da problematização, quando o papel do tradutor se destaca operando a ligação entre os atuantes do contexto em torno de uma questão geral, iniciando os seus deslocamentos no sentido da convergência, fazendo passá-los por um ponto de passagem obrigatório, que pode ser um enunciado, uma instituição ou um lugar. Após as etapas descritas, o quadro entre as entidades é de cooperação. Considerando a rede um produto de uma negociação, cada entidade humana ou não humana tem o seu porta-voz nas discussões. Porém, dependendo do tamanho da rede, o ator-tradutor trata de reduzir o número de representantes para que haja maior homogeneidade e controle. A rede é cimentada pelos intermediários, que significam tudo o que circula entre as entidades envolvidas, que as coloca em relação, podendo ser informações contidas em papéis, objetos técnicos, dinheiro e outros seres humanos com as suas competências.

A expansão da rede é fundamental para a sua estabilidade e irreversibilidade, que ocorre no sentido do seu centro em direção à periferia, agregando novos atores que lhe darão mais solidez e viabilização do fato. A estabilidade da rede depende, também, da sua vigilância. É necessário que esta seja feita em diferentes aspectos para que não haja o enfraquecimento da rede, que pode ser causado por um problema externo. A vigilância deve ser feita da mesma forma sobre o comportamento dos atores da rede, para que não haja traição, causada principalmente por atores que mudam de papel no decorrer do tempo e passam a perseguir objetivos de caráter pessoal. Portanto, a transparência deve ser constante em todo o processo de construção da rede para que não gere dúvidas. A confiança entre os atores está fundamentada nas suas ações. A existência da mínima manipulação pode condenar a tradução e sepultar a rede.

4.4. Avaliação de Políticas Públicas

Políticas Públicas expressam a ação do Estado, implantadas pelos governos que conduzem as suas instâncias e organizações, e lhe permitem realizar intervenções sobre as dinâmicas econômicas e sociais, seus atores e instituições. Para Baptista e Peixoto (1999), o termo descreve o conjunto de decisões formalizadas sobre um assunto de interesse coletivo, considerado importante para o desenvolvimento social. As políticas públicas emanam do poder público que as formaliza, legitima e controla; a partir da formalização de diversos interesses processados.

Basicamente, a Avaliação de Políticas Públicas, de acordo com o “*Petit guide de l'évaluation des politiques publiques*” (CONSEIL SCIENTIFIQUE DE L'EVALUATION, 1996), consiste em tentar responder a uma série de questões relacionadas com a política, a sua execução e os seus efeitos. Esta pergunta pode ser orientada de diferentes maneiras, dependendo do contexto e os objetivos. Para facilitar na formação do seu juízo, a avaliação procura avaliar em que medida a política correspondeu às principais "características" do ideal de "boa" política, das quais extraímos três delas:

- Eficácia: Até que ponto os efeitos específicos das políticas são consistentes com seus objetivos?
- Impacto: Quais são as consequências globais da política para os atores? Essas consequências são benéficas?
- Pertinência: Os diferentes objetivos são consistentes um com o outro? Os recursos legais, financeiros e humanos no lugar estão adaptados a estes objetivos?

4.4.1. Impactos

A avaliação de uma política deve considerar os efeitos colaterais positivos e negativos que ela produz, uma vez que a sua implantação fornece resultados além daqueles previstos em seu objetivo. Analisar os impactos de uma política é verificar quais são os efeitos sociais, econômicos, políticos, ambientais e sociais que ela acarreta. Chamam também efeitos indiretos ou secundários, mas que são inerentes a qualquer atividade humana, uma vez que de regra, diversos resultados acabam se distanciando da intenção inicial do projeto. A análise de impacto das políticas públicas deve ser ampla e considerar os seus efeitos sobre os homens e os territórios que eles ocupam, pois elas são direcionadas para um sistema complexo (Loué *et al.*, 1998).

4.4.2. Eficácia

A análise da eficácia de uma política pública consiste em comparar os objetivos traçados e os resultados alcançados por ela, sendo medida de acordo com os efeitos da própria política. Baseia-se na focalização dos efeitos passíveis de explicar a capacidade de agir sobre o sistema de exploração local, sendo a eficácia, portanto, o resultado de uma intervenção exógena em uma dinâmica local endógena. O mais importante nesta análise é compreender as mudanças que a política induziu na sociedade. A principal resposta a ser levantada é: o que teria acontecido se a política não fosse implantada? Ou, ainda, a política transformou a vida do público-alvo? Para responder a essas questões, deve-se identificar a relação de causa entre uma política e os efeitos sociais que produziu (Conseil Scientifique De L'évaluation, 1996; Loué *et al.*, 1998; Guéneau, 2001).

4.4.3. Pertinência

O sucesso de uma política indica-se primeiramente pela sua correta resposta às necessidades que se manifestam. Durante a elaboração das políticas de desenvolvimento rural, deve-se determinar da forma mais precisa possível, os fatores e os mecanismos responsáveis pela ocupação e transformação dos territórios para que as ações sejam direcionadas ao apoio das atividades capazes de mitigar problemas detectados. De mais a mais, a análise de pertinência considera também até que ponto uma política, por sua filosofia e por seus métodos, é suscetível de alcançar ou não os objetivos que foram fixados (Loué *et al.*, 1998).

4.5. Economias de Grandeza

O modelo das Economias de Grandeza (Boltanski e Thevenot, 1991) propõe uma teoria da coordenação sob um enfoque da filosofia política e da sociologia, onde a coordenação se estabelece sobre uma base de acordos implícitos quanto à maneira de avaliar bens, pessoas, acontecimentos, etc. Os seus autores defendem que é essencialmente necessário compreender o ajustamento efetuado pelos indivíduos para aplicar as regras, cujas noções de julgamento ou de interpretação são particularmente variáveis de acordo com cada situação. A hipótese de que os acordos se concluem através do que denominam de um sistema comum de valores só pode ocorrer se existir uma linguagem comum entre os diferentes atores, considerado como um princípio superior comum. A esse princípio superior comum que caracteriza cada natureza, dentre uma pluralidade de naturezas que se situam a

ações justificáveis, constitui um elemento de aproximação entre os atores formando uma ordem, uma hierarquia dos atores e dos objetos denominada “grandeza”, ou seja, suas concepções de justificação, de coordenação e da objetividade. As ações justificáveis são constituídas de razões, pois por um lado é a razão que guia a decisão racional e por outro as razões de agir são validadas pelas compreensões e objetividades dos atores (Thévenot, 1989).

De acordo com a teoria das Economias de Grandeza, existem justificativas de diversas ordens capazes de caracterizar as ações e as relações entre indivíduos envolvidos em determinada atividade (Quadro 1). A ordem de **grandeza mercantil** é encontrada onde os valores monetários, as lógicas de mercado, consumo e lucro, lei de oferta/demanda são prioridades. Ela constitui as lógicas de ação da maioria das empresas do atual sistema capitalista, onde a lucratividade quase sempre é o maior objetivo do empreendimento. A grandeza mercantil está relacionada com a “utilidade” de coisas e pessoas (ou mesmo utilitarismo), e, portanto, vai além do lucro – ela envolve também todo tipo de vantagem ou ganho pessoal ou institucional. Ela é então fundamentada sobre o princípio da concorrência e os preços são a referência universal do valor dos objetos. É o mundo dos interesses particulares e as pessoas estão em relação por ocasião dos negócios. Essas relações estabelecidas não são domésticas e são caracterizadas pelo oportunismo. Esse mundo é caracterizado pelo concorrencial, pela captação de clientela, obtenção dos melhores preços e do máximo proveito das transações. As transações comerciais estão inseridas nessa grandeza.

A **grandeza da ordem doméstica** pode ser observada onde há hierarquia, ou valorização dos costumes, da familiaridade. Ela se torna importante, pois implica numa ligação mais estreita entre os envolvidos resultando em um maior grau de confiança entre eles. Esta grandeza beneficia os empreendimentos comunitários no sentido de que a gestão (ou autogestão) pode ser tornar mais bem sucedida e com maior transparência se calcadas nela. Além disso, essa grandeza valoriza os aspectos locais e “não se vende por dinheiro”, centrando-se na valorização do ser humano e não do capital. Assim, segundo Amblard (1996), as figuras de referência são aquelas da família, da tradição, dos ancestrais. Esta grandeza favorece a composição de Fóruns de discussão.

A **grandeza cívica** valoriza o interesse coletivo acima do particular, onde a equidade, a solidariedade e a liberdade das pessoas são priorizadas. As pessoas se mobilizam em torno de noções como equidade, liberdade e solidariedade. Essa grandeza também vai de

encontro com esse modo específico de organização de atividades econômicas, uma vez que preza a autonomia de cada empreendimento, a igualdade entre os seus membros- e pode envolver diversos aspectos (social, econômico, político, ecológico e/ou cultural), reafirmando a emergência de atores/sujeitos sociais. Neste sentido, é possível recrutar parceiros, entidades de assessoria e fomento como ONG ou órgãos universitários (incubadoras tecnológicas e grupos de extensão) que prestam serviços de apoio, tanto em formação- técnica, econômica e política- quanto em benefício da estrutura, assessoria e consultoria, e mobilização de linhas de crédito para atividades cooperadas (Silva, *no prelo*). A grandeza cívica pode ser interpretada como o interesse coletivo, o cumprimento das regras, o respeito aos acordos (formais e não formais).

Boltanski & Thévenot (1991) afirmam que a **grandeza industrial** não pode ser confundida com as características da grandeza comercial, apesar de ambas constituírem coordenações de ordem econômica. No mundo industrial, o desempenho técnico e a ciência são o fundamento de eficácia. Aqui, medir a produtividade utilizando-se de instrumentos desenvolvidos cientificamente, é a característica principal da grandeza.

A grandeza **inspiração** estabelece uma ligação imediata entre as pessoas e uma totalidade. Como exemplo pode ser citado Deus para os místicos ou a arte para os artistas. Para a grandeza **opinião**, somente a consagração pública importa. Não importa o espírito criador do mundo de inspiração, ou o respeito às tradições do mundo doméstico. As relações estabelecidas com o objetivo de ganhar aliados para uma atividade econômica por meio da sensibilização da opinião pública se inserem nesse mundo.

Quadro 1. Economias de Grandeza. Retirado de Stori (2010).

	Inspiração	Doméstica	Opinião	Cívica	Comercial	Industrial
Princípio Superior Comum	Presença de inspiração	Relações pessoais, hierarquia, tradição	A opinião dos outros	Proeminência do coletivo	Concorrência	Objeto técnico e método científico, eficácia, desempenho
Estado de grandeza	Espontâneo, insólito, escape da razão	Benevolente	Conhecido, boa reputação	Representativo, oficial	Valor	Funcional, bom desempenho
Dignidade	Amor, paixão, criação	Natural, bom senso	Desejo de consideração	Liberdade	Interesse	Trabalho
Repertório dos sujeitos	Crianças, artistas	Superiores, inferiores, ascendentes	Vedetes	Coletividades	Concorrência, clientes	Profissionais
Repertório dos objetos	Espírito, corpo	Presentes	Nomes, marcas, mensagens	Formas legais	Riqueza	Os meios
Fórmula de se lançar (preço a pagar)	Risco	Dever	Renúncia ao secreto	Renúncia ao particular, solidariedade	Oportunismo	Investimento, progresso
Relação de grandeza	Singularidade	Subordinação, honra	Identificação	Adesão, delegação	Possessão	Controle
Relações naturais	Sonhar, imaginar	Educar, reproduzir	Persuasão	Reunidos para uma ação coletiva	Relações de negócios	Funcionar
Figura harmoniosa	Imaginário	Família, meio	Audiência	República	Mercado	Sistema
Práticas	Aventura interior	Cerimônia familiar	Apresentação do evento	Manifestação para uma causa justa	Negócio, mercado	Teste
Modo de expressão do julgamento	Manifestação do gênio	Apreciação	Julgamento de opinião	Veredito do escrutínio	Preços	Efetivo, correto
Forma de evidência	Certeza da intuição	Exemplo	Sucesso, ser conhecido	Texto de lei	Dinheiro	Medida
Estado do que é pequeno	Rotina	Vulgar	Banal, desconhecido	Divididos, isolados	Perdedor	Ineficaz

4.6. Resiliência Sócio- Ecológica

O termo Resiliência em Sistemas Sócio-Ecológicos foi introduzido por C. S. Holling (1973) e vem ganhando importância como um conceito que auxilia na compreensão, manejo e governança de sistemas complexos que ligam homens à natureza (Folke *et al.*, 2004). Holling define o termo como uma medida de quanto um sistema pode ser perturbado sem modificar seu regime. É um conceito trazido da Ecologia e definido como a habilidade de grupos ou comunidades de lidar com estresses externos e distúrbios consequentes de mudanças de ordem social, política e ambiental. A habilidade de uma sociedade de administrar a resiliência reside principalmente nos atores, redes sociais e instituições, e nas propriedades dos ecossistemas que utilizam. Inicialmente, esta habilidade é vista como a capacidade de se auto-organizar, adaptar e aprender.

A capacidade de se auto-organizar significa que os sistemas têm sempre que manter e recriar sua identidade. Embora os sistemas, em sua maioria, sejam ligados uns aos outros e impactados por outros sistemas, sistemas auto-organizadores são capazes de absorver os impactos provenientes de outros sistemas e não necessitam ser continuamente investidos, subsidiados ou preenchidos a partir de fora (Lebel *et al.*, 2006). Particularmente, modos de vida que exibem diferentes tipos de ocupação, por exemplo, pescadores engajados tanto na

pesca quanto em atividades não-pesqueiras, têm um risco reduzido a partir da diminuição da dependência na pesca, e desta maneira, podem ter algum ganho em resiliência.

A teoria dos Sistemas Sócio Ecológicos descreve ainda o termo Modos de Vida como sendo uma combinação dos recursos utilizados e as atividades desenvolvidas por um grupo humano para sua sobrevivência. Estes recursos são chamados capitais, os quais podem ser divididos em:

- Capital Humano: estratégias individuais e habilidades (Ex: conhecimento local, arte de pesca, formas de cultivo);
- Capital Natural: atributos naturais (Ex.: água potável, qualidade do solo, biodiversidade, ecossistemas);
- Capital Financeiro: economia (Ex.: seguros, insumos, indenizações);
- Capital Físico: Equipamentos (Ex.: eletricidade, aparatos e estruturas de cultivo e processamento, redes de pesca, meios de transporte, mercado local e material de suporte);
- Capital Social: Relações humanas (Ex.: organizações, relações de confiança, conflitos entre atores, fóruns e conselhos).

O arranjo de relações formais e informais (capital social) de onde se designam várias oportunidades e benefícios nos diferentes cenários é desenvolvido através do investimento em interações cooperativas entre atores, participação em grupos formais e relações de confiança, facilitando a comunicação entre eles. Para sugerir o nível de capital social que um grupo ou comunidade possui, a teoria propõe o termo Redes Sociais, definida como a relação entre atores/entidades ligados através de relações/interações identificáveis. Estas relações envolvem a troca de material ou recursos, como bens, dinheiro, informação, serviços, suporte econômico ou emocional, confiança ou influência (McConney *et al.* 2006,), para as quais se pode fazer um paralelo: as redes sociotécnicas de Callon e Latour.

A estrutura de Redes Sociais, segundo esse referencial, determina, ainda que parcialmente, seu desempenho e sua Capacidade Adaptativa, conceitos que sugerem uma função das relações sociais e institucionais e suas consequências, que levam o sistema a:

- Combinar diferentes tipos de conhecimento para o aprendizado;
- Aprendizagem de como viver com incertezas e mudanças;
- Criação de oportunidades para auto-organização;
- Possuir diversidade para reorganização e renovação;

O conceito de Capacidade Adaptativa, originalmente definido na Biologia, significa a habilidade de se tornar adaptado (*i.e.*: ser capaz de viver e reproduzir) até certo espectro de

eventualidades ambientais. No geral, uma espécie, população ou indivíduo pode se tornar melhor adaptado quando aprimora sua condição no ambiente, mesmo na ausência de mudanças futuras. Isto é mais claro em sistemas humanos, capazes de aprender e avançar tecnologicamente (Armitage, 2005). Fazendo um paralelo com as Redes Sócio-Técnicas, a Capacidade Adaptativa é dada pela habilidade de se fazer traduções e incorporar inovações, construindo acordos (políticas públicas) eficazes e pertinentes.

Em uma experiência com uma Área Marinha Protegida no Caribe, Krishnarayan e seus colegas (2002) apud McConney & Pena (2012), sugeriram uma perspectiva da efetividade da capacidade de manejo que possa ser acessada por sete dimensões, tais quais: a sua visão de mundo, cultura, estrutura, estratégias adaptativas, habilidades, recursos materiais e inter-relações. Nos Sistemas Sócio-Ecológicos (SSE), o critério de capacidade adaptativa inclui a viabilidade das atividades econômicas e sociais e a qualidade de vida humana. Uma interessante suposição é que as pessoas em um SSE que é rico em recursos e capital monetário, como os Everglades (EUA), cometem erros continuamente e falham em aprender a partir deles por assumir que os recursos sempre irão comprar soluções, e que a aprendizagem pode ser substituída por infraestrutura organizacional. Por outro lado, pessoas que enfrentam escassez de recursos, como em Northern Highlands Lake, no Distrito de Wisconsin (EUA) são tremendamente capazes de aprender. Eles não somente tomam os riscos para si, como toleram e aprendem a partir de seus erros, maximizando o impacto de recursos escassos (Anderies et al., 2006).

5. RESULTADOS

5.1. Linha do Tempo

Com base em Simões (2010) que analisou processos decisórios relativos à presença humana no Npic, pudemos redigir uma linha do tempo, a fim de servir como base para o entendimento das políticas que levaram à formação do território em análise. Para facilitar sua visualização, elencamos os principais eventos sucedidos nas escalas Nacional, Estadual e local, que se relacionam com a gestão territorial e dos recursos naturais no Cambury, que são exibidos abaixo (Figura 6):

Figura 6: Linha do Tempo. Eventos ocorridos em escala Nacional, Estadual e Local, relacionados à gestão territorial e dos Recursos Naturais na Praia do Cambury, Ubatuba, SP.

5.2. Análise dos Períodos

As informações obtidas na análise documental, e nos questionários e depoimentos de atores relacionados ao Cambury, foram compiladas e analisadas. No caso deste trabalho, além da investigação de documentos e observações diretas, entrevistamos 18 atores relacionados à dinâmica local: a Presidente da Associação dos Moradores e Amigos do Cambury AMBACA (Ator 1) e seu Vice (Ator 2). Ex-Presidente da Associação dos Remanescentes de Quilombo do Cambury ARCQ (Ator 3) e quilombolas (Atores 4 e 5). Uma professora local moradora do Quilombo (Ator 6). Moradores da praia (Atores 7, 8 e 9)

e da Cabiúna (Ator 10). Ex-gestor do NPic (Ator 11). Ex-funcionário da Fundação Florestal (Ator 12) e funcionários atuais (Atores 13 e 14). Parentes de moradores tradicionais (Atores 15 e 16). Funcionários de ONG que atuam no local (Atores 17 e 18).

A análise dos dados obtidos permitiu a identificação dos fatos mais importantes ao longo do tempo, os quais puderam posteriormente ser analisados em suas perspectivas históricas e sociais. Para facilitar a compreensão dos processos que caracterizaram a trajetória do território ao longo do tempo, foram estabelecidos 5 (cinco) períodos. A determinação de cada um destes períodos seguiu a lógica do estabelecimento de fatos que resultaram em transformação ou transformações significativas no território. São eles: Período I – da “pré-história” à “modernidade” (8.000 a.p. a 1900 d.C.); Período II – de 1900 a 1989; Período III – de 1990 a 2000; Período IV- de 2001 a 2006; Período V- de 2006 a 2014.

Em cada um buscou-se partir de uma perspectiva contextualizadora, de cunho dialético, que expusesse as características sócio-ecológicas e ações dos diversos atores que tiveram influência na gestão do território, com destaque para as ações do poder público. Por vezes utilizou-se uma escala mais ampla, com o objetivo de auxiliar na compreensão do processo como um todo. Essa abordagem foi retomada em vários momentos, pois a ocorrência dos processos geralmente não obedece a uma linearidade politicamente delimitada (Gonçalves, 2010).

5.2.1 Período I: da pré-história ao século XX

Este período é caracterizado pela invasão europeia em território indígena, pelo relativo isolamento geográfico da área do Cambury, subsequente formação da comunidade tradicional caiçara/quilombola baseada na subsistência, com pequena troca de produtos com as comunidades vizinhas e baixa significância econômica. Até então, a economia local se baseava na agricultura, pesca e extrativismo e os recursos eram abundantes. No final deste período começam grandes devastações de Mata Atlântica em função do ciclo econômico do café.

Após os primeiros grupos de pescadores-coletores-caçadores que habitavam o litoral sudeste do Brasil, desde 8.000 e 1.000 anos antes do presente (evidenciados principalmente por sambaquis), acredita-se que a partir dos séculos XI e XII d.C. tenham ocupado a região grupos indígenas “tupi-guaranis” vindos de diferentes locais do interior do país (São Paulo, 2006). Os habitantes de Ubatuba, a qual, na época da colonização, pertencia à Capitania de São Vicente doada ao português Martim Afonso de Souza, eram da etnia Tupinambá. O nomadismo fazia parte de sua cultura e entre os grupos havia relações cordiais e convivência pacífica. A chegada do europeu no século XVI e a tentativa de escravização dos indígenas gerou conflito entre eles, provocados pelos invasores, o que acabou por exterminar grande parte da população indígena (Ferreira & Pilla, 2004). Especialmente os Tupinambás e Tupiniquins (estes últimos habitantes do litoral Sul de SP), a despeito de sua rivalidade inclusive em relação ao território, portavam cultura praticamente uniforme. Sua economia baseava-se na caça, pesca e lavoura. Os conhecimentos e a experiência do índio nessas atividades eram bastante desenvolvidos, tanto que seus descendentes os conservam em grande parte, até a atualidade (Schaden, 1954).

O Litoral Norte de SP inicialmente não fez parte das áreas da Capitania ocupadas logo no início da colonização portuguesa, porém com a pacificação dos índios tupinambás e a expulsão dos franceses (Paz de Iperoig⁷), esse assentamento tornou-se viável. O seu desenvolvimento foi relativamente lento e o povoamento deste território iniciou-se por volta de 1600 (Rodrigues, 2012). De 1600 a 1750 a agricultura de subsistência predominava, sendo o trecho entre Santos e Rio de Janeiro, onde se encontra Ubatuba, intencionalmente ocupado por iniciativa do governo para garantir a posse da região. Os povoados surgem em

⁷ De acordo com os memorialistas, os padres jesuítas Manoel da Nóbrega e José de Anchieta, no ano de 1563, com o intuito de pacificar os indígenas, promoveram um tratado de Paz com a Confederação dos Tamoios, uma liga indígena comandada pelo cacique Cunhambebe, que se preparava para atacar portugueses. Os indígenas, acreditando na promessa de que não mais sofreriam com a violência dos portugueses, acataram o tratado, guardando suas armas e pondo fim à batalha armada. Ao contrário do que os índios esperavam, após a data da Paz de Iperoig, o extermínio dos índios continuou e os portugueses conseguiram controlar a região de Ubatuba, pondo fim à era Tupi.

fundos de baías, sendo as ilhas mais ocupadas que o continente. A antiga aldeia de Iperoig foi elevada à categoria de Vila em 28 de outubro de 1637, sob o nome de Vila Nova da Exaltação da Santa Cruz de Salvador de Ubatuba (Ferreira & Pilla, 2004). Em meados do século XVII, uma nova onda econômica de apropriação do território, baseada na produção de produtos tropicais, preferencialmente a cana-de-açúcar provocou profundas alterações na paisagem, a qual passou a ser organizada em função da lógica do capital mercantil. Além de um massacre indígena, ocorreu a alteração de áreas naturais e construídas, aumentando-se os aglomerados urbanos e muitas matas deram lugar à agricultura (São Paulo, 2006).

Existe muita dificuldade para a elaboração de estudos da história da região antes de 1765, pois a escassez de documentos é enorme. Cabe destacar que após a fundação de Ubatuba, segundo Cerqueira (1966, p.11) “... *os cento e quarenta anos seguintes foram mergulhados em trevas*” (Rodrigues, 2012). Mesmo mais recentemente, os relatos existentes são bastante controversos entre si, como se poderá notar na continuação desta análise.

A partir da segunda metade do século XVII, a exploração do ouro em Minas Gerais muda a história do Sudeste brasileiro, chegando muitos escravos negros para trabalharem na mineração. Ao litoral, caberia produzir a aguardente e o açúcar para abastecer o mercado emergente, gerando também outros cultivos de apoio. Nesse período existiram em Ubatuba 19 fazendas-engenhos, onde se produzia também anil e fumo para serem trocados por escravos na África. A produção de pesca era intensa (em parte voltada para o mercado mineiro), sobretudo a tainha no inverno; a população chega a 2.000 pessoas, afora os escravos. Pelo porto de Ubatuba exportava-se ouro de Minas trazido por tropeiros e a ele chegavam mercadorias europeias que seriam destinadas aos senhores coloniais em São Paulo e Minas Gerais.

Em 1787 o presidente da Província de São Paulo decreta que todas as mercadorias da capitania deveriam ser embarcadas por Santos, ocasionando a decadência econômica da cana e do porto de Ubatuba (Ferreira & Pilla, 2004). A entrevista abaixo, de um morador do Cambury, mostra um pouco da história local:

“Há relatos feitos através do relatório do ITESP, um estudo mais detalhado, científico (...) que relata a existência de uma fazenda chamada Cambory, com”O”, significa “rio que muda”, “rio que anda”, em tupi. A árvore genealógica que liga que realmente todos aqui são descendentes desse quilombo (...) Tem uma etnia aqui do lado em Trindade, que não é reconhecida, que são os Karapevas. Mas a gente tem, óbvio, a transição dos Guaranis por aqui e a época também dos Tupinambás. Aqui nas Couves mesmo tinha os sambaquis que é mais pré-histórico ainda. Mas em meados de 1600, 1700 rolou essa Fazenda. Ela perdurou até o século XIX quando veio a entrar em decadência toda essa parte histórica, do lado norte e sul, que ligava

os portos de Santos. E foi quando construíram lá em cima a ferrovia que ligava esses portos. Então aqui entra em decadência e os donos acabam abandonando as fazendas e indo embora. Foi o que aconteceu aqui. Então essa geração de escravos, entre elas até o Mestre Basílio, que a gente tem uma relação que realmente comprova a existência, ele que puxa uma linhagem que é do Seu Genésio, da Dona Celina, do Seu Salustiano, que são realmente os descendentes quilombolas. Comprova toda essa existência. E não só dessa fazenda como também tiveram outros escravos que fugiram das fazendas de Paraty, que é a Josefa, a Cristina, que foram fazendo parte de cinco troncos grandes dessa época dos que foram escravizados. Então formaram esses quilombos, que interligavam, trocavam comida entre eles, teve essa ligação também. Aí depois chegaram os índios, foram se misturando. Teve uma grande serralheria aqui em 1900 também” (Ator 6).

O próximo relato, de um morador local, neto de índios e negros, não nega a existência da Fazenda Cambory, mas diz que ela não usava mão-de-obra escrava e concorda com a vinda de muitos negros fugidos de fazendas de cana-de-açúcar de Paraty (RJ):

“(...) Tem as histórias, mas aqui nunca teve fazenda de escravatura. Teve muitos escravos fugidos de Paraty pra cá, né? Veio a velha Cristina, veio a tal de Josefa, tem lá em cima a toca dela. Ela ficava lá com um pessoal lá, descia aqui, fazia alguma coisa, pegava bicho do mato, trocava com o pessoal aqui na praia. Teve outra que morreu aqui com 115 anos. Eu não conheci, mas o Inglês, o Genésio contam essa história. Uma negrinha, Cristina. Era escrava, casou-se com um francês. Depois ela, nem os amigos dela que eram negros ela não gostava. Que o cara era alemão, francês. Bisavô do Inglês. Senhorzinho do cabelo amarelo, olhos azuis, né? Depois ela foi embora, não ficaram aqui. Minha mãe, meus avôs, contam que eles vieram lá de Paraty pra cá. Tinha muita fazenda de escravo. Refugiaram de lá, né? Depois da liberdade. Falam que aqui tinha fazenda de cana. Mas não tinha escravo, né? Diz que os fazendeiros foram embora e eles ficaram sendo donos das terras.” (Ator 2)

A situação econômica da região veio a melhorar com a abertura dos portos, 21 anos depois. Porém a grande devastação da Mata Atlântica pelo Vale do Paraíba teve início durante o século seguinte, com introdução da cultura do café, que também intensificou o tráfico negreiro no litoral, principalmente após sua proibição através da lei Eusébio de Queirós (1850). Os navios engajados nesse comércio passaram a fugir do centro político do Império (Rio de Janeiro), buscando portos mais ao sul, que então se encontravam em pleno processo de expansão cafeeira (São Paulo, 2006). Ubatuba passou a ser o porto exportador da região chegando a receber anualmente cerca de 600 navios transatlânticos; por esta rota (Rota do Café⁸) entraram mais de 70 mil escravos.

Em 1855, a Vila de Ubatuba passou à categoria de cidade, possuindo um cemitério, igreja, um teatro, água encanada, mercado municipal e residências para abrigar a elite local, constando entre os municípios de maior renda da província (Ferreira & Pilla, 2004). O

⁸ A Rota do Café era a antiga estrada que ligava o Porto de Ubatuba seguindo pelo Vale do Paraíba até o sul de Minas (Ferreira e Pilla, 2004)

cultivo do café trouxe modificações profundas na paisagem física e urbana de Ubatuba, as áreas planas cresceram de valor e muita mata era devastada; a demanda por embarcações, casas, mobiliário e carros de boi foi provocando o fim da madeira de lei. Em 1836 a população negra superou a branca, chegando a ter cerca de 12 mil escravos. A partir de 1870, antecipando-se a deflagração da guerra franco-prussiana, dezenas de famílias nobres francesas instalaram-se em Ubatuba, comprando grandes extensões de terras e originando fazendas de cultivo de café, fumo, cana-de-açúcar, frutas tropicais e especiarias, além de olarias e mansões senhoriais (Ferreira & Pilla, 2004).

Em 1867, foi construída a estrada de ferro que ligava Santos a Jundiaí. Para sustentar o vultoso investimento, o governo determinou que o porto de Santos fosse o único autorizado a exportar mercadorias para fora de São Paulo. Dez anos depois, foi inaugurada a ligação ferroviária entre São Paulo e Rio de Janeiro, criando uma via terrestre alternativa ao tradicional escoamento marítimo. Esses fatores, atuando em conjunto, provocaram a desarticulação do sistema que interligava planalto e litoral. Sem poder escoar seus produtos diretamente e sem a mão-de-obra escrava desde 1888, a economia de Ubatuba parou. A aguardente, importantíssima no comércio da escravidão, perdeu sua função e a mão-de-obra que tocava os engenhos e as plantações sumiu, ocasionando o fim das unidades de produção do litoral. As famílias migraram e as terras perderam o valor, permanecendo pobres as populações. Para refrear a decadência da cidade e de seu porto, iniciou-se a construção de uma estrada de ferro ligando Ubatuba a Taubaté, porém ela não foi concluída (Ferreira & Pilla, 2004). Essa desarticulação econômica provocou movimentos de reorganização produtiva, principalmente a formação das “comunidades tradicionais” (São Paulo, 2006), como relata esse ator em entrevista:

“Aquela região do Norte do Litoral do Estado (SP) e Sul Fluminense (RJ) teve uma dinâmica em determinado momento, mais intensa nos séculos XVIII e XIX, quando havia uma troca de mercadorias por intermédio dos portos de Paraty, Picinguaba e Ubatuba com a zona de minas em Minas Gerais e um pouco depois com o café do Vale do Paraíba. Havia grandes propriedades, principalmente a cana-de-açúcar teve ali um momento importante, mas já no final do século XIX e início do século XX aproximadamente, aquele lugar passou por um processo de esvaziamento e estagnação que foi determinante com relação à composição da população que lá permaneceu” (Ator 11).

Para (Mussolini, 1980) o tipo de vida fechada que se desenvolveu no litoral, quase que isolado do mundo de fora em termos de produtos e influências, por causa da falta de poder aquisitivo, resultou em *“um aproveitamento intensivo, quase exclusivo e mesmo abusivo dos recursos do meio, criando-se, por assim dizer, uma intimidade muito*

pronunciada entre o homem e seu habitat”. A densa vegetação das escarpas montanhosas da Serra do Mar criou um fator de isolamento e pequenas baixadas costeiras com solos secos e extensa hidrografia criaram as condições para os grupamentos populacionais.

As políticas públicas deste período colonial relacionadas aos recursos naturais privilegiaram o extrativismo predatório e só consideravam a possibilidade de preservação das espécies economicamente interessantes (como no caso do Pau-brasil) e que corriam risco de desaparecer. Os mecanismos de gestão associados com essas leis, no entanto, eram extremamente precários, prevalecendo o interesse privado em detrimento do público, o que não freou a quase extinção desta espécie (Medeiros, 2004).

5.2.1.1. Avaliação do Período I

Neste período se destaca a ausência do poder público na gestão ambiental da área, que sofreu principalmente os efeitos indiretos decorrente de políticas de âmbito nacional – principalmente os ciclos da cana-de-açúcar, ouro de Minas e a introdução do café nas terras do Vale do Ribeira. Percebemos que os conflitos em relação ao uso da terra foram sendo contornados a partir de ações governamentais descendentes. A apropriação do território de alta produtividade até então foi realizada a serviço da lógica Mercantil, o que também contribuiu para a formação das comunidades tradicionais de subsistência, especialmente em locais como Ubatuba, que se tornou estratégica ao desenvolvimento da economia de exportação do café, cana e ouro. Abaixo (Quadro 2) são elencados os principais atores relacionados a utilização dos recursos naturais no período analisado:

Quadro 2- Ator, lógica de ação e grandezas no período I.

ATOR SOCIAL	LÓGICA DE AÇÃO	GRANDEZA MOBILIZADA
Populações alóctones	Pesca, caça, extrativismo e agricultura	Doméstica/Inspiração
Colonos	Povoamento, extrativismo, agricultura de subsistência	Mercantil/Doméstica
Estado	Agricultura de exportação (Ouro, Cana-de-açúcar e Café)	Mercantil

Imigrantes	Fazendas de cultivos	Mercantil
Comunidade tradicional	Produção de gêneros de primeira necessidade, exploração dos recursos naturais, caça e pesca	Doméstica/ Inspiração

De início, a natureza selvagem, primitiva e abundante do Brasil tropical, e sua grande biodiversidade eram a base dos recursos dos nômades e posteriormente da cultura indígena. A apropriação do território e dos recursos naturais se fazia através da abundante fauna de caça, pesca, extração de recursos florestais e, principalmente, o cultivo da mandioca. Os recursos eram a base material da existência destes povos primitivos e a disputa do território significava mais do que a disputa por recursos, possuindo uma conotação mítico-religiosa. Com a chegada do Europeu, uma nova lógica de apropriação do território começou a se impor através de ações hostis, escravização, exploração econômica de recursos naturais e colonização. As antigas aldeias foram sendo substituídas por vilas cada vez maiores, sendo que os nativos começaram a se miscigenar com brancos europeus, formando o povo brasileiro. Este, por sua vez, afora as vezes que fazia parte de famílias abastadas, proprietárias de grandes terras e fazendas, passou a se constituir na grande mão-de-obra que iria servir ao modelo agro primário exportador. Ao mesmo tempo, a agricultura de subsistência sobrevivia, uma vez que também servia de apoio aos grandes engenhos, produzindo, entre outros, produtos naturais como anil, fumo e peixe.

Neste período então observamos que ocorreu a extração de recursos naturais pelo colonizador, objetivando a maximização dos lucros em relação ao uso da terra, ou seja, imbuída de uma lógica mercantil de apropriação do território. O que para os índios constituía um espaço territorial permeado por relações sociais e culturais, imbuído de valores mítico-religiosos e organizados em pequenos núcleos de baixo ou nulo impacto ambiental, foi ganhando novos valores. A crescente urbanização foi tornando o espaço um lugar com valor imobiliário e a demanda por madeira para o suporte físico necessário às práticas sociais e econômicas levou às primeiras perdas ambientais. Até então, o território havia sendo gerido por esta lógica, sem uma preocupação em relação à conservação da natureza.

A extração de recursos naturais pelos colonos, o desenvolvimento de ligações e caminhos com as regiões produtivas e a grande chegada de escravos africanos, além da posição geográfica e medidas governamentais que propiciaram um processo mais lento de urbanização quando relacionado às áreas metropolitanas de São Paulo (Santos-SP) e Rio de Janeiro (RJ), levaram a resistência dos pequenos povoados portadores de uma cultura tradicional baseada em uma relação harmônica com a natureza. Fato este que possibilitou uma alta conservação local a despeito da grande quantidade de devastação iniciada no final deste período para o cultivo e a demanda por madeira de lei. Diversos foram os ciclos econômicos, com seus ápices e decadências, que influenciaram o território e a formação de comunidades de subsistência. O território do Cambury, em virtude das fazendas próximas e da geomorfologia local, se transformou em um refúgio para descendentes de negros e índios. À parte da história da região como um todo, o Cambury se configurava um local periférico, sofrendo influências mínimas a partir de seu entorno, o que de uma forma protegeu a natureza e uma cultura local tradicional.

5.2.2. Período II: Século XX, a “Era da Modernidade”: da abertura de estradas à criação do NPic (1900- 1989)

Este período é marcado pelas influências da sociedade industrial emergente, pela implantação da Rodovia Rio-Santos (BR-101) no Litoral Norte de SP e o aumento da especulação imobiliária, turismo e comércio. Entre outros, houve a criação do Parque Nacional da Serra da Bocaina, a criação do Parque Estadual da Serra do Mar e sua ação ostensiva, e algumas medidas de conservação.

Passados os ciclos econômicos da cana, do ouro e do café, a pesca e o cultivo da banana⁹ constituíam as atividades econômicas que impediam a completa estagnação econômica do litoral paulista no início do século XX (São Paulo, 2006). A partir de 1933 ocorre então um ressurgimento econômico no município de Ubatuba ligado ao turismo com a abertura de estradas: é aberta a ligação entre Ubatuba e São Luiz do Paraitinga nesta década (Ferreira & Pilla, 2004). São também criados neste período os principais dispositivos legais de proteção da natureza, entre eles o Código Florestal, o Código de Caça e Pesca, o Código de Águas e o Decreto de Proteção dos Animais, de 1934. Na década de 1940 abriu-se a estrada de terra que atravessa a Serra do Mar entre São José dos Campos e Caraguatatuba; em 1954 abre-se a estrada ligando Caraguatatuba a Ubatuba (hoje Rodovia Estadual Doutor Manoel Hipólito Rego, estrada que compõe parte da Rodovia Governador Mario Covas (BR-101), sob o domínio do Estado- DER) e na década de 1970 essas vias foram asfaltadas, tendo início também a construção da rodovia BR-101 (São Paulo, 2006).

5.2.2. a) A Rodovia Governador Mario Covas (BR-101)

A explicação para o investimento no conjunto de obras viárias desta época se relaciona à estratégia desenvolvimentista que caracterizava o Estado brasileiro naquele momento, pautada em políticas de planejamento econômico sob a influência do Plano de Metas, do Governo Juscelino Kubitschek. Foi projetado um conjunto de obras apoiadas na valorização do transporte rodoviário aliada à expansão da indústria automobilística no país, setores considerados estratégicos dentro da conjuntura política da época. Na década de 1960, o governo federal, através da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) apresentava o Projeto Turis - Plano de Aproveitamento Turístico, que identificava ao longo do litoral entre São Paulo e Rio de Janeiro, um grande potencial de exploração turística, que deveria ser

⁹ Nesse período, surgiu o ciclo da banana, que tomou conta do litoral. Fruto da iniciativa de investidores imigrantes espanhóis e portugueses, essas plantações se espalharam pelo litoral, em Bertioga, Caraguatatuba, São Sebastião, Itanhaém, chegando até o estado do Rio de Janeiro (São Paulo, 2006).

viabilizado através do grande eixo viário da BR 101¹⁰. Previam-se a implantação de 775 mil habitações incluindo hotéis de luxo e de classe média, hotéis, restaurantes, clubes, entre outros (Scifoni, 2005). Gottfritz (2013) em entrevista comenta:

“Durante a construção da rodovia houve quedas de barreira, trechos prontos da estrada foram levados na época das chuvas, a um custo altíssimo. A estrada muito difícil de ser feita, e em termos de impacto de progresso não trouxe nada (...). Então a Rio-Santos foi uma obra imensa, um custo astronômico em termos de dinheiro, de muita dificuldade, que acabou gerando... eles tinham um ideal, o Projeto Turis, e fez a organização de praia por praia ao longo de toda a Rio-Santos. Eles usavam metro quadrado de banhista por praia. Pegavam a retroterra da praia, viam qual era a área, foi feito um voo, uma aerofotogrametria, só para o Projeto Turis, fizeram a restituição, mapearam isso, foi muito bem feito, a metodologia é muito simples e muito boa. Boa no enfoque. Nós mudamos isso, eles tinham lotes muito grandes e densidades muito baixas e tava mais para a realidade europeia do que pra nossa, eles eram europeus, tinham outra maneira de ver a coisa (...) eu vi que a estrada era uma estrada, na cabeça dos militares, estratégica, porque esse litoral era um litoral ermo pra defesa, pra tudo, pra defesa por terra era um problema. Como foi a mesma mentalidade da perimetral norte do Brasil, a Transamazônica e a Perimetral norte que eram estradas de integração de defesa. Tem toda aquela fronteira com a Venezuela, Colômbia, Peru, que não tem como controlar, até hoje não tem como controlar. Eles fizeram o sistema de radar da Amazônia. Então era essa mentalidade que imperava, as duas maiores cidades do Brasil, elas tinham um trecho de 300 km que não tem acesso, não tem defesa, chegar com equipamentos pesados, tropas, era um pouco a mentalidade, era um mentalidade militar, e eles enfrentaram o desafio de fazer a estrada. Esse foi o mote na minha opinião, não tinha um mote econômico, pelo contrário”.

Entretanto, segundo Vieira (2009), a construção da rodovia foi uma decisão de força econômica que fazia parte das políticas de desenvolvimento nacional. O autor aponta ainda que construção da BR-101 foi importante elemento estruturador na configuração territorial do município de Ubatuba que contribuiu ainda mais para a segregação espacial e formação dos bairros periféricos. Ela foi indutora de um desenvolvimento aleatório, pois contribuiu para um crescimento desordenado e sem critérios; a Rodovia foi projetada sem os cuidados técnicos necessários, ocasionando impactos ambientais irreversíveis e prejuízos socioeconômicos à população. Seu planejamento, inadequado para o contexto nacional, seguiu uma lógica de destinar o território para um tipo de turismo, ignorando a presença de moradores nas áreas dos municípios e seus direitos.

¹⁰ A BR-101 é uma rodovia federal longitudinal do Brasil. Seu ponto inicial está localizado na cidade de Touros (Rio Grande do Norte), e o final na cidade de São José do Norte (Rio Grande do Sul). Ela atravessa doze estados costeiros brasileiros. Em toda sua extensão é denominada oficialmente Rodovia Governador Mário Covas. Segue no sentido norte-sul por praticamente todo o litoral leste brasileiro e é uma das mais importantes rodovias brasileiras. O trecho entre Rio de Janeiro e Ubatuba foi concluído em 1974 e de acordo com o relatório da empresa Sondotécnica, responsável pela construção da via, esta interligaria os portos do Rio de Janeiro e de Santos proporcionando uma integração nacional e a modernização das estruturas influenciadas por ela. Além disso, a BR-101 viabilizaria o Projeto Turis – um estudo realizado pela EMBRATUR sobre o aproveitamento turístico do litoral entre Santa Cruz e Santos através da análise e divisão do turismo em classes (Corrêa, 2008).

A Rodovia Rio-Santos destacava-se, então, por seu estreito vínculo com a atividade turística. Tratando dos relatórios da Empresa Sondotécnica, a BR-101 permitiria a modernização agrária e a industrialização da atividade pesqueira, entre outros aspectos que revelam um discurso pautado na ideologia da modernização. O projeto Turis foi inspirado em modelos importados, visto que a formulação das suas propostas é baseada em experiências estrangeiras, em contextos socioeconômicos distintos da realidade analisada (Corrêa, 2008). Abaixo são transcritos alguns trechos de entrevistas com atores relacionados à gestão do bairro do Cambury que relatam os impactos da construção da Rodovia:

*“(..) Aquele lugar chegou ao final dos anos 70 mais ou menos dessa forma, **que é quando a estrada foi aberta, o que obviamente desencadeou determinados processos dos quais a população até então estava bem alijada, para bem e para o mal. Esses processos basicamente se constituíram numa valorização imobiliária.** Já na metade do século XX para cá já havia pessoas e/ou empresas prospectando aquelas terras e fazendo compras mais ou menos legítimas, com demarcações mais ou menos precisas e com um processo de apropriação dessas compras mais ou menos intenso. O fato é que a estrada acabou dando uma nova velocidade a esse processo”. (Ator 11).*

A “modernidade” do litoral dá-se através desta rodovia, sendo que em 1974, é inaugurado o primeiro trecho da BR-101, a Rio-Santos, entre Rio de Janeiro e Ubatuba (Paes, 2006). A região desde então passou a sofrer um intenso processo de valorização do espaço geográfico e exercer um papel específico na divisão espacial do trabalho, o de zona de veraneio da elite paulista, a qual, a partir de 1930 começou a deixar Santos, passando a se concentrar no Guarujá e, anos mais tarde, nas décadas de 1960 e 1970, atinge o Litoral Norte de São Paulo (Scifoni, 2005). Após a construção da BR-101 o cenário natural e social no litoral norte de São Paulo se modificou muito. Esta rodovia trouxe várias consequências, dentre elas a especulação imobiliária; expulsão dos caiçaras de suas terras; o turismo predatório e daí uma série de alterações sociais, culturais e ambientais, além de uma progressiva degradação do meio natural. Um ator local relata como foi o processo de compra de terras, decorrente da valorização turística da área:

*“Quanto ao Cambury, (...) como é que fala... eles eram aquelas pessoas com pouca cultura, pessoal isolado, então qualquer conversa, eles entravam. Entrou lá um tal de Abraão que comprou aquela parte lá de baixo tudo. Fechou e não cuidou, deixou alguém lá pra olhar. E o pessoal lá só vive da pesca, **aí qualquer um que chegava lá mais inteligente mandava eles assinarem**”. (Ator 15)*

Este ator também denuncia em entrevista:

“A Rodovia Rio-Santos chegou em 1974, passando por um trecho que antes não tinha estrada (justamente a área entre Paraty e Ubatuba, onde fica o Cambury). Antes disso, se pegava uma trilha que ia do Corisco até a Praia da Fazenda, pegava-se a barquinha do padre pra ir pro Ubatumirim, etc. No Estado do

Rio de Janeiro, já existia o Patrimônio da Trindade, que era mais antigo que a Rio-Santos, e que chegava também por trilha. O Cambury era um lugar bem escondido e isolado. A Rio-Santos então, que iniciou a abertura em 1971, 72, (junto houve a criação do Parque Nacional da Serra da Bocaina e posteriormente o PESM, muito por causa da estrada), trouxe a especulação imobiliária. No Cambury tinham empresários que já haviam comprado posses, antevendo que haveria valorização das terras” (Ator 12).

Em face das ameaças ao meio ambiente, aparecem incorporados às normas municipais de uso do solo vários instrumentos de legislação ambiental, estabelecidos na esfera estadual ou federal. A evolução dos instrumentos legais voltados à criação de áreas protegidas ocorre basicamente em resposta aos movimentos que, desde o período do Império, se mobilizam em torno da defesa de biomas - notadamente a Mata Atlântica - historicamente liderados por personalidades públicas, políticas e pela elite científica, que se apoiaram no movimento internacional de criação de áreas protegidas e seus discursos tradicionais (Medeiros, 2004).

5.3.2 b) O Parque Estadual da Serra do Mar- NPic

Na época de criação do PESM havia três grandes Reservas Florestais ao longo da Serra do Mar em São Paulo, mas que estavam desconectadas espacialmente: Caraguatatuba, ao norte; Queiroz-Pilões, no Município de Cubatão; e Curucutu-Itariru-Pedro de Toledo, ao sul. Entre 1973 e 1974, foi apresentado ao Governador do Estado de São Paulo, um projeto para unir essas três reservas numa única grande Unidade de Conservação. Nesse ínterim, estava sendo proposto um zoneamento urbano para a ilha de São Sebastião (Ilhabela), e as mesmas pessoas envolvidas com a criação do PESM, articularam com técnicos do Instituto Florestal- IF (órgão gestor de UC na época) e com outras entidades para ter apoio técnico e político e passaram a negociar o zoneamento de Ilhabela com proposta mais preservacionista de delimitar áreas para os loteamentos somente até a cota 200. Esse processo culminou com criação do Parque Estadual de Ilhabela, em 1977 e, seguindo a tendência, no segundo semestre daquele ano foi decretado o Parque Estadual da Serra do Mar (Raimundo, 2008).

Através do Decreto Estadual nº 10.251 de 30 de agosto de 1977 (São Paulo, 1977) o PESM foi criado como uma Unidade de Conservação de Proteção Integral com a finalidade proteger a flora, fauna, belezas naturais, bem como garantir sua utilização a objetivos educacionais, recreativos e científicos. Ele se estende do município de Ubatuba, divisa com o estado do Rio de Janeiro, no litoral norte de São Paulo, até os municípios de Peruíbe e Pedro de Toledo, no litoral sul. O Núcleo Picinguaba (NPic) do PESM, localizado

no município de Ubatuba, litoral norte do Estado de São Paulo, nas coordenadas geográficas 23° 27' Latitude Sul e 45° 15' Longitude Oeste, ocupando uma extensão aproximada de 47,5 mil hectares, configura-se num dos oito núcleos operacionais do PESM. Este Núcleo consiste no único trecho que abrange o nível do mar, chegando até a planície litorânea e costões rochosos, incluindo cinco praias e três agrupamentos humanos, comportando a primeira área do município de Ubatuba tombada pelo CONDEPHAAT (Silva *et al*, 2013).

O território do NPic é privilegiado por paisagens naturais de beleza ímpar, onde se encontram, muito bem conservados, cinco ecossistemas característicos da Mata Atlântica brasileira: Floresta Ombrófila Densa, Manguezal, Costão Rochoso, Restinga e Praia. Além disso, o núcleo é conhecido pelo seu rico patrimônio histórico-cultural, devido às, ainda presentes, tradições quilombolas e caiçaras. Devido às suas características culturais diferenciadas, produzidas historicamente, são reconhecidas em Picinguaba, sob o estatuto jurídico de tradicionais, as comunidades do Cambury, Vila de Picinguaba, Sertão de Ubatumirim e Sertão da Fazenda (Santos, 2013). O núcleo é administrado por um diretor, que se reporta diretamente à diretoria da Divisão dos Parques e Reservas Estaduais do Instituto Florestal. Uma equipe técnica e administrativa trabalha na gestão, incluindo guarda-parques, monitores de trilha, cozinheiros, empregados de limpeza e jardineiros. O número de pessoal varia de núcleo para núcleo, dependendo de seu tamanho e de seu orçamento. Em algumas áreas o parque está bastante exposto, uma vez que estradas e rodovias atravessam seu território ou estão muito próximas dele, facilitando assim o acesso. O parque conta com o auxílio da Guarda Florestal que atua na fiscalização, embargo de obras e aplicação multas aos infratores (Evans, 2007).

Durante tanto tempo de história do Brasil, muito da cultura quilombola e caiçara se perdeu e, com a chegada do Parque, esse processo de perda da identidade acentuou-se (Lopes *et al.*, 2011). Além da falta de orientação adequada, a chegada dos representantes do PESM é qualificada como “radical” e muitas vezes “violenta”, como relatada por um ancião do Cambury:

“(...) muitos passou fome! Veio a lei do Parque, impediu de cultivar a mata. A pessoa que tava acostumada com aquela lavoura, quando fazia uma roça e aquela terra que não tinha vitamina pra sustentar a planta, deixava crescer o mato e a pessoa ia lavrar outra parte da terra. Com meus quinze anos que eu lavrava as terras, cortava com machado. Hoje essas terras, você vê que tem tronco que leva dias pra cortar! De terra que eu fazia roça! (...) Não podia mexer nas terras e não podia mexer mesmo! Você tá aqui conversando com uma pessoa que eu fui para no juiz por causa de roça. Nascido, criado na lavoura. Não é

que eu tivesse descultivando as matas. Eu obedeci, quando veio a Lei do Parque, em 86 por aí. E não foi que viesse só pra mim. Não podia cultivar para sempre, não mexer na mata mais. Mas isso, para nós que tava acostumado, que nasceu, se criou, aquilo foi um choque. Quem não trabalha, quem não sabe que é uma lavoura, tudo bem. No capim-gordura, no capim-melado, não tem vitamina. Aí é que nem se eu ficar assim (fraco), você pergunta: “Seu Genésio, vem cá, o que é isto? O que tá faltando?” “É vitamina! Pro sangue... não tem uma sustância. A moça vê que a terra é a mesma coisa, essa terra aqui não tem vitamina (apontando para o chão de seu quintal). Quando eu disse agora que descultivava pra descansar, era pra criar sustância, pra vir essa mata, deixar a terra vitaminar, e dar força pra planta sair. Força de crescer a batata, a espiga do milho, o feijão. Quando a gente tá abatido, cansado o que o médico vai receitar? É vitamina, ferro pro sangue, pros nervos... Você vê pra mim falta cálcio pros ossos...” (Ator 5)

Um funcionário da SUDELPA da época também comenta:

“E tinha também o IF, que contratou 25 pessoas, entre vigias, agrimensores e um gestor que era engenheiro agrônomo (e até mudou pra lá), e que tinham a orientação de prender qualquer pessoa que passasse com uma enxada na mão, ou seja, cumprir a lei rigorosamente, multando todos que a infringissem (...). Expulsar essas pessoas era uma situação complexa e desagradável para os gestores. Inclusive, a imagem do Parque se tornou péssima, sendo que a questão é bem mais complexa do que isso” (Ator 12).

Um parente de morador local denuncia:

“Aí o Parque, que estava interessado nessa área deles, começou a conversar (...). Aconteceu de eles fazerem as roças deles, eles vivem disso, a Florestal foi lá e arrancou tudo, judiou tudo, quebraram tudo, não podia fazer nada”. (Ator 16).

Raimundo (2008) aponta como impactos da criação da UC, que:

1. O Parque foi delimitado em apenas dois dias e com o apoio de fotografias aéreas de 1962 e 1973;
2. A população local ficou à margem das discussões de criação;
3. Não houve plena concordância entre os órgãos que trabalhavam com a questão ambiental (CONDEPHAAT X IF) em criar o PESM;
4. Acabou incorporando áreas com ocupação humana em seu interior (como no caso do Cambury) e excluiu alguns remanescentes florestais, que poderiam ser inseridos no limite do Parque.

Gottfritz (2013) comenta o processo:

“Nós criamos o Parque Estadual da Serra do Mar muito antes do Parque Estadual da Serra do Mar. Quando nós fizemos a legislação de uso do solo, a gente já congelou toda a área, o Parque vem depois, o Seo Zé Pedro Costa, eu vivi bem a parte da criação do Parque. Vou falar pra você como eram feitos os parques antigamente: quando eu fiz a legislação de uso do solo, um pouco antes, eu tinha um mosaico aerofotogramétrico que a VASP tinha nos fornecido, chamava-se Terrafoto, era da VASP, depois passou a ser Terrafoto, uma empresa estatal maravilhosa, funcionava que era uma coisa incrível, nos forneceu um

mosaico da área de Ubatuba. Eu peguei aquele mosaico um dia e coloquei em cima da mesa, era 1: 25.000 a escala dele, e restitui todas as áreas que estavam com degradação, diferença de floresta, fiz uma restituição e escrevi um trabalho, um enfoque sobre aquilo, uma abordagem, um termo de referência, dizendo da necessidade de ser criar um parque, unindo o estadual de Caraguatatuba, porque havia uma lacuna no meio, o estadual de Caraguatatuba e o federal da Bocaina. Essa parte estava descoberta. Eu restitui essa área, mostrei todas as contradições, ficou muito bom o trabalho. Gerei uma pastinha e mandei pro prefeito, com uma carta oficialmente mandamos pro Instituto Florestal, Secretaria de Agricultura, vários órgãos. Não deu um mês: eles vieram aí e disseram: “É isso, nós queremos fazer o parque”. O governo era sério naquela época. Funcionava assim: o Instituto Florestal, ligado à Secretaria de Agricultura, ele fazia mais ou menos aquilo que eu fiz, ele levantava a área e fazia a reatuação da titulação da área, via que títulos de propriedade tinham dentro da área de interesse do parque, primeiro demarcava o que era de interesse pra ser transformado em parque, depois se demarcava os títulos dentro da área.

Um morador do quilombo também comenta o assunto:

“Em 77, chegou o Parque. Quê que o Parque disse? “Olha, a terra é do Governo, é devoluta do Governo”. Só que é o seguinte: a comunidade nascida e criada ali há 300 anos. E o Parque alegando que quando foi formado o Parque, não existia comunidade. Só que é o seguinte: eles não filmaram o Parque de baixo, eles filmaram o Parque “aéreos”!” (Ator 4).

O trecho da entrevista com um antigo funcionário do NPic, transcrito abaixo, mostra como o Governo lidou com o território na época, primeiro permitindo a extração de recursos naturais e logo após, criando a reserva de Proteção Integral.

“Antes de ser criado o PESM, foi criada a Rio-Santos, a Rodovia Mario Covas, de 70 pra 75. Com a criação desta rodovia, teve imigração de pessoas pra cá que vieram trabalhar no Parque: extração de palmito, de caxeta... teve também o ciclo do granito-verde, que eles tiravam uns bloquetes grandes. Dentro do Parque tem uns granitos que foram apreendidos porque não pode ter”. (Ator 13)

Gotzfritz (2013) também comenta o assunto:

“No governo Montoro, ele fez o seguinte: ele pegou a militância ambientalista e chamou pra dentro do governo. O Zé Pedro Costa foi o primeiro secretário de meio ambiente, ele criou a secretaria de meio ambiente. Quando ele trouxe militância ambientalista começou os disparates, porque eram pessoas que vinham de passagem e diziam: “Ninguém mexe nisso”, e faziam leis, criavam problemas lá, longe, distantes da realidade do município, muitas vezes com ideias estapafúrdias sobre determinados assuntos, e isso criou uma balburdia horrível. O que aconteceu foi o seguinte: criou-se um cipoal de legislação que parou tudo, isso foi bom de certa maneira. Eu tive muito problema com essa extração de granito verde aqui, briguei muito com órgão federal que faz a regulamentação, que regula a extração mineral do Brasil, do Ministério de Minas e Energia. Porque a região de Ubatuba era a única que tinha esse granito verde, interesse muito grande inclusive pra exportação, e deixou muitas cicatrizes aí. (...) Mas é um Parque que não incorpora a população local. Quantas vezes eu falei: “Pega os caiçaras, as pessoas que moram na periferia, na borda ou dentro do Parque, e treinem essas pessoas, motivem essas pessoas pra cuidar, ser guarda do Parque, serem

monitores do Parque, fazerem trilhas”. Precisa ter um programa pro Parque, porque o Parque é maravilhoso, tem quedas d’água, cachoeiras, lagos. Podia ter tanta coisa, é algo estranho.”

A atuação do IF e a condução da implantação do Parque, por volta de sete anos após seu decreto de criação é relatada por um antigo gestor do NPic abaixo:

*“No final da década de 70, o Governo do Estado de SP, não só por causa daquela situação do Norte especificamente, mas por causa da situação do Litoral de uma forma geral, acabou decidindo por criar o Parque Estadual da Serra do Mar, não só ele, mas no caso, o que importa é o PESM. A ideia era que você tivesse condição de manter aquela paisagem mais conservada possível, além da importância ambiental intrínseca da Mata Atlântica. Mas alguns anos depois em função de processos imobiliários que estavam acontecendo ali na praia da Fazenda, expandiu-se o Parque, abarcando toda aquela área da praia da Fazenda e da Vila de Picinguaba. Já era parte de um movimento do Governo do estado que visava “proteger as comunidades tradicionais” desse acultramento que estaria em marcha, decorrente dessa questão imobiliária toda. **O mecanismo que se achou apropriado para aquela ocasião foi criar uma Área Protegida e, paradoxalmente, uma área protegida onde nada poderia ser feito, nem as atividades tradicionais que lá eram exercidas e o são ainda hoje (...)**” (Ator 11).*

No distrito de Picinguaba, a rodovia BR-101 atravessa o Parque Estadual em um trecho de 13 km, o que facilitou o acesso a Unidade de Conservação, e contribuiu também para o processo de especulação imobiliária em sua extensão. Os primeiros impactos significativos gerados no modo de vida tradicional dos quilombos do NPic vieram com a criação da BR-101 (Santos, 2013), como relatado por esse morador do Cambury:

“Então a moça vê que a pessoa nascia, tomava conhecimento, por muitas vezes analfabeto, não tinha leitura, num lugar desse aqui não tinha. E ali trabalhava, na vida da roça, ajudando os pais, não eram só os meninos, as meninas também por muitas vezes na roça, na plantação de rama de mandioca. A gente trabalhava pra si próprio, pra manter a vida. Lavrava a terra, fazia o plantio do milho, da rama da mandioca, da batata-doce, o cará, o inhame, a banana, a cana para o café! A plantação da cana secava-se na roça, o pessoal não dava conta, a cana azedava, secava na roça. A fatura. A alimentação do café era o caldo da cana. No engenho tirava o caldo da cana, aparado, depois dava um tempinho com água, “pá pá pá” no coador. A dona da casa deixava o caldo da cana bem cozido, botava o pó no coador, e passava o café com o caldo. Então a alimentação da manhã era o café do caldo da cana. Não tinha açúcar. A pesca era no verão. Vinha o tempo dos peixes, as corrida dos peixes certo: cavala, anchova, carapau. Terminava os seis meses da pesca. Terminava o os seis meses, todo mundo vinha pra lavoura. Às vezes fazia mutirão, às vezes não. Quando era pra adiantar o trabalho aí vinham 10 pessoas. Em outra parte de convivência, hoje tá melhor. Por que eu digo? Por que aquele tempo não tinha luz elétrica, não tinha estrada de rodagem, não tinha trânsito de carro, de condução. Onde vocês tão aqui. A mocinha teria que sair aqui era cinco horas da manhã para ir pra Ubatuba. Quando era para levar farinha, peixe salgado iam de canoa a remos. Quatro remos, doze horas de viagem para ir ao comércio de Ubatuba. Não era todo mundo que compreendia o trabalho fazer canoa pra viajar, tinham os carpinteiros. Não tinha nada de motor, tudo era na mão. Hoje não, a mocinha pega a condução, tem um ônibus, agora na escola, tem às seis horas da manhã. Depois tem um meio-dia e

meia, que sai de lá e vem aqui. Agora quando é três, quatro horas da tarde tem outro, quando precisa ir no comércio, vai na parte da manhã, ou na parte da tarde. A não ser isto tem lá em cima no ponto final, o dia todo (na divisa com a Cabiúna). Começa de manhã e vai até as zero hora da noite. Então eu quero esclarecer que nesta parte que não tinha no passado melhorou. A pessoa viajava a pé e tudo. Mas tinha-se outra liberdade. A pessoa nascia trabalhando na lavoura. Você vê hoje a pessoa com 14, 15, 18 anos não sabe plantar um feijão, milho, não sabe plantar uma rama, um cará. Por quê? Porque não existe roça mais. Naquele tempo não. Desde pequeno estava ali juntos com os pais, com a mãe (...) (Ator 5).

Em meados do século XX então, o litoral norte de São Paulo, assim como boa parte do Brasil, teve um abrupto “desenvolvimento” devido ao processo implantado pelo governo militar, associado a um tipo de pensamento evolucionista (Paes, 2006). Os loteamentos que surgem no litoral norte a partir da década de 1970 caracterizam-se por se situar em porções privilegiadas dos sítios municipais, tais como condomínios e empreendimentos relacionados à atividade turística, localizados entre o mar e a rodovia, expulsando a população que vivia da pesca artesanal e da agricultura por dificultar o acesso às praias (Corrêa, 2008). No cenário internacional, a crescente percepção mundial dos problemas ambientais contribui para o surgimento de uma agenda ambiental planetária, no pós década de 1970, com metas e estratégias comuns a vários países sobre a questão da proteção dos recursos naturais renováveis. A criação de organismos governamentais em defesa do meio ambiente e a crescente mobilização internacional se refletem no país e, assim, são revisados os instrumentos políticos criados no início do século e outros novos são instituídos. A criação do Parque Nacional da Serra da Bocaina em 1971, dos Parques Estaduais da Serra do Mar, de Ilhabela e da Ilha Anchieta, em 1977, e o tombamento da Serra do Mar em 1985 foram algumas iniciativas governamentais para proteger a paisagem e os recursos naturais que ainda restaram nos fragmentos florestais de Mata Atlântica através de Instituições como o IBGE e o IPHAN (São Paulo, 2006). A construção de estradas e rodovias cada vez maiores e mais modernas, associada ao aumento da população urbana da cidade de São Paulo e das demais cidades do interior paulista contribuíram fortemente para a explosão de interesse e uso recreativo de todo litoral paulista, resultado de toda uma formação geopolítica e planejamento em função dos momentos políticos em que o país se encontrava.

Em 1981 é instituída a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6938/81), que estabelece um Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) e legisla sobre o Conselho Nacional (CONAMA) com a participação da sociedade civil. Nesta década de 1980, cresce a quantidade de movimentos ambientalistas no mundo todo. Com o trabalho das ONG, em

pouco tempo, a questão das minorias e os temas sociais passam a ser incorporados pelas políticas ambientais, ganhando fortes “interlocutores”, e no cenário nacional, tais organizações começam a adquirir um relevante espaço de atuação (Medeiros, 2004).

No ano de 1983, ocorre a efetiva implantação do NPic utilizando uma estrutura na Praia da Fazenda e realização de concurso público do Instituto Florestal para a contratação de uma equipe de 51 funcionários, quando se têm início a efetivas intervenções na área. O Tombamento da Vila de Picinguaba em 1983 (Resolução CONDEPHAAT nº 7 de 01/03/1983) propunha a “preservação de algumas aldeias caiçaras como representativas de uma forma de assentamento humano que faz parte da história do povoamento paulista e que está ameaçada de rápida extinção” (SÃO PAULO, 1998). Neste mesmo ano, o IF inicia levantamentos fundiários para subsidiar a implantação do Núcleo Picinguaba do PESM. Em 1985, o Tombamento da Serra do Mar (Resolução CONDEPHAAT nº 40, de 06/06/1985), reconhece oficialmente este setor como patrimônio natural e cultural paulista a ser perpetuado para garantir acesso e fruição coletiva também às futuras gerações. Por meio deste instrumento, definiu-se uma normatização de usos possíveis dentro da área tombada visando à proteção de suas qualidades paisagísticas (Paes, 2006).

Entre 1986 e 1987, o Regulamento dos Parques Estaduais Paulistas (Decreto nº 25.341 de 1986)¹¹, o Decreto de Criação do Parque Estadual da Serra do Mar, o Regulamento dos Parques Nacionais, além do Decreto de Criação do Parque Nacional da Serra da Bocaina e das Resoluções do CONDEPHAAT acima citadas; o Código de Pesca e o Código Florestal, apesar de já estarem em vigor antes da criação das UC passaram também a ser fiscalizados com maior rigor, haja vista a montagem de equipe de trabalho do IF para exercer essa função, juntamente com a Polícia Ambiental (Simões, 2010).

Neste mesmo íterim, teve início o Projeto Picinguaba (1986) representando um esforço de compatibilização entre os aspectos sociais e ambientais, inseridos em um contexto em que a visão preservacionista predominava no Instituto Florestal. O projeto previa o desenvolvimento sustentável dos residentes com estatuto jurídico de tradicionais no interior da UC, conciliando em seus objetivos de conservação ambiental a preservação cultural e o atendimento e integração de segmentos distintos: posseiros/caiçaras, índios

¹¹ Ao longo da década de 1980 e parte da de 1990, o instrumento legal seguido pelos agentes ambientais era principalmente o Regulamento de Parques Paulistas (Decreto Estadual Nº 25.341 de 4 de Junho de 1986), que: proibia a coleta de frutos, sementes, raízes ou outros produtos dentro da área dos Parques Estaduais (artigo 10); proibia qualquer ato de perseguição, apanha, coleta, aprisionamento e abate de exemplares da fauna dos Parques Estaduais (artigo 13); e proibia moradias que não exerciam funções inerentes ao seu manejo (administrativas) (artigo 27) (Raimundo, 2008).

guaranis, pesquisadores, estudantes e visitantes. Também previa a integração dos fatores histórico-antropológicos com o estudo dos ecossistemas e de preservação da Serra do Mar, além da criação de um centro de pesquisas e educação ambiental voltado para a população local, visitantes e estudantes. Entre as justificativas para o Projeto Picinguaba destacava-se que em meados dos anos 1970 teve origem um impacto sócio ecológico e cultural na região, cabendo ao poder público equacionar e investir na melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes e na preservação de um patrimônio natural e cultural que está sendo destruído em nome do próprio desenvolvimento turístico que procura este patrimônio (SMA, 1987). Previa, envolvendo vários parceiros, o estudo da questão fundiária, maior fiscalização, atividade comunitárias, ecoturismo, entre outros. Em relação à ocupação humana, o Projeto Picinguaba pretendia desocupar a área na medida em que os recursos estivessem disponíveis e que os moradores apresentassem interesse, e ao mesmo tempo, capacitar e criar condições para desenvolver práticas econômicas alternativas e compatíveis, voltadas para os moradores que permanecessem, requalificando as atividades habituais e atingindo, muito precariamente, o Cambury (Simões, 2010). Já no início dos trabalhos ocorreram as primeiras tentativas de apoiar e desenvolver as atividades básicas dos moradores tradicionais, por iniciativa da equipe e administração do próprio NPic. A sobreposição e indefinição de políticas governamentais claras propiciaram uma miscigenação de propostas de atuação, entre as altamente restritivas, que se desinteressavam pela presença humana no Parque, e aquelas que tentavam reconhecer, assimilar e trabalhar com a sua permanência (Simões, 2010) como relatado abaixo:

“O PESM, criado em 1977, possuía no começo apenas dois núcleos, em Caraguatatuba e Cubatão. Em 1984, o IF se instalou na Picinguaba com uma sede que antes era uma casinha de madeira, e foi mais ou menos a época que eles entraram pra fazer o mapeamento da ocupação. Assim, esse grupo começou a dar palpites sobre a gestão, com uma postura de defender o pequeno posseiro. Nessa época houve um período de gestão dupla, pois eu coordenava o Projeto Picinguaba pela SUDELPA, com o qual conseguimos recursos para construir o centro de visitantes, hospedaria, recuperação da Casa de Farinha, com uma equipe mínima para viabilizar essas coisas.” (Ator 12).

Em contrapartida aos conflitos gerados com sobreposição da Unidade de Conservação em áreas de moradia e da repressão das atividades envolvendo uso dos recursos naturais, o PESM promoveu a capacitação de monitores ambientais locais e o começo do ordenamento do uso da praia da Cambury, entre outras regulamentações, como relatado por morador em entrevista:

“Vejo também assim: logo criou-se o Parque, aí a agricultura começa a ficar fraca, não pode desmatar mais, não pode queimar, não pode fazer isso, aquilo que se fazia de maior porte. Hoje tem que ser limitado. Aí vai ficando difícil a vida do caíçara. Aí apareceu o ecoturismo, camping, trabalhar como monitores ambientais, mas isso tem sido pouco”. (Ator 2)

Um funcionário do NPic também comenta:

“Eu era guarda-parque na época e trabalhávamos na fiscalização. A área que a gente mais preservava era da Almada ao Cambury, que tem todo um histórico, que era uma grande Fazenda Picinguaba. Então quando foi feito esse levantamento histórico, antropológico, cultural com a Adriana Mattoso, essa equipe que era da SUDELPA, começou a trabalhar. Por que a gente trabalhava da Almada até o Cambury? Por que eram terras do Estado. Na época, antes de serem passadas para o Instituto Florestal eles quiseram passar pra Marinha, mas a Marinha não quis, por ser uma entrada de enseada rasa, aí passou pro IF quando foi criado o Parque. A gente começou a trabalhar na fiscalização, mas não teve um levantamento das comunidades, dos moradores, das famílias que moravam. Tombaram o Parque e não fizeram um levantamento antropológico como hoje tem. Aí fomos fazendo o trabalho de fiscalização, com uma equipe técnica pouca. Na realidade nos dois primeiros anos a gente começou a trabalhar com educação ambiental. Eu fui um dos primeiros monitores a trabalhar, fazia escola de turismo, comecei a trabalhar com Educação Ambiental. (...) (Ator 13)

Um ancião do Cambury também reconhece a importância dos trabalhos de gestão do PESM na área:

“Não é que eu diria que não podia vir a Lei do Parque. Ela tem que existir. Porque... vocês tão hoje aqui. Nasce um córrego de água aqui. Eu to nessa idade, 86 anos graças a Deus. Então se eu vejo um neto, um sobrinho, que não tem noção das coisas, virem botar a foice pra descultivar, aí eu digo: “garoto, aí não!” Mas por causa de que? “Eu to pra ir embora, você vai descultivar aqui vai secar essa água!” Eu não to indo mais para frente, to voltando para trás. Você vê, eu sou um guarda! Eu sou guarda pra impedir! Porque eu sei que amanhã não vou estar aqui mais. Então a moça vê que não é isto que a gente quer” (Ator 5).

Com a Constituição de 1988, o meio ambiente e as comunidades tradicionais passaram a ser ainda melhor amparados legalmente. A Constituição Federal prevê, em seu Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias: *“Aos Remanescentes das Comunidades dos Quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos.”* (BRASIL, 1988).

Neste período então, o território do Cambury passou a sofrer os efeitos das políticas governamentais que direcionaram o desenvolvimento regional para a atividade turística, por meio da criação, por parte do Estado, das condições necessárias ao processo, quer pelo investimento em acessibilidade, quer pela expansão da rede de energia elétrica, que possibilitou a iluminação pública e o conforto das segundas-residências (Scifoni, 2005). O

turismo, especialmente em Ubatuba, diversificou as atividades econômicas em seus locais de desenvolvimento, porém sem diretrizes que ordenassem as mesmas no contexto de desenvolvimento global da cidade. Provocou a dinamização do terciário através do comércio de alimentos, artesanato, hotéis e restaurantes, e, sobretudo do setor secundário, como a construção civil, que é o setor mais dinâmico do município de Ubatuba, responsável pelo maior volume de recursos em circulação e geração de empregos (Vieira, 2007).

5.2.2.1- Avaliação do período II

Abaixo (Quadro 3) foram elencados os principais atuantes identificados na gestão do território e dos recursos naturais neste período, suas lógicas de ação e grandezas mobilizadas:

Quadro 3. Ator, lógica de ação e grandeza mobilizada no período II.

ATOR SOCIAL	LÓGICA DE AÇÃO	GRANDEZA MOBILIZADA
Comunidade Tradicional	Pesca e cultivo de subsistência	Doméstica
Imigrantes espanhóis	Agricultura da Banana	Mercantil/ Doméstica
Governo do Estado	Legislação ambiental, exploração de recursos naturais, implantação de rodovias, Parque Estadual da Serra do Mar (PESM).	Mercantil/ Industrial/Inspiração
Governo Federal	Legislação ambiental, modernização agrária, industrialização da pesca, valorização turística e do setor terciário, controle do território e acessibilidade (BR-101).	Industrial/Mercantil/ Inspiração

Moviment os sociais e ambientais	Defesa de minorias/ Conservação da natureza	Cívico
--	--	--------

Neste período podemos observar que a criação de novas áreas protegidas se tornou uma estratégia do Estado para integrar e desenvolver todas as regiões do país, adquirindo um sentido geopolítico. A criação do PESM, uma política vertical descendente, provocou o efeito colateral de deixar as comunidades tradicionais em um estado de maior vulnerabilidade, visto que seus territórios, até então apropriados por eles com base na grandeza Doméstica, entraram em contato com a modernidade de maneira abrupta, primeiro devido à maior acessibilidade e afluência de pessoas, movido em grande parte por grandezas mercantis, e depois, a ilegalidade em relação ao uso do território. A postura autoritária do poder público que prevalecia na época da Ditadura e que persiste, ainda que em menor grau, com uma gestão intencional baseada no interesse difuso (grandeza Cívica), mas com a gestão efetiva calcada na grandeza Industrial, dificultou muito as negociações entre as esferas, provocando uma situação que se arrasta por décadas. O novo regime advindo com a chegada do PESM, além de não reconhecer a posse da terra pelos tradicionais, apresentava uma série de proibições, passíveis de multas e apreensão. Muitas dessas limitações contrariavam o modo de vida tradicional, como a proibição da agricultura e extração de recursos naturais da mata, e vieram de forma repentina, não havendo comunicação prévia ou negociações com os moradores, os quais, da noite para o dia, passaram a ilegalidade. Essa situação, comum a outras UC paulistas, está bem retratada no trabalho “Nossa Terra virou Parque” (Diegues e Nogara, 1994). Deste modo, fica claro que os maiores impactos e conflitos no modo de vida tradicional gerados com a implantação do PESM relacionam-se com a proibição da agricultura de subsistência e da caça, aliada ao início de desapropriações de residentes (Santos, 2013).

A estratégia de incluir os tradicionais de Trindade, Vila de Picinguaba e Cambury em Unidades de Conservação (denunciada por um de nossos entrevistados), não foi depois incorporada ao SNUC, visto que muitos destes tradicionais entraram em UC de Proteção Integral. Esta era uma corrente de pensamento vigente entre os agentes ambientais que compuseram a Equipe de Resolução dos Conflitos da Terra (Grupo da Terra), da SUDELPA, ligada à Secretaria Estadual do Interior (Simões, 2010). De qualquer forma, o modo de atuação desta Equipe, ainda que no início tenha sido de certa forma ignorada,

contribuiu para as mudanças que veremos nos períodos posteriores, pois de fato, como poderá ser observado, as políticas de desenvolvimento de UC e Tombamentos contribuíram para a preservação dos recursos naturais já bastantes escassos, preservando áreas sobre o domínio de comunidades tradicionais e ao mesmo tempo protegendo tais remanescentes da expropriação de seus territórios e sua total aculturação.

Podemos ver que neste período a gestão intencional do Governo, tanto Estadual quanto Federal, foi simultaneamente aprimorar as políticas de proteção ambiental do território nacional, além de modernizar as regiões de modo a atender aos requisitos do mercado e da indústria, e também fornecer um espaço preservado para lazer, predominando uma lógica de ação descendente vertical. Tal processo, regido por ações dúbias, intensificou os conflitos locais de uso e apropriação do solo, o que culminou com os primeiros impactos sobre os direitos básicos das populações. Seus membros viram seu território à mercê de uma conjunção político-econômica que intensificou seu contato com a modernidade de maneira abrupta e desordenada, muitas vezes negativa, passando à ilegalidade e a restrição do seu modo de subsistência, sofrendo prejuízos sociais. Entretanto, uma rede de atores para apoiar a permanência desses povos e a luta pelos seus direitos, começava a se formar neste momento, ainda que apagados por uma conjuntura político-administrativa não propícia ao seu fortalecimento.

5.2.3. Período III - Os primeiros trabalhos de gestão participativa de ocupantes na UC (do Projeto Picinguaba- 1990 ao SNUC, 2000).

Neste período ocorrem maiores medidas de apoio e desenvolvimento das atividades básicas dos residentes com estatuto jurídico de tradicionais, por iniciativa da equipe e administração do próprio NPic, porém com pouco sucesso e flexibilidade no tratamento dos ocupantes.

A partir da década de 1990 pode-se observar um processo de democratização das decisões acerca do uso e conservação de recursos naturais no Brasil. Deu-se início um processo de mudança compartilhada de postura na relação da sociedade (atores governamentais, usuários de um modo geral das UC, além de pesquisadores) com o patrimônio natural (Ferreira *et al*, 2007). É no início desta década que o Departamento de Parques e Áreas Naturais (DEPAN) foi desfeito e a equipe passou a integrar os quadros do Instituto Florestal (responsável pela gestão de Unidades de Conservação em São Paulo na época) e da Coordenadoria de Proteção de Recursos Naturais (CPRN), promovendo-se uma gestão única, com diretrizes que procuravam mesclar, a conservação e a manutenção de atividades voltadas para os residentes tradicionais (Simões, 2010).

Em 1991, o IF elaborou o primeiro cadastro socioeconômico no PESM. Segundo Simões (2010), no acervo do NPic encontra-se documento reivindicatório de autoria dos membros da ONG Associação de Desenvolvimento da Costa Norte a favor do desenvolvimento do Cambury, a partir de reunião realizada em 12/04/91. Consta em síntese o seguinte:

- Necessidade de demarcação das posses do Cambury para liberação das roças;
- Negociação de novas áreas para plantio;
- Assistência técnica permanente;
- Instalação de luz elétrica, entre outros.

Na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Eco-92, realizada no Rio de Janeiro, a comunidade internacional estabeleceu as bases para o desenvolvimento sustentável da humanidade e do planeta e a defesa do meio ambiente entrou definitivamente na pauta de discussão e negociação (Medeiros, 2004). Em 1995, começou o mandato do gestor Luiz Roberto Numa de Oliveira no NPic-PEM, que deu início a uma Ação Demolitória movida contra as edificações que foram construídas na praia, sobre vegetação protegida pelo Código Florestal e em faixa de marinha, cujo uso é regulamentado

pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU) (Simões, 2011), processo que ainda se arrastará até o último período de análise (Ver Anexo 9.3.13).

No ano de 1996, fruto de uma cooperação financeira entre Brasil-Alemanha, através do Governo do Estado de São Paulo e do Banco KfW (*Kreditanstalt für Wiederaufbau* - KfW), banco de cooperação financeira alemã, foi desenvolvido o Projeto de Preservação da Mata Atlântica (PPMA) com base na renovação dos métodos de planejamento e gestão, de onde partiu a elaboração de Planos de Gestão Ambiental (PGA), como ferramenta para elaboração de zoneamentos e programas de manejo, contemplando etapa intensiva de planejamento participativo (Maretti, 1998). A metodologia do PGA consistia na elaboração de uma caracterização dos aspectos socioambientais das UC, a partir de compilação dos dados secundários existentes. Foram contratados consultores externos para indicar elementos ao zoneamento preliminar, ao mesmo tempo em que ocorriam reuniões e oficinas para levantar demandas e propostas de ação, junto aos segmentos relacionados direta ou indiretamente com a gestão de cada UC de São Paulo. Esse zoneamento foi construído e rediscutido pelos gestores das UC e suas equipes. Foram realizadas reuniões em que técnicos do NPic- PESM apresentaram a metodologia (técnica METAPLAN utilizada no método ZOPP (Planejamento de Projetos Orientados por Objetivos), voltado para o planejamento estratégico, com adaptações) e objetivos do PGA, com levantamento de problemas para cada um dos temas previamente definidos, seguido da formulação de possíveis soluções e de levantamento de parceiros. Nesta ocasião foram indicados representantes, com participação de algumas dezenas de residentes (Simões, 2010), sendo abordados os seguintes temas na primeira e segunda rodada de reuniões:

- a) Integração Parque - entorno e desenvolvimento sustentável;
- b) Ocupação Humana e Regularização Fundiária;
- c) Uso Público: ecoturismo e educação ambiental;
- d) Gestão e infraestrutura do Parque;
- e) Proteção e fiscalização;
- f) Conservação, recuperação e pesquisa.

A Oficina de Planejamento Final: ocorreu entre 25 a 29/8/97, com o desenvolvimento das matrizes de planejamento e a presença de 39 pessoas. Um dos produtos finais dessa última oficina foi a montagem do Comitê de Apoio à Gestão, em 1998, embrião do Conselho Consultivo. A partir da elaboração do PGA, então, houve a participação das

instituições locais, ONG, Associações diversas, pesquisadores e populações diretamente envolvidas com o Parque, quando foi possível levantar demandas dos residentes com estatuto jurídico de tradicionais. Em vistas das dificuldades de gestão representadas pela ocorrência de ocupações humanas no bairro, o Plano de Gestão para a Comunidade do Cambury geraria uma espécie de Plano Emergencial de Manejo, na ausência do Plano de Manejo do PESM, através do qual se esboçou um microzoneamento, partindo de construção com a comunidade, em que a área considerada de uso consistia no trecho compreendido entre a BR 101 e a praia (Simões, 2010).

Segundo relatos, as ações do PGA do Cambury não foram levadas a termo, por diversos motivos, dentre eles: o descompromisso da instituição gestora à época (IF) em relação aos ocupantes do Parque, mesmo os tradicionais, e à legislação vigente, altamente restritiva. Enquanto isso, os conflitos relativos às restrições de uso dos recursos naturais agravavam-se progressivamente e exigiam ações concretas para garantir inclusive, a integridade e a conservação do patrimônio natural daquela UC, bem como o desenvolvimento humano dos residentes (Simões, 2010).

No ano 2000, a publicação do SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação- (Lei Federal nº 9985/2000, de 18/07/2000, artigo 42 e Decreto Estadual nº 430/2002, de 22/08/2002, artigo 39) enfatiza a necessidade de firmar Termos de Compromisso com os residentes tradicionais, enquanto não forem reassentados, removidos ou indenizados, garantindo as condições de sua sobrevivência. O Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Bocaina elaborado neste ano, por sua vez, enquadra a região de Picinguaba em duas Zonas: Primitiva, na porção abrangendo parte do Cambury, e de Uso Extensivo, também em outra parte do Cambury. Essas zonas são altamente restritivas e consideram os residentes apenas no tocante a sua participação em atividades de visitação pública relacionadas à Trilha entre Cambury, em Ubatuba/SP e Trindade, no Estado do Rio de Janeiro, município de Paraty (Simões, 2010).

No mês de dezembro de 2000 o então gestor do NPic cria a Câmara Técnica do Cambury (CT), que tinha como objetivo: formular um “plano de manejo emergencial para a área”, uma vez que os integrantes do Comitê entendiam que o atendimento das demandas comunitárias só se tornaria viável mediante a constituição de um processo de planejamento de uso do solo. O gestor incumbiu-se de formular uma primeira versão do que seria o embrião do planejamento territorial, a partir de dados formulados pelos integrantes da CT e disponíveis no NPic. Essa primeira versão foi apresentada em reunião ampla do Conselho

Consultivo e recusada por todos (cerca de 60 participantes), sobretudo o MPF porque consistia em um Termo de Compromisso para assinatura de cada família com o IF, prevendo a desocupação em tempo indeterminado. Nessa ocasião, Eliane Simões estava assumindo a gestão do NPic e aproveitou esse episódio para reformular a composição da Câmara, através de reunião do Conselho Consultivo em que os integrantes indicaram os componentes que consideravam pertinentes participar dessa nova versão desse fórum. Até então havia uma sobreposição e indefinição de políticas claras no âmbito das instituições que gerenciavam as UC no Estado de São Paulo. Neste contexto a ocupação se manteve e se desenvolveu, à margem das restrições e do amparo para adequações ambientais pertinentes, criando uma ocupação desordenada. Ao mesmo tempo, acabaram por se fortalecer as propostas iniciais estabelecidas pelas equipes que atuaram em relação à questão da gestão das áreas ocupadas (Simões, 2010).

5.2.3.1 Avaliação do Período III

Este período foi então marcado pela criação de uma série de amparos legais à questão da biodiversidade e dos modos de vida tradicionais, porém, devido às discordâncias existentes entre os órgãos do governo e até dentro das divisões de tais instituições, o processo de estruturação e fortalecimento de uma rede de amparo à gestão participativa e integrada do território do Cambury iniciava-se com certa lentidão. Em síntese, apresentamos o quadro a seguir (Quadro 4) a fim de ilustrar os principais atores identificados neste período e as grandezas que mobilizaram:

Quadro 4. Ator social, lógica de ação e grandezas mobilizadas no período III.

ATOR SOCIAL	LÓGICA DE AÇÃO	GRANDEZA MOBILIZADA
SUDELPA (Grupo da Terra)	Defesa dos tradicionais (Projeto Picinguaba)	Cívica
NPic	Preservação ambiental, gestão sócio- ambiental do território, cumprimento de proibições e proposição de estudos	Inspiração/Cívica

Governo Estadual	Preservação ambiental, aumento da fiscalização e pouca flexibilidade	Inspiração/ Opinião
Governo Federal	Preservação via UC e tombamento, democratização da gestão ambiental, desenvolvimento sustentável de povos tradicionais	Inspiração/ Cívica
ONG (Associação de Desenvolvimento Costa Norte)	Manter e trabalhar com os tradicionais	Cívica
Comunidade tradicional	Formação de uma rede (Instituições, ONGs, pesquisadores, população) de atores e início das traduções em torno da controvérsia	Doméstica/ Cívica

Nos últimos anos deste período, observamos que começa a se fortalecer uma rede de apoio à gestão sócio-ambiental na área, tendo início as traduções das inovações, e maiores estudos sobre a controvérsia criada. O PGA iniciou um processo de gestão do território baseado no zoneamento participativo e na definição de beneficiários tradicionais, o que pôde ser possível através de estudos e transmissões de informações dentro e fora da comunidade. Neste contexto, no espaço internacional, o mundo se virava para a questão ambiental de forma abrupta, o que provocou a mobilização da grandeza Inspiração nas ações de ambientalistas, tanto aqueles que acreditavam que se devia preservar a natureza a todo custo imbuídos de um sentimento de conservação da natureza, e aqueles que viam que a lógica de apropriação territorial até então se encontrava subordinada ao capital. Portanto, para alguns técnicos, atuar no fortalecimento de comunidades tradicionais baseadas em uma relação ambientalmente amigável com o meio ambiente se tornava uma estratégia para que não ocorresse urbanização desenfreada, como a verticalização que podemos ver no litoral central de SP, a poluição e a degradação de ecossistemas costeiro. Os atores viam que estas comunidades sempre foram aliadas à conservação da biodiversidade por seu rico conhecimento etno-ecológico, e que se concentravam em áreas extremamente importantes para a conservação da biodiversidade.

Assim, as traduções sobre as inovações que chegavam ao território começaram a ser realizadas, ainda que de modo lento, principalmente devido à falta de amparo legal e institucional referente à questão da presença humana no Parque, levando a uma ocupação desordenada e ao agravamento das condições de vida da população do bairro e a perda de resiliência em capital humano e financeiro, ameaçando seu capital social, natural e físico. A partir dos conflitos vividos, a comunidade abriu-se ao diálogo, possibilitando a criação de Comitês participativos e a definição de um Plano de gestão, ainda que de modo superficial.

5.2.4 Período IV- Século 21- Novas ideias na comunidade (da Identificação Quilombola, 2001 a PNPTC, 2007)

Marcado por maior auto-organização dos residentes em relação às inovações, reivindicações e novos acordos. Este período é marcado pela herança do PGA e grandes avanços com relação à ocupação e tratamento dos residentes do bairro, através do Plano de Uso Tradicional- PUT e do reconhecimento do Quilombo do Cambury.

No ano de 2001, uma epidemia de hepatite no bairro, favoreceu o início de um processo de organização catalisado pela Comissão Pró-Índio, estabelecendo forte interlocução local e com as instituições gestoras, sistematizando e dando visibilidade às demandas da comunidade do Cambury. A rede de apoio que havia se formado organiza então uma lista de reivindicações, motivada pelas péssimas condições de vida da população do bairro, encaminhada a todos os órgãos gestores (Simões, 2010).

5.2.4.a) A Identificação Quilombola

Em meados de 2001 é realizado o 1º Seminário sobre Terras Caiçaras, pela Câmara de Vereadores de Ubatuba, Comissão Pró-Índio e pelo Ministério Público Federal, que enfatizou a proposta da identificação quilombola como motivação e estratégia para garantir o direito de permanência dos tradicionais na Unidade de Conservação. Os moradores do quilombo dizem que foi o prefeito de Ubatuba da época, antigo conhecido local, que inseriu diretamente na comunidade a ideia de se formar um quilombo, como no relato de um dos principais porta-vozes da comunidade:

“Aí tinha um prefeito que era muito amigo do tio na época, o Zizinho. Aí chegou, marcou uma reunião com o Genésio, dentro na reunião ele aproveitou toda turma que tava e falou: “Olha, Sr. Genésio, existe uma lei que fala Quilombo, que dá ao direito o morador de terra” (...) O Genésio acatou aquilo ali, levou duas semanas andando de casa em casa e convidando: “Olha gente, a gente tá formando a Associação de Quilombo”. A gente sabe que a terra o Governo tá falando que é dele, então nós vamos formar a Associação de Quilombo e dar direito à terra”. Aí olharam pra ele e disseram: “Ah! Sr. Genésio, o senhor tá maluco? Depois de a terra ser nossa, o senhor vai passar a terra pro Governo? No tempo da Princesa Isabel, ela já nos libertou, a escravidão acabou!” Aí o Genésio: “Não, minha filha, não é isso! Nós vamos lutar para que o Governo reconheça que a terra é nossa” (...) Aí o Genésio de tanto ir e a turma desistir, da turma tirar ele do caminho, ele falou: “Olha, gente, eu vou parar”. Aí o Genésio parou! E os fiscal, os guarda, os polícia florestal continuou. Só que aquilo foi me deixando eu nervoso. Quando foi um dia, eu levantei cedo e falei: “Ô tia, a senhora topa levantar esse quilombo comigo?” Aí ela falou: “Eu topo, meu filho”. Aí eu falei: “Então tá pronto, já arrumei um!” Aí eu fui na casa da Andrea, ela já era professora, fui na casa da Catarina, aí fui ajuntando a turma. Eu falei com quatro. Quando foi na reunião de tarde tinham

18! Aí fomos conversamos. Ficamos um mês só naquela troca de experiência, como é que ia fazer. Aí quando chegou um mês certinho a Andrea falou: “Olha gente, isso não pode ficar só no boca-a-boca, tem que ir pro papel! E uma Associação que já tá reconhecida é a Caçandoca, vamo pra Caçandoca saber como que nós temos que fazer.” Chegou lá na Caçandoca, o Santano: “Olha, gente, nós temos que procurar o Ministério. Vamos fazer isso! Nós vamos pagar é uma van, vocês pagam metade, nós paga metade”. Aí o Santano levou nós, fomos em 18 pessoas lá pra São Paulo” (Ator 4).

Este quilombola também comenta que a funcionária do ITESP já tinha se antecipado em relação à titulação do Quilombo, havendo um encaminhamento feito por ela da época em que trabalhava no PESM:

“ (...) Chegou lá no ITESP, a Maria Ignez (Maricondi) que agora saiu, falou: “Olha, a gente já tem um depósito do Cambury pronto.” Ela já tinha feito, ela trabalhava no Parque. Aí ela falou: “Um abraço pra vocês, vocês já estão com a faca e o queijo na mão!” (Ator 4)

Outro quilombola, que por anos foi Presidente da ARQC comenta:

“Aqui quem começou a brigar foi eu, Sr. Genésio, essa menina mesmo, a Andreia, que a gente não sabia nem o que era ITESP; ela veio de São Paulo, era professora, ela sabia; o Simão, o Caio; umas cinco pra sete pessoas. Aí era pra ser essa área de Quilombo na Ponta da Trindade, até rio da Cabeçuda. Só que teve um pessoal que não queria. Aí o ITESP falou não: se não querem, eles ficam pra lá e faz a outra parte. Então foi dividido, né? A praia, associação da praia lá, que é caiçara, eles não aceitaram. Então nós que aceitamos. Então da Igreja Assembleia pra cá, ou da área de camping, não sei, é área de Quilombo, até a ponta da Trindade. Então a briga foi assim. Mas a gente nem brigou, a gente decidiu assim. Quem discutiu foi o grandão lá: “Então vamos dividir e fazer duas partes” ” (Ator 3)

Um nativo também comenta o processo:

“Em 96 chegou uma ação discriminatória aqui, em todo esse, de Caraguá, até aqui a divisa, do Governo, fazendo levantamento de todas essas terras. Quem não tivesse documento, não tinha terra, que não tinha um documento de terra provando que fosse dono. Mas a maioria aqui ninguém tem. E tinha que sair. Só tinha que perder essas terras. Ia perder mesmo. Aí correu atrás do advogado, eu do advogado, um monte de papelada e também tá parado por aí. Todo mundo do Cambury foi identificado nessa ação discriminatória. Aí como tinha o Prefeito, o Zizinho, o Cris Vigneron, ele era professor de História, ele chegou pra nós e falou: “Vocês tem uma solução pra resolver! Porque eu vi na história do Cambury, do litoral, vocês são remanescentes de quilombo, vocês têm um histórico na família de vocês consta isso, assim, assim... É área de escravo, linha de escravo, tem aqui no Cambury, vocês têm e podem resgatar isso. A terra é de vocês e vocês podem entrar com essa ação! Não é do Estado nem de outro!” Ele era conhecido, muito amigo do Genesio, nasceu aqui em Ubatuba, caiçara também, né? Aí as pessoas apoiaram, olharam, “É verdade.” Aí fizemos assim uma Associação Amigos de Bairro, ela se dividiu, metade não quiseram. Aí fomos pra São Paulo, Ministério Público. A Dra. Maria Luíza Grabner falou: “Não, vocês têm direito, é de vocês, vamos fazer”. Da cabeçuda, até a Trindade, ia ser o território quilombola. Aí uns queriam outros não queriam. Aí dividiu da Igreja Assembleia, lá da toca já Josefa pra, aí lá do ponto da Trindade, da Toca do índio, é território quilombola. Aí dividimos, pra não ter desconfiança. É tudo família. Mas tá nesse processo ainda,

mas não foi titulado ainda. Tem dois Parques, o Federal e o Estadual, o Federal é contra. Quer que diminua o território, quer que seja só lá em baixo, não em cima. Mas nós não quer, nossos recursos tão lá, a água tá lá em cima, é nossa. Nós não queremos acabar, queremos preservar.” (Ator 2).

O termo “quilombo” ressurgiu no Brasil com a promulgação da Constituição Brasileira de 1988. O artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)¹² diz: “*Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos*”. Mais adiante a Constituição, em seus artigos 215 e 216, respectivamente, prevê que “*o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização das manifestações culturais*”.

- protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras”; e que “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; (...) V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico”.

Segundo o Censo Quilombola, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), na tentativa de orientar e auxiliar a aplicação do Artigo 68 do ADCT divulgou em 1994, um documento elaborado pelo Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais em que se define o termo “remanescente de quilombo”:

“(...) Contemporaneamente, portanto, o termo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar” (ABA, 1994).

Portanto, não se deve considerar “Remanescente de Quilombo” com direito a titulação somente os grupos descendentes daqueles “esconderijos”, mas também as outras

¹² O artigo 68 da Constituição Federal foi regulamentado em 20/11/2003 pelo decreto n° 4.887. Assinado pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, garante, em seu parágrafo 1° do artigo 2°, que a “*caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante auto definição da própria comunidade*” e que, “*fica assegurada aos remanescentes das comunidades dos quilombos a participação em todas as fases do procedimento administrativo, diretamente ou por meio de representantes por eles indicados*”.

“terras de pretos” surgidas após ocupações, doações, heranças (Santos, 2006). As comunidades quilombolas do Brasil localizam-se em 24 estados, sendo a maior parte nos estados do Maranhão, Bahia, Pará, Minas Gerais e Pernambuco. Os únicos estados que não registram ocorrências destas comunidades são o Acre e Roraima, além do Distrito Federal (Santos, 2006).

A partir de 2003, com o Decreto nº 4.887, ficou transferida do Ministério da Cultura para o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) a competência para a delimitação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos. O INCRA é o órgão encarregado da “identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sem prejuízo da competência concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”. O INCRA “com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de (...) tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (...)”.

Inicialmente, após formalização do pedido de reconhecimento – com vistas à titulação do remanescente de quilombo – iniciam-se os trabalhos de “identificação e delimitação” do território. Uma equipe multidisciplinar formada por antropólogos, historiadores, geógrafos e outros profissionais procedem a entrevistas, medições e buscas em arquivos (cartórios e igrejas) para elaboração de um laudo (que o ITESP denomina RTC – Relatório Técnico Científico) que serve de base para os trabalhos que culminarão com o reconhecimento das terras e, posteriormente, a titulação em nome da comunidade requerente. O INCRA publica o RTC e o remete aos órgãos e entidades competentes (Instituto do Patrimônio Histórico e Nacional - IPHAN; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA; Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Fundação Nacional do Índio - FUNAI; Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional; Fundação Cultural Palmares¹³ para que, num prazo de noventa dias, seja contestado, ou não. Caso não haja impedimentos (terras quilombolas sobrepostas a unidades de conservação ambiental; áreas de segurança nacional, como fronteiras e terras indígenas; propriedades privadas ou dos Estados, do Distrito Federal ou Municípios), a titulação é concluída. Caso haja algum

¹³ Cabe à Fundação Palmares emitir uma certidão, a qual obedece à norma específica deste órgão (Portaria da Fundação Cultural Palmares nº98, de 26/11/2007) a partir do requerimento da comunidade remanescente de quilombo (Santos, 2006).

impedimento, os trâmites para a legalização (desapropriação mediante indenização, ou outro cabível de acordo com cada caso) são iniciados (Santos, 2006).

Uma vez regularizada formalmente a identidade quilombola, a titulação dessas propriedades prevê a utilização coletiva do espaço territorial, com uma titulação também coletiva, conferida à comunidade, pró-indiviso e a salvo da especulação imobiliária. Essa propriedade não é passível de usucapião, pois é imprescritível; não é suscetível à aluguel ou venda, pois é inalienável; e, ainda, não é suscetível de penhora, pois é impenhorável. Trata-se de uma espécie de propriedade que contradiz a lógica de mercado capitalista da sociedade brasileira, pois não se inserem relações de mercado da sociedade e, por isso, não é passível de conversão em valor monetário. A Constituição brasileira estabelece o cumprimento da função social da propriedade e, assim, o direito à propriedade quilombola se sobrepõe ao direito de propriedade privada dos particulares em cujos nomes as áreas quilombolas estejam registradas (Maia, 2011).

Estão relacionadas a seguir as políticas que embasam o reconhecimento quilombola: 1) Constituição Federal de 1988 Artigos 215 e 216 da Constituição Federal – Direito à preservação de sua própria cultura e Artigo 68 do ADCT – Direito à propriedade das terras de comunidades remanescentes de quilombos; 2) Decreto nº 4.887, de 20 novembro de 2003 – Trata de regularizações governamentais; 3) Convenção 169 da OIT (Dec. 5051/2004) – Direito à autodeterminação de Povos e Comunidades Tradicionais; 4) Decreto nº 6040, de 7 de fevereiro de 2007 - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais; 5) Decreto nº 6261, de 20 de novembro de 2007 – Dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola; 6) Portaria Fundação Cultural Palmares nº 98 de 26 de novembro de 2007 - Institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares, também autodenominadas Terras de Preto, Comunidades Negras, Mocambos, Quilombos, dentre outras denominações congêneres; 7) Instrução Normativa INCRA nº 57, de 20 de outubro de 2009 – Regulamentação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos; e 8) Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 – Estatuto da Igualdade Racial.

A partir de toda essa movimentação em torno da controvérsia, houve a convocação, por parte do mesmo grupo do Seminário, de uma reunião no Cambury, que possuía problemas mais graves que os dos outros bairros naquela ocasião, sobretudo devido à

epidemia. A administração do NPic, no ano de 2003, retomou a convocação do Comitê de Apoio à Gestão, e apresentou a proposta de um Termo de Cooperação Técnica entre o IF e a Prefeitura Municipal de Ubatuba, como instrumento para a gestão conjunta do bairro do Cambury, o qual não foi levado a cabo devido a discordâncias de entendimento jurídico sobre essa estratégia, sobretudo, entre o Ministério Público Federal e o Estadual (MPF e MPE) (Simões, 2010).

5.2.4 b) Plano de Manejo- Plano de Uso Tradicional PUT- ZHCAn

A elaboração do Plano de Manejo do PESM teve início em 2001, com formulação e aprovação (2005 e 2006) e fase de implantação de 2006 a 2009. As zonas especiais de manejo puderam ser instituídas no Plano de Manejo porque foram exaustivamente examinadas e negociadas no âmbito do processo decisório da CT do Cambury. Neste período de elaboração do Plano de Manejo, destaca-se o papel significativo das ONG Movimento de Defesa de Ubatuba (MDU), Instituto Gondwana, Associação Cunhambebe e mais à distância do Projeto TAMAR. Um funcionário desta última ONG comenta o trabalho realizado com a comunidade:

“No começo eu entregava tudo na mão, era o tecido, a linha, a máquina, conserto de máquina. Isso continua ainda, a gente conserta as máquinas, a gente dá todo apoio, só que a compra de matéria-prima a gente tá cada dia dando um passo mais pra trás, pra que elas consigam também correr atrás. Porque assim, quanto mais você apoia, menos eles querem fazer. Se você vai dando tudo eles cruzam os braços e vai deixando pra ver o que vai acontecer. Diferente de outros grupos produtivos que a gente atua em outras bases... é diferente você criar um grupo produtivo num lugar que não tem opções, não tem outra fonte de renda, não tem outro trabalho, não tem nada. Você cria um grupo produtivo, todo mundo vai lá em cai de cabeça. Aqui essa história da temporada, isso complica um pouco pra mim. Por que? Ali você fala: “você tem que comprar o tecido, você tem que cortar, colocar areia pra secar, fazer o enchimento, pregar olho, faz toda a peça e eu te pago 6 reais”. Na temporada se você vende água lá na praia você ganha mais do que até o que a gente trabalha aí, que você horário tem que trabalhar todo dia, 48 horas lá semanais, o cara ganha muito mais. A temporada vai do dia 28 até depois do carnaval, aí morreu. E eles têm um agravante maior ainda porque o público que vai lá não é um público que tem grana né?” (Ator 17)

Em 2001, foram realizadas 17 reuniões da CT, entre ordinárias e emergenciais, e mais cerca de 120 horas de reuniões técnicas internas no IF, do Grupo de Trabalho de apoio, que produziu várias minutas de instrumentos jurídicos preliminares (Simões, 2010).

Em 2002, ocorre uma atualização do cadastro socioeconômico de moradores do PESM-NPc, a FITESP elabora laudo preliminar antropológico do Cambury (em 2000 Mansano tinha elaborado árvore genealógica da comunidade e ambos os trabalhos embasariam o Relatório Técnico-Científico do Remanescente de Quilombo). No início desse mesmo ano o Comitê passou a ser denominado Conselho Consultivo (CC), seguindo a nova orientação do Decreto que regulamentou a aplicação do SNUC, em 2002. Várias versões foram produzidas para subsidiar a formulação de um documento jurídico capaz de normatizar o planejamento do uso da terra no Cambury, mas havia ainda resistências por parte das chefias superiores do IF e da área jurídica da SMA (Simões, 2010).

5.3.4.a)-1 O Zoneamento

O Zoneamento é conceituado no SNUC como sendo a *“definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicas, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz”*. Ele se mostra como uma ferramenta de gestão aos Planos de Manejo das Unidades. Os critérios utilizados para a definição das zonas integram os aspectos ambientais, sociais e culturais, definindo-se áreas e usos proibidos e permitidos. As zonas são definidas, sempre que possível, em função de suas características naturais e culturais, de suas potencialidades, fragilidades e necessidades específicas de proteção, de acertos e de conflitos de uso atual (Simões, 2011).

As principais inovações sobre o zoneamento do PESM foram estabelecidas com base no Roteiro Metodológico do IBAMA de Planejamento (BRASIL, 2002) e referem-se à Zona de Ocupação Temporária (ZOT) e à Zona Histórico-Cultural (ZHC) e o IBAMA publica o Roteiro Metodológico. As ZHCAn caracterizam-se por serem territórios geograficamente espacializados, ocupados predominantemente por residentes com estatuto jurídico de tradicionais, nos quais foi estabelecida a possibilidade de permanência dos mesmos, sob determinados regimes de uso e ordenamento do território e dos recursos, pois se tratam de quilombolas e caiçaras, compondo vilas consolidadas anteriormente à criação do PESM, apresentando peculiaridades socioculturais. Foram criadas onde já havia um quilombo reconhecido (Cambury, em 2005) e outro em processo de reconhecimento (Sertão da Fazenda) (Simões, 2010).

Segundo o Plano de Manejo do PESM (São Paulo, 2006), o objetivo geral da Zona Histórico-Cultural é a proteção do patrimônio cultural material (sítios históricos ou arqueológicos) e imaterial (modos de fazer e expressar dos povos tradicionais) da unidade,

visando seu estudo, interpretação e valorização para garantir sua preservação, conservação e desenvolvimento. Ela visa valorizar a diversidade social e sua relação intrínseca com a conservação da biodiversidade. As comunidades indígenas, quilombolas e caiçaras, bem como suas respectivas tecnologias patrimoniais devem ser valorizadas nesta Zona. Esta Zona é subdividida em: Zona Histórico-Cultural Arqueológica – ZHCAr e Zona Histórico-Cultural Antropológica – ZHCAn. Os objetivos específicos da Zona Histórico-Cultural Antropológica são:

1. Proteger e conservar a Mata Atlântica e sua biodiversidade na porção do Corredor Ecológico da Serra do Mar, mais especificamente na região de contato entre o Parque Nacional da Serra da Bocaina (SP/RJ), a APA de Cairuçu, (Paraty, RJ) e o Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar, na região da divisa com o Estado de São Paulo;
2. Conservar a paisagem natural e cultural desta região, ocupada por comunidades caiçaras e quilombolas há várias gerações;
3. Apoiar o fortalecimento das comunidades caiçaras e quilombolas a fim de evitar a perda da posse do seu território e consequente descaracterização da organização espacial, social e cultural típica destas culturas tradicionais e consequentemente dificultando a especulação imobiliária;
4. Garantir o direito “da satisfação das necessidades materiais, sociais e culturais” da comunidade tradicional, caiçara e quilombola que vive nestes bairros, conforme o artigo 28 do SNUC (Lei nº 9.985/2000), e os artigos 215 e 216 da Constituição Federal;
5. Estabelecer relações de parceria com as comunidades indígenas, tendo em vista o seu desenvolvimento sustentável;
6. Estabelecer diretrizes específicas para compatibilizar os objetivos de conservação do Parque e o “modus vivendi” da comunidade tradicional no bairro do Cambury, considerando as características temporais desta zona;
7. Articular, incentivar e apoiar atividades relacionadas ao fortalecimento cultural e comunitário, objetivando viabilizar alternativas para a geração de emprego e renda, sobretudo a partir da estruturação e operação do ecoturismo e uso sustentável dos recursos naturais;

8. Articular, incentivar e apoiar a melhoria das condições de infraestrutura básica nos núcleos habitacionais, principalmente no que se refere ao saneamento básico e qualidade das águas;

9. Proposição e implantação de microzoneamento na área ocupada por estas comunidades, a exemplo do Plano de Uso Tradicional do Cambury elaborados por Câmara Técnica específica criada no âmbito do Conselho Consultivo do Núcleo Picinguaba, com o aval do Ministério Público Estadual e Federal;

10. Estudo e proposição para a alteração da categoria de manejo destas áreas ou parte delas, de proteção integral para uso sustentável, desde que não implique na secção da unidade, no comprometimento dos seus atributos paisagísticos e naturais nem no aumento da sua vulnerabilidade à especulação imobiliária crescente na região litorânea, e condicionando ainda a processos de negociação e tomada de decisão compartilhada com as populações tradicionais residentes.

Todos os caíças e quilombolas do Cambury foram incluídos na Zona Histórico-Cultural Antropológica (Ver Plano de Manejo- ZHCAN- Anexo 9.1). No Plano de Manejo foram considerados tradicionais os moradores efetivos cujas famílias têm origem de várias gerações nestas mesmas localidades, e cuja ocupação ou sobrevivência esteja diretamente relacionada às atividades de agricultura de subsistência, pesca artesanal, artesanato e outras tecnologias patrimoniais de utilização de recursos naturais, sendo que (São Paulo, 2006 p. 279):

- A prática cultural do “pousio” poderá ser permitida, considerando os atributos ecológicos da localidade;
- As áreas devem ter sua situação fundiária regularizada para que a construção de infraestrutura seja permitida: centro cultural; usina de beneficiamento de produtos, atendimento turístico e outras infraestruturas previstas no microzoneamento (energia, transporte, comunicação);
- A área deve ser monitorada pelos parceiros (Estado, Municípios, Comunidade, etc.) visando assegurar as atividades relacionadas no macrozoneamento;
- A coleta de sementes poderá ser autorizada desde que os locais, épocas e quantidades para a coleta sejam respeitados, sem comprometer a cadeia alimentar e observando a manutenção da biodiversidade local e o manejo adequado;

- A ampliação da área ocupada será regulamentada no microzoneamento e respeitará a capacidade de suporte da Zona;
- A reforma de edificações será autorizada mediante apresentação do Plano de Uso Tradicional com croqui constando: local, destinação de uso, dimensões da obra e material que será utilizado;
- As práticas agrícolas só serão autorizadas caso respeitem as práticas da conservação do solo;
- As propostas que constam no microzoneamento só terão autorização para serem implantadas caso o Conselho Consultivo do núcleo em questão avalie e delibere a favor, respeitando a legislação ambiental e os direitos dos moradores;
- A eletrificação deverá estar prevista no Plano de Uso Tradicional, mediante projeto com justificativas de real necessidade.

A ZHCAn do Cambury foi subdividida nas seguintes subzonas: SZ-1: Acessos; SZ-2: Apoio à Pesca e Lazer; SZ-3: Uso Público e Comunitário; SZ-4: Uso Residencial Caiçara e Quilombola SZ-5: Subsistência e Uso Sustentável de Recursos Florestais; SZ-6: Uso Sustentável de Recursos Florestais; e SZ-7: Preservação Permanente.

O Programa Brasil Quilombola, lançado em 12 de março de 2004, com o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas, possibilitou a criação de uma Agenda Social Quilombola (Decreto 6261/2007), que agrupa as ações voltadas às comunidades em várias áreas. A coordenação geral do Programa é de responsabilidade da SEPPIR, que atua em conjunto com os 11 ministérios que compõem o seu Comitê Gestor (SEPPIR, 2013).

Em 2003 é criado o Grupo de Trabalho do Ministério Público e Órgãos Ambientais (GTMPOA) inicialmente como um subproduto de ação realizada no contexto do Comitê de Bacias Hidrográficas do Litoral Norte (CBH-LN) que organizou um primeiro seminário para discussão de formas articuladas de atuação entre todos os órgãos ambientais com o Ministério Público Estadual, o qual posteriormente assumiu a coordenação desse GT. No caso do Plano de Uso do Cambury, foi possível constituir um pacto local com os residentes, e regional no âmbito dos órgãos gestores, decorrência do processo instaurado na CT, primórdio do que viria a ser o GTMPOA. No mesmo ano, a Recomendação PRM/SJC nº 01/2003 – Meio Ambiente e Minorias/SOTC, de 30/12/2003, encaminhada pelo MPF, contendo arrazoado arcabouço jurídico contrário à formulação de Termos de Compromisso

conforme instituído no SNUC respaldou a atuação da direção do IF para a formulação do Plano de Uso Tradicional (Simões, 2010).

No dia 25 de novembro de 2003, a comunidade do Cambury realizou um protesto à demora no atendimento de suas reivindicações através da 1ª ocupação pacífica da sede administrativa do NPic. Uma lista de reivindicações foi apresentada, com destaque para a pavimentação do leito da estrada de acesso ao bairro, antes da temporada de verão. Em função desse impasse colocado, o IF autorizou emergencialmente o asfaltamento de trechos críticos da estrada, pela PMU. Fruto também dessa mobilização da comunidade, foi realizada uma reunião emergencial dos membros da CT, com a participação de aproximadamente 100 (cem) moradores, que teve como pauta discutir a recuperação da estrada, o saneamento do bairro, o estudo para a implantação de energia alternativa e a minuta de instrumento jurídico regulamentando o zoneamento do bairro. A Direção do IF reforçou o Grupo de Trabalho para apoiar a gestora. O MPF apresentou ao IF a Recomendação PRM/SJC nº 01/03 (essa recomendação instruíra processo MPF autuado em 17/07/2000, nº 1.34.001.003863/2000-01. Tutela Coletiva - Procedimento PR. Minorias. Comunidade Remanescente de Quilombo de Cambury. Pedido de reconhecimento do direito de propriedade sobre as terras que ocupam na praia de Cambury - Ubatuba - SP, com base no art. 68 dos ADCT/CF/88 e Lei Estadual 9757/97), para que se formulasse instrumento adequado para reconhecer a presença dos residentes no NPic em substituição aos Termos de Compromisso previstos no SNUC. Novas versões de instrumento jurídico de gestão foram formuladas, na forma de portaria geral do IF, com o apoio do Grupo de Trabalho interno e discutidas na CT e sua versão final foi encaminhada para análise da Consultoria Jurídica da SMA que a vetou, em julho de 2004, avaliando o seguinte em síntese:

- A Diretoria Geral do IF não tinha competência para impor formas, restrições ou limitações de áreas aos administrados;
- Uma proposta de Lei seria mais adequada para efetuar a regulação de usos das áreas localizadas dentro dos limites do PESM, compatíveis com os objetivos da preservação ambiental desse tipo de UC;
- Não seria possível instituir um zoneamento preliminar de determinado local nos limites do PESM antes de elaborar o Plano de Manejo de toda a UC. Enquanto o Plano de Manejo não fosse elaborado não seria possível cogitar a fixação de regulações do uso de áreas de forma pontual, sob a pena de eventual contraposição com o contexto geral norteador dos Planos de Manejo;

- As propostas de ordenamento territorial no Litoral Norte tinham que concatenar-se com a proposta de Zoneamento Econômico-Ecológico do Zoneamento Costeiro;
- Deveria ser seguido o previsto no SNUC, ou seja, a elaboração dos Termos de Compromisso até que os residentes fossem reassentados ou indenizados;
- Caberia à SMA tratar das questões atinentes aos moradores tradicionais residentes nas UC de proteção integral, especialmente no que se refere ao licenciamento das atividades necessárias à sua subsistência.

Neste momento, a gestão do NPic optou por agregar novo ator no contexto, a Procuradoria Geral do Estado - PGE. Após mais um novo conjunto de estudos e pesquisas, o procurador localizou um subsídio jurídico significativo para balizar a formulação do instrumento que se fazia necessário, o Plano de Ação Emergencial, estabelecendo ações de curto prazo que possibilitassem o processo de gestão. Prevista no Regulamento de Parques Nacionais do IBAMA¹⁴ (Decreto Lei nº 84.017 de 1979), estava a Zona de Uso Múltiplo como perspectiva para tratar as áreas que contém populações, regulamentando as formas de manejo dos recursos naturais, o uso da terra e a ocupação dos moradores. O Plano de Uso foi acrescido do termo “Tradicional” (Plano de Uso tradicional- PUT) para definir um corte entre os beneficiários a serem abrangidos, contendo o microzoneamento que já havia sido formulado com algumas adequações (Simões, 2010).

Ainda no ano de 2004, o IF elabora Cadastro Multifinalitário e promove um Cadastramento de roças, apontadas pelos residentes como demanda para regularização de cultivos já praticados ou limpeza de áreas de pousio. Neste mesmo ano, são realizadas duas rodadas de reuniões técnicas compostas por: NPic, MPF, MPE, ITESP, Prefeitura Municipal de Ubatuba (PMU), Associação dos Moradores do Bairro do Cambury (AMBACA) e Associação dos Remanescentes de Quilombo do Cambury (ARQC), dirigidas exclusivamente para a definição de parâmetros para enquadramento, para analisar cada família cadastrada, sua inserção no bairro, tempo de residência e origem, atividades

¹⁴ A definição do zoneamento no Plano de Manejo foi baseada no Regulamento de Parques Paulistas e no Roteiro Metodológico do IBAMA (2002), que já previa a Zona de Ocupação Temporária e a Zona Histórico-Cultural (ZHC). Zona de Ocupação Temporária são áreas dentro das Unidades de Conservação onde ocorrem concentrações de populações humanas residentes e as respectivas áreas de uso, onde uma vez realocada a população, a zona será incorporada a uma das zonas permanentes (BRASIL, 2002, p. 92). Desta forma, ainda tomando como base as orientações do IBAMA em cruzamento com o embasamento legal apontado pelo MPF, e acordos já efetuados, utilizou-se a concepção de ZHC apresentada no referido roteiro para referendar a criação de uma Zona específica para tratar desta situação particular referente às áreas ocupadas predominantemente por residentes portadores do estatuto jurídico de tradicionais: a ZHCAn (Simões, 2010).

econômicas realizadas, uso dos recursos naturais e do território (efetuados naquela ocasião e potenciais), relações de parentesco, interação com o conjunto de moradores, registros nos cadastros efetuados e indicação de tradicionalidade. O depoimento dos representantes das duas associações foi decisivo para a definição dos beneficiários do acordo. Esse processo gerou uma lista de moradores compatíveis com o estatuto jurídico de tradicionais¹⁵ que orientou a consecução do Plano de Uso Tradicional e a finalização do laudo antropológico de reconhecimento dos quilombolas, bem como, as atividades passíveis de serem autorizadas, demandadas pelos residentes (Simões, 2010).

No ano de 2005, o Cambury foi formalmente reconhecido, apesar de ainda não titulado (Silva *et al.*, 2013). Entre 21 e 23 de novembro deste ano, ocorre uma segunda ocupação pacífica da sede do NPic. Cerca de 120 pessoas permaneceram na sede durante três dias, reivindicando a instalação imediata de energia elétrica, através do Programa Luz para Todos. Como consequência dessa nova pressão instaurada sobre as instituições, os residentes conseguiram aprovar um Aditamento ao Plano de Uso, que desta vez foi assinado pelas três Associações de bairro (a dos Caiçaras, AMBACA, a dos Quilombolas, ARQC, e a dos Comerciantes da praia, Raízes do Cambury). Uma série de reuniões ocorreu após a manifestação e o processo foi finalizado em dezembro com aspectos negociados por todos os integrantes da CT e compromissos firmados entre as partes, por meio de um trabalho que deveria ser feito ao longo dos três meses subsequentes. Os representantes oficiais do bairro assinaram o Plano de Uso, bem como o PNSB. Em resposta a esses acordos, o IF emitiu a autorização e determinou que a gestora do NPic encaminhasse à Elektro a lista de beneficiários referente aos grupos com estatuto jurídico de tradicionais (Simões, 2010).

Concluído o processo de elaboração do Plano de Uso Tradicional das comunidades caiçaras e quilombolas do bairro do Cambury, após inúmeras reuniões, discussões, conflitos e até confrontos entre as partes interessadas, iniciou-se em 2006 a implantação do PUT e a CT continuou sendo o fórum para a gestão do Plano (Simões, 2010). Apesar de todos os avanços, o IBAMA e ICMBio não incorporaram a assinatura regional do Plano de Uso, apesar de efetuada pelo chefe do PNSB. Neste ano, ocorre uma nova formação do Conselho

¹⁵Nesta rodada de negociações foi definido o tratamento mais adequado às dez famílias residentes que eram consideradas agregadas ao Quilombo. Os residentes se organizaram e definiram em reunião interna dos associados do quilombo, que negariam benefício a apenas uma dessas pessoas, avaliando que não contribuía de maneira positiva para o desenvolvimento do bairro. A partir daí então, o Plano de Uso Tradicional passou a ser implantado, portanto, os ocupantes puderam solicitar as autorizações para efetuar as intervenções necessárias.

Consultivo do PESM, com cadeiras indicadas pelos representantes dos grupos e demandadas pelas próprias entidades (Simões, 2010).

Segundo Santos (2006, p. 56) o problema fundiário não é novo; e ainda hoje, muitos remanescentes aguardam o reconhecimento e titulação de suas posses. São frequentes as ameaças de expulsão, propostas de venda por preço menor do que realmente valem as terras, recuo ilegal de cercas e assassinatos. E diz ainda:

“Algumas dessas comunidades estão situadas em áreas definidas como espaço particular das quais não se sabe quem é o verdadeiro proprietário; outras já estão tituladas para pessoas estranhas à comunidade. Outros problemas: terras devolutas, parques estaduais, etc... – dificultam o trabalho dos técnicos, impedem a demarcação e titulação. Mas não se deve imaginar que estes grupos camponeses negros tenham resistido em suas terras até os dias de hoje porque ficaram isolados, à margem da sociedade. Pelo contrário, sempre se relacionaram intensa e assimetricamente com a sociedade brasileira, resistindo a várias formas de violência para permanecer em seus territórios ou, ao menos, em parte deles” (Santos, 2006, p. 57).

Ainda em 2006, pelo Decreto nº 51.453 de 29/12/2006, a gestão das UC estaduais é transferida para a Fundação Florestal (FF) e ao IF coube a responsabilidade de gerenciar as pesquisas científicas realizadas. Neste ano foi também criado o Fórum Nacional de Áreas Protegidas e publicado o Plano Nacional de Áreas Protegidas, da Lei Federal nº 11.428, de 26/12/2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da Mata Atlântica.

5.2.4. b) Avaliação do Período IV

Neste período, observamos que foram iniciados vários estudos para atender as demandas específicas dos residentes por infraestrutura básica, principalmente a pavimentação da estrada de acesso ao bairro e instalação de energia elétrica (Simões, 2010). Destacaram-se também, segundo a autora, os estudos efetuados pelo MPF, que reuniu o arcabouço jurídico que embasou o reconhecimento e afirmação dos direitos de permanência da comunidade caracterizada como tradicional (principalmente os artigos 215 e 216 da Constituição Federal) e ainda, o esforço desenvolvido pela PGE que identificou o Plano de Uso Tradicional como instrumento jurídico regulador das atividades passíveis de serem desenvolvidas pelos residentes.

Destaca-se também a mobilização dos residentes e as reivindicações feitas através das duas ocupações pacíficas da sede, além da formação de Associações de bairro. A

automobilização pode vir a constituir-se na mais promissora forma de participação no âmbito do PESM, sobretudo para as comunidades caiçaras e quilombolas e assim, os quilombolas têm recebido assistência jurídica para lutar por seus direitos constitucionais à propriedade das terras ancestrais onde vivem (Evans, 2007).

Os efeitos diretos da incorporação de uma política de gestão territorial (zoneamento-ZHCan e PUT) no bairro do Cambury foram a formação das Associações de Bairro, o fortalecimento e ampliação da rede sociotécnica, e o direito ao território reconhecido. Como impactos negativos, houve a segregação territorial de residentes e a agregação de moradores não tradicionais.

Identificamos que as grandes reuniões que possibilitaram os acordos de uso do território foram a Câmara Técnica do Cambury, criada em 2000, e o Comitê de Apoio à Gestão do Cambury, que viria a se constituir no Conselho Consultivo, composto por representantes dos principais atores relacionados ao processo de gestão: NPic, MPF, MPE, ITESP, Prefeitura, AMBACA, PSNB, permitindo assim a definição de beneficiários e o zoneamento (ZHCan- PUT).

A partir das entrevistas analisadas, a introdução da possibilidade do reconhecimento Quilombola pelo Prefeito se constituiu a primeira tradução vertical nesse sentido. A partir daí, tiveram início as traduções cruzadas em torno da inovação do Quilombo pelos membros da comunidade e parceiros relacionados às ONGs, Ministérios, PGE e o próprio PESM, como forma de garantir melhores condições de vida para a população e ao mesmo tempo a preservação ambiental.

Neste período então, pode-se observar o fortalecimento da rede sóciotécnica local de apoio ao Quilombo e ao PUT. O grau de organização alcançado pelos residentes foi definitivo para que fossem realizados os pactos de gestão observados, ou seja, a ação dos moradores foi pertinente. Por parte do governo, o PGA de 1998 sinalizou o atendimento de várias reivindicações, pois gerou os indicativos para a formulação dos acordos efetuados no NPic a partir de 2004, entre eles a criação de zonas diferenciadas nos territórios do Cambury, Vila, Fazenda e Ubatumirim, com direitos diferenciados conferidos aos grupos sociais com estatuto de tradicionais e um indicativo da necessidade de regulamentar atividades nesses bairros por meio de microzoneamento (Simões, 2010).

Abaixo é apresentado o quadro com os principais atores do período, suas lógicas de ação e grandezas mobilizadas:

Quadro 5. Ator, lógica de ação e grandezas no período IV.

ATOR SOCIAL	LÓGICA DE AÇÃO	GRANDEZA MOBILIZADA
Governo Federal	Legislação ambiental (SNUC-TAC)	Cívico
PSNB	Proteção Ambiental (Restrições no Plano de Manejo)	Inspiração
Comissão Pró-índio	Demandas da Comunidade (saúde; condições de vida);	Cívico
Prefeitura	Defesa das Terras Caiçaras e Quilombolas	Cívico
MPF	Defesa de Minorias (Contrário aos TAC; inseriu o pedido de reconhecimento do Quilombo)	Cívico
MPE	Defesa de Minorias (GTMPOA, a favor dos TAC)	Cívico
NPic	CT do Cambury	
ONG (MDU, Gondwana, Tamar e Cunhambebe)	Desenv. da Comunidade	Cívico
SMA	Vetou o PUT	Inspiração
IF	Resistências ao PUT	Inspiração
IBAMA/ICM-Bio	Gestão Ambiental (Roteiro- ZHCAn) - Não incorporaram assinatura do PUT	Inspiração
Associações de Bairro	Demandas da Comunidade (infraestrutura de energia, pavimentação, saneamento, zoneamento)	Doméstico/Cívico
Turistas	Permanência	Mercantil

FITESP	Regularização Fundiária	Cívico
PGE	Permanência da Comunidade (Zona de Uso Múltiplo; PUT)	Cívico
INCRA	RTID	-----

5.2.4 Período V- Estabilização dos acordos (da chegada do IPEMA, 2007 ao ano de 2014)

Marcado por grandes mudanças de gestão do PESM, pelas tentativas de titulação do Quilombo e por estudos sobre a viabilidade de desafetação da área. Neste período observaram-se diversas mudanças nas esferas governamentais relacionadas à gestão do PESM que atrasaram o desenvolvimento dos trabalhos, culminando com mais uma reivindicação dos moradores na sede. No final deste período, se observa uma estagnação dos processos participativos e a lentidão na gestão por parte do Governo.

Neste período, o Instituto de Permacultura e Ecovilas da Mata Atlântica (IPEMA) entrou na cena local e em 2007, sob o incentivo desta ONG, os moradores do bairro aderiram à prática de Sistemas Agroflorestais (SAF), que também estimula a prática de produção de polpa de da palmeira juçara e a recuperação da espécie, com apoio da administração do NPic e da Fundação Florestal (Simões, 2010). O trabalho da ONG é relatado por um técnico da época:

“(...) A gente tem que resgatar já desde o início, os princípios, como era... Mas aí muita coisa vai ser também, é... eu vou confundir um pouco com a minha história também, porque eu sempre acreditei nisso, sem acreditei nessa galera que seria uma referência pra mim, que seriam os pais da Mata Atlântica, que é o próprio Seu Alcides, o Isaías... isso mais ligado com o Cambury, eu conheci, achei massa eles (...). No projeto eu conheci as famílias da Fazenda, do Ubatumirim, que eu tive mais assim essa identidade, conheci a do Bonete (...) E eu fico muito contente de conhecer o potencial terrestre, marinho (...) O Projeto Jussara, que começou como um projeto de Agrofloresta, foi escrito pro MDA, que foi o PDA- Projeto de Demonstrativos Ambientais-. Todo o Brasil teve uma linha que o governo financiou esses projetos e foi super importante, tanto é que tem uns projetos bons em São Paulo, como o Agroflorestar(...) Na serra, por exemplo aqui, o litoral oferece áreas de plantio, pra fortalecer a agricultura e conjuntamente propor mais informação da agroecologia, o plano marinho, que é as épocas de pescar, que aí tu agregava mais elemento, que na real não é elemento, é alimento pra galera. Pra ter, estocar, pra gente poder empoderar a galera, tipo ter um freezer, uma geladeira. Esse é o tempo que a gente tem pra fazer isso, desenvolver essas ações. Fortalecer nosso movimento dentro desse sistema maluco (...) Tinha reunião semanal, que era um planejamento estratégico. Existia o planejamento estratégico também pra cada comunidade, a gente trocava ideia com as comunidades, sobre quem que era o potencial, quem poderia assumir a frente, não só da jussara, da agroflorestal, de quem poderia assumir a parada (...) Cada lugar oferece uma parada massa e se tiver esse trabalho aí é muito massa(...) acho que é uma evolução deles, das ideias, que a gente possa fazer um link institucional, que a gente possa estreitar esse diálogo (...) e saber onde direcionar. Mas você toma umas facadas nas costas, uma galera te abandona , é punk (...) Mas ao mesmo tempo acho que é em cima disso que tá construindo a galera de contato e aí vai rolando”. (Ator 18)

Em fevereiro de 2007 o Mosaico Bocaina criou seu Conselho Gestor contendo: 15 UC, 4 Quilombos e 5 Terras Indígenas. Neste mesmo mês, o Decreto Federal nº 6040 de 07/02/2007 p.1., fornece definição jurídica para populações reconhecidas como tradicionais e institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCT). Segundo Simões (2010), neste ano foram constituídos seis Grupos de Trabalho do Cambury relacionados aos seguintes temas:

- Realocação de bares e moradias da subzona praia, cuja finalidade é somente apoio à pesca e lazer, para as outras zonas adequadas para esse fim;
- Procedimentos para reforma e construção de novas edificações;
- Procedimentos para licenciamento das roças;
- Procedimentos para consecução de plano de manejo de espécies e licenciamento do extrativismo vegetal para artesanato e utensílios;
- Questão fundiária de todo o bairro;
- Estudos para transformação da área em Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

Neste ano foram realizadas 24 reuniões da Câmara Técnica do Cambury e cerca de 10 reuniões dos grupos e subgrupos de trabalho, cadastradas e georreferenciadas todas as áreas agrícolas e as edificações do bairro com a delimitação da área ocupada e registro fotográfico individualizado (Simões, 2010). Em dezembro de 2007, o INCRA publica o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID)¹⁶ do Quilombo do Cambury, permanecendo o processo de regularização estacionado nesta etapa, desde então (Borelli, s.d.).

Em 2008, a FITESP elabora um cadastro fundiário e ocorrem duas mudanças na chefia da Diretoria de Operações da Fundação Florestal, comprometendo o andamento dos trabalhos. Em 2009, o NPic efetua novo cadastro socioeconômico. Houve um enfraquecimento interinstitucional das diretrizes e um agravamento das reclamações que culminou com a terceira ocupação da sede do NPic no dia 20/03/2009, motivada predominantemente pelos residentes de Ubatumirim. A Diretoria de Operações da FF então promoveu uma intervenção na gestão do NPic, em específico com relação à questão dos territórios com

¹⁶ O RTID tem por objetivo identificar o território quilombola, bem como a situação fundiária da terra requerida. A produção do RTID é de responsabilidade das Superintendências Regionais do INCRA e a comunidade tem direito de participar do processo de elaboração do estudo. As contestações dos proprietários e/ou ocupantes de áreas incidentes no território quilombola são julgadas pelo Comitê de Decisão Regional da Superintendência do INCRA (Borelli, s.d.).

presença humana, gerando uma série de reuniões estabelecidas diretamente com os residentes. Em uma reunião com apenas três residentes do Cambury, pertencentes ao quilombo, a Fundação Florestal apresentou proposta de desafetação do território quilombola, contendo 700 ha e no restante do bairro (373 ha), a criação de uma RDS. Essa proposta, segundo Simões (2010) foi pouco compreendida pelos residentes que estavam presentes e a gestora do NP sugeriu a convocação dos integrantes da CT. Foram apresentadas as vantagens e desvantagens das RDS e visitas técnicas à RDS Juréia, acompanhadas de livreto explicativo. No entanto, isso não foi ainda suficiente para a tomada de decisão dos residentes. Os residentes se incumbiram de efetuar discussões internas e de solicitar nova rodada da CT para apresentar posicionamento à FF, mas isso não aconteceu. A FF poderia formular um novo Decreto Lei alterando os limites do PESM com a desafetação de áreas, mas não poderia fazê-lo para a criação de novas UC, que dependiam de manifestação expressa de interesse por parte dos ocupantes (Simões, 2010)

As mudanças na diretoria da FF que ocorreram ao longo dos anos 2007 a 2009, apontaram que as estratégias inseridas no Plano de Manejo não eram adequadas e praticamente suspenderam, de forma velada, à implantação de ações para apoiar as ZHCAn e as ZOT. Em março de 2010, a SMA publica a Resolução nº29/2010 (Brasil, 2010), que dispõe sobre estudos técnicos para subsidiar alteração de limites e mudança de categorias de manejo de Unidades de Conservação, bem como sobre a necessidade da formulação de Termos de Compromisso a serem celebrados com os ocupantes de Unidades de Conservação até sua definitiva regularização fundiária, ou seja, imbuída da lógica do SNUC (Simões, 2010). Em julho 2010, foi negociado o último desenho de território quilombola, incidindo sobre o Parque Estadual, com a Zona Histórico-Cultural delimitada, em confronto com o limite do Parque Nacional.

Os anos de 2010, 2011 e 2012 foram marcados por mudanças frequentes de gestão no NPic, sendo que as reuniões da CT estavam suspensas por tempo indeterminado. Depois da exoneração de Eliane Simões, em 2009, passaram como gestores Sueli Lorejan (por três meses), Adriano Melo e logo após ele uma junta interina (Carolina Onora, Tarso Drummond e J.P. Vilani), no ano de 2011, e em outubro deste mesmo ano, entra André Martius, que sai em outubro de 2012 para dar lugar a Danilo, atual gestor do NPic. Desde a saída de Eliane Simões até a entrada do atual gestor, os moradores tradicionais afirmam que não houve significativa alteração no território de comunidade e não houve tempo de conhecer os gestores que passaram nestes últimos anos. Muitos deles referem-se à Eliane Simões e

Danilo como bons gestores, que defendem os interesses da comunidade, como relatado abaixo:

*“Aí foi mudando a gestão. Mudou o João Evangelista de Melo, a Glória Sistera, que hoje trabalha em Brasília e trabalhou um tempo aqui também, aí foi o Bepo (Luiz Roberto Numa de Oliveira), trabalhei lá na Ilha Anchieta com ele um ano, depois veio o Rodrigo, que trabalhou pouco tempo também, **depois veio a Eliane Simões, que foi a última gestora, e agora está o Danilo, que foi estagiário e hoje é gestor.**”* (Funcionário do PESM-NPc). (Ator 13).

*“É área de Parque, né? **A Lica... agora não é mais a Lica.** Só que comigo a Lica foi uma pessoa boa”* (Ator 3).

Apesar disso, as ameaças de expropriação são constantes, muitos conflitos ainda existem e o futuro da comunidade continua incerto. No ano de 2013, um pedido de reintegração de posse movida por particulares ameaçou mais uma vez os residentes do quilombo. Com a ajuda do MPF a mobilização dos integrantes da comunidade e parceiros de comunidades próximas (Quilombo do Campinho, Paraty-RJ), eles conseguiram com que o INCRA e o ITESP resolvessem o impasse (Ver Anexos 9.3.1, 9.3.2 e 9.3.3). É o que conta um quilombola em entrevista:

*“Agora o INCRA seguiu a terra aí, certo? Eu vou contar um pedacinho da história. Uma que é uma área Federal. Do rio pra lá é Federal, do rio pra cá é Estadual. Então daqui pra cá quem trabalha são os meninos, o Roberto também, aquele menino lá, como é... o Danilo. Então a briga foi feia, não foi bonita não. Desceu os policiais, com caminhão, com tudo, pra chegar e tirar a gente. Só que a gente já tinha alguma liminar do Juiz Federal de Caraguá pra chegar e parar. Quando deu sete e meia, o investigador da Federal de Caraguá chegou. Aí chegou o outro também, que é da Estadual que manda em Ubatuba aí. Ele é meio brigueiro ele, hein? Chegou, aí o outro barrou ele, falou: “Não. Aqui o Sr. não vai entrar”. Foi uma discussão feia. Os dois, né? Nós ficamos de fora, falamos: “Nem, olha, só não vamos deixar entrar pra aqui dentro”. Tinha tudo os meninos aí, tinham mais de 50 pessoas. Eu falei: “só não usa a violência!”. Se tem uma coisa que eu não gosto é de violência. Falei: “Vamos conversar? Vamos na conversa, é melhor. Discutir assim, briga, quebra, essas coisas, bater pau, não. Eles tão aí tão cumprindo ordem deles”. Aí foi aquela briga dois a dois. Aí o Federal falou assim: “vou lá em Ubatuba no juiz e vou registrar o documento que eu trouxe lá do Juiz Federal”. Em meia hora ele tava de volta, foi lá em Ubatuba e voltou. **Aí, quando chegou aqui, não demorou uns 20 minutos começou a conversa do pessoal grande, do INCRA, do ITESP, advogado, a procuradora da Justiça. Encostaram aí e mandou parar: “Não, aí é área de quilombo, não vai mexer”. Essa briga subiu pra Brasília. Tem 15 dias pro INCRA resolver essa parada. Vem aí os homens, fala com eles e manda os meninos andar. Só que tem um problema. Como é área Federal, tá em cima do Parque, tem aquela coisa toda. Então eles tão brigando com esse tal, acho que é ICMBio, que o INCRA discutindo, pra ver se libera a área, pra deixar o pessoal. Mas foi feito o negócio aqui. Aí não demorou, que eu fui deitar, chegou o pessoal do Quilombo do Campinho em peso aqui pra apoiar a gente. Pra fechar a terra e “daqui não passa”. Aí não tem essa lancha aí? Metemos a lancha uma em cima da outra, amarraram com a corda. Arrancaram as pedras da cachoeira pra deixar o rio correr mesmo assim. Os pessoal brigaram, os meninos aí. Eu falei pros***

meninos semana passada: “Olha, eu saí da Presidência . Acabou. Agora é vocês”. Agora vai entrar uma outra que não tem muita experiência. Mas eu vou ser como vice dela. Quer alguma coisa, vem e fala comigo. Então os meninos cortaram bambu, não sei o que foi mais, fecharam aqui a cachoeira. Mas fecharam mesmo. Não passava a uma altura assim de uma viga de bambu. E sabe lá no canto lá da praia, lá? Pegaram duas pedras de coco - preto, fecharam o caminho lá e ninguém passa pra cá. Essa briga nem chegou a acabar duma vez. Pra plantar é mais melhor pra nós ainda. Até o INCRA teve aí uma vez e falou que a terra agora é nossa. O INCRA vai ter que pagar pra eles, e eles que paguem. Se não toda vez... **Olha, já é cinco reintegração de posse que nós passa. E nunca ninguém ganhou nenhuma**” (Ator 3).

Este outro morador também relata o caso e comenta as dificuldades:

“E agora o INCRA parece que bateu o pé que a terra aqui tá de responsabilidade deles. Que teve um problema de despejo no Quilombo lá de uma família. Aí a CEPIR e a Comissão Palmares, uma entidade do governo lá, junto dos órgãos que também mexe com esses negócios de terra aí. Aí tão conversando lá, pra agilizar o homem, ver se o documento é legítimo, e vai dar indenização. Se ele não tiver devendo nada também no Governo se não, não tem que pagar nada também. Agora aquele procurador que é novo tá trabalhando nesse caso junto com o advogado do INCRA aí. Eu espero que nesse ano, ano que vem, tenha uma notícia boa, efetivar a titulação. Aí o Parque sai, né? Fica área de Quilombo, o Parque tira pro lado. Aí a gente faz nosso plano de manejo, faz o nosso zoneamento da área, onde vai preservar, onde vai morar alguém. Os jovens vão casando aí, tem que ter espaço. Já sentamos, pensamos, conversamos como vamos fazer, vamos marcar a área, onde vai ficar pro coletivo, ou vai morar, dividir mais ou menos. Só Associação mesmo que conversou. Mas eu creio que assim que sair o título vai ter alguém de parceria pra trabalhar, alguma ONG pra trabalhar com a gente, na hora de planejar o negócio certinho, pra não dê nada errado. Porque vem alguém e diz que vai fazer um negócio aí, “essa área aqui é minha!”. Não! Tem aqui, tanto, você usa tanto, espaço pra todo mundo, usar, morar, fazer seu trabalho, seu quartinho. Sossegado, trabalhar com ecoturismo, desenvolver um restaurante, uma pousada comunitária, então tudo isso a gente tá pensando. **Vamos ver se vai dar certo, se os homens pagam aí o João Bento, o Munhoz, e ele repassa. E aí gente possa ter um trabalho. Aí melhora a coisa. A gente fica pensando em mata, querer fazer grandes roças. Lavoura, roça, não dá mais! Os mais velhos já acabaram as forças. Os meninos querem ir pra cidade. Os novos também não querem mais. A roça já acabou praticamente. Antigamente todo mundo tinha casa de farinha, hoje não tem mais! Roça ninguém tem mais, bananal ninguém tem mais. Hoje vai comprar mais na cidade que aqui, comprar a farinha, verdura em Ubatuba! Tudo errado! Mandioca- doce tem que ser lá! Risos**” (Ator 2).

Em Junho de 2014, é suspenso o processo de reintegração de posse a partir do trabalho do MPF e o Superior Tribunal de Justiça confirma competência da Justiça Federal no caso do Cambury (Ver Anexo 9.3.19).

Segundo Simões (2011), nestes últimos anos a CT do Cambury se descaracterizou de seu caráter agregador, transformador da realidade constituída e as negociações significativas ocorreram em outros contextos, em arenas paralelas. Seu tempo de maturação,

desenvolvimento dos laços de confiança e produção compromissada não teve espaço/tempo para se estabelecer. Hoje o NPic tem quatro comunidades bem estabelecidas (Sertão de Ubatumirim, Vila de Pincinguaba, Sertão da Fazenda e Cambury) (São Paulo, 2006; Simões, 2010).

Alguns turistas, com os quais a pesquisadora da presente dissertação conversou ao longo do tempo de pesquisa, dizem que o Cambury é um local que possui muita “gente de fora” e vários delatam que a comunidade já está muito mudada e que a maioria não é nascida lá. Em conversa no mês de Setembro de 2014, um turista morador de Ubatuba relata que durante o feriado do Ano Novo passado (2013-2014), quando ele esteve acampado no bairro, observou construções recentes de alvenaria ao longo de trilhas. Segundo ele, os moradores vendem um pequeno terreno ao lado de suas casas, e por certa quantia de dinheiro deixam os turistas construírem casas. Ele ainda comenta que nos dias visitados tinha cerca de 5 mil pessoas se hospedando ali, os campings estavam lotados e enfrentava-se fila para se ir aos banheiros. Além disso, foi observado, em visita à comunidade pela pesquisadora, no início deste mesmo ano, que um dos campings disponíveis na parte da praia, não possuía banheiro, sendo também o menos custoso quando comparado aos outros com maiores infraestrutura. O turista ainda comentou que tem muita gente de fora morando no Cambury, existindo até mesmo um Camping administrado por estrangeiros de língua espanhola. Semelhantemente à Trindade-RJ, ele acha que a acessibilidade está modificando o local, as pessoas estão se organizando para que possam ganhar dinheiro (como o caso de pulseiras de identificação no Camping da praia), e na sua visão, a região do Cambury terá o mesmo futuro da sua vizinha, no Rio de Janeiro. Um quilombola local comenta os conflitos recentes:

*“Lá no Ponto de Cultura, tem um argentino que está aí numa casa. É, mas sabe quem coloca? Você vê como é, por que? Se a gente for falar da pessoa... Ela é a dona da casa. Não pode. Mas ela é nativa da terra, é quilombola, mas ela não se reconhece como quilombola. Daí na hora do aperto ela quer que a gente brigue por ela, que nem este negócio de reintegração de posse da praia aí também. Ela tem um barzinho bem no cantinho da praia lá. Na hora agora do aperto ela veio correr atrás de nós. Porque a área aqui também é área de quilombo, né? Mas ela... que que ela fez? Ela me xingou, ainda. Eu acho um absurdo, sabe, deixa pra lá. Eu falei: você quer ser assim seja. Aí eu fui falar com ela, ela me xingou ainda. **Colocou uns gringos aí (...)** E eles tão arrumando encrenca com a **Andrea**. Então nós, eu comprei o problema dele, porque a Andrea, ela tá aqui há uns vinte*

anos acho, e ela foi agregada pela comunidade quilombola. Então, pra mandar ela embora daqui, só se pegar a comunidade e fazer um abaixo-assinado. Mas o outro chegar aqui e querer fazer abaixo-assinado pra tirar ela do lugar, não pode. Tá aqui há muito tempo. Aqui agregado é o Simão, o Fábio, o Julianinho, o Caio, o Caipira e a Andrea. O Caipira pisou na bola, já avisei ele hoje. Falei pra ele: “fica esperto, porque pra você sair daqui é dois palitos. **Na época que o ITESP teve aqui, deu 36 famílias quilombola dentro da área, de 2001 a 2002. Acho que agora deve ter umas 40 mais ou menos, porque também casaram.**” (Ator 3).

O quilombola também comenta as dificuldades internas de gestão da comunidade:

“O rapaz tá lá na Espanha (dono da casa em que o entrevistado está morando). Vai fazer oito anos que eu to aqui. **Aí sabe o que eles queriam fazer? Queriam reformar. Eu falei: “Olha, não me bota nesse meio porque eu não vou assinar nada pra você”.** Foi na época do Adriano, ou do André. Aqueles vigias, eles vieram aqui e dali da beira deu só 1,5 de distância. **Aqui, área de Quilombo é muita dor de cabeça! Fico pensando como vai ser. Tem pessoas que não entendem as coisas. Nós estamos aqui no Parque, tem um Plano de Manejo. Pra gente fazer alguma coisa, melhor pedir autorização que os meninos lá liberam, do que arrumar briga. Então é assim, tem gente que entende, tem gente que não entende. Aí os meninos querem fazer no peito, só vai arrumar briga. Porque é assim.**” (Ator 3).

E como eles lidam com isso:

“**Tem um dono aí que é terceiro do Munhoz, que é dono do IpêCamp. Ali se ele quiser vender e não tiver o Parque ele vende. Tão querendo cortar uma estrada aqui, coisa que eu não aceito. Vai acabar com nossa trilha pra cortar estrada? Por isso que eu falo, dentro da comunidade, tem coisa... Dá uma olhada, não pode, eu quero do jeito que é. Não quero estragar, aqui é APP, é beira de rio. Um cabeça-dura que quer abrir uma estrada pro carro vir trazer compra pra ele aqui em cima. Abrir essa trilha. Eu moro há 55 anos aqui e não dependo de... Pego a lancha e vou ali na ponta da praia e pego a compra e trago aqui. Ele tá brigando por causa disso! Onde ele morava o carro ia na porta da casa dele. Só que na época, ele morava na praia. Ele fez um acordo com a Lica e veio morar aqui. Falou que aqui ele só ia fazer a casa, tal, “tudo bem, você é do lugar, da terra, nós não vai dizer não, né”. Aí comprou um pedacinho ali e falou: “você pode até comprar”. Se tem um terreno, chega alguém, nativo, pra ele construir, a gente pode vender a terra pra**

ele. Um nativo. Aí ele comprou ali do Leonel e fez uma casona ali. Aí na época da Lica ele passou pra cá e a casa dele lá foi demolida. Aqui já tem uns meninos, que tem umas motos pra trabalhar, passa aqui já me acordam 5 horas da manhã. Imagina os carros na temporada! Ninguém aguenta. E o pessoal não aceita. Eu conversei com o Danilo. Não tem como fazer estrada. Aqui é área de APP. Isso chegou na minha mão hoje (indeferimento da Prefeitura). Eu vou entregar na mão dele e ele vai ficar bravo. Já chegou o menino da Regional Norte aí. Eu já falei assim pra ele: “você aqui dentro da comunidade é tesoureiro. Você não pode tá saindo e falei: “olha, aqui ou eu ou a minha sobrinha”. Então, eu vou pra São Paulo, hoje a tarde to subindo pra São Paulo. Vou pra Lençóis Paulista. E dia 6 eu volto pra última reunião, que vou chamar, pra conversar a este respeito. Eu to de olho, eu não deixo passar nada, não. Mês passado eu expulsei o cara daqui. Ele chegou me ameaçando. Nem o dono da casa. Falei meu amigo: aqui é área de Quilombo, beira de rio. Ele começou a querer gritar, chegou mais de 20 pessoas e mandou ele andar”. (Ator 3)

Em entrevista, ele também diz aponta que os acordos sobre a gestão de recursos naturais ainda deixam a desejar para a comunidade:

“Aqui até em cima do morro caiu um Ingá. Caiu uma madeirona lá, caiu sozinha. Aí meu sobrinho veio com um requerimento. Deu um canoão grandão. Caiu. Não pode cortar, né? Tem que cair sozinha. Verde nem pensar que é morte. Quando elas caem, não pode deixar estragar, né? Cai aquela parte branca, e fica o miolo até (...) As coisas dentro da comunidade é difícil. Você como Presidente assim, é difícil”. (Ator 3)

Outro quilombola também comenta:

“Hoje nós não pode tirar um mato de dentro de casa, tem que tá pedindo ordem. Se sair a licença você faz, se não sair você não faz. Se vai construir precisa tá dentro da lei. Pedindo a reforma, uma construção. Se conhecer as leis do Parque, do que pode fazer, aí pode autorizar se não, não sai. Ou faz na marra depois vai lá demole tudo, tem um prejuízo. Você gasta um dinheirinho que você sofreu a vida inteira guardando um dinheirinho aí depois derruba, perde tudo. Aí vamos batalhando pra ver se as coisas melhoram, né?(...) A gente participa de muitas reuniões, mas essas reuniões ficam muito

só em promessa, que vai melhorar, que vai mudar. Diz que vai resolver, mas não resolve. Então a demanda é grande, porque em Ubatuba não se resolve nada. Tem uma comissão brigando em Brasília, não se sabe. Aí vem uns outros grileiros que são donos das terras vem dar despejo nas comunidades. E tá parado num pé aí que a gente não sabe. Quer dizer, aí vem o Ibama de um lado, fala que não pode desmatar a terra não deixa você fazer nada, aí vem o Parque Estadual e diz que você não pode fazer nada, aí vem o dono de terra também, e a gente fica parado nesse meio aí, um empurra pra um lado, o outro pro outro. É a Casa Civil, o outro não sei quem, aí é o Ministério de não sei o quê que tem que ir! Ninguém faz uma lei que faça assim: vamos tirar o Parque de cima da comunidade. Porque a gente fala que foi o Parque que veio pra cima da comunidade, não foi a comunidade que foi pra cima do Parque. Aí tira, o Parque fica ao redor, não fica dentro da comunidade. Assim, tem que ter lei, tem que ter limite das pessoas saber o que podem, não é só querer avançar. Quer fazer, construir, destruir, jogar esgoto no rio, jogar na praia, não! Tem que ter uma lei na Prefeitura. Tem que tomar essa atitude. Você pode até aqui, aqui não pode mais, esse esgoto não pode fazer aqui, vamos fazer saneamento básico, pra fazer alguma coisa com respeito, mas não faz nada disso, fica só na conversa” (Ator 2)

Algumas falas também mostram que a comunidade conseguiu muitos avanços na sua organização e demonstra a importância da Associação de bairro:

“Antigamente o pessoal vinha, podia acampar na praia, e você não podia nem passar. Era barraca demais. E também a bagunça era demais. Droga vinha droga pra cá mesmo, certo? Aí acho que foi em 90 foi criada uma lei que não podia mais acampar na praia. Mas ainda não tá legal. Quero ver a praia como era antigamente, sabe? No meu tempo. Com jundu... Agora aqui você vê que as pessoas criam cachorro. Eu passei aqui, olha, o cachorro me mordeu. Aí eu fui falar com ele. Ele é meio grosso, né? Falei: “Não, deixa quieto”. Vim embora (...) E os meninos não deixam entrar droga aqui. Antes tinha droga, tiro. Passar uma madrugada aí tinha até medo de andar por esse caminho, que o pessoal matava mesmo. Agora tem um pessoal legal, gente de família, tudo certinho. Mas os outros antigamente, na década de 80... Depois começou a melhorar com a Associação (...)” (Ator 3)

E apesar das dificuldades, os moradores estão conseguindo se manter e diversificar suas atividades:

*“Com respeito à terra, ao trabalho, eu tenho uma terra mas aqui, pra esse negocio de plantação... porque aqui, se você for colher uma mandioca, se for lá em cima do morro, é um ano e meio, dois anos. Não é uma terra boa, é uma terra meia difícil, perto do mar. Mas em outras coisas... As terras também tão quase acabando (...). **Aqui 80% trabalha com artesanato. Os jovens, eu mesmo, aqui em cima, em baixo, aqui, no canto. Todo mundo trabalha com artesanato. Faz coisa de madeira, cipó, essas coisas todas. Aí agora a gente tem a liberdade de tirar o cipó, fazer as coisas com cipó, bambu. Tem uns menininhos aí que fazem um monte de coisa. Trabalham com madeira, cipó. Porque a geração vem assim, né? Passa de um pra outro. Eu falo: “Eu vou morrer, aí vocês têm que passar a cultura de um pra outro”. E a maioria não pensa em deixar aqui pra ir morar na cidade. Eles saem daqui pra ir trabalhar em Paraty, cinco, seis horas da manhã, eles vão e voltam todo dia de segunda as sextas fazem essa caminhada. Mas pergunta pra eles se eles querem sair daqui? Eles não querem”** (Ator 3).*

O funcionário do Projeto Tamar, que toca o grupo produtivo de costureiras do Cambury (Ver Anexo 9.3.12), também comenta as dificuldades locais:

“Eles não pensam muito no Coletivo. Com essa coisa de chegar gente de tudo quanto é lugar eles recebem, mas ao mesmo tempo eles conflitam entre eles. Eles não conseguem pensar em se juntar, em se apoiar aqui e ali. Se estimular as pessoas que realmente são de lá a gente consegue trazer as coisas pra comunidade. Chega gente de fora, eles apoiam, é um cara que tá ali, já casou com a mulher. Acho que eles conflitam lá entre famílias. Exemplo: tem o grupo lá de costureiras. A maioria delas tem algum parentesco uma com a outra... As vezes eu chego com uma peça: “ah mas quem fez essa peça?”. Ai fulana já diz que tá feio, que o olho tá torto. Ai eu sirvo pra isso também, acalmar a galera. Vira e mexe uma fica cutucando a outra e eu fico apagando incêndio. Ai eu falo: “Olha, dentro da loja tem gostos variados, uma quer menor, outro maior, outra quer a mais extravagante” (Ator 17).

O funcionário aponta vários problemas sociais que a comunidade enfrenta e seu trabalho social:

“E assim, eu gosto muito de trabalhar lá. Já ajudei o pessoal com os cachorros, levava ração, pedia pro pessoal aqui que tem cachorro trazer um pouco. Castração, vacinação. Aí pô, tem gente lá que passa fome. A gente não consegue fazer tudo, mas mesmo assim teve uma época que a gente começou a levar cesta básica, pelo menos para as pessoas que trabalhavam com

a gente. Ai depois outras pessoas começaram a cobrar. A gente as vezes fazia um bolo e levava. E isso você leva um dinheiro, daqui a pouco é bolsa-família, cesta básica, ninguém trabalha, ninguém produz. Então tem briga, ou as vezes não tem motivação, não tem expectativa (...) Eu que já estou ali tem um tempo a gente vê, aquela criancinha que vai crescendo, tomando forma, na outra temporada ela já tá grávida. Quase sempre é isso. Não sei nem como conduzir isso. Cadê a assistente social? Tem lá o posto! Tem camisinha, tem anticoncepcional, parece que quer fazer o filho para receber a bolsa-família! Então é complicado. Se impõe ela não quer fazer. Imposição não funciona porque você tá querendo mudar o jeito de vida dela. Assim, a gente tem o grupo produtivo, mas precisou de uma carona pra ir pro médico, no AME em Caraguá, ela não consegue pegar o busão ir daqui pra lá, de lá pra cá. Antecipado, se tem uma solicitação, se eu consigo agendar, que a gente não tem carro pra isso também, quando dá eu faço a carona pra eles. Chega a temporada, quase sempre a gente leva gelo. Tem que comprar uma linha a gente compra (...) E a gente participa das festas também, Festa do Azul Marinho lá no Quilombo, corrida de canoa, a gente dá os brindes, concurso de dança, de canto (...). Pro Tamar é claro, a gente trabalha não só com o grupo produtivo mas com as pessoas e o lado cultural. A gente sempre apoia os eventos deles e divulga também, é estratégia do Tamar também. ONG's também, a gente conversa (...) Vire e mexe chega gente lá querendo fazer grupo produtivo, ajudar, dá uma ideia, um outro artesanato, não dura um mês e vão embora (...)” (Ator 17).

O técnico de apoio à pesquisa também comenta:

“Então todo esse trabalho está sendo feito com as comunidades, então melhorou muito, melhorou bastante. A gente acompanhou todo esse processo de trabalho. Mas tem muitas coisas que deixam a desejar, porque eles precisam do meio de vida deles. Aqui eles vivem da pesca, da agricultura, tem um trabalho com o IPEMA de agrofloresta... Agora tem um mandato judicial para tirar eles da praia. É complicado porque eles precisam ganhar o pão deles também (...) Mas a comunidade é sofrida viu? Já foi feito um trabalho muito bom com a Adriana Mattoso, com a Lica, o Bepo, são pessoas conscientes, que procuram ajudar a comunidade. Você vai ver muitas pessoas reclamaram do Parque. Mas a gente tem que saber nossos direitos e deveres, né? Mas quando chega um Parque numa comunidade que vivia livre, e diz: olha, existe um código florestal, existe um SNUC... Até você ensinar quais são os direitos e deveres dessa comunidade... Mas hoje já está bem melhor, já estão sabendo o que pode, o que não pode. Então aqui no Cambury já não tem muito trabalho nessa parte. Mas ainda falta muita coisa pra acertar, né?” (Ator 13).

Em entrevista com um grupo composto por moradores da praia (Atores 8 e 9) e um técnico do NPic (Ator 13), eles denunciavam fatos que vem ocorrendo recentemente:

No Quilombo:

- Reforma da casa de um Quilombola foi aprovada há três anos, porém ele não condições financeiras de arcar com os custos. Ele quer casa de madeira e uma vereadora disse que doaria pra ele, mas até agora não conseguiu.

- Os tradicionais têm um acordo com uma madeireira que cobra \$300,00 por dia pra laminar os troncos.

- Professor de surf do quilombo, monitor do PESM e envolvido com a ARQC, está procurando patrocínio para construção de um suporte de pranchas e um lugar coberto pra escolinha de surf (Ver Anexo 9.3.4).

Na praia:

- Disseram que o Parque está deixando a comunidade abandonada.

- Falaram sobre corte de palmito: disseram que souberam de um caminhão que veio à noite, cortaram o palmito, levaram embora e que não sobrou nenhum. Disseram ainda que escutam tiros de caçadores.

- Disseram que só tem três guaritas no Parque, que a FF está quebrada, com dívida de milhões.

- Falaram sobre os problemas com o PNSB.

- Disseram que uma pesquisadora tinha um dinheiro para fazer a loja de artesanato, mas não fez. Aí uma belga terminou a lojinha e os nativos ficaram bravos com a pesquisadora.

- Disseram sobre um problema de desvio de dinheiro dentro da AMBACA, verbas que sumiram.

- Presidente da AMBACA diz que os caiçaras venderam terrenos na praia antigamente e não tinham mais onde fazer os ranchos. Em uma venda dessa, um advogado ficou com grande parte da área.

- Disseram que fizeram a reivindicação de uma lixeira com o atual gestor e foi negada.

- Falaram sobre uma jornalista belga que tinha 60 mil reais de verba e que compraram apenas uma geladeira e a passarela que eles queriam não foi construída.
- Citaram o barco que foi comprado em um projeto, mas que quebrou e ficou abandonado no mangue.
- Contaram sobre a mudança na escolha de monitores do Parque, que agora os nativos têm prioridade, fruto de sua luta por maiores direitos para a comunidade.
- Falaram sobre insatisfação com o Quilombo por causa dos agregados e diz que ele não são unidos e não chegam a um acordo.

5.2.4.1- Avaliação do Período V

Neste período observa-se uma estagnação no processo de definição da gestão do território. O Quilombo ainda sofre ameaças de reintegração de posse e ainda se vê indefinido o futuro do território da praia, parte dos caiçaras. Abaixo são relacionados os principais atores e as grandezas por eles mobilizadas durante o período em questão:

Quadro 6. Ator, lógica de ação e grandezas mobilizadas no período V.

ATOR SOCIAL	LÓGICA DE AÇÃO	GRANDEZA MOBILIZADA
FF	Reuniões DOp/RDS/descarta ZHCAn	Inspiração
IPEMA	Desenvolvimento Comunitário	Inspiração/Cívica
Gov. Federal	Defesa de Minorias (Decretos FNAP, PNAP, PCT)	Cívica
ICMBio	Gestão ambiental	Inspiração
SMA	TC	Inspiração
NPic	Defesa ZHCAn	Cívica
Grileiros	Reintegração de posse	Mercantil

Observa-se então que a comunidade encontra-se em adaptação. O Quilombo está um pouco mais avançado uma vez que se encontra prestes a sair sua titulação. Os caiçaras, por sua vez, ainda enfrentam muitas dificuldades em relação às suas necessidades básicas, o que dificulta seu processo organizacional. De todo modo, ambos os grupos aparentam possuir uma rede ampla e fortalecida, com agentes tanto externos quanto internos (e.g.: membros com forte interlocução, comunidades vizinhas, Ministérios, turistas, Prefeitura, ONG).

Deste modo, a análise aponta que a gestão do território do Cambury vem sendo paulatinamente retomada pelos moradores, de modo que os conflitos estão se apresentando como oportunidades de (re)organização e fortalecimento comunitário. A tomada de decisões, muitas vezes, está sendo feita pelos agentes da própria comunidade, denotando um tipo de governança ascendente. A postura do agente gestor governamental neste período, aparentemente indiferente, está de certo modo contribuindo para que a comunidade se erga em prol de objetivos comuns, ainda que a prejudique pela falta de amparo.

5.3. Análise de Políticas Públicas

As ações do Poder Público podem atrapalhar se não considerarem a dinâmica local e muitos dos seus efeitos podem atingir essa dinâmica de forma negativa. A análise das 18 entrevistas realizadas com atores relacionados à gestão territorial e dos recursos naturais no bairro do Cambury possibilitou o levantamento de quatro principais eventos que foram determinantes com relação ao uso do território, os quais podem ser considerados as principais Políticas Públicas que modificaram a dinâmica territorial local:

- Construção da Rodovia Federal de acesso BR-101 (1975);
- Criação do Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar (1979);
- Reconhecimento da Comunidade Remanescente de Quilombo do Cambury (2000);
- Plano de Uso Tradicional Caiçara/Quilombola (2005).

Essas políticas foram analisadas quanto aos seus Impactos, Eficácia e Pertinência. Dos impactos provenientes da construção da BR 101, foram evidenciados pelos nossos entrevistados: aumento da especulação imobiliária, maior acessibilidade (carro e ônibus), venda de territórios tradicionais, aumento da violência e uso de drogas, grilagem de terras e

extração de recursos naturais sem controle. Esta política foi, portanto, uma ação vertical descendente tomada pelo Governo Federal, visando objetivos estratégicos (militares) e econômicos (tal como o Projeto Turis). Quando comparamos os objetivos traçados pela política, no caso aumentar a acessibilidade, bem como estimular o turismo na região, a política mostra-se eficaz, porém não pertinente, uma vez que não se considerou a dinâmica local, e acabou provocando uma série de impactos, que a princípio não foram planejados ou estimados, como relatado no discurso abaixo:

“(...) tinha muito camping selvagem, tinha até casos de homicídio, muitos casos de drogas, teve até alguns casos de estupro, tinha camping selvagem e não tinha uma ordenança, uma coisa organizada, vinha muito pessoal que ficava na praia, tinha uns canos de água que vinha até a praia, onde eles lavavam panela, lavavam roupa ali, faziam as necessidades fisiológicas deles em qualquer lugar, o lixo não tinha certo controle” (Ator 13).

A criação do Parque da Serra do Mar também foi uma política vertical descendente, e por sua vez, teve como maiores impactos a sobreposição de seus limites com áreas de moradia, a restrição e a repressão das atividades envolvendo uso dos recursos naturais, a capacitação de monitores ambientais locais e ordenamento do uso da praia e regulamentações. O parque foi criado pelo Governo Estadual, considerando uma série de demandas legítimas de vários setores da sociedade (academia, ambientalistas, prefeituras), e que inicialmente tinha apoio das comunidades (Grupo da Terra). Porém, na hora da implementação do parque, as regras não foram bem aquelas acordadas, e os seus limites se sobrepuseram com áreas ocupadas, impedindo o uso tradicional dos territórios e seus recursos. Isso fez com que houvesse impactos sociais sobre as populações e também, de certo modo, foi pouco pertinente, uma vez que os moradores não foram consultados sobre sua criação e assim levados a ilegalidade.

“No começo foi conflitante (...) Então com esse trabalho que o Luis Numa de Oliveira fez com a Adriana Mattoso, junto aos funcionários que vai desde um braçal até a equipe técnica foi legal, melhorou muito. Hoje o que acontece? Foi feito um trabalho de localização. Hoje os campistas não podem mais ficar na praia. Eles podem ficar dentro do quintal do caixara. Pagam uma taxinha para gerar um lucro para esses caixaras, para eles não viverem tirando palmito, caçando, para eles não cometerem alguns crimes ambientais. Melhorou muito do que era para o que é. Tem muito a melhorar ainda, mas melhorou bastante. Hoje a comunidade é mais pacífica. Você vai ouvir muitas pessoas falando que

não gostam do Parque, mas é normal porque tem um trabalho de fiscalização também, né? Tem coisa que você não pode... Tudo que você for fazer você tem pedir pro Parque. Vai fazer uma reforma, pedir uma madeira caída pra fazer uma canoa, um artesanato, tem que fazer um requerimento, vem uma equipe técnica para fazer uma análise, se não vira bagunça também”(Ator 13).

Com relação à criação do Quilombo, observamos os principais impactos: a formação das Associações, o fortalecimento e ampliação da rede sócio-técnica local, segregação territorial de residentes e agregação de não tradicionais. Essa política foi uma ação vertical ascendente, tomada pela Associação ARQC. Seus objetivos (ganhar o direito à gestão de sua terra e a valorização de sua cultura) tornaram a política eficaz e parcialmente pertinente, uma vez que, não compreendendo (ou não aceitando, talvez por realmente não serem descendentes de escravos, somente índios e europeus), alguns moradores tradicionais (caiçaras) ficaram de fora do acordo e das reuniões, segregando a comunidade e dificultando a ação conjunta.

“Pra não ter conflito dividiu. Quem foi que decidiu foi os que reconheceram quilombolas e o pessoal do Itesp, os outros nem foram. Fui um dos cabeças que ajudou a demarcar a área. A Maria Luiza Grabner, nosso trabalho inicial começou com ela em São Paulo. A Adelga Stuchi do Ministério Público, também antropóloga trabalhou muito com nós aqui, veio muitas vezes pras reuniões. Veio participar da Câmara Técnica. Nos defendeu muito, bateu muito. E agora o INCRA parece que bateu o pé que a terra aqui tá de responsabilidade deles. Que teve um problema de despejo no Quilombo lá de uma família. Aí tem a CEPIR e a Comissão Palmares, uma entidade do governo lá, junto dos órgãos que também mexe com esses negócios de terra aí” (Ator 2).

Por fim, o PUT teve como maiores impactos a regulamentação para o uso residencial caiçara e quilombola, um plano de gestão de recursos naturais, possibilitou a instalação de luz elétrica, asfaltamento de alguns trechos da estrada de acesso ao bairro e outros benefícios, e a insatisfação de alguns moradores (Discurso do Ator 2). Este Plano foi uma ação horizontal, acordada entre a gestão do NPic e a comunidade, sendo considerada Eficaz e Pertinente, uma vez que promoveu uma gestão integrada e participativa, houve muitas reuniões e as opiniões contrárias foram consideradas, fortalecendo e ampliando a Rede sócio-técnica.

“Na época do Bepo, o Roberto Numa de Oliveira, a gente começou a trabalhar no plano de manejo, a fazer o trabalho antropológico-cultural, área de ZOT, e junto com a Eliane Simões, que é a Lica, começamos a fazer esse trabalho com as comunidades. Mas antes disso, em 88, os constituintes tiveram aqui fazendo um trabalho, pra proteção da constituição, aquela coisa toda, e foram criadas as leis do SNUC, e a Lei do SNUC diz que todos os moradores que são de antes da criação do Parque têm direito do seu modo de viver. Então aí foi feito o Plano de Manejo, foram designadas essas áreas de ZOT e ZHCAn” (Ator 13).

As características (Objetivos, Impactos, Pertinência e Eficácia) dessas políticas estão sintetizadas no Quadro 7:

Quadro 7. Avaliação de Políticas Públicas. Características das principais políticas públicas incidentes no território do Cambury, PESM, Ubatuba (SP) significativos impactos, e avaliação de sua eficácia e pertinência.

Política	Objetivos	Impacto	Eficácia	Pertinência
BR 101 (1970-75)	Acessibilidade e Turismo	Especulação imobiliária Maior acessibilidade (carro e ônibus) Venda de territórios tradicionais Grilagem Extração de recursos naturais	→	↓
PESM (1977-79)	Conservação de remanescente de Mata Atlântica	Sobreposição com áreas de moradia Repressão das atividades envolvendo uso dos recursos naturais Capacitação de monitores ambientais locais Ordenamento do uso da praia e regulamentações	↑	↓
Quilombo (2000)	Direito à gestão territorial e valorização da cultura	Formação das Associações Fortalecimento e ampliação da rede socio-técnica Segregação territorial de residentes Direitos reconhecidos Agregação de não-tradicionais	↑	↑
PUT (2005)	Plano de gestão territorial, recursos naturais e outros para Tradicionais	Regulamentação para o uso residencial caiçara e quilombola Luz elétrica Plano de gestão de recursos naturais	↑	↑

Legenda:

A ação é pertinente, ou no caso da eficácia, os objetivos do projeto foram integralmente alcançados.

A pertinência da ação é parcial ou, no caso da eficácia, os objetivos do projeto foram parcialmente alcançados.

A ação não é pertinente ou não teve qualquer eficácia.

5.4. Rede Sóciotécnica

Análises de contextos locais no âmbito da Socioeconomia requerem o entendimento das relações humanas. Esta ciência configura-se assim, como a totalidade de teorias que tentam explicar os fenômenos econômicos com base em uma abordagem sociológica, ou seja, a economia no contexto social, onde mais do que dados socioeconômicos, deve-se considerar as relações entre os atores sociais, suas dinâmicas e relações de poder (Estrutura da sociedade, Estado). Em virtude da necessidade de se entender como se deram os deslocamentos entre os atores (redes sóciotécnicas) para dar suporte às principais políticas públicas (inovações) observadas em relação à gestão do território do Cambury e seus recursos naturais, partimos da hipótese de que cada tipologia de ator tem uma lógica de ação. E se não possuímos dados sólidos sobre tais lógicas podemos trabalhar com a opinião e visão dos atores. A teoria das redes sóciotécnicas parte dos estudos socioeconômicos, analisa a rede social que porta os fatos científicos, atividades econômicas e/ou a gestão do território. Nesta análise, o território serve de apoio e seus recursos se tornam atuantes, ao mesmo tempo sofrendo os efeitos das atividades sociais e econômicas. Uma abordagem histórica permite então que se analisem as relações que se estabeleceram no espaço estudado ao longo de determinado período. De modo sistêmico visualizamos o desenvolvimento das relações entre os atores, incluindo seus deslocamentos, tanto no tempo como no espaço. Para facilitar a análise, fundamentamos o processo em 10 etapas, a saber: análise do contexto, problematização, porta-vozes, ponto de passagem obrigatório (PPO), investimento de forma, intermediários, mobilização, ampliação da rede, vigilância e transparência.

5.4.1. A (re) construção da rede

5.4.a) Iniciativa e problematização:

A rede se forma quando o decorrer dos fatos leva ao movimento de atores em busca de um objetivo ou uma solução para a questão: a situação injusta de exclusão social que a comunidade tradicional vivia e, concomitantemente, o agravamento da degradação das condições ambientais.

5.4.b) Porta-vozes

Os porta-vozes dos diferentes atores são colocados em cena pela disputa de ideias. Neste momento são iniciadas as traduções sobre projetos de gestão participativa, principalmente o Projeto Picinguaba e PGA, com finalidades de gerar os indicativos para a formulação do Plano de Manejo.

5.4.c) PPO

Em seguida, surgem as propostas de identificação do Quilombo e do Zoneamento (ZHCan-PUT). As traduções em torno destes dois PPO ocorreram em vários níveis a fim de se realizar o acordo sobre o fato ainda não estabilizado da permanência das populações na UC. Abaixo está esquematizado o deslocamento dos atores em torno dos PPO e suas lógicas de atuação (Figura 6):

Figura 7. Deslocamentos dos atores para os PPO (Pontos de Passagem Obrigatória): Quilombo e PUT (Plano de Uso Tradicional do Cambury).

5.4.d) Investimento de forma

Estabeleceram-se quadros de interesses comuns e a partir disso houve maior compreensão entre os atores a partir do nível de convergência de cada grupo. Nesse processo, pode ser ressaltado o papel de membros da comunidade Genesio, Andreia, Alcides, Isaias, Fabio, (tradução cruzada), e o de pessoas de fora prefeito (científica), Lica, Adriana Matoso, Roberto, Adelga Stuchi, Maria Luiza Grabner (científica e cruzada). Assim, de acordo com as demandas da comunidade foram se formando redes e subredes em

torno da controvérsia, caracterizando-se um processo dinâmico, onde a realidade muda muito de acordo com o desenvolvimento organizacional, agregando novos atores, outros se deslocando, e outros ainda desaparecendo.

5.4.e) Intermediários: Grande Reunião: a Câmara Técnica

A Câmara Técnica do Cambury constituiu-se como importante arena de negociação para o enfrentamento dos conflitos relativos às demandas de desenvolvimento humano no contexto da UC de Proteção Integral, como fórum de crescimento, aprendizagem social e de construção de ferramentas de gestão aplicáveis. A CT possibilitou a congregação de esforços em torno da controvérsia e foi capaz de agregar todos os atores. A conjuntura institucional na época proporcionou a democratização dos processos de gestão, através de técnicos compromissados, capazes de dar visibilidade às demandas da comunidade, efetivando assim a incorporação das diretrizes previstas na ZHCA n ao Plano de Manejo, além do reconhecimento do território quilombola (Simões, 2011).

5.4.e) Ampliação da rede, vigilância e transparência

Segundo Newton Silva, os acordos e “desacordos” em cima das controvérsias devem se estabilizar, porém, deve-se ter em mente que eles nunca cessarão¹⁷. Neste processo, a mudança de papel dos atores gerou desconfiança (no caso da formação da associação da praia, alguns projetos de ONG). A presença de turistas que ajudam e fazem doações para a comunidade, a atuação de ONG e técnicos do governo compromissados com a causa fortaleceram a rede. A troca constante de gestores e os posicionamentos ambíguos, principalmente os do PESM, PSNB, MPE e MPF, constituem um sério problema que ameaça a estabilidade das redes e sub-redes de apoio à gestão integrada e participativa no território do Cambury.

5.4.2 Análise da Rede Sóciotécnica

O conceito de Tradução retirado da Sociologia da Tradução de Bruno Latour e Michel Callon consiste no processo que proporciona a convergência de interesses dos atores

¹⁷ Explicação dada em aula de “Sócio- economia aplicada à aquicultura e pesca” - Instituto de Pesca de Santos-SP/ outubro de 2013.

envolvidos em uma controvérsia - um debate, uma polêmica, disputa de ideias, fatos ainda não estabilizados que demandam um acordo. O processo de tradução se dá quando um fato torna-se inteligível de um ator para outro e pode ocorrer em vários níveis (Ex: dentro da comunidade; do pesquisador para o leigo, etc.), sendo comumente identificadas: a tradução científica (a primeira, quando a inovação é incorporada); a tradução cruzada (entre os atores que compõem a rede sóciotécnica), e a tradução operacional (pelo estabelecimento de regras e normas a partir das discussões sobre os aspectos relativos àquela controvérsia). A grande controvérsia do estudo de caso aqui apresentando é dado pelo conflito fundiário no bairro do Cambury, onde diferentes atores sociais, com interesses distintos, são colocados a disputar sobre o direito e o modo de gerir o mesmo território. Há, simultaneamente, a necessidade de se proteger uma determinada cultura, que por sua vez se utiliza diretamente de recursos naturais especialmente protegidos, e um espaço natural em sua integridade, uma vez que se trata de um remanescente florestal de grande importância ecológica.

A abertura de estradas (no caso do Cambury, a Rodovia BR-101) pode ser entendida como fator desencadeante de conflitos, como o turismo desordenado e a especulação imobiliária, em especial por permitir a chegada de novos atores ao território, cujos interesses e visões de mundo eram bastante diferentes dos valores tradicionais. O fato de a abertura da rodovia e da criação do PESM terem sido concomitantes levou com que os atores locais percebessem uniformemente o conflito gerado, ou seja, os moradores frequentemente entenderam os fatos ocorrendo como um único processo. Essa percepção é aumentada pelo fato das duas políticas virem das esferas de governo que estão mais distantes da realidade local (isto é, Federal, no caso da BR-101; e Estadual, no caso da criação do PESM), não tendo havido diálogo com as comunidades. De fato, o problema da criação do PESM se deu devido ao fato de incorporar em sua área, núcleos já habitados, como o Cambury, dificultando o processo de gestão da própria UC, o que pode ser discutido nestes e em outros trabalhos (Santos, 2008). A controvérsia é de fato implantada quando o Parque Estadual é decretado, uma vez que posteriormente a UC é quem cria a distinção entre “tradicionais” e “não tradicionais” e impõe as restrições sobre as comunidades locais. Além disso, as lógicas de ação do órgão gestor frequentemente eram dissonantes daquelas predominantes entre a população local. Diversos moradores entrevistados alegam que os conflitos se iniciaram com a criação do PESM (ou em virtude de sua delimitação inadequada, do ponto de vista dos moradores tradicionais), principalmente quando se deu o início da gestão do PESM por parte do IF (posteriormente FF), ou seja, quando a gestão

efetiva aparece no território, principalmente por conta da fiscalização, e sem maiores aberturas para o estabelecimento de diálogos e negociações com os moradores. Sua postura quase sempre apareceu aos moradores como autoritária (proibindo, restringindo), não oferecendo contrapartidas e/ou alternativas para os residentes. A controvérsia então é entendida como um efeito colateral da política pública de criação do PESM, devido à delimitação do parque englobar áreas habitadas tradicionalmente, e também por não ter havido nenhum tipo de diálogo ou negociação anterior.

A rede sóciotécnica, sendo formada por entidades humanas e não humanas que se movimentam em relação a um objetivo em comum, é então formada pela necessidade de se estabelecerem subterfúgios legislativos para se adequar às reivindicações dos diferentes porta-vozes que surgem na cena. No caso do Cambury, alguns deles podem ser identificados: “*Preservação ambiental X População tradicional X Grileiros X Movimentos Sociais X ONG X Turistas X Especuladores*”.

Para que houvesse um acordo entre os diferentes atores, se fez necessária a presença de um ou mais tradutores que agiram nos deslocamentos dos atores envolvidos para o Ponto de Passagem Obrigatório (PPO), que seja a gestão sobre a utilização do território protegido e de seus recursos pela comunidade tradicional, baseando-se nos princípios de sustentabilidade. Os atores envolvidos no processo conseguiram se organizar no sentido de convergir estratégias individuais para uma mesma meta, estabelecida através de um quadro de interesses em comum. O tradutor trabalha com a questão geral para que se iniciem os seus deslocamentos no sentido da convergência. Ele tem que ter o controle do processo, homogeneizar, articular e quanto mais traduções ele conseguir fazer, mais estabilidade ele conseguirá imprimir na rede. Ocorre uma entredefinição, a construção simultânea do fato científico e do contexto social. É neste momento que identificamos que ocorreram as traduções relativas a duas inovações: o Reconhecimento Quilombola e o Plano de Uso Tradicional (PUT).

No caso da primeira tradução, identifica-se assim, que ocorreu tradução científica, e a cruzada, uma vez que grande número de pessoas se reconheceu como quilombola. Houve também traduções cruzadas entre órgãos do Governo, tais como FF, IF, PNSB, MPE, MPF, INCRA, ICMBio, ONG, Prefeitura, etc. Entretanto, entre alguns membros da comunidade, os caiçaras, que não se reconheceram como quilombolas, a tradução cruzada ou não ocorreu de fato por não ter havido maior elucidação do conceito, ou ocorreu e não houve a aceitação do que a incorporação da política dos Remanescentes de Quilombo poderia implicar. A

tradução das inovações não é um processo simples e a ideia de se transformar em um quilombo não partiu diretamente da comunidade e sim, através de um político conhecido no local. Parte dos moradores não aceitou a ideia, apesar de incorporada pelos tradicionais que se reconheciam como descendentes de uma cultura de origem africana. Neste processo, um ator local (integrante da comunidade quilombola, proveniente da cidade de São Paulo, e que possui ensino superior e trabalha no local¹⁸) tomou o papel de tradutor na rede que se formou ao redor da controvérsia, promovendo traduções cruzadas e mobilizando a comunidade para a incorporação da inovação (a formação do remanescente de quilombo). Nesse processo, emergiram outras lideranças locais que também exerceram o papel de tradutores dentro da comunidade, antigos moradores que entendiam ser descendentes de escravos libertos. Dentro da gestão do PESM, vários atores procuravam apoiar a permanência destas comunidades, entre funcionários, promotores e procuradores agregados à causa, que formaram então sub-redes nas quais as traduções foram feitas visando dirimir os conflitos em questão, assim como analisado por Januzzi (2009) na Barra do Una.

¹⁸ Entre moradores tradicionais, aceita-se a agregação de pessoas de fora, quando estabelecem laços de matrimônio com membros da comunidade, como foi o caso deste ator, que mesmo tendo nascido em São Paulo, é considerado por todos como pertencente à comunidade local.

Figura 8. Controvérsia Local, Nacional e os Objetivos das traduções ocorridas na Rede Sóciotécnica do Cambury.

5.4.2.a) Falta de Transparência e desestabilização da Rede

Embora em alguns momentos os atores tenham conseguido dialogar e criar inovações, os processos nem sempre se deram de forma tranquila, e em outros momentos as ações (individuais ou de pequenos grupos) não tiveram sucesso. Por exemplo, a união por interesse, que ocorreu quando se formou uma associação da praia (Raízes do Cambury) somente para atingir objetivos específicos e de curto prazo (evitar remoção de barracas na praia), fragilizou a rede sóciotécnica que dava suporte à inovação “Quilombo”. Os interesses muitas vezes não foram expostos da melhor maneira, o que gerou dúvidas entre os moradores, desmotivação e desconfiança, prejudicando de fato, uma união estratégica conjunta. É o que relata um quilombola:

“Pra você ver, outro tempo teve uma reunião lá. Tem um vereador aqui que vem sempre, agora não tá indo lá, que nós conhece ele como Gerson Domado. Juntou eles, levou lá, que tava tendo um rebuliço de derrubar as barracas da praia. Eles foram lá, tiveram dentro da reunião. Só que o Gerson quando terminou a reunião foi embora. Eles ficaram, saíram da sala pra fora, um bocado falou: “nós só vamos ficar aqui até nós ganhar a questão da praia, a hora que nós ganhar a gente não quer saber mais de quilombo nada não”. Aí você vê, eles querem união? E a gente espera eles de braços aberto. Eles querem ganhar direito de terra, o negocio deles é que eles querem que vira condomínio. Muitos lutam pra condomínio. Só que é o seguinte, o quilombo luta pelo direito da terra, de pai pra filho, filho pra neto, tataraneto. Eles acham que tá ali na praia, condomínio, casa de marajá, eles vão ter acesso. Muitos já falou pra mim: “se eu montar condomínio minha casa fica”. Então vocês vão me desculpar, mas então o senhor não conhece o que que é condomínio” (Ator 4).

Como relatado pelos nossos entrevistados, o discurso de alguns membros - como a ideia de se ter condomínios no Cambury para gerar renda para os moradores (ainda que isso não seja permitido mesmo que a área seja desafetada para virar o quilombo ou uma UC de uso sustentável) - acaba sendo confundida e expandida a outros membros da comunidade. Na entrevista acima o quilombola diz que os moradores da praia (caiçaras) gostariam que existissem condomínios no Cambury, porém a Presidente da AMBACA, moradora da praia disse o contrário, pois os próprios caiçaras acabariam sendo (sub)empregados nesses condomínios, repetindo uma situação comum no litoral norte paulista, inclusive em Ubatuba. Ela diz que prefere possuir a terra e organizar suas atividades - o que seria compatível com uma RDS ou RESEX. Portanto, parece haver no Cambury, uma falta de compreensão entre os próprios membros da comunidade, dificultando sua organização. Essa dificuldade desestabiliza a rede e não contribui para que inovações surjam em benefício da comunidade, pois as traduções acabam não ocorrendo plenamente em cenários de pouca transparência e confiança.

Em entrevista, um ator ainda denuncia atos de moradores que não são aceitos pela totalidade, como o aluguel de suas casas na área do quilombo, por ser uma forma fácil de obter dinheiro, provocando discussões entre os membros. Segundo a lei que regulamenta as terras quilombolas, elas são inalienáveis e, portanto, alugar os imóveis seria um ato ilegal. Esta ação, uma vez tomada por alguns membros provoca um conflito interno, os quais, de acordo com a nossa análise, acabam desagregando os moradores e desestabilizando a Rede sóciotécnica local e podendo inviabilizá-la.

A troca constante de gestores e os posicionamentos ambíguos, principalmente os do PESM, PSNB, MPE e MPF, constituem um sério problema que ameaça a estabilidade das redes e sub-redes de apoio à gestão integrada e participativa no território do Cambury. Isso é

particularmente observado quando, por exemplo, acordos que demandaram esforço e negociação, como a ZHCAn, foram descartados mais de uma vez pelas instâncias superiores, gerando frustração e desmobilização entre os atores da Rede. Há também relatos de casos em que os tradicionais passaram informações para os órgãos gestores que foram revertidas em proibições e também moradores que assinaram documentos sem saberem do que se tratava. Essa falta de transparência, por parte dos órgãos governamentais, ocorreu com certa frequência desde a criação e delimitação do PESM, gerando desconfiança e desagradando a comunidade, a qual evita passar informações aos órgãos gestores. Entendemos que esse tipo de situação também se configura em uma falta de transparência que ameaça a estabilidade da rede sócio-técnica. Nossos entrevistados denunciaram também alguns projetos que se iniciaram nos últimos anos no local não foram levados a cabo pelos pesquisadores por razões desconhecidas, e até mesmo supostos desvios de verba de projetos dentro de uma associação, o que de certa forma afeta a transparência da rede e pode desestabilizá-la. Enfim, a manutenção da estabilidade da rede constitui um desafio no território do Cambury, e envolve esforços de vigilância, por parte dos atores, para que exista transparência e confiança entre todos.

5.4.2b) A Segregação Territorial

Quilombo é palavra de origem “bantu” (família etnolinguística à qual pertenciam, entre outros, os escravos no Brasil chamados angolas, congos, cabindas, benguelas e moçambiques) que significou, desde o período colonial, um ajuntamento de escravos fugidos. Os senhores, e não os escravos adotaram oficialmente o termo quilombo para designar a aglomeração de mocambos (Santos, 2006). E para alguns caiçaras do Cambury, o termo remetia-lhes a um passado de escravidão, ao qual já não queriam mais se submeter. Muitos moradores do Cambury não incorporaram a inovação colocada e não quiseram fazer parte do Quilombo, talvez até devido ao fato de alguns deles realmente não possuírem ascendência africana. Pode ter havido também pouca elucidação do conceito (a tradução cruzada de fato não ter ocorrido com todos os integrantes da comunidade), como no relato abaixo, de um morador local:

“As pessoas não conhecem os direitos. Diziam que quilombola é escravo. Falavam: “Ah, vocês são escravos, vão voltar à escravidão? Imagina! Nós viemos oprimidos pelos órgãos governamentais. Nós somos escravos deles. Nós queremos liberdade. Escravo foi no passado, hoje não é”. Nossos antepassados, eles vieram aí, lutaram, cultivaram, plantaram, deram o direito à nós. Nós temos direito, tá lá na lei maior. Nós temos que brigar pelo nosso direito! É uma terra que vai ser coletiva, não é individual, tem uma

Associação, de todos. Foi por não saber. Teve a influência de dono de terras, grileiro. “Não, não vão vender, vocês trabalham pra mim”. João Bento, Munhoz, fizeram a cabeça do pessoal. Venderam pra um, outro mora de caseiro. Mas todo mundo conversa, todo mundo se dá bem, todo mundo se fala, trabalha junto, usa o mesmo cemitério, a mesma igreja. Não tem briga de família, só de casal, marido e mulher, que é normal. Não tem divisão porque um aceitou ser quilombo o outro não, é família, não tem essas brigas. Mas fizemos várias reuniões, as árvores genealógicas, as escrituras, aí falou: “Olha esse povo pra cá não quer”. Então, a maioria tá pra cá, então ficou assim. Pra não ter conflito dividiu. Quem foi que decidiu foram os que reconheceram quilombolas e o pessoal do Itesp, os outros nem foram. Fui um dos cabeças que ajudou a demarcar a área. A Maria Luiza Grabner, nosso trabalho inicial começou com ela em São Paulo. A Adelga Stuchi do Ministério Público, também antropóloga trabalhou muito com nós aqui, veio muitas vezes para as reuniões. Veio participar da Câmara Técnica. Nos defendeu muito, bateu muito (...). (Ator 2).

De qualquer modo, os que restaram podem ainda reivindicar direitos como sendo populações caiçaras, as quais também tem um histórico com a terra e um passado de expropriação. A dívida constitucional com o negro fornece aos Quilombos garantias maiores do que aquelas dedicadas aos caiçaras, lembrados somente na PCT. Mas isso não impede que os caiçaras se organizem, havendo a possibilidade de permanecerem na UC ou terem sua área reclassificada em uma categoria de Uso Sustentável (i.e. RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentável; ou RESEX - Reserva Extrativista), se assim o quiserem. Contudo, é uma solução burocraticamente, legalmente mais difícil e bem mais demorada e que depende de união do grupo e força política (Simões, 2010).

A questão da divisão do território como consequência da formação do Quilombo complica-se na medida em que quilombolas e caiçaras de fato dividem o mesmo espaço. Muitos deles possuem relações de parentesco e os diferentes porta-vozes transitam entre a comunidade: os problemas também são vividos em conjunto. As leis de uso do território e regras de preservação estabelecidas pela comunidade quilombola afetam diretamente a sua área adjacente, e a demarcação definitiva do Quilombo pode se tornar uma situação que obrigue o poder público a rever os limites e a categorização de todo o Cambury. Por outro lado, a ZHCA pode provocar o efeito colateral de unificar toda área, continuando como está, provocar recategorização do Cambury ou a desafetação da área. Neste último caso, o quilombo ficaria fora da UC (embora tenha regras sobre posse do território e usos dos recursos), e a zona contígua, dos caiçaras, continuaria sendo Parque ou poderia se tornar outra categoria de UC, como RDS ou RESEX.

5.4.c) Vantagens do Quilombo

Segundo um ator-chave entrevistado, agregado ao Quilombo e membro da ARCQ, o Quilombo dá mais autonomia para a comunidade, pois seria um título de propriedade “particular” em nome da comunidade. Pode-se entender que a comunidade Quilombola do Cambury, segundo um de seus principais porta-vozes, entende que continuando sob o domínio do Estado (no interior do PESM), eles seriam menos livres para ditar as regras de uso de seu território, embora coletivamente. Assim, sendo um Remanescente de Quilombo, regido pela legislação Federal, eles teriam um maior direito à terra, mesmo que não possuam o título de posse definitiva de seus lotes. Segundo Simões (2011), de fato o apelo político da questão quilombola foi de fundamental importância para que os técnicos do PESM envolvidos na gestão do território se convencessem da possibilidade e efetividade de realização de acordos de permanência e desenvolvimento. A questão quilombola preponderou nas cenas de concertação, trazendo consigo o estatuto jurídico de tradicionais de forma determinante. O duplo estatuto jurídico, quilombola-caiçara, foi usado como argumentação política de reivindicação de vários direitos em relação ao território e ao uso dos recursos naturais associados.

“(...) Até num pedido hoje, pro Quilombo, é mais fácil pro Parque atender do que pra eles. Vamos supor, a menina do quilombo tá trabalhando aí no Parque. Foi ela e a sobrinha do rapaz que é namorado dela, pra fazer a ficha aqui na prefeitura. O Quilombo passou e a AMBACA não passou. Silmara. Ela trabalha lá no posto. Nós temos um aval. Você vê que até nas conferências, nas reuniões, a preferência mais que chama é o quilombo”. (Ator 4)

De todo modo, isso não quer dizer que o Quilombo tenha somente vantagens, uma vez que também possui suas limitações de uso principalmente por se encontrar em uma área de grande potencial ambiental e econômico, “disputada” por diversos atores sociais. Em vistas da titularização da área, torna-se muito importante a manutenção de um bom grau de vigilância na rede para que a comunidade consiga manter sua resiliência.

5.4.2.d) Os tradutores

Segundo a Sociologia da Tradução, o ator traduz as inovações, possibilitando sua incorporação na rede. Os costumes dos caiçaras também determinaram muito a estruturação social da comunidade, como o casamento. Conforme previamente comentado, quando um morador tradicional se casa com alguém “de fora”, é costume esse também fazer parte da

família e constituir-se como integrante da comunidade, obtendo os mesmos direitos dos nascidos. As pessoas “de fora” também, muitas vezes se adaptam à localidade e sua cultura, acabando por adquirir conhecimento tradicional e alguns autores defendem que se tornam *neotradicionais*, passando a viver seguindo esses novos valores. Não havendo transparência e diálogo por parte dos integrantes, corre-se então o risco de afetar a estabilidade da rede: por vezes, esses elementos externos à comunidade (geralmente não tradicionais que ocupam o espaço político) tem o interesse de que o Parque (ou as restrições inerentes a uma UC) deixe de existir, mobilizando a comunidade para este fim, como é relatado no trecho da entrevista abaixo:

“(...) Daí é um grande problema. Teve um momento, por exemplo, no Cambury que os turistas, que tem casa junto aos tradicionais vieram reivindicar como bloco junto aos tradicionais, e aí? Como o Estado era omissor, quem tomou o papel de liderança às vezes não era tradicional, mas melhorou a vida dos caras, foi o interlocutor, que trouxe e levou as informações. Isso tudo é muito enrolado e é também o caso da Juréia, muito por culpa do Estado que foi omissor durante 25 anos” (Ator 14).

O Funcionário do Tamar também comenta as dificuldades enfrentadas pelos tradutores de fora:

“Ela (Presidente da AMBACA) corre atrás, mas acho que ela tem um problema porque eles não conseguem ver a Vanusa como Presidente da Associação. Como tem isso em qualquer vila, eles têm essa coisa: “Ah a Vanusa, que é filha da Justina, que é da família tal”. Às vezes a outra que tem rixa, a ideia é boa, mas porque a Vanusa Soares, Firmino o que que for, não querem. Como tem o cara do camping que não é de lá, tem outro cara que não é de lá. Tem gente que casa com uma pessoa que é de lá, aí essa pessoa que não é de lá quer ter o direito como se ela fosse caçara de lá e não é.” (Ator 17)

5.4.2.e) A grande reunião

As reuniões internas da comunidade e dela com o Parque configuraram-se como os palcos de arena, intermediários nas negociações sobre os conflitos em torno da utilização do território protegido com a utilização de metodologias/ferramentas de gestão participativa, as quais determinaram a formação de uma rede sócio-técnica de apoio à elaboração do PUT e ao Quilombo. Isso foi possível através da abertura concedida pelos gestores que no caso são os agentes oficiais do Estado e porta-vozes da Conservação da Natureza.

5.4.2 f) Os Avanços na gestão

Os relatos sobre as dificuldades dos moradores antes da chegada da luz elétrica no bairro indicam a importância de uma estrutura básica para o desenvolvimento social local, a qual foi possível graças ao aditamento do PUT. Em apenas seis anos com energia, os moradores percebem-se muito mais avançados do que antes, quando muitos não podiam arcar nem mesmo com um lampião a gás. Sem geladeira, era muito mais difícil conservar os alimentos, que já não eram obtidos pela mesma dinâmica de antigamente - plantio e troca de alimentos.

*“Quando eu cheguei aqui no Cambury não tinha energia, era muito difícil. A gente vivia com vela. Quem tinha lampião tinha, mas quem não tinha condições de ter um lampião à gás usava vela. A gente não podia ter uma geladeira pra gelar nada. Era muito difícil mesmo (...). Quando chegou a luz foi muita alegria. **Eu cheguei a lutar aqui com o pessoal uns 15 anos. Mais que isso, nós ficamos uns 20 anos lutando pela energia. Aí quando chegou foi só alegria, porque já tava uma canseira, o pessoal já tava esgotado de lutar. A gente conversava com vereador. Parque. Muita barreira, impediam.**” (Ator 8).*

Simões (2011) destacou que as demandas provenientes dos residentes do Cambury e outras comunidades do PESM evoluíram ao longo do período de investigação, partindo de necessidades básicas que envolvem desde o acesso à cidadania (direito à infraestrutura e serviços públicos, moradia, alimentação e trabalho) até a titularidade da terra e maior autonomia de gestão do território.

O Plano de Uso Tradicional, adotado em substituição ao Termo de Compromisso previsto pelo SNUC, baseava-se em critérios de planejamento territorial associados à definição de beneficiários, prevendo a permanência definitiva e o desenvolvimento das áreas ocupadas, e ao mesmo tempo, estabelecia a necessidade de realização de estudos para recategorização ou desafetação dos trechos ocupados para adequação ao SNUC (Simões, 2011).

Apesar dos grandes avanços incorporados nesta política da ZNHCA_n, foram evidenciados nos últimos anos pelos nossos entrevistados, conflitos em relação à fiscalização ambiental, principalmente em relação às reformas e construções. Os acordos efetuados criando o PUT ainda não satisfazem os moradores, pois vários relatos demonstram a reivindicação de maior liberdade nesse sentido.

5.5. Resiliência Sócio ecológica

Os discursos analisados comunicam o fato da grande necessidade de capital financeiro para que comunidade do Cambury possa manter uma qualidade mínima de vida e as dificuldades relatadas são consideradas como ameaças ao seu modo de vida tradicional. Hoje em dia, como mencionado por alguns entrevistados, a população do Cambury sofre com a falta de ofícios que lhes deem renda suficiente, apesar de todos os avanços com relação aos projetos sociais que foram conduzidos ali. Pousadas / restaurantes de base familiar e/ou comunitária e venda de artesanato, foram algumas das soluções citadas por alguns moradores e que, desde que bem organizados, poderiam se tornar uma solução para a obtenção de capital. Porém para isso teria que haver a desafetação da área ou a recategorização da UC para uma RDS ou RESEX.

A praia do Cambury é reflexiva, exposta constantemente as ondulações e no inverno se torna mais difícil obter o pescado. As canoas não suportam o mar forte e nessa condição a navegação se torna perigosa, havendo dias impossíveis de deixar as redes, que são também levadas pela correnteza. Em virtude disto, a pesca antigamente e ainda hoje fica restrita no inverno. Em nossas entrevistas, foram relatadas as dificuldades por parte de um pescador ancião local, que acredita que deveria haver um seguro para os pescadores do Cambury durante tais meses, garantindo uma renda mensal. Ele ainda diz que vendem o pescado a “preço de banana” e “quem ganha é o atravessador”. Seu discurso mostra um rico conhecimento tradicional, as relações de parentesco (mistura de raças). Seu filho, também caçara e morador da praia, em entrevista relata que sobrevive da pesca e de passeios de barco durante a época de veraneio. O relato deste e outros moradores da praia, os quais muitas vezes também possuem roças (Ver Anexo 9.3.25), bares ou campings, mostra a flexibilidade que os tradicionais apresentam quando necessitam diversificar as atividades com a quais possam sobreviver. Os moradores demonstram através dos relatos de mutirões, práticas de subsistência e de suas atividades como pescadores- lavradores e artesãos, alto conhecimento ecológico local, costumes que subsidiam seu capital social. Principalmente os anciãos possuem grande sensação de pertencimento ao local, com conhecimento ecológico local aguçado. Esse capital social demonstra que preponderam na comunidade, discursos de ordem doméstica, onde o importante é o valor do pertencimento à família (ou ao grupo) e ao local de origem – isso é particularmente importante num território como o Cambury, onde a maioria das pessoas tem grau de parentesco.

Essas relações sociais dentro da comunidade ajudam a entender as divisões entre caiçaras e quilombolas, cuja origem parece estar em antigos laços de parentesco e divisões familiares. Foram, por exemplo, relatados diversos conflitos entre os integrantes ou grupos de integrantes da comunidade, às vezes de ordem pessoal, que podem afetar a estabilidade da rede. Também alguns compreendem bem e aceitam melhor as normas e regulamentações, porém outros não, e isso que dificulta a tomada de um objetivo conjunto em suas reivindicações e não contribui para sua resiliência. Conflitos sociais locais levam à desunião, como relatado por alguns de nossos entrevistados, que demonstram certa insatisfação sobre o crescente número de agregados na comunidade, provocando conflitos entre caiçaras e quilombolas, uma vez que uns consideram possuir mais direitos do que outros. Ressalta-se que como ocupam o mesmo território, partilham também de seus problemas e soluções (assim como as ameaças à sua estabilidade) e nesse sentido, a melhor estratégia seria tentar negociar suas demandas e, quando forem comuns, unirem-se para dialogar com as outras instituições.

Quanto à forma de gestão do conflito do Cambury, os diferentes órgãos gestores envolvidos, como SPU e o ITESP como relatado em entrevista, pouco negociam entre si. Os atores da rede acabam não dialogando e desta forma, não ocorre a devida tradução: as ações frequentemente são tomadas individualmente sem uma consulta ampla ou debate com todos os atores, o que fragiliza o processo organizacional da rede. Isso explica porque várias ações não são levadas a cabo, como quando a FF se posicionou contra a ZHCAn exigindo novamente os Termos de Compromisso, ou alguns projetos de ONG que não evoluíram. A não aceitação, pela comunidade, de alguns projetos de pessoas e /ou instituições que vêm “de fora” e por isso não tem legitimidade demonstra que sem apoio ou sem que as comunidades tomem a ideia para si, por mais que tais projetos sejam bons, eles acabam não funcionando e não são levados adiante. Isto nos leva a refletir que tais projetos e ações do governo deveriam se basear nas aspirações da comunidade local para que se possa ter um incremento em sua resiliência, ou ainda que externos à ela, sejam apresentados e traduzidos para os indivíduos para que possam avaliar se interessa a eles o seu desenvolvimento, configurando uma real aprendizagem social, e consequentemente, favorecendo uma maior resiliência do sistema sócio-ecológico local.

Nesse sentido, o capital natural e humano do Cambury é alto e seu capital social está crescendo, o que permitirá um maior ganho de capital financeiro e físico. Isso que dizer que o Cambury é composto por pessoas com vontade e conhecimento para manter sua

tradição, a qual se mostra baseada numa maior ligação com a natureza, que lhes oferta grandes possibilidades de uso. Observamos que apesar das dificuldades, as instituições (ou os diversos atores e porta-vozes) que com o local interagiram conseguiram aumentar a organização da comunidade, através de debates entre as redes e sub-redes, o que está levando cada vez mais infraestrutura para os moradores e aprendizado social para uma gestão eficiente dos recursos. O incremento econômico ao local (ainda escasso e que deve proporcionar maior autonomia para a comunidade) pode surgir na medida em que a comunidade percebe a vocação turística do local e entende que este pode ser um meio de obtenção de lucro e ao mesmo tempo desenvolvimento da comunidade, como no caso de pousadas, campings, bares/restaurantes, venda de artesanato, passeios de barco, ecoturismo, festas culturais, etc. Nesta pesquisa, percebemos que a comunidade do Cambury ainda carece de programas sociais, atividades de renda, capacidade administrativa e falta de saneamento básico em alguns locais. Dessa forma, a conservação da natureza serviria como apoio às diversas atividades citadas, contribuindo para a solução da controvérsia criada no local devido às diferentes destinações dadas a um mesmo território: Conservação Integral, Uso Tradicional e Turismo. A melhoria dos serviços de bares e restaurantes, campings, turismo ecológico com monitores locais, sistemas agroflorestais, cursos promovidos pela comunidade (artesanato, plantio e roçado, construção de casas de pau-a-pique, etc.), o próprio Ponto de Cultura existente no Quilombo (Ver Anexo 9.3.10), as atividades promovidas pela FUNDART (Ver Anexo 9.3.9), a festa do Café de Cana e outras práticas culturais (Anexo 9.3.21). Pode ser citada, neste caso, a realização de festividades junto a outras comunidades, como o Quilombo do Campinho: no ano de 2013, essas comunidades fizeram festa no mesmo dia, mesmo sendo vizinhas e com possuindo bastante contato. Outros exemplos são a Feira Paulista de Assentamentos e Quilombos (Ver Anexo 9.3.23), o trabalho de ONG como o Projeto Tamar (Ver Anexo 9.3.12), o IPEMA com a Festa da Jussara, e outros projetos específicos (Anexo 3.11), os quais vêm constituindo-se em oportunidades de crescimento do capital financeiro, físico e social do Cambury.

Neste processo, é importante que a comunidade mantenha as grandezas doméstica e civil em suas ações, baseando-se nas leis em defesa das minorias. Isso quer dizer que é preciso que a rede esteja vigiada e fortalecida, para que não se corra o risco de perder o que foi conquistado, pois a comunidade será sempre abalada por fatores externos e a firmeza de seus propósitos, no caso a sobrevivência de sua cultura, então deve ser sua base. A capacidade de se auto-organizar, adaptar e aprender, parece estar surgindo ao poucos na

comunidade do Cambury, aumentando a habilidade deles em lidar com estresses consequentes de mudanças de ordem social, política e ambiental. Holling (2001) define o termo “resiliência” como uma medida de quanto um sistema pode ser perturbado sem modificar seu regime ou equilíbrio. Inicialmente, esta habilidade é vista como a capacidade de se auto-organizar, adaptar e aprender, de modo que esforços não necessitam ser continuamente investidos, subsidiados ou preenchidos a partir de fora. Percebemos então que a resiliência da Comunidade vem sendo construída aos poucos. Exatamente pelo fato de apoiar-se em formas variadas, dinâmicas e evolutivas de aprendizagem é que a inscrição territorial das redes sociais é cada vez mais importante nas economias contemporâneas. Este caráter localizado do conhecimento e da inovação é que atribui significado especial às políticas de desenvolvimento territorial. Em outras palavras, a política territorial não mais consiste em redistribuir recursos e riquezas já criadas e existentes, mas ao contrário, em despertar os potenciais para a criação de riquezas, iniciativas e coordenações novas (Abramovay, 2003).

Stori (2010), estudando o caso da comunidade caiçara da Ilha Diana (Santos-SP), a qual passa por transformações devido ao declínio da pesca artesanal e à expansão do complexo industrial-portuário no estuário de Santos, litoral central de SP, discute quais elementos configuram adaptabilidade e resiliência ao sistema sócio-ecológico que envolve a comunidade. Utilizando a metodologia das Redes Sócio-técnicas e das Economias de Grandeza, ela pontua ainda que não foi observado um real processo de tradução do licenciamento analisado (implantação de um terminal portuário privado em área do Sistema Estuarino de Santos), mas apenas um processo de negociação de condicionantes, por sua vez ditados por diferentes grandezas e diferença de poderes, o que resultou em desconfiças e conflitos, demonstrando que a rede não foi ampla, fortalecida, vigilante e transparente. A autora pontua que a perda intergeracional de conhecimento ecológico e dos mecanismos sociais atrelados pode ocasionar na redução de resiliência. Todavia, os mecanismos sociais identificados na comunidade poderiam contrabalançar aspectos negativos do processo de mudança e crise, promovendo a reorganização do sistema.

6. DISCUSSÃO

Os fatores geográficos e históricos tiveram um importante papel na formação da morfologia social, das formas de ocupação do solo e da utilização dos recursos naturais do Litoral Norte de São Paulo (Mussolini, 1980). Desde a chegada dos europeus no Brasil, os espaços costeiros foram os que mais sofreram com a exploração da *Terra Brasilis* - eles eram o pórtico para o novo mundo e a saída para o escoamento das riquezas roubadas. Sempre foram os locais de intercâmbio: o mercado, a feira, o porto, o cais, a estação de ferro. Evoluindo rapidamente, as cidades litorâneas do Brasil, em sua enorme extensão territorial, diferem em muito, mas todas se comportam de maneira semelhante, com a espacialização de suas diversas influências, dada por fatores de toda ordem. Podemos entender a Zona Costeira como um espaço territorial único: ela é definida nesses termos como o espaço entre o mar e a terra influenciando-se mutuamente em termos físicos, geológicos, ambientais e sociais. A maneira com que o bairro de Cambury evoluiu abruptamente, de um ambiente isolado, com baixa ocupação e sem maiores atenções por parte do poder público até cerca de 30 anos atrás, para um espaço quase inteiramente protegido por uma UC de uso indireto e ao mesmo tempo destinado a um turismo baseado na valorização da paisagem e contato com uma natureza selvagem, provocou um choque entre os direitos ambientais e sociais da população, causando impactos subitamente negativos.

As tentativas de solução da questão ambiental mundial, a qual surge como uma controvérsia em torno da harmonização do homem e seu meio ambiente provocou o efeito contrário em um local como o Cambury: os problemas ambientais observados no mundo nas últimas décadas provocaram movimentos de proteção aos recursos naturais, porém desconsiderando a história de comunidades diferenciadas, portadores de um modo distinto de utilização da natureza, o que gerou mais conflitos territoriais. A despeito de sua importância ambiental ou socioeconômica, a restrição de uso frequentemente cria um cenário conflituoso, que atende parcialmente às necessidades sociais e de preservação de recursos, ecossistemas e biodiversidade locais, sendo comum a ocorrência de atividades clandestinas (Fonseca et al., 1990). Não sendo poucos, esses conflitos pontuais demonstram a dificuldade de se gerir um espaço protegido integralmente, e se tornam mais complexos quando nesse mesmo espaço existe uma cultura diferenciada e o contexto local inclui um entorno regido pela lógica capitalista.

A cultura brasileira ao longo da história se modificou e com isso os fatores culturais predominantes nas diversas épocas influenciaram a gestão territorial das áreas costeiras, incluindo-se o Cambury. Nos dias atuais, diversas legislações ambientais que incidem sobre a zona costeira e regulamentam a conservação da natureza, mesmo que ainda ocorram diversas atividades ilegais por falta de fiscalização ou quem sabe, falta de capacidade dos atores envolvidos em se adequar às normas, as quais por sua vez são quase sempre ditadas “de cima para baixo”, por aqueles que possuem maior poder político, denotando um tipo de governança vertical descendente. Podemos visualizar, em casos como o do Cambury, que as leis que tratam sobre a proteção da natureza por vezes são “atropeladas” por outras leis, umas provocando efeitos sobre as outras, dificultando a gestão e a adoção de políticas públicas eficazes e pertinentes. A própria ideia de áreas protegidas foi importada de uma realidade bem diferente da encontrada em nosso país, em especial na Zona Costeira, no momento de sua criação (Diegues, 1996), fazendo com que a criação de alguns Parques e a definição de seus limites fossem estabelecidos frequentemente sem obedecer a estudos anteriores e critérios técnicos bem definidos. O impacto advindo de perturbações exteriores à comunidade, no caso do Cambury provocados por medidas de desenvolvimento econômico e ambientais, causou problemas sociais. A inabilidade do Estado para negociar os conflitos, em parte por eles mesmos criados, se constituiu um agravante, porém ainda sim, se tornam poderosas situações de ação para que se alcance um novo patamar de gestão.

Nota-se então, que a controvérsia local evoluiu para a criação de uma rede sóciotécnica formada por diversos atores locais e governamentais, que se movimentaram em torno de dois PPO, o Quilombo e o PUT. A incorporação destas duas inovações técnicas se amparou na troca de informações principalmente através de reuniões e documentos, no deslocamento dos atores em torno da controvérsia, o que criou as distinções entre quilombolas, caiçaras e não tradicionais, possibilitada pela construção de uma confiança entre o órgão ambiental, representado pelo gestor do PESM e outros funcionários engajados na causa, além da agregação de novos atores que ampliaram a rede, investindo na forma e mobilidade dos atores.

Diante de casos como o Cambury, torna-se cada vez mais constante entre a comunidade científica, o discurso de que se deve considerar vertente social da gestão, isto é, quem se utiliza e quem legisla sobre os recursos. Acentua-se a importância de uma visão holística sobre os problemas, dado que é preciso ter consciência sobre as muitas inter-relações dos fenômenos sociais e ambientais que promovem a gestão efetiva do território, as

quais muitas vezes tem peculiaridade tais, que se tornam espaços especialmente conflituosos. É neste sentido que apresentamos o caso do bairro do Cambury, inserido em duas Unidades de Conservação de Proteção Integral: o território em questão passou em suas últimas décadas por transformações significativas em termos da dinâmica de gestão territorial. Praticamente confinada a um espaço protegido após longo tempo de apropriação por parte de moradores tradicionais que tratavam o ambiente amigavelmente, o local passou a ser palco de diversas disputas. O principal objetivo designado para a área, a conservação de sua enorme e rara biodiversidade, passou a dividir espaço com os objetivos sociais da terra, neste caso, a permanência e uso dela por habitantes tradicionais. Muito se discutiu com relação à compatibilização das duas vertentes de gestão e hoje em dia, podemos observar que a tendência é adequar, garantindo ao mesmo tempo a conservação da natureza e da cultura local, desde que sua ocupação seja ordenada, baseada nos princípios da sustentabilidade e em impactos antrópicos mínimos. Nos materiais da IUCN (International Union for Conservation of Nature) e da TNC (The Nature Conservancy), vemos trabalhos recentes mostrando a possibilidade de manter populações tradicionais na UC e garantir a preservação ecológica (IUCN, 2000)

O tombamento da Serra do Mar inaugurou no litoral uma perspectiva de proteção da natureza mais ampla, focada na paisagem como um conjunto articulado de elementos. Ele foi concebido, de um lado, como medida de proteção de um setor de alta fragilidade ambiental e, de outro lado, tendo como justificativa a necessidade de fazer frente ao crescimento desordenado do litoral, consequência da grande expansão do turismo entre as décadas de 1970 e 1980, sobretudo nesta última (Scifoni, 2005; 2011). Diante disso nos colocamos como expectadores de uma história de resistência de uma comunidade que desde sempre conseguiu conviver com a floresta, aprendendo, resignando-se. Sem querer cair no Mito de Bom Selvagem, o caso do Cambury demonstra que ainda hoje é possível viver com pouco, viver da terra, sendo que a maioria dos moradores gostam do local onde vivem, possuindo uma cultura rural, que não é imposta, e sim herdada. Seus integrantes possuem um modo de vida muito diferente daquele observado nas áreas urbanizadas do litoral. São populações que ainda hoje demonstram ter uma relação diferenciada com o lugar, provando que a existência de comunidades auto gestoras é uma alternativa para lidar com a perda de cultura e ao mesmo tempo conservar o ambiente. Deste modo nos perguntamos: como o território vem sendo construído no Cambury? Este processo vem favorecendo o estabelecimento de acordos e normas que permitam aos moradores se desenvolver

sustentavelmente no local? A forma com que os atores governamentais agem estimula a resolução dos conflitos ou os aumenta?

A condição encontrada hoje nos conflitos analisados no território do Cambury é o reflexo das estruturas de poder e as suas influências na sociedade brasileira. A BR-101, entre as cidades do Rio de Janeiro e de Santos, tornou-se uma estrada eminentemente turística, uma obra monumental do governo militar, que na ausência de planejamento governamental para o desenvolvimento sustentável em uma área até então inóspita, colaborou com os interesses de turistas e especuladores. A BR-101, instrumento através do qual deveria ser viabilizado o potencial turístico, econômico e elitista, identificado no projeto Turis, contraditoriamente, causou em degradação do potencial turístico local. A construção desta estrada foi objeto de muitas críticas, dados os impactos ambientais e paisagísticos provocados por uma obra realizada sem planejamento técnico detalhado (Scifoni, 2005) e sem considerar as realidades das comunidades tradicionais situadas ao longo de quase toda sua extensão. Assim, a Modernização invadiu o modo de produção desse litoral “intocado” impactando o sistema social, muitas vezes de forma negativa. As modificações que, para Milton Santos, estão surgindo cada vez mais rapidamente, mais especificamente no caso das áreas protegidas do litoral de São Paulo, geraram muitos conflitos com o modo de vida tipicamente tradicional. Populações tradicionais passaram a ter seu modo de vida ameaçado pela modernidade, pois a terra, por eles vista como um meio de trabalho passou ter valor de compra-e-venda; algo que não fazia parte de sua realidade. Com o turismo, veio a especulação imobiliária e a expulsão de muitos moradores para os “sertões”, longe do mar, em virtude da construção de bares, campings e até grilagem de terras por parte de pessoas externas à comunidade.

O perigo de perda de biodiversidade de uma área importante da natureza, um espaço de resistência ao capitalismo e neoliberalismo, uma vez que vai contra lógica mercadológica, e nesse sentido, indo contra a modernidade, e por outro o perigo de extinção de uma cultura protegida pelo Governo brasileiro por apresentar uma história de resistência aos atos contraditórios da moderna Constituição, onde o ser humano tem direito à liberdade, configurou-se assim uma oportunidade de crescimento, ainda que lento, de um processo de gestão participativa e integrada. Invariavelmente, a questão primordial aqui é o uso da terra, ou, no caso, do território e seus recursos. Sabe-se que assegurar o acesso dos tradicionais ao território significa manter vivos na memória e nas práticas sociais os sistemas de classificação e de manejo dos recursos, os sistemas produtivos, os modos tradicionais de

distribuição e consumo da produção, além de sua dimensão simbólica. Além de assegurar a sobrevivência desses povos, os territórios constituem a base para a produção e a reprodução de seus saberes.

Então, pode-se dizer que a resolução dos conflitos territoriais no Cambury, assim como tantas outras no Estado, e também a resolução dos problemas fundiários do território, estão absolutamente imbricadas e dependem de mudanças amplas, com agilidade (Silva, 2005). Como a rede se desmobiliza por fatores internos e externos, o avanço das negociações também acaba truncado, tornando-se fundamental que a rede esteja organizada e atuante, seus atores estejam articulados, produzindo pressões efetivas de mudança para que haja maiores ganhos em resiliência. Neste sentido, para que ocorra uma reapropriação do território se faz necessário uma ordenação territorial que considere, tanto políticas, como interesses, racionalidades, valores econômicos, sociais, culturais e ambientais, da forma como vem lentamente ocorrendo no Cambury (Becker, 1997). O Plano de Uso Tradicional constituiu-se então como um sistema semiformal de gestão, com base local, fundamentado na leitura do Ministério Público Federal sobre a Constituição Federal e a obrigatoriedade de manutenção dos residentes portadores do estatuto jurídico de tradicionais em seus locais de origem. O fato de que o IBAMA e o ICMBio não reconheceram a assinatura regional do Plano de Uso- efetuada pelo chefe do PSNB, em 2005- conferiu ao PUT certo grau de marginalidade, embora só incida sobre parte do território do Cambury (Simões, 2011). A condução das políticas públicas então deve ser baseada em um processo participativo e desencadear uma gama de atitudes baseada em uma nova forma de pensar a apropriação dos recursos, diferenciada pelas características do lugar e integrada com o planejamento regional.

A conformação atual da política mundial, com países recém-colonizados (e que, em muitos aspectos, ainda podem ser considerados colônias de exploração), não nos possibilita enxergar nosso país independente da política econômica internacional. Felizmente, porém, o processo democrático de eleições que a maioria dos países do ocidente atualmente vive, mesmo que em alguns ainda se encontrem em fase de amadurecimento, abriu a possibilidade de se reconhecer as diferentes formas de autonomia e organização das comunidades regionais. Podemos observar hoje que as políticas ambientais atuais consideram a participação social na busca pela administração dos espaços. Há a previsão de que as políticas públicas, como o SNUC com seus conselhos consultivos, utilizem-se de co-manejo e processos participativos de gestão, que incluam a sociedade na formulação de leis. Poderes

locais têm conseguido introduzir iniciativas inovadoras que incluem a implantação de políticas ambientais mais socialmente amigáveis, o que é recente no Brasil e possui implicações políticas complexas (Ferreira, 1996). É o caso dos acordos da RDS do Mamirauá, Amazônia, que permitiu incremento na renda das comunidades, maior estrutura educacional e baixou a mortalidade infantil no local (Queiroz e Peralta, 2006). Apesar disso, as dificuldades e fragilidades institucionais evidenciadas somadas à mobilização dos residentes que se fortalecia a cada avanço foram elementos importantes para atingir um bom nível de detalhamento e envolvimento da comunidade com a gestão do território.

Nossos resultados confirmam o que já é conhecidamente comum em outras UC paulistas. Na demarcação de UC, este e outros casos ensinam uma lição importante: é mandatório levantar as ocupações existentes e reconhecer as populações tradicionais, ou seja, devem-se estabelecer os limites considerando estas ocupações de modo a diminuir os conflitos. Uma vez que não participaram da criação do Parque, assim os moradores do Cambury se tornaram ilegais. Inicialmente o poder público não teve uma postura conciliadora diante a comunidade e é esse o reflexo do Parque em seu território e em seu modo de vida. O choque do modo de vida tradicional com a modernidade se deu de maneira que eles não pudessem compreender e aceitar totalmente a nova realidade que lhes foi imposta, com proibições e restrições, inclusive dificultando a aceitação do Parque pela comunidade. Portanto, as políticas, sobretudo as conservacionistas, devem considerar as realidades locais e dialogar com os atores, de modo a buscar a melhor conformação para atingir seus objetivos sociais e ambientais.

O SNUC trouxe o avanço da possibilidade de serem estabelecidos Termos de Compromisso com a população residente, porém, deixando claro que os Termos garantem uma gestão compartilhada, por tempo determinado, até que a situação dos moradores seja acertada. Os aspectos de reconhecimento e tradicionalidade não conseguiram ser plenamente alcançados pelos criadores desta política¹⁹, na medida em que se lhes tratou da mesma forma com a qual se tratam as populações urbanas, estas, porém, menos facilmente possuem apego ao local, se adaptando melhor ao serem realocadas. O Estado, com a justificativa de aplicar a lei (i.e., considerando a área como Parque), impôs muitas dificuldades aos moradores, embora pudesse ter agido de forma diferente, caso tivesse feito uma leitura mais ampla do

¹⁹ Pela sua complexidade, não houve consenso sobre os aspectos principais acerca desse tema, o qual só foi posteriormente resolvido com a Política Nacional de Povos Tradicionais.

SNUC, na qual prevalecessem aberturas para os diálogos. Como agravante, as restrições do Parque chegaram à mesma época em que os pescadores se deram conta de uma crise pesqueira, a qual teve início em meados de 1970, e início dos anos 1980, em virtude da poluição e da sobrepesca, gerando um efeito prejudicial para a sobrevivência dos moradores. Contudo, alguns moradores defendem que a legislação ambiental e os órgãos de conservação da natureza protegeram o local e numa perspectiva histórica, contribuíram para manter um bom grau de preservação do ambiente. Existem trabalhos científicos recentes que mencionam que as populações tradicionais só permaneceram onde estão porque as áreas foram protegidas da especulação imobiliária e, neste trabalho parece que não foi diferente. Mesmo assim, alguns moradores denunciaram em nossas entrevistas o corte ilegal de palmito que ocorre no local e dizem que ouvem tiros dos caçadores nas matas, mostrando preocupação com a falta de fiscalização. A ouvidoria do PESM também foi criticada, uma vez que uma denúncia sobre caçadores no local obteve como resposta: “estamos em reestruturação” e, segundo eles, nada foi feito.

Se observarmos no tempo, apesar de tudo então, tem havido avanços na discussão com o poder público. O Plano de Manejo foi um importante instrumento para que se adequassem os casos e se obtivessem subterfúgios a fim de se chegar a soluções compatíveis. Os nativos destacam também a questão do intenso tráfico de drogas, homicídios, camping na praia, lixo, que ocorria antigamente como fatores problemáticos e que hoje em dia foram solucionados pelo PESM. Diversos deles apontam que hoje em dia o Cambury está bem melhor nesses termos, que a comunidade está mais pacífica. Há também entre eles o entendimento de que as questões ambientais e sociais sejam adequadas na medida em que for possível, e reconhecem projetos de instituições como o FEHIDRO e o IPEMA que beneficiaram o local, como relatado abaixo:

“No começo (do trabalho do PESM) foi conflitante, porque era uma área que tinha muito camping selvagem, tinha até casos de homicídio, muitos casos de drogas, teve até alguns casos de estupro, tinha camping selvagem e não tinha uma ordenança, uma coisa organizada, vinha muito pessoal que ficava na praia, tinha uns canos de água que vinha até a praia, onde eles lavavam panela, lavavam roupa ali, faziam as necessidades fisiológicas deles em qualquer lugar, o lixo não tinha certo controle. Então com esse trabalho que o Luis Numa de Oliveira (Bepo) fez com a Adriana Mattoso, junto aos funcionários que vai desde um braçal até a equipe técnica, foi legal, melhorou muito”. (Ator 13)

Ao mesmo tempo denunciam a falta de estrutura que o órgão gestor está apresentando à comunidade e criticam a atuação recente da FF nas diversas UC costeiras. Hoje eles conseguem reconhecer que a figura do gestor, por mais que tente beneficiar a

comunidade, acabe se deparando com barreiras impostas de cima para baixo (ou em outros casos, dificuldades legais). Ainda que sua atuação possa favorecer o sucesso da rede sóciotécnica, ela esbarra nas esferas superiores, que nem sempre estão se esforçando com o mesmo afinco para fortalecer a gestão da Unidade, e o insucesso das reuniões leva à desmobilização e frustração.

Corroborando com outros trabalhos, a exemplo de Zanusso (2009), na Barra do Una, aqui podemos também perceber nos discursos a influência da figura do gestor, pois o tratamento das controvérsias dependerá da importância que ele dará ao tema. Nossos estudos indicam que a mudança constante na ocupação desse cargo compromete os andamentos do trabalho, pois pode provocar desconfiança, instabilidade e o reinício das discussões, tanto por parte do gestor e seu respectivo órgão quanto por parte dos atores e a comunidade que representam. Outros trabalhos (Santos, 2009; Gonçalves, 2010) corroboram com esta pesquisa, uma vez que indicam que, quando o gestor atinge certo grau de conhecimento local e obtém a confiança da comunidade, logo é substituído e o processo de construção do diálogo com a comunidade tem de voltar ao início. Muitas vezes também a própria Instituição é que perde legitimidade, uma vez que a comunidade acaba perdendo a confiança quando os processos não fluem.

No caso de uma política pública, estudos recentes demonstram que ela deve ser o mais participativa possível, e a incorporação do Quilombo e do PUT apontam para isso, conforme fica demonstrado no presente estudo. Podemos concluir que de modo geral, a comunidade se vê em processo de empoderamento, aprendendo com seus erros e evoluindo, progredindo em seus aspectos sociais e ambientais, uma vez que conseguiram se organizar em torno de objetivos comuns, resistindo à perda do direito ao uso de seu território. Ainda que haja casos de degradação ambiental (como campings sem sanitário, corte ilegal de palmitos), falta de amparo social (gravidez indesejada, problemas de saúde), e irregularidades (aluguel no Quilombo, supressão de vegetação sem permissão), podemos também perceber que a natureza local tem permanecido em boas condições, uma vez que as pessoas têm sobrevivido com base na diversidade de atividades sustentáveis (artesanato, pesca, campings, bares, obras em Paraty), mantendo baixo seu nível de crescimento urbano e e garantindo a qualidade ambiental. Ainda que de modo incipiente, alguns projetos conduzidos por diversas instituições, como Prefeitura, FEHIDRO, Secretaria da Educação e Regional Norte tem levado maior infraestrutura para os moradores do Cambury (Ver Anexos 9.3.5., 9.3.6, 9.3.7, 9.3.8). Os projetos desenvolvidos no local têm contribuído para

isso, uma vez que os habitantes já possuíam uma cultura diferenciada e, portanto, conseguiram manter diversos de seus aspectos, com ajuda da rede suporte que se formou em benefício do desenvolvimento comunitário pró natura. Dessa forma, o Quilombo se estabeleceu e vem se tornando resiliente.

Além disso, ainda que não esteja definido o futuro da comunidade caiçara, esta também pode exigir maiores direitos, uma vez que é protegida pela PCT e, portanto, eles precisam se organizar para definirem as leis que irão incidir sobre seu território sob o viés da gestão participativa, em benefício da comunidade e de acordo com suas aspirações, e respeitando as demais legislações vigentes, incluindo-se aí aquelas de cunho ambiental.

Apesar de todas as dificuldades apresentadas pelos nossos entrevistados, em alguns momentos observados eles foram capazes de se organizar e convergir para cenas de concertação, a partir das traduções dentro das redes sócio-técnicas. Isso significa que quanto mais eles conseguiram se organizar e dialogar, mais eles avançaram na construção de acordos rumo à estabilização dos conflitos.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão, manejo e governança de sistemas complexos que ligam homens à natureza é um desafio da gestão territorial. Para contribuir com a gestão dos recursos naturais do Cambury, entendemos que o processo de construção deve se dar de maneira que possa haver grande transparência por parte dos atores envolvidos. Como exemplo, citamos o papel do gestor da Unidade de Conservação, que deve trabalhar para que as comunidades envolvidas no território entendam que sua figura pode mudar a qualquer momento, e por isso, a comunidade deve estar empoderada para lidar com os desafios, procurando atender as necessidades de conservação do ambiente e desenvolvimento social. O gestor deve ser claro ao definir suas limitações, e estimular que os próprios representantes da comunidade estejam hábeis para lidar com órgãos de diferentes esferas governamentais, parceiros e os membros da própria comunidade, concatenando os esforços.

A luta da comunidade do Cambury pela permanência no bairro inserido no PESM trouxe consigo a luta pelo direito ao uso dos recursos. Talvez, nos últimos anos com os processos de estabelecimento dos territórios quilombolas e das ZHCAn, essa luta foi se modificando e agora está muito mais relacionada ao uso dos recursos, que é mais difícil (Calvimontes, 2012). Neste sentido, entendemos que os avanços do PUT permitem uma série de usos do território, contribuindo para a resiliência da comunidade. As diretrizes que o enfoque de eco desenvolvimento oferece, relativamente à base dos recursos naturais, leva à valorização econômica de recursos renováveis, passíveis de serem usados diretamente para consumo local. Nesse caso, a concepção de um novo sistema de economia comunitária emerge como tema privilegiado de pesquisa interdisciplinar orientada para a ação. As lições oferecidas por algumas sociedades tradicionais no que tange ao funcionamento de sistemas viáveis de apropriação, uso e gestão de recursos renováveis podem ser tomadas como pontos de referência importantes (INPSO, 1994). Os resultados de pesquisa sobre os sistemas de gestão de recursos em propriedade comum têm mostrado que, se o respeito pelo uso sustentado dos recursos tornar-se algo compartilhado pela comunidade aumentam-se as chances de êxito de formas de gestão capazes de favorecer o alcance simultâneo de uma distribuição mais equitativa da riqueza gerada e de aumento das margens de sustentabilidade dos recursos da comunidade (Ostrom, 1990; Berkes *et al.*, 1989; Diegues, 1994). No que concerne à gestão do espaço, o princípio de prudência ecológica sugere a pesquisa de formas

de organização produtiva que favoreçam a busca de complementaridade máxima das várias opções de dinamização econômica. (INPSO, 1994).

Apesar da reduzida visibilidade social de formas comunitárias de apropriação dos recursos naturais renováveis, a revisão da literatura no campo emergente de pesquisas sobre modos de apropriação e sistemas de cogestão de recursos naturais de uso comum tem demonstrado que essas experiências estão sendo resgatadas atualmente. Criticando a linha de argumentação expressa na parábola de Garrett Hardin, conhecida como a “Tragédia dos Comuns”, vários autores tem demonstrado que Hardin acaba confundindo a condição de livre acesso com o regime de apropriação comunal desses recursos – um equívoco que responde ainda hoje por muitas decisões irrefletidas nas arenas de tomada de decisão sobre problemas socioambientais (Diegues, 2001)²⁰. Por outro lado, há exemplos mostrando que a ausência de regramentos no uso dos recursos pode levar ao seu esgotamento, sendo necessário haver uma gestão negociada, baseada em informações, visando à sustentabilidade. Nesse sentido, as traduções e o fortalecimento da rede sóciotécnica podem fornecer as condições para uma gestão compartilhada e efetiva na região do Cambury.

Desde meados da década de 1970, sob os influxos da Conferência de Estocolmo, vêm sendo formados coletivos de pesquisa interessados na consolidação institucional das Ciências do Ambiente. Dentro e fora da academia, esses grupos procuram colocar em prática novos enfoques teóricos e metodológicos para o enfrentamento da crise planetária do meio ambiente. A busca de integração inter e transdisciplinar tornou-se um ponto de referência indispensável para esta lenta transição de paradigma na ciência contemporânea. No que tange ao tratamento dado à questão da biodiversidade, tem prevalecido o debate relacionado ao caráter polissêmico do conceito de conservação. As disputas relacionadas ao uso dos recursos naturais estão disseminadas por todas as regiões do planeta, mas as dimensões, o nível e a intensidade dos conflitos assumem conotações distintas em cada contexto socioecológico. A diversidade de variáveis a serem consideradas e analisadas revela a complexidade das interações que caracterizam a dinâmica dos sistemas socioecológicos (Vicacqua e Vieira, 2005).

O Quilombo como estratégia de resistência pela permanência na terra parece estar bem amparado na legislação, e caso os quilombolas consigam manter a mobilização e a coesão da rede sóciotécnica local, podem conseguir discutir e negociar com os demais atores

²⁰ Nesse sentido, o termo conflito socioambiental designa as relações sociais de disputa/tensão entre diferentes grupos ou atores sociais pela apropriação e gestão do patrimônio natural e cultural.

sobre a continuidade ou não dentro da UC. De qualquer maneira, parece que a UC também pode ajudar a conferir maior resiliência à comunidade, a qual já se encontra bem articulada com outros agentes públicos, como o Ministério Público Estadual e Federal. Assim, a melhor estratégia seria investir no fortalecimento da rede sóciotécnica para que os moradores possam definir seu próprio futuro, considerando as questões ambientais e a necessidade de harmonizar suas atividades com a conservação. Enquanto isso, as UC (i.e. PESM e PNSB) continuam desenvolvendo as atividades de gestão compartilhada na comunidade em acordo com o PUT e suas orientações, além de projetos de ecoturismo, e a experiência do Quilombo pode e deve servir como exemplo. Neste processo, a coesão entre caiçaras e quilombolas seria muito benéfica, pois os avanços de uns motivariam os outros, contribuindo para uma maior agilidade e construção de resiliência. Sendo assim, órgão gestor deve ser claro em definir suas limitações, ao mesmo tempo tentando atingir seus objetivos com a ajuda dos moradores, uma vez que eles que serão os próprios fiscais e ampliadores da rede, a partir do conhecimento que evolutivamente adquirirem sobre seu próprio território e o papel de cada um na questão ambiental adaptada ao contexto local.

8. BIBLIOGRAFIA

AMBLARD, H.; BERNOUX, P.; HERREROS, G.; LIVIAN, Yf. Les nouvelles approches sociologiques des organisations. Paris: Seuil, 1996. 244 p.

AMORIM, E. G. Ubatuba, Era caíçara: a desapropriação do espaço frente às políticas de planejamento regionais e urbanas.

ANDERIES, J. WALKER, B.H.; KINZIG, A.P. Fifteen Wedding and a Funeral: Case Studies and Resilience-based Management. *Ecology and Society*, v. 11, n. 21, 2006.

ARRUDA, R. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação. *Ambient. soc.*, Campinas, v. 7, n. 1, 2004.

BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. *Snowball* (Bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária, PUCPR. Curitiba, 7 - 10 de novembro de 2011.

BAPTISTA, N.; PEIXOTO, E. Gestão de políticas públicas. In: PROGRAMA de formação de lideranças e técnicos em desenvolvimento local sustentável. Brasília: CONTAG, 1999.

BARBOSA, S.R.C.S.; FORMAGIO, C.C.; BARBOSA, R.V. Áreas protegidas, uso e ocupação do solo, qualidade de vida e turismo no litoral norte paulista: algumas reflexões sobre o município de Ubatuba. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 10, n. 2, 2010.

BARRETO FILHO, H.T. Notas para uma história social de áreas de proteção integral no Brasil. In: RICARDO, F. (org.) Terras Indígenas e Unidades de Conservação. Instituto Sócioambiental. 2004, p. 53-63.

BECKER, D. Desenvolvimento Sustentável- Necessidade e/ou Possibilidade? Santa Cruz do Sul-RS: Edunisc, 1997.

BEDUSCHI, L. C.; ABRAMOVAY, R. Desafios para a gestão territorial do desenvolvimento sustentável no Brasil. XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (SOBER) – 27 a 30 de Julho de 2003 – Juiz de Fora, MG.

BEGOSSI, A. 1998. Resilience and neo-traditional populations: the caíçaras (Atlantic Forest) and caboclos (Amazon, Brazil). In: F. Berkes & C. Folke (eds.) Linking social and ecological systems. Management practices and social mechanisms for building resilience. Cambridge: Cambridge University Press, p. 129-157.

BENATTI, J.H. Ordenamento territorial e proteção ambiental: aspectos legais e constitucionais do zoneamento ecológico-econômico. Meio Ambiente. Brasília: ESMPU

(2004), p.1-13. Disponível em: http://escola.mpu.mp.br/linha-editorial/outras-publicacoes/serie-grandes-eventos-meio-ambiente/Jose_Heder_Benatti_Ordenamento_territorial_e_protecao.pdf (acesso em 30/09/2014).

BERNINI, C.I. A problemática ambiental e seu ambíguo encontro com a luta pela terra: desafios na aproximação entre modo de vida tradicional e conservação da natureza. *Agrária*, São Paulo, n. 9, p. 63-84, 2008.

BOBBIO, Norberto. O Conceito de Sociedade Civil. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

BOLTANSKI, L & THEVENOT, L. 1991. De la justification: les économies de la grandeur. Paris: Gallimard, 482 p.

BORELLI, E. Quilombolas e Preservação da Natureza .

BRASIL. Constituição da Republica Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Decreto no 4.340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 de agosto de 2002.

BRASIL. Decreto Presidencial 3551/2000 de 04 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. <http://www.cultura.gov.br/legislacao/decretos/index.html>

BRASIL. Decreto Presidencial 4.887/2003 de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. In: Diário Oficial da União, Edição n. 227, 21/11/2003.

BRASIL. Decreto Presidencial 5051/2004 de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. In: http://www.trt02.gov.br/geral/tribunal2/Legis/Decreto/5051_04.html

BRASIL. Decreto Presidencial 6.040/2007, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais In: <http://www.cedefes.org.br/new/index.php?conteudo=materias/index&secao=5&tema=25&matéria=3371> em 25 de maio de 2007.

BRASIL. Instrução Normativa Nº 20, de 19 de Setembro de 2005 do Ministério do Desenvolvimento Agrário-Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. In: Diário Oficial da União, Edição n. 185, 26/09/2005.

BRASIL. Lei Federal 9985, de 18 de Julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. DOU. 2000.

BRASIL. Lei federal no 9.985, de 18 de Julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 de julho de 2000.

BRASIL. Portaria nº 6 DE 1º DE MARÇO DE 2004 do Ministério da Cultura-Fundação Cultural Palmares. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombo de que trata o art. 68/ADCT, e o disposto nos arts. 215 e 216 da Constituição Federal. In: Diário Oficial da União, Edição n. 43, 04/03/2004.

CALLON, M. 1986. *Eléments pour une sociologie de la traduction: la domestication des coquilles Saint-Jacques et des marins-pêcheurs dans la baie de Saint-Brieuc*. L'Année Sociologique. n 36. p. 169-208.

CALLON, M. Le réseau comme forme émergente et comme modalité de coordination: les cas des interactions stratégiques entre firmes industrielles et laboratoires académiques. 1999. In: CALLON, M.; COHENDET, P., CURIEN, N., DALLE, J.M., EYMARD DUVERNAY, F., FORAY, D., SCHENK. Réseau et coordination. Paris: Economica. p. 13 – 64.

CALLON, M. Pour une sociologie des controverses technologiques. 1981. *Fundamenta Scientiae*. v.2, p. 381-399.

CALVIMONTES, J.; FERREIRA, L.C. Entre o “não” e o “como”: conflitos e organização social no Parque Estadual da Serra do Mar, São Paulo. VI Encontro Nacional da Anppas 18 a 21 de setembro de 2012- Belém - PA – Brasil.

CAMPOS, S.E.A.; JUNIOR, L.G.; CORREA, D.A. Os desafios das comunidades caiçaras do município de Ilhabela frente ao turismo. In: XVII Encontro Nacional de Recreação e Lazer – ética e lazer na sociedade contemporânea, 2005, Campo Grande. Anais... Campo Grande: UCDB, 2005. (CD-ROM).

CASTRO, D.M.L.; BRUNA, G.C. Políticas públicas de ocupação do solo e desenvolvimento sustentável: o caso do município de Ubatuba. In. XXVII Congreso Interamericano de Ingeniería Sanitaria y Ambiental. Cancún, México, 27 al 31 de Octubre, 2012. Disponível em: <http://www.bvsde.paho.org/bvsaidis/mexico26/xi-002.pdf> (acesso em 30/09/2014).

CONSEIL SCIENTIFIQUE DE L'EVALUATION. Petit guide de l'évaluation des politiques publiques. Paris: La documentation Française. 1996. 123 p

CORRÊA, R.S. ANGRA DOS REIS: contribuição ao entendimento de uma pretensa vocação turística - pensando o turismo a partir do território. 4º Encontro Nacional De Grupos De Pesquisa – ENGRUP, São Paulo, p. 252-278, 2008.

CORREIA, E.B. Territórios Rurais Como Unidade De Planejamento Das Políticas Públicas. SEMANA DO FAZENDEIRO, 28a, Uruçuca, 2006. Agenda. Uruçuca, CEPLAC/CENEX/EMARC. 426p. 2 vols.

DA EUROPA, Conselho. Carta Europeia do Ordenamento do Território. MPAT, 1984.

DIEGUES, A. C. S.; NOGARA, P. J. O nosso lugar virou parque: estudo sócio-ambiental do Saco de Mamanguá-Parati-Rio de Janeiro. Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Areas Umidas Brasileiras, Centro de Culturas Marítimas, Universidade de São Paulo, 1994 -187 p.

DIEGUES, A.C. 1994. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo, NUPAUB-USP.

DIEGUES, A.C.; NOGARA, P.J. O nosso lugar virou um Parque: estudo sócio-ambiental do Saco do Mamanguá-Paraty, Rio de Janeiro. São Paulo: USP/NUPAUB, 1994. 165p.

DIEGUES, A.C.S. 1996. Ecologia humana e planejamento em áreas costeiras. São Paulo: NUPAUB-USP.

EVANS, Y. **Participação Comunitária em Gestão Ambiental**: o caso do Parque Estadual da Serra do Mar, São Paulo, Brasil.. London: Department of Geography Queen Mary, University of London Mile End, 2007. 47p.

FERNANDES, L.C.C. Cidadania política em construção. **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 19, n. 3/4, p. 243-261, 2009.

FERREIRA, G.H.C. As realidades brasileiras em documentários: o caso de Caçandoca e Camburi.

FERREIRA, L.C. Conflitos Sociais em Áreas Protegidas no Brasil: Moradores, Instituições e ONGs no Vale do Ribeira e Litoral Sul, SP. *Idéias*. 8(2): 115-150. 2001.

FERREIRA, L.C. Dimensões Humanas da Biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas no vale do ribeira, SP, *Brasil Ambiente & Sociedade*. v. 7, n. 1. 2004.

FERREIRA, M.J.G.; PILLA, A.T.F. Caracterização de comunidades isoladas: aplicação em comunidade de Ubatuba/SP. In: *Anais do 5º Encontro de Energia no Meio Rural*, 2004, Campinas (SP) [online]. 2004 [cited 01 October 2014]. Available from: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000022004000100037&lng=en&nrm=iso>

FITESP - FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO “JOSÉ GOMES DA SILVA”. Relatório técnico-científico sobre os remanescentes da comunidade de Quilombo de Camburi Ubatuba-SP. 2002.

FONSECA, F.P.; VIANNA, L.P.; BRITO, M.C.W. População e manejo dos Parques Estaduais Paulistas. In: 8º Congresso Nacional de Geografia: Anais. Bahia. 1990.

FREIRE, L.L. Seguindo Bruno Latour: notas para uma antropologia simétrica. *Comum - Rio de Janeiro*, v.11, nº 26, p. 46 a 65. 2006.

FUNDACI - Fundação de Arte e Cultura de Ilhabela. Origens da cultura caiçara. v. 1, (S.d.).

FURLAN, S.A. 1999. Conservação de Florestas Tropicais. Saraiva. 112 p.

GALLO JR., H.; OLIVATO, D.; PINCINATO, F. L. ; MAZER, S. C. Bacia hidrográfica como unidade de planejamento e ordenamento territorial: estudo aplicado à Bacia do Rio Indaiá – Ubatuba- São Paulo – Brasil.

GEORGE, P. 1966. *A Geografia Ativa*. Editora Difusão. 359 p.

GHIMIRE, K.B.; PIMBERT, M.P. Social change and conservation – Environmental politics and impacts of national parks and protected areas. United Nations Research Institute for Social Development (UNRISD). Geneva, 1996.

GIACOMINI, R.L.B. A territorialidade das comunidades de quilombos no Vale do Ribeira: do direito étnico a posse definitiva do território. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009, pp. 1-33.

GOBBO, T.F.N. Programa Minha Terra: a regularização fundiária promovida pela Fundação ITESP no Estado de São Paulo.

GOLÇALVES, P. S. F. Gonçalves. Dinâmicas sócio-ecológicas no território de influência da comunidade da Cachoeira, Leste de Guarujá/SP. UNESP, São Vicente, 2010. 129p.

GOTTFRITZ, Luis Carlos. Luis Carlos Gottfritz (depoimento, 2012). Campinas, LAP, 2013. 10 p.

GUIMARÃES, T.C.; FRAGNANI, R.S.; DELAMARO, M.C. Análise de sustentabilidade de destinos turísticos do cone leste paulista: o caso do bairro do Cambury, Ubatuba/SP.

HABERMAS, J. Técnica e Ciência como “ideologia”. P. Imprensa: Lisboa. Edições 70, 1987. 149 p.

HAMMES, V.S. AGIR - Percepção da Gestão Ambiental. Educação Ambiental para o desenvolvimento sustentável. Vol 5. 208 p. EMBRAPA. Editora Globo. 2004.

HOLLING, C. S. Understanding the Complexity of Economic, Ecological, and Social Systems. **Ecosystems**, v. 4, p. 390–405, 2001.

IBAMA; FUNATURA/1989. Sistema Nacional de Unidades de Conservação: SNUC – Aspectos conceituais e legais. (Coord.): Jorge Pádua & Maria Tereza. Brasília.

SÃO PAULO. NSTITUTO FLORESTAL/ INSTITUTO EKOSBRASIL. Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar. 2005.

IRITANI, M. & EZAKI, S. SEMA-SP. Instituto Geológica. As águas subterrâneas do Estado de São Paulo. Cadernos de Educação Ambiental. São Paulo, 2008. 104 p.

LATOUR, B. 2000. Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: UNESP. 438p.

LEBEL, L.; ANDERIES, J.M.; CAMPBELL, B.; FOLKE, C.; HATFIELD-DODDS, S.; HUGHES, T.P.; WILSON, J. Governance and the capacity to manage resilience in regional Social-Ecological Systems. *Ecology and Society*, v 11, n 19, 2006.

MARANDOLA JR., E.; MARQUES, C.L.; PAULA, T.; CASSANELI, P.L.B. Mobilidade e vulnerabilidade do lugar no Litoral Norte de São Paulo. VI Encontro Nacional da Anppas 18 a 21 de Setembro de 2012, Belém - PA – Brasil.

MCCONEY, P. OXENFORD, H.A.; HAUGHTON, M. Management in the Gulf of Caribbean: mosaic melting or pot?. *Gulf and Caribbean Research*, v. 19, n. 2, p. 103-112, 2007.

MCCONNEY, P.; PENA, M. Capacity for (Co) Management of Marine Protected Areas in the Caribbean. *Coastal Management*, v. 40, p. 268–278, 2012. MEDEIROS, R. A política de criação de áreas protegidas no Brasil: Evolução, contradição e conflitos. In: II Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação: Anais. Curitiba, 2004.

MEDEIROS, R. A política de criação de áreas protegidas no Brasil: Evolução, contradição e conflitos. In: II Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação: Anais. Curitiba, 2004.

MEDEIROS, R. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Ambiente e sociedade**, v.9, n.1, p. 41-64, 2006.

MEDEIROS, R.; IRVING, M.; GARAY, I. A proteção da natureza no Brasil: evolução e conflitos de um modelo em construção. **Revista De Desenvolvimento Econômico**, v. 6, n. 9, p. 83- 93, 2004.

MELO NETO, J.E.; MOTA, I.S.; SERIO, F.C. Efetividade da proteção do Parque Estadual da Serra do Mar a partir dos Núcleos Picinguaba e Caraguatatuba. In : IV Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Unidades de Conservação: Atualidades e tendências: Anais. Curitiba, 2004 p.30-38.

MERLO, M. Entre o mar e a mata: a memória afro-brasileira- São Sebastião, Ilhabela e Ubatuba. São Paulo: FAPESP: EDUC. 304 p. 2005.

MERLO, M. Religiosidade: entre negociação e conflito Pentecostais, católicos e adeptos de religiões afro-brasileiras em Ilhabela e Ubatuba. *Revista Nures* nº 8 – Janeiro/Abril 2008 –Núcleo de Estudos Religião e Sociedade – Pontifícia Universidade Católica – SP.

MINAYO, M.C. O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde. Hucitec-Abrasco. 7a. edição. São Paulo : 2000. 269 p.

MIRANDA, Z.A.I. Sociedade, Ecologia, Economia e Mudanças Climáticas no litoral paulista. V Encontro Nacional da ANPPAS, de 4 a 7 de outubro de 2010, Florianópolis - SC – Brasil.

MITTERMIEER, R.A.; FONSECA, G.A.B.; RYLANDS, A.B.; BRANDON, K. Um breve histórico da conservação da Biodiversidade no Brasil. *Mega Diversidade.*, v.1, n.1, p.14-20, 2005.

MORAES, A.C.R. Meio ambiente e ciências humanas. São Paulo: Hucitec, 1994.

MÜLLER; T.M.P.; QUEIROZ, P.P. Território: Perspectivas Atuais, Revista da ABPN, v. 3, n. 6, p. 01-05. nov. 2011 – fev. 2012.

MUSSOLINI, G. 1980. Ensaios de antropologia indígena e caiçara. Rio de Janeiro. Ed: Paz e Terra. 288p.

NICOLODI, J.L.; ZAMBONI, A., BARROSO, G.F. Gestão Integrada de Bacias Hidrográficas e Zonas Costeiras no Brasil: Implicações para a Região Hidrográfica Amazônica Revista da Gestão Costeira Integrada 9(2):9-32 (2009)

OTANI, M.N.; SOUZA, M.C.M.; MOREIRA, S.R.; CASTRO, C.E. MARCHIORI, A.; OLIVEIRA, M.D.M.; TURCO, P.H.N. Caracterização sociocultural dos agricultores familiares de Ubatuba, Estado de São Paulo. Encontro dos Agricultores de Ubatuba 21 de agosto de 2009. Informações Econômicas, SP, v. 41, n. 4, abr. 2011.

PAES, S.R. Desenvolvimento global e desenvolvimento local: cultura caiçara no litoral norte de São Paulo. Ciências Humanas em Revista, v. 4, n.2, p. 153- 167, 2006.

PANIZZA, A.C. Estudo da morfologia urbana e da diferenciação sócio-espacial a partir de uma imagem SPOT5: exemplo do Município de Ubatuba, SP, Brasil. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, ano 4, n. 8, 2005.

PANIZZA, A.C.; LUCHIARI, A.; FOURNIER, J. Entre o turismo e a floresta: a análise das transformações espaço-temporais em uma cidade litorânea, o caso de Ubatuba (SP, Brasil). **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina** – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.

PARSRAM, K. & MCCONNEY, P. A Network Approach to Understanding Coastal Management and Governance of Small-scale Fisheries in the Eastern Caribbean. In: World Fisheries: A Social-Ecological Analysis. Chapter 20. Blackwell Publishing, 2011.

PRIMACK, R.B.; RODRIGUES, E. 2001. Biologia da Conservação. 328 p. XII. Editora Planta. Londrina. Capítulo 5.

QUEIROZ, H. L.; N. PERALTA. Reserva de Desenvolvimento Sustentável: Manejo Integrado dos Recursos Naturais e Gestão Participativa. **Dimensões Humanas da Biodiversidade**. Petrópolis - 2006 447.

RAIMUNDO, S. As ondas do Litoral Norte (SP): difusão espacial das praticas caiçaras e do veraneio no Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar (1996-2001). Tese (doutorado)- UNICAMP. Campinas, SP: Instituto de Geociências, 2007. [s.n.]. 2007.

RAIMUNDO, S. Conservação da natureza e turismo no Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar (SP). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v.1, n.1, p.10-41, 2008.

RAIMUNDO, S. FERREIRA, M.C. Análise da dinâmica ambiental e das pressões de uso no interior e entorno de unidades de conservação. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.

RELATÓRIO FINAL DA PESQUISA QUANTITATIVA, O CENSO QUILOMBOLA. Brasil Local - Etnodesenvolvimento e Economia Solidária.

RODRIGUES, J.L.K; SANTAELLA, L.A. O negócio turístico no litoral norte de São Paulo: capacitação profissional das pessoas e a qualidade dos serviços prestados aos turistas . Viii Congresso Nacional De Excelência Em Gestão, 8 e 9 de junho de 2012.

SANTOS, B.S. Pela mão de Alice – O social e o político na pós-modernidade. 5 ed., São Paulo: Cortez, 1999.

SANTOS, E.L. Infoeducação e cultura quilombola: Uma perspectiva de diálogo entre sujeitos e saberes. Revista da ABPN, v. 3, n. 6, nov. 2011 – fev. 2012, p. 95-111.

SANTOS, M.M. Políticas Públicas e construção dos bairros Bananal, Guanhanhã e Rio do Ouro no Parque Estadual da Serra do Mar (PESM), Peruíbe/SP. Monografia de Conclusão de Curso de Graduação (TCC). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus Experimental do Litoral Paulista. São Vicente, SP. 2008.

SANTOS, S.L.P. Mudanças no modo de vida de uma comunidade tradicional no contexto da implantação de uma reserva de proteção integral: o caso do Quilombo da Fazenda, em Ubatuba – São Paulo. 2013. Universidade Federal Rural Do Rio De Janeiro, Instituto De Florestas, Seropédica, RJ, 35 p.

SANTOS, S.R.N. Vozes do Quilombo: História e Narrativas Contemporâneas. 2006. 155p. Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo ECA-USP, Tese (Doutorado). 2006.

SÃO PAULO. DECRETO ESTADUAL nº de 1977, que cria o Parque Estadual da Serra do Mar. 1977.

SÃO PAULO. Secretaria do Meio Ambiente (SMA). Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar. São Paulo: SMA, 2006. 465p.

SCHADEN, E. 1954. Os Primitivos Habitantes do Litoral Paulista. **Revista de História (Universidade de São Paulo)**, v. 8, n. 18, p. 385-406.

SCIFONI, S. A natureza e a reprodução do espaço urbano no litoral paulista. IX ENANPEGE Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, Goiânia 8 a 12 de outubro 2011

SCIFONI, S. Urbanização e proteção ambiental no litoral do Estado de São Paulo. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, Universidade de São Paulo, 20 a 26 de março de 2005. 16 p.

SDR. Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional Ministério da Integração Nacional. Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial : anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial, Brasília, 13-14 de novembro de 2003. – Brasília: MI, 2005. 78 p.

SEIXAS, C. & BERKES, F. 2005. Mudanças Socioecológicas na pesca da Lagoa de Ibraquera, Brasil. p.113-146. In: Vieira, P.F.; Berkes, F.; Seixas, C.S. Gestão integrada e participativa dos recursos naturais: conceitos, métodos e experiências – Florianópolis: Secco/APED. 416p.

SILVA, J.C.; ALBUQUERQUE, F.N.B.; NASCIMENTO, M.C. As comunidades remanescentes de quilombos das regiões da Baía de Camamu (BA) e do Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra Do Mar (SP): um olhar sob a perspectiva socioambiental. **Revista Homem, Espaço e Tempo**, p. 33-52, 2013.

SILVA, S.R. Camburi, território de negros, brancos e índios, no limite do consenso caíçara. Transformações de uma população tradicional camponesa. 2004. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

SILVA, S.R. Negros na mata atlântica: territórios quilombolas e a conservação da natureza.

SILVA, S.R. Populações tradicionais camponesas, um estudo de território, identidade, problemas ambientais e fundiários. O caso de Camburi – Ubatuba-SP. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.

SILVA, S.R. Questao agraria em camburi: território, modo de vida e problemas fundiários. **Ruralidades Latinoamericanas. Identidades Y Luchas Sociales**. p. 117- 162.

SIMÕES, L. FERREIRA; L.C.; JOLY, C.A. O Dilema de Populações Humanas em Parques: Gestão Integrada entre Técnicos e Residentes no Núcleo Picinguaba. *Sustentabilidade em Debate*, v. 2, n. 1, p. 17-32, 2011.

SOUZA, C.R.G. Praias arenosas oceânicas do estado de São Paulo (Brasil): síntese dos conhecimentos sobre morfodinâmica, sedimentologia, transporte costeiro e erosão costeira. **Revista do Departamento de Geografia – USP**, Volume Especial 30 Anos, p. 307-371, 2012.

SOUZA, C.R.G.; LUNA, G.C. Unidades quaternárias e vegetação nativa de planície costeira e baixa encosta da Serra do mar no litoral norte de São Paulo. *Rev. Inst. Geol.* 2008, vol.29, n.1-2 p. 1-18. Disponível em: <http://ppegeo.igc.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-929X2008000100001&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 12 de junho de 2013.

UICN – Unión Mundial para la Naturaleza y WWF-Internacional. Pueblos Indígenas y Tradicionales y Áreas Protegidas Principios, Directrices y Casos de Estudio. Comisión Mundial de Áreas Protegidas. Best Practice Protected Area Guidelines, n. 4. 2001

VIANNA, L.P. 2008. De invisíveis a protagonistas: o dilema das populações tradicionais em Unidades de Conservação. São Paulo: Annablume, FAPESP, 340 p.

VIEIRA, R.S.; SANDEVILLE JR., E. A construção das paisagens dos sertões litorâneos. OLAM (Rio Claro), v. 7, p. 1, 2007.

VILLANI, J.P.; AUTOMARE, G.B.B. A importância da regularização fundiária na recuperação da cobertura florestal do Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Santa Virgínia, São Paulo – SP. In: IV Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Unidades de Conservação: Atualidades e tendências: Anais. Curitiba, 2004. p. 288-297

ZANUSSO, F. A. Mosaico de unidades de conservação da Juréia-Itatins: análise da gestão territorial. UNESP. São Vicente, 2009. 130 p.

ZANUSSO, F. A. Políticas Públicas e Gestão: o caso dos bairros rurais de Peruíbe localizados no Parque Estadual da Serra Do Mar. UNESP, São Vicente, 2009.

9. Anexos

9.1 ZHCAn- Zona Histórico-Cultural Antropológica

1 Objetivos Específicos

Proteger e conservar a Mata Atlântica e sua biodiversidade na porção do Corredor Ecológico da Serra do Mar, mais especificamente na região de contato entre o Parque Nacional da Serra da Bocaina (SP/RJ), a APA de Cairuçu, (Paraty, RJ) e o Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar, na região da divisa com o Estado de São Paulo; Conservar a paisagem natural e cultural desta região, ocupada por comunidades caiçaras e quilombolas há várias gerações; Apoiar o fortalecimento das comunidades caiçaras e quilombolas a fim de evitar a perda da posse do seu território e consequente descaracterização da organização espacial, social e cultural típica destas culturas tradicionais e consequentemente dificultando a especulação imobiliária; Garantir o direito “da satisfação das necessidades materiais, sociais e culturais” da comunidade tradicional, caiçara e quilombola que vive nestes bairros, conforme o artigo 28 do SNUC (Lei nº 9.985/2000), e os artigos 215 e 216 da Constituição Federal; Estabelecer relações de parceria com as comunidades indígenas, tendo em vista o seu desenvolvimento sustentável; Estabelecer diretrizes específicas para compatibilizar os objetivos de conservação do Parque e o “modus vivendi” da comunidade tradicional no bairro do Cambury , considerando as características temporais desta zona; Articular, incentivar e apoiar atividades relacionadas ao fortalecimento cultural e comunitário, objetivando viabilizar alternativas para a geração de emprego e renda, sobretudo a partir da estruturação e operação do ecoturismo e uso sustentável dos recursos naturais; Articular, incentivar e apoiar a melhoria das condições de infra-estrutura básica nos núcleos habitacionais, principalmente no que se refere ao saneamento básico e qualidade das águas; Proposição e implementação de microzoneamento na área ocupada por estas comunidades, a exemplo do Plano de Uso Tradicional do Cambury e Sertão da Fazenda, elaborados por Câmara Técnica específica criada no âmbito do Conselho Consultivo do Núcleo Picinguaba, com o aval do Ministério Público Estadual e Federal; Estudo e proposição para a alteração da categoria de manejo destas áreas ou parte delas, de proteção integral para uso sustentável, desde que não implique na secção da unidade, no comprometimento dos seus atributos paisagísticos e naturais nem no aumento da sua

vulnerabilidade à especulação imobiliária crescente na região litorânea, e condicionando ainda à processos de negociação e tomada de decisão compartilhada com as populações tradicionais residentes.

2 Justificativa

As comunidades incluídas nesta Zona são: Todos os caiçaras e quilombolas do Cambury; Todos os caiçaras de Ubatumirim; Todos os caiçaras do sertão da fazenda na região da sede do Núcleo Picinguaba; Todos os caiçaras da Vila de Picinguaba. As diretrizes e normas de uso para as áreas localizadas nos bairros do Cambury, Sertão da Fazenda, Ubatumirim e Picinguaba, ocupadas por titulares de domínio ou posse que não se enquadram na categoria de moradores tradicionais, serão aquelas estabelecidas para a Zona de Ocupação Temporária. Para efeito deste Plano de Manejo, serão considerados tradicionais os moradores efetivos cujas famílias tenham origem de várias gerações nestas mesmas localidades, e cuja ocupação ou sobrevivência esteja diretamente relacionada às atividades de agricultura de subsistência, pesca artesanal, artesanato e outras tecnologias patrimoniais, bem como atividades que contribuam para o fortalecimento sócio cultural da comunidade ou para alternativas econômicas compatíveis com o seu desenvolvimento sustentável. Um dos subsídios para esta definição são os laudos técnicos das instituições competentes. A ZHC Antropológica adotará como parâmetro a normatização básica do Plano de Uso Tradicional elaborado para o bairro e quilombo do Cambury. Nas comunidades onde ainda não foi elaborado o Plano de Uso Tradicional, as normas serão aplicadas em conformidade com a similaridade do uso das sub-zonas em Cambury. A ZHC Antropológica do Cambury foi subdividida nas seguintes sub-zonas: SZ-1: Acessos SZ-2: Apoio à Pesca e Lazer SZ-3: Uso Público e Comunitário SZ-4: Uso Residencial Caiçara e Quilombola SZ-5: Subsistência e Uso Sustentável de Recursos Florestais SZ-6: Uso Sustentável de Recursos Florestais SZ-7: Preservação Permanente

3 Normas Gerais

As áreas ocupadas por comunidades tradicionais devem passar por um diagnóstico visando a caracterização de tradicionalidade para os seus ocupantes; Após os ocupantes terem seu caráter tradicional reconhecido oficialmente, as áreas ocupadas por elas devem ser micro-zoneadas, visando a elaboração de um Plano de Uso Tradicional (PUT); A prática cultural do “pousio” poderá ser permitida, considerando os atributos ecológicos da localidade; As áreas devem ter sua situação fundiária regularizada para que a construção de infra-estrutura seja permitida: centro cultural; usina de beneficiamento de produtos, atendimento turístico e outras

infra-estruturas previstas no micro- zoneamento (energia, transporte, comunicação); A área deve ser monitorada pelos parceiros (Estado, Municípios, Comunidade, etc) visando assegurar as atividades relacionadas no micro-zoneamento; A coleta de sementes poderá ser autorizada desde que os locais, épocas e quantidades para a coleta sejam respeitados, sem comprometer a cadeia alimentar e observando a manutenção da biodiversidade local e o manejo adequado; A ampliação da área ocupada será regulamentada no micro-zoneamento e respeitará a capacidade de suporte da Zona; A reforma de edificações será autorizada mediante apresentação do Plano de Uso Tradicional com croqui constando: local, destinação de uso, dimensões da obra e material que será utilizado; As práticas agrícolas só serão autorizadas caso respeitem as práticas da conservação do solo; As propostas de constam no micro-zoneamento só terão autorização para serem implementadas caso o Conselho Consultivo do núcleo em questão avalie e delibere a favor, respeitando a legislação ambiental e os direitos dos moradores; A eletrificação deverá estar prevista no Plano de Uso Tradicional, mediante projeto com justificativas de real necessidade. Abaixo está a descrição detalhada de cada sub-zona da ZHC Antropológica e suas respectivas normas específicas:

4 Sub-Zona Z-1 - Acessos

a) Descrição Compreende o trecho ocupado pela BR 101 e sua faixa de domínio, de 50 m de cada lado do eixo da estrada, uma faixa de 20 metros para cada lado do eixo da estrada municipal que liga a BR 101 à praia e uma faixa de 2 metros para cada lado dos caminhos que dão acesso aos núcleos residenciais.

b) Objetivos Garantir a conservação e recuperação da paisagem e dos ecossistemas presentes; Garantir a estabilidade das encostas e o escoamento adequado das águas pluviais, para evitar a erosão; Viabilizar a implantação e operação de um portal na BR 101- km 0, na divisa entre os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, através de parcerias com os órgãos envolvidos; Perenizar a estrada municipal de acesso ao bairro, implantando projeto de baixo impacto e fácil manutenção, conforme já elaborado pela CODASP, órgão vinculado à Secretaria Estadual de Agricultura; Controlar o tráfego na estrada municipal por meio da instalação de uma guarita, a ser operada em parceria com a Prefeitura Municipal de Ubatuba (PMU) e a Comunidade, visando melhorar a segurança, a proteção ambiental no bairro, prestar informações e direcionar a visitação pública; Garantir a passagem de pedestres pelas trilhas de acesso às moradias e roças.

c) Uso Permitido Manutenção da rodovia federal conforme normas do DNIT; Limpeza da vegetação no leito de acesso e em uma faixa de 5 m para cada lado de caminhos

carroçáveis, a partir do eixo central; Limpeza da vegetação arbustiva em uma faixa de 2 m para cada lado, a partir do eixo central; Abertura de valetas e canais de drenagem; Recuperação paisagística com espécies nativas da Mata Atlântica; Remoção de barreiras sobre o leito da estrada.

d) Uso Proibido Circulação de ônibus de turismo sem autorização do IF; Restrição à passagem de moradores Plantio de espécies exóticas Asfaltamento ou pavimentação sem autorização do IF Retirada de solo ou rocha sem autorização Abertura de estradas ou caminhos carroçáveis sem autorização; Deposição de material resultante da retirada de barreiras em local não autorizado pelo IF

5 Sub-Zona Z-2 – Praia do Cambury

a) Descrição Compreende uma faixa de 33 metros acima da preamar média, correspondente aos terrenos de marinha, considerando-se como ponto de referência a faixa de vegetação que mais avança na praia, na sua porção leste.

b) Objetivos Recuperar a faixa de Jundú, por meio da remoção paulatina dos estabelecimentos de comércio e moradias; Viabilizar apoio logístico para as atividades ligadas à pesca artesanal e maricultura; Realizar estudos para verificar a possibilidade da instalação de estruturas de apoio à visitação pública compatíveis e adequadas às características ambientais desta sub- zona e dentro de padrões estéticos em conformidade com a paisagem local.

c) Uso Permitido Atividades de esportes, lazer e recreação; Instalação de guarda sóis ou barracas de praia somente no período diurno; Instalação de ranchos de pesca destinados exclusivamente ao apoio à pesca artesanal e ao desenvolvimento de práticas de cultura marinha; Presença de vendedores ambulantes, desde que credenciados pela Prefeitura e Câmara Técnica do Cambury.

d) Uso Proibido Retirada de areia ou rochas para qualquer finalidade; Prática de camping; Construção de rampas para puxada de embarcações; Instalação de qualquer tipo de estrutura fixa ou provisória que não seja exclusivamente destinada às atividades de apoio à pesca artesanal ou maricultura; Deposição de qualquer tipo de resíduos líquidos ou sólidos; Circulação ou estacionamento de qualquer tipo de veículo motorizado na faixa da praia, entre a vegetação e o mar, com exceção para aqueles utilizados no apoio às atividades de pesca artesanal ou maricultura.

6 Sub-Zona Z-3 – Uso Público e Comunitário

a) Descrição Compreende a planície contígua à faixa de marinha da Praia do Cambury, limitada a oeste pelo rio do Ani, a leste pelo rio do Cedro/João Crioulo e ao fundo estende-se até a cota 10. Essa sub-zona contém, atualmente, edificações com a finalidade de prestação de serviços públicos e de interesse comunitário, tais como escola, posto de saúde, cemitério, templos religiosos, e também, algumas moradias.

b) Objetivos Atender às necessidades de moradia e infra-estrutura básica da comunidade local, bem como aquelas relacionadas ao seu convívio social, cultural, educacional e esportivo; Atender e normatizar as demandas de uso público, desde que em harmonia com a paisagem cultural do bairro; Promover a adequação técnica-ambiental e estética das estruturas já existentes, de forma a compatibilizá-las com a conservação ambiental e o ambiente cultural local; Garantir que as atividades, equipamentos e edificações previstos nesta sub-zona respeitem a capacidade de suporte do ambiente, sem prejudicar a paisagem; Condicionar reparos, reformas ou ampliações das edificações à melhoria ou implantação de instalações sanitárias e destinação adequada dos efluentes domésticos.

c) Uso Permitido Instalação de infra-estrutura básica: sistemas de destinação adequada de resíduos sólidos, estruturas de armazenamento e tratamento de água para abastecimento, sistemas de saneamento, de geração e/ou transmissão de energia e de telecomunicação, após aprovação de projeto pelos órgãos competentes; Instalação de infra-estrutura para atendimento comunitário e ao visitante: centro de visitantes, centro comunitário, quadras esportivas, quiosques para venda de artesanato e outros produtos da comunidade moradora, comércio de alimentos e bebidas, campings, estacionamentos, reforma e ampliação de residências para moradia e hospedagem, condicionada à aprovação pelos órgãos competentes. Reparos nas edificações já existentes, com a finalidade de garantir a sua integridade, segurança e condições de salubridade; Reforma e ampliação de residências que se destinem exclusivamente ao atendimento das necessidades de infra-estrutura, moradia, trabalho, lazer e religião da comunidade tradicional, desde que mediante apresentação de requerimento, acompanhado de croquis das modificações a serem efetuadas, para análise e aprovação pela administração do Parque; Construção de novas edificações exclusivamente para moradores efetivos e nativos do bairro conforme cadastro elaborado em 2004 pelo IF, desde que apresentem: requerimento à administração do Parque, croquis da edificação, das instalações sanitárias e destinação adequada dos efluentes domésticos, sempre condicionada à aprovação do IF e PMU. As edificações não poderão ser implantadas em áreas com

declividade superior a 30º, nem em Áreas de Preservação Permanente definidas pelo Código Florestal;

As edificações não poderão ter mais de 100 m² de área construída, nem mais de 7 m de altura, excetuando-se edificações de caráter comunitário; A cobertura das edificações não poderá ser de laje aparente, devendo sempre possuir cobertura inclinada, evitando-se, quando possível, a utilização de telhas de amianto (tipo eternit); A distância mínima entre as edificações não poderá ser nunca menor do que 8 metros; Recuperação paisagística e recomposição de áreas degradadas somente com espécies nativas da Mata Atlântica; Limpeza rotineira, manutenção e recuperação ambiental de trilhas, áreas cultivadas, jardins ou quintais, para que estas áreas não propiciem o desenvolvimento de processos erosivos, principalmente nas Áreas de Preservação Permanente definidas no Código Florestal.

d) **Uso Proibido** Qualquer tipo de supressão ou corte raso da vegetação nativa ou exploração de madeira, plantas ornamentais e cipós; Aterros ou canais de drenagens; Abertura ou alargamento de trilhas ou acessos existentes para tráfego de qualquer tipo de veículo motorizado sem autorização dos órgãos gestores; Qualquer tipo de movimentação de terra, quebra ou retirada de rochas; Abertura de canais e retificação de rios; Exercício de atividades capazes de provocar acelerada erosão das terras ou acentuado assoreamento dos rios; Supressão de espécies arbóreas existentes nesta Zona, fruteiras e outras árvores isoladas e nativas de grande porte, a não ser em caso de risco para residências pré-existentes e sempre mediante autorização do IF e DEPRN; Implantação de muros de alvenaria na divisa dos terrenos; Fechamento ou alteração dos caminhos tradicionais de acesso às residências da comunidade, a não ser em pleno acordo com seus representantes; Parcelamento do solo em áreas menores do que o módulo rural mínimo do INCRA.

7 Sub-Zona Z-4 – Uso Residencial Quilombola e Caiçara

a) **Descrição** Compreende as ocupações residenciais ao longo da estrada e das trilhas nas localidades conhecidas por Cabiúna, Roça Grande e Jambeiro, algumas áreas de roça, alguns campings, e estabelecimentos comerciais.

b) **Objetivos** Garantir o direito de moradia para a comunidade tradicional, em harmonia com a paisagem cultural e conformidade com a legislação ambiental; Definir parâmetros construtivos para manter a integridade e harmonia da paisagem natural e cultural; Re-adequar paulatinamente a ocupação quando as edificações estiverem em áreas de risco ou de preservação permanente; Coibir a especulação imobiliária, transmissão de posses e ocupação da área por terceiros, alheios à comunidade tradicional; Viabilizar a conservação e

valorização do assentamento e do estilo tipicamente caiçara, que ainda ocorre no bairro; Melhorar as condições de saneamento básico nas moradias; Condicionar as reformas ou ampliações das edificações à melhoria ou implantação de instalações sanitárias e destinação adequada dos efluentes domésticos.

c) **Uso Permitido** Reparos nas edificações já existentes, com a finalidade de garantir a sua integridade, segurança e condições de salubridade; Reforma e ampliação de residências que se destinem exclusivamente ao atendimento das necessidades de infra-estrutura, moradia, trabalho, lazer e religião da comunidade tradicional, desde que mediante apresentação de requerimento, acompanhado de croquis das modificações a serem efetuadas, para análise e aprovação pela administração do Parque; Construção de novas edificações exclusivamente para moradores efetivos e nativos do bairro, conforme cadastro elaborado em 2004 pelo IF, desde que apresentem: requerimento à administração do Parque, croquis da edificação, de instalações sanitárias e destinação adequada dos efluentes domésticos, sempre condicionada à aprovação do IF e PMU; Instalação de infra-estrutura básica de pequeno e médio porte para a destinação adequada de resíduos sólidos, armazenamento e tratamento de água para abastecimento, geração e/ou transmissão de energia e de telecomunicação, após aprovação de projeto pelos órgãos competentes; Instalações de pequeno porte, para o atendimento domiciliar ao visitante visando hospedagem, camping, alimentação, venda de produtos locais, condicionada à aprovação do IF e PMU; Instalações de apoio comunitário de pequeno porte; Cultivo de roças para subsistência e realização de práticas agroflorestais, mediante aprovação do IF e DEPRN; Recuperação paisagística e recomposição de áreas degradadas somente com espécies nativas da Mata Atlântica;

Limpeza rotineira, manutenção e recuperação ambiental de trilhas, áreas cultivadas, jardins ou quintais, para que estas áreas não propiciem o desenvolvimento de processos erosivos, principalmente nas Áreas de Preservação Permanente definidas no Código Florestal; Criação de animais domésticos de pequeno porte, cujas instalações devem estar sempre fora das áreas protegidas pelo Código Florestal, e cujos efluentes sofram tratamento físico de filtração antes de alcançar os corpos d'água;

d) **Uso Proibido** A vegetação arbórea existente nesta Zona, em estágio médio e avançado de regeneração, não poderá ser derrubada, bem como fruteiras e outras nativas isoladas de grande porte, a não ser em caso de risco para residências já existentes e sempre mediante autorização do IF e DEPRN; As edificações não poderão ser implantadas em áreas com declividade superior a 30º, nem em Áreas de Preservação Permanente definidas pelo

Código Florestal; As edificações não poderão ter mais de 100m² de área construída, nem mais de 7 m de altura; A cobertura das edificações não poderá ser de laje aparente, devendo sempre possuir cobertura inclinada, evitando-se, quando possível, a utilização de telhas de amianto (tipo eternit); A distância mínima entre as edificações não poderá ser nunca menor do que 8 m; Qualquer tipo de supressão ou corte raso da vegetação nativa ou exploração de madeira, plantas ornamentais e cipós sem autorização do IF e DEPRN; Aterros ou canais de drenagens; Abertura ou alargamento de trilhas ou acessos existentes para tráfego de qualquer tipo de veículo motorizado sem autorização dos órgãos competentes; Qualquer tipo de movimentação de terra, quebra ou retirada de rochas; Construção de novas residências e quaisquer edificações por pessoas que não sejam da comunidade tradicional; Abertura de novas vias de acesso e logradouros sem autorização dos órgãos competentes; Abertura de canais e retificação de rios; Exercício de atividades capazes de provocar acelerada erosão das terras ou acentuado assoreamento dos rios; Lançamento de resíduos sólidos e efluentes sem tratamento adequado; Criação de gado bovino. Implantação de muros de alvenaria; Fechamento ou alteração dos caminhos tradicionais de acesso às residências da comunidade, a não ser em pleno acordo com seus representantes; Parcelamento do solo em áreas menores do que o módulo rural mínimo do INCRA.

8 Sub-Zona Z-5 – Subsistência e Uso Sustentável de Recursos Florestais

a) Descrição Compreende a faixa exatamente contínua a sub-zona residencial, acompanhando as áreas tradicionalmente cultivadas e já antropizadas no bairro, cuja extensão pode ser melhor visualizada na carta anexa e será demarcada em campo oportunamente.

b) Objetivos Garantir o direito de realização das práticas agrícolas tradicionais, de forma sustentável, promovendo adequações paulatinas quando as atividades estiverem em áreas de preservação permanente; Viabilizar a recuperação do solo e da cobertura vegetal onde for necessário; Assegurar o uso sustentado dos recursos florestais; Estimular e apoiar a realização de práticas agroflorestais e à visitação de mínimo impacto; Promover programas que agreguem valor aos produtos e práticas agrícolas tradicionais.

c) Uso Permitido Coleta de sementes para recuperação de áreas alteradas no Cambury; Captação de água para uso doméstico, desde que não implique em nenhuma interferência física no curso d'água; Cultivo de roças para subsistência e realização de práticas agroflorestais, desde que aprovado pela administração do Parque e DEPRN; Recuperação paisagística e recomposição de áreas degradadas somente com espécies nativas da Mata Atlântica; Limpeza rotineira, manutenção e recuperação ambiental de trilhas, áreas

cultivadas, jardins ou quintais, para que estas áreas não propiciem o desenvolvimento de processos erosivos, principalmente nas Áreas de Preservação Permanente definidas no Código Florestal; Extrativismo de espécies vegetais e florestais, em conformidade com levantamentos e plano de manejo sustentável para cada espécie, a ser definido em conjunto com a comunidade; A supressão de vegetação exclusivamente para a prática da agricultura de subsistência sem a utilização de nenhum insumo químico, nas áreas com vegetação herbácea, arbustiva, ou arbórea em estado inicial de regeneração, com declividade menor do que 45°; Atividades de manejo sustentável dos recursos vegetais incluindo práticas agroflorestais com espécies nativas ou frutíferas tradicionais na região.

d) **Uso Proibido** Qualquer tipo de edificação, mesmo provisória; Qualquer tipo de supressão ou corte raso da vegetação nativa, exploração de madeira ou de plantas ornamentais, cipós e palmeiras sem elaboração e autorização de plano de manejo sustentável; Aterros ou canais de drenagens e retificação de rios; Abertura ou alargamento de trilhas ou acessos existentes para tráfego de qualquer tipo de veículo motorizado sem autorização dos órgãos gestores; Parcelamento do solo em áreas menores do que o módulo rural mínimo do INCRA; Exercício de atividades capazes de provocar acelerada erosão das terras ou acentuado assoreamento dos rios; Quaisquer atividades que venham contribuir para a redução ou alteração do equilíbrio ambiental das nascentes e cursos d'água; Adentrar esta Zona conduzindo substâncias ou instrumentos para caça ou exploração de produtos ou subprodutos florestais, principalmente moto-serra sem licença; Realização de atividades degradadoras ou potencialmente causadoras de degradação ambiental, inclusive o porte de explosivos, armas de fogo e de artefatos ou instrumentos de destruição da biota; Entrada de tratores de esteira ou quaisquer outras máquinas de terraplenagem, a não ser para atividades autorizadas pelos órgãos competentes; Criação de animais domésticos.

9 Sub-Zona Z-6 – Uso Sustentável de Recursos Florestais

a) **Descrição** Compreende a micro bacia hidrográfica (anfiteatro) do rio Cambury e seus formadores, (limitada pelos divisores e inter-flúvios dessa bacia hidrográfica). Na escarpa da serra, assim como na planície costeira, da bacia hidrográfica do Cambury, onde ocorrem espécies vegetais que atendem ao uso doméstico (lenha e confecção de utensílios), bem como (daquelas utilizadas para) a confecção de artesanato, artefatos de pesca e transporte, como canoas, dentre outros.

b) **Objetivos** Normatizar a coleta dos produtos florestais em bases sustentáveis; Garantir que a coleta dos recursos não comprometa a capacidade de suporte e regeneração do ecossistema; Viabilizar e fortalecer alternativas de renda para a comunidade moradora.

c) **Uso Permitido** Coleta de sementes para recuperação de áreas alteradas no Cambury; Captação de água para uso doméstico desde que não implique em nenhuma interferência física no curso d'água; Recuperação paisagística e recomposição de áreas degradadas somente com espécies nativas da Mata Atlântica; Extrativismo de espécies florestais tais como cipós, plantas ornamentais, palmito e madeira para a confecção de artesanato, utensílios, canoas e estruturas construtivas, em conformidade com levantamentos e plano de manejo para cada espécie, a ser definido em conjunto com a comunidade;

d) **Uso Proibido** Qualquer tipo de edificação, mesmo provisória; Cultivo de roças e práticas agroflorestais; Qualquer tipo de supressão da vegetação nativa, exploração de madeira ou de plantas ornamentais, cipós e palmeiras sem elaboração e autorização de plano de manejo sustentável; Aterros ou canais de drenagens e retificação de rios; Abertura ou alargamento de trilhas ou acessos existentes para tráfego de qualquer tipo de veículo motorizado sem autorização dos órgãos gestores; Qualquer parcelamento do solo em áreas menores do que o módulo rural mínimo do INCRA; Exercício de atividades capazes de provocar acelerada erosão das terras ou acentuado assoreamento dos rios; Quaisquer atividades que venham contribuir para a redução ou alteração do equilíbrio ambiental das nascentes e cursos d'água; Adentrar esta Zona conduzindo substâncias ou instrumentos para caça ou exploração de produtos ou subprodutos florestais sem autorização; Criação de animais domésticos.

10 Sub-Zona Z-7 – Preservação Permanente

a) **Descrição** Compreende todo o território situado acima da cota 500 m de altitude.

b) **Objetivos** Preservação e conservação do ecossistema que a compõe - florestas, caxetais, restingas e costões rochosos, para garantir a perpetuidade dos processos ecológicos fundamentais e a viabilidade da reprodução e manutenção da fauna e flora nativas.

9.2 Artigos de Jornal

9.2.1 Artigo do Jornal “A Cidade” (Ubatuba-SP, 27 e 28 de Julho de 2013)

Ubatuba, sábado e domingo, 27 e 28 de Julho de 2013 **A Cid**

Informe da cidade

Políticos estaduais e locais buscam alternativas para famílias do Quilombo Cambury ameaçadas por processo de reintegração de posse

Os moradores do Quilombo Cambury, região Norte de Ubatuba, receberam na segunda-feira, 22, uma decisão da Justiça Estadual de reintegração de posse e demolição das casas construídas no local. A decisão atende a um processo judicial que questiona a posse da área, que se encontra no Parque Estadual da Serra do Mar e no Parque Nacional da Bocaina. No mesmo dia, o Incra conseguiu impedir a retirada das famílias com uma liminar na Justiça Federal.

O Instituto e a Fundação Palmares já haviam conseguido uma ordem judicial favorável na sexta-feira, 19, para a manutenção da posse da área pelas instituições, mas a decisão do juiz federal Ricardo de Castro Nascimento foi desconsiderada pela Justiça Estadual.

Com a última decisão, que garante a permanência das famílias na área, o Incra ganha tempo para buscar alternativas para que o processo seja julgado pela Justiça Federal. O órgão tem interesse em comprar essa área para assentar as famílias e desenvolver um projeto de moradias sustentáveis na comunidade.

Para buscar alternativas para as famílias do Quilombo do Cambury, os deputados estaduais, Marco Aurélio e Luiz Cláudio Marcolino, o prefeito

Maurício, do PT, mais o vereador Deniele Alves Soares, DEM, o comandante Benedito Meira, coronel da Polícia Militar de São Paulo, o superintendente do Incra em São Paulo, Wellington Diniz Monteiro e o procurador do Incra na AGU – Advocacia Geral da União, Eduardo Blin, estiveram reunidos com o secretário de Segurança Pública do Estado, Fernando Grella, na segunda-feira, 22. De acordo com o deputado Marco Aurélio, a qualquer momento uma nova decisão judicial pode obrigar a retirada das famílias. “Vamos buscar medidas cabíveis para que isso não aconteça e também garantir a integridade dessas pessoas”, disse o deputado.

Marco Aurélio explicou que a reunião com o secretário de Segurança Pública, Fernando

Grella, teve o objetivo de propor que nenhuma medida seja tomada antes de um consenso entre as Justiças Federal e Estadual.

Quilombo Cambury – A comunidade de Cambury é reconhecida como remanescente de quilombo pela Fundação Itesp (Instituto de Terras do Estado de São Paulo) desde 2005, pela Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura, desde 2006, e pelo Incra (Instituto de Colonização e Reforma Agrária) desde 2008.

O território ocupado tem aproximadamente mil hectares e abriga cerca de 40 famílias, incluindo o espaço da Escola Jurema, reconhecida como Ponto de Cultura e sede da Associação Remanescentes de Quilombo do Cambury.

Lideranças se reúnem em busca de alternativas para famílias ameaçadas por processo de reintegração de posse

9.3. Artigos Eletrônicos

9.3.1. Artigo eletrônico 1

Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-07-22/incra-e-mpf-tentam-suspender-reintegracao-de-posse-em-quilombo-de-ubatuba>. Acesso: 22/07/2013

Incra e MPF tentam suspender reintegração de posse em quilombo de Ubatuba

São Paulo – A situação é tensa no Quilombo Cambury, na região de Ubatuba, no litoral norte de São Paulo. Hoje (22), um oficial de Justiça Estadual esteve no local, onde vivem cerca de 40 famílias, para dar cumprimento a uma ordem de reintegração de posse. Equipes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) estão no quilombo negociando a suspensão da reintegração da posse, pedido que já foi concedido, em caráter liminar (ou seja, provisório, até que o mérito seja julgado) pelo juiz federal Ricardo de Castro Nascimento na última sexta-feira (19).

Uma procuradora do Ministério Público Federal (MPF) também está se dirigindo ao local para acompanhar a negociação e tentar evitar um conflito.

O Ministério Público Estadual informou à Agência Brasil que ainda não foi notificado sobre a liminar, em âmbito federal, que determina a suspensão da reintegração de posse. E que está aguardando o documento para que seja então definida se a reintegração de posse será ou não suspensa.

“A reintegração de posse foi pedida em 1976. Este processo já foi para o (âmbito) estadual, ganhou em duas instâncias, veio para a federal, que mandou para a estadual e, agora, o juiz está cumprindo a reintegração. Só que o oficial de Justiça está muito afoito para cumprir a reintegração”, disse Juliana Graciolli, advogada do quilombo, em entrevista na tarde de hoje à Agência Brasil. A advogada estima que 50 famílias quilombolas vivam atualmente no local, número maior que o considerado pelo Incra, em torno de 40 famílias.

Segundo a advogada, a situação hoje, no quilombo, “é temerosa”. “As famílias estão desesperadas”, acrescentou Juliana.

Na segunda-feira (15), o Incra e a Fundação Cultural Palmares, por meio da Advocacia-Geral da União (AGU), entraram com uma ação civil pública, com pedido de

liminar, para impedir que a reintegração de posse, determinada em março deste ano pela Justiça Estadual, fosse cumprida.

A reintegração de posse foi concedida a posseiros – em disputa individual com um morador da comunidade - pela 1ª Vara da Comarca de Ubatuba, em ação transitada em julgado em 1984. Segundo o Incra, o cumprimento da sentença foi solicitado pelos autores da ação somente em 2007, quando a comunidade já tinha sido reconhecida como remanescente do quilombo de Cambury.

Na ação civil pública que foi proposta e deferida pela Justiça Federal, a AGU argumenta que a decisão de 1984 é anterior à Constituição Federal de 1988, que assegurou aos remanescentes de quilombos o direito ao território por eles ocupado. No local, de acordo com o Incra, existe a sede da Associação dos Remanescentes do Quilombo Cambury e uma escola.

A comunidade foi reconhecida como remanescente de quilombo pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo, em 2005, pela Fundação Cultural Palmares, em 2006, e pelo Incra, em 2008. Segundo o Incra, o território total tem 972 hectares.

Por meio de nota, o Incra informou que tem a posse provisória da área e que tenta manter “não somente as famílias quilombolas no local, como também evitar possíveis conflitos entre os posseiros que reivindicam a área e as 40 famílias que fazem parte do quilombo”. O Incra também informou que, para solucionar o impasse entre as decisões da Justiça Estadual e da Justiça Federal, encaminhou uma petição na qual sugere o cumprimento sucessivo das ordens na forma da tradição simbólica, ou seja, na execução simultânea das duas decisões.

“A equipe da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária da Superintendência do Incra de São Paulo está acompanhando os fatos que envolvem a reintegração de posse do Quilombo Cambury, na tentativa de evitar que a decisão da Justiça Estadual seja acatada sem que se leve em conta a posterior decisão da Justiça Federal”, informou a nota do órgão.

Elaine Patricia Cruz

Repórter da Agência Brasil

9.3.2. Artigo Eletrônico 2

Disponível em: http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_patrimonio-publico-e-social/24-07-2013-justica-federal-de-caraguatatuba-garante-permanencia-de-quilombolas-em-cambury-municipio-de-ubatuba. Acesso: 24/7/2013

Garantida permanência de quilombolas em Cambury, município de Ubatuba (SP)

Juiz seguiu parecer do MPF, segundo o qual direitos coletivos devem prevalecer sobre direitos de particulares; procuradora da República vai acompanhar de perto trabalho do Incra para titulação da terra como área quilombola

A procuradora Maria Capucci observa morador da comunidade quilombola afixar decisão judicial que protege as terras de desapropriação

Está suspensa a possibilidade de execução do mandado de reintegração de posse na comunidade remanescente do Quilombo de Cambury, no município de Ubatuba, litoral norte do Estado de São Paulo. A decisão que determina que as terras fiquem sob posse do Incra – e consequentemente dos quilombolas - é da Justiça Federal de Caraguatatuba, e segue o posicionamento do Ministério Público Federal a favor da posse coletiva da área por essa comunidade tradicional.

A decisão tem caráter liminar e validade de 90 dias e foi comunicada aos moradores do Cambury na manhã desta terça-feira, 23 de julho, por um oficial de Justiça que compareceu ao local escoltado por policiais federais. Na manhã do dia anterior, 22 de julho, os quilombolas haviam sido surpreendidos por outro oficial de justiça, mas da Justiça Estadual - que, acompanhado de policiais militares, esteve no local para tentar fazer cumprir a reintegração de posse em favor de particulares que reivindicam a propriedade das terras.

A procuradora da República Maria Rezende Capucci, que acompanha o caso e que também esteve no local, explicou aos moradores que, com a decisão da Justiça Federal que classificou o Cambury como “área de posse do Incra”, ninguém pode obrigá-los a deixar suas casas ou tentar derrubá-las. Ela ressaltou, entretanto, que a garantia definitiva de que essas famílias não terão que deixar o Cambury só se dará quando o Incra concluir o processo de titulação das terras como área quilombola.

“O Ministério Público Federal vai acompanhar de perto esse processo para que o Incra cumpra o seu papel e para que vocês não tenham que passar por tudo isso de novo”,

destacou Maria Capucci. “Pretendemos fazer reuniões mensais com o Incra para que eles prestem contas do andamento dos processos de titulação não só do Cambury, mas também de outros quilombos localizados no litoral norte”. A comunidade já foi reconhecida como remanescente de quilombo tanto pelo governo federal quanto pelo governo do Estado de São Paulo; a titulação das terras, portanto, é questão de tempo e depende apenas de medidas administrativas do Incra.

Conflito - A liminar foi concedida em ação movida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e pela Fundação Cultural Palmares, e reforça decisão anterior da Justiça Federal no mesmo sentido. Na última decisão, o juiz federal Ricardo de Castro Nascimento explica que “o Judiciário é único, mas cada órgão jurisdicional possui a devida competência”.

“Compete à 1ª Vara da Comarca de Ubatuba dar cumprimento à decisão transitada em julgado envolvendo demanda possessória entre particulares individualmente identificados”, anotou. “Por outro lado, há a competência da Justiça Federal fixada constitucionalmente em relação a conflitos envolvendo coletivamente as comunidades remanescentes de quilombos”.

Ainda de acordo com ele, a área do Cambury é “triplamente protegida no aspecto ambiental e cultural”, já que está em processo de demarcação como área destinada a remanescentes de quilombo e também em virtude de estar na sobreposição de dois parques – o Parque Nacional da Serra da Bocaina e o Parque Estadual da Serra do Mar.

O juiz federal lembrou ainda que esse tipo de conflito resulta da “demora na solução da divergência entre entidades do Poder Executivo”. “Enquanto se discute qual interesse público deve prevalecer ou em que termos vão se conciliar, os interesses privados procuram prevalecer”. “Ressalto que estamos tratando de área ocupada por comunidade quilombola reconhecida e que, ao mesmo tempo, pertence a dois parques, um federal e outro estadual. O interesse público deve prevalecer”.

Mudança de posição - No último dia 11 de junho, o Ministério Público Federal em Caraguatatuba havia conseguido junto à Justiça Estadual de Ubatuba a suspensão da execução do mandado de reintegração de posse e o compromisso de que os autos seriam remetidos à Justiça Federal. O juiz Eduardo Passos Bhering Cardoso, no entanto, voltou atrás e determinou o cumprimento da reintegração de posse – com o auxílio de força policial, se necessário. A reintegração de posse afetaria oito famílias pertencentes à comunidade quilombola, além da sede da Escola Jambeiro, que atende a todas as crianças da

comunidade, e do Ponto de Cultura, que garante o acesso dos moradores a projetos culturais e à internet.

O território tradicional do quilombo do Cambury, localizado perto da divisa com o estado do Rio de Janeiro, tem extensão de 975 hectares e abriga cerca de 400 pessoas. Além dos remanescentes dos quilombolas, habita a localidade uma comunidade tradicional caiçara – o que resulta num grupo social mais amplo composto por núcleos familiares que mantêm estreitos laços de parentesco entre si.

Reconhecimento - A ação de reintegração de posse nº 0000003-15.1976.8.26.0642 foi ajuizada na Justiça Estadual em 1976 e transitou em julgado em 1984, mas não chegou a ser cumprida, apesar das várias tentativas. Em 2000, por meio de inquérito civil público, o MPF começou a acompanhar o processo de reconhecimento da comunidade do Cambury nos âmbitos estadual e federal e passou a atuar em defesa do respeito às atividades econômicas tradicionais dos quilombolas e caiçaras e dos direitos de acesso a saúde, saneamento, locomoção e educação. Em 2005, a Fundação Itesp reconheceu o Cambury como comunidade remanescente de quilombo; em 2006, a Fundação Cultural Palmares publicou a certidão de auto-reconhecimento; finalmente, em 2008, o Incra também reconheceu a comunidade do Cambury.

A área é, também, objeto de outras ações de desapropriação indireta contra a Fazenda Pública Estadual pela criação e implantação do Parque Estadual da Serra do Mar. Sobre o Cambury incidem duas Unidades de Conservação: o Parque Estadual da Serra do Mar e o Parque Nacional da Bocaina. O ICMBio, que administra o Parque da Bocaina, não concorda com a delimitação do território quilombola reconhecido pela Fundação Itesp e pelo Incra. Por essa razão, o processo do Incra está na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Advocacia-Geral da União (AGU) e também passará a ser acompanhado pelo MPF.

Assessoria de Comunicação

Procuradoria da República em São Paulo

11-3269-5068

scom@prsp.mpf.gov.br

www.twitter.com/MPF_SP

9.3.3. Artigo Eletrônico 3

Disponível

em:

<

http://www.agu.gov.br/sistemas/site/TemplateImagemTexto.aspx?idConteudo=247076&id_siste=3>. Acesso: 29/07/2013

AGU evita retirada da comunidade quilombola de Cambury de terras na região de Ubatuba/SP

A Advocacia-Geral da União (AGU) obteve, na sexta-feira (26/7), liminar no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ/SP) suspendendo a reintegração da posse concedida a particulares, pela Comarca de Ubatuba/SP, das terras onde habita a comunidade quilombola Cambury. Assim, a decisão manteve a comunidade quilombola no local.

A execução da reintegração de posse afetaria cerca de 40 famílias que vivem na área remanescente de quilombo, na região de Ubatuba/SP. A determinação de reintegração havia sido concedida pela Justiça estadual de São Paulo, em execução de decisão proferida em 1984, também pela Justiça estadual. Ocorre que os autores da ação somente requereram o cumprimento da sentença em 2007

A Advocacia-Geral havia obtido, no último dia 19/7, liminar na Justiça Federal, assegurando o direito de permanência do grupo no local. O juízo da 1ª Vara Federal de Caraguatatuba/SP acolheu os argumentos dos procuradores no sentido de que a comunidade quilombola havia sido reconhecida, oficialmente, antes do pedido de execução da sentença, em 2007. Além disso, destacou que a decisão da Justiça estadual, que estava sendo executada, foi proferida em 1984, ou seja, antes da promulgação da Constituição Federal de 1988, que confere a posse da área aos remanescentes quilombolas.

Justiça Federal

Como não houve acordo para o cumprimento da decisão da Justiça Federal, visto que a retirada dos moradores da comunidade quilombola Cambury foi determinada pela Justiça estadual, a AGU requereu a liminar para suspender a reintegração de posse. "Estas decisões provocaram tensão no local. Fizemos o possível para suspender a medida de reintegração e tranquilizar a situação até que o mérito da questão seja julgado", afirmou o procurador Eduardo Bim, que atuou no caso pela Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (PFE/Incra) em São Paulo, ao se referir à liminar concedida pelo Tribunal de Justiça suspendendo a reintegração de posse.

A Advocacia-Geral defende no TJ/SP que a execução da sentença que tramita na esfera estadual seja remetida à Justiça Federal, alegando conflito de competência da Comarca de Ubatuba/SP para julgar a questão. Além dessa hipótese, existe a possibilidade de que o processo seja extinto pelo Tribunal.

A comunidade Cambury foi reconhecida como remanescente de quilombo pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo, em 2005, pela Fundação Cultural Palmares, em 2006, e pelo Incra, em 2008. A autarquia agrária, em Relatório de Identificação e Delimitação (RTID), registrou o território com total de 972 hectares, área que está em fase administrativa para titulação em nome da associação do quilombo.

Atuaram em conjunto com a PFE/Incra, o Escritório de Representação (ER) da Procuradoria-Geral Federal (PGF) em Caraguatatuba e a Procuradoria-Regional Federal da 3ª Região (PRF3).

A PFE/Incra, o ER/Caraguatatuba e a PRF3 são unidades da PGF, órgão da AGU

Ref.: Agravo de Instrumento nº 0146357-95.2013.8.26.0000 - Comarca de Ubatuba do TJ/SP.

Wilton Castro

9.3.4. Artigo Eletrônico 4

Disponível em: <[http://waves.terra.com.br/surf/noticias/variedadesnovedade/cultura-quilombola/raizes-de-ubatuba-\(sp\)](http://waves.terra.com.br/surf/noticias/variedadesnovedade/cultura-quilombola/raizes-de-ubatuba-(sp))> Acesso> 26 de Setembro de 2014.

CULTURA QUILOMBOLA

Raízes de Ubatuba (SP)

Por Ricardo Toledo em 07/12/11

Projeto divulga cultura caiçara e incentiva prática do surf em comunidade de Ubatuba (SP).

Escola de Surf do Camburi, Ubatuba (SP). Foto: Divulgação.

A confraternização de final de ano da Escolinha de Surf do Camburi aconteceu no último sábado em Ubatuba (SP).

Para quem não conhece, existe um paraíso com este nome em Ubatuba e ele está localizado ao Norte do município. Na verdade, é a última praia do litoral Norte paulista.

Na região, uma comunidade de pescadores cultiva hábitos tradicionais e religiosidade. Há alguns anos, com o auxílio da comunidade, prefeitura e Escolinha do Zecão, foi fundada a escolinha de surf local. O intuito é levar às crianças do bairro uma oportunidade de lazer e cidadania.

Segundo Andréa Arantes, coordenadora do Ponto de Cultura Quilombola (escolinha Jambeiro), o projeto tem objetivo de manter intacta a cultura dos moradores do Camburi.

Para que isso seja possível, fomentam atividades e eventos inerentes às tradições locais - festividades, culinária, artesanato - a prática do esporte e o lazer dos moradores.

“Gostaria de agradecer à Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, à comunidade local, aos instrutores Juliano Damasceno e Felipe Barone, ao Zecão e família e à família Toledo, que doou algumas pranchas do Filipinho para a escolinha”, conta Arantes.

“Tenho prazer em ajudar a desenvolver o surf na comunidade. Não há satisfação maior do que ver o sorriso estampado no rosto das crianças. Pode estar o frio que for, elas estarão ali, esperando a hora de surfar”, afirma Zecão.

“Quero agradecer a oportunidade de ter conhecido pessoas tão simples e verdadeiras. Venho aqui com minha família há anos e senti uma ligação muito forte desde a primeira vez que visitei o pico. Volto sempre que posso, inclusive para acampar por longos dias e pegar altas”, comenta Ricardo Toledo, bicampeão brasileiro de surf.

Confira na galeria acima os melhores momentos da confraternização.

8.3.5. Artigo eletrônico 5

Disponível em:< <http://www.ubatuba.sp.gov.br/noticias/destaques/eja-sorridente-atende-quilombo-do-camburi/> Acesso: 26 de Setembro de 2014.

EJA Sorridente atende Quilombo do Camburi

Publicado em 28 de abril de 2014, por Lucas Conejero

Em parceria com a Secretaria de Educação, o Projeto EJA Sorridente da Saúde Bucal iniciou suas atividades no último dia 24 de abril no Ponto Cultural da escola Jambeiro, Quilombo do Camburi, costa norte do município.

A ação contou com palestras de noções básicas de Saúde Bucal e prevenção de câncer bucal para os alunos da EJA e para a comunidade em geral.

Foram examinados 43 adultos e alguns casos acabaram encaminhados para atendimento na UBS da região.

Oito moldagens para Prótese Total e Prótese removível também foram produzidas durante a iniciativa.

Sr. Genésio, morador símbolo do quilombo e representante da comunidade, recebeu os dentistas em sua residência e em breve estará de sorriso novo. “Agora vou receber os turistas com muito mais alegria”, brincou.

Dra. Graça Gil, dentista do projeto, afirma ter ficado feliz por ter atendido mais uma vez sr. Genésio. “Já atendia o sr. Genésio há muitos anos, mas infelizmente não tinha o suporte do Brasil Sorridente. Agora, poderemos fazer a prótese que ele tanto precisava”, conta Gil.

O projeto estendeu-se para o atendimento de prevenção de saúde bucal aos alunos da EM Maria do Carmo Soares e cada criança recebeu um kit de higiene bucal.

A Próxima EJA a ser atendida pela iniciativa será a da Vila Picinguaba (EM Iberê Ananias Pimentel) e a data da ação será divulgada nos próximos dias.

8.3.6. Artigo eletrônico 6

Disponível em:<<http://www.ubatuba.sp.gov.br/noticias/destaques/prefeitura-instala-orelhao-no-bairro-do-camburi/>> Acesso: 26 de Setembro de 2014.

Prefeitura instala orelhão no bairro do Camburi

Publicado em 15 de julho de 2014, por Lucas Conejero

A Prefeitura de Ubatuba viabilizou, por meio do contrato firmado com a empresa Vivo S/A, a instalação de um Telefone de Uso Público, popular orelhão, na comunidade do Camburi, região norte do município.

Uma reivindicação antiga da comunidade, o telefone público foi instalado na entrada do bairro, há poucos metros da E.M Maria do Carmos Soares e do Posto de Saúde.

A instalação do telefone foi possível através de um esforço conjunto entre a Secretaria Municipal de Tecnologia da Informação, a Administração Regional Norte, o Parque Estadual da Serra do Mar e as empresas Vivo e Elektro.

O orelhão ajudará em questões de comunicação, segurança e emergência, pois o sinal de telefonia móvel na região é baixo e o telefone público mais próximo está localizado a muitos quilômetros de distância.

Merendeira da escola do bairro, Rosa Laureana comemora a instalação do aparelho. “Esperávamos este orelhão há anos. Vai ajudar muito a gente e não só na questão da segurança. Vai melhorar a comunicação em geral. Hoje mesmo liguei para minha irmã em Taubaté”, conta Rosa.

Líder da comunidade, Vanusa Soares também comemora a chegada do orelhão, que anda fazendo sucesso entre os moradores, e ressalta a sua importância em várias frentes.

“O orelhão vai deixar a gente mais tranquilo em caso de emergência e vai ajudar os turistas durante a temporada. Todo mundo aqui já foi lá usar”, diz Vanusa.

Pedro Seno, secretário de Tecnologia da Informação, ressalta as dificuldade neste tipo de processo e diz que muito ainda deve ser feito.

“Apesar de parecer um processo simples, este tipo de instalação envolve muitas pessoas e é extremamente burocrático. Estamos felizes pelo sucesso da iniciativa, mas ainda precisamos avançar muito”, afirma.

Já o prefeito Maurício destaca os avanços na área de tecnologia que estão sendo feito no município. “Ficamos satisfeitos em criar mais um mecanismo de comunicação em uma região tão importante para a cidade. Pretendemos avançar ainda mais na área de tecnologia através de ações como a implantação do Instituto Federal”, comenta o prefeito.

8.3.7. Artigo eletrônico 7

Disponível em:< <http://jornalagitoubatuba.com.br/site/2014/01/administracao-regional-norte-instala-telefones-publicos-no-camburi/>> Acesso: 26 de Setembro de 2014.

Administração Regional Norte instala telefones públicos no Camburi

Publicado em 28/01/2014 às 08:49 por Jornal Agito.

*Plano garante às comunidades tradicionais e quilombolas acesso à comunicação
Dois telefones públicos começaram a ser instalados no fim da última semana no bairro do Camburi, costa norte de Ubatuba.*

A iniciativa da Administração Regional Norte tem o objetivo de cumprir um decreto da presidenta Dilma Roussef de 2011: o PGMU – STFC (Plano Geral de Meta de Universalização do Serviço de Telefonia Fixa Comutada).

De acordo com Leonildo Rolim, administrador da Regional Norte, o plano garante às comunidades tradicionais e quilombolas o acesso à comunicação e obriga as prestadoras de serviço a atenderem esses locais.

“Quando assumi a administração da Regional Norte, efetuei um levantamento de todas as prioridades e a inclusão digital no Camburi é uma causa que abracei com muito carinho”, conta Leonildo.

Ainda segundo Rolim, a solicitação dos TUP (Telefone de Uso Público) foi efetuada junto a superintendência da empresa VIVO em julho de 2013.

“Não medi esforços para assegurar esse direito à comunidade. Oficializei a prestadora, comuniquei o Ministério das Comunicações e fui atendido”, completa Rolim.

Rolim informa ainda que em breve serão contempladas outras comunidades da cidade: Sertão da Fazenda, da Vila Rolim e da praia do Ubatumirim.

(FOTO: Começa a instalação do Telefônico Público no bairro do Camburi, costa norte de Ubatuba)

9.3.8. Artigo eletrônico 8

Disponível

em: <[http://oubatubano.blogspot.com.br/2014/05/programa-de-](http://oubatubano.blogspot.com.br/2014/05/programa-de-esterilizacao-de-caes-e.html#more)

[esterilizacao-de-caes-e.html#more](http://oubatubano.blogspot.com.br/2014/05/programa-de-esterilizacao-de-caes-e.html#more)> Acesso: 9 de maio de 2014

Programa de Esterilização de Cães e Gatos contempla Camburi e chega em Picinguaba

O programa de Esterilização de Cães e Gatos, Educação em Saúde e Posse Responsável para controle populacional em 2014 da prefeitura de Ubatuba contemplou no último mês de abril o bairro do Camburi e permanece na região norte da cidade até o próximo dia 19 de dezembro.

Foram executadas 87 castrações e o balanço desta primeira etapa do programa apresenta um excelente. A equipe do Centro de Controle de Zoonoses agradeceu o apoio da Sra. Vanusa, presidente do Centro Comunitário do Camburi, por ceder gentilmente o espaço para

os trabalhos de castração.

O objetivo da iniciativa consiste na castração de cães e gatos de ambos os sexos e a iniciativa acontece em conjunto com ações de educação em saúde e posse responsável das espécies.

Serão atendidos os bairros: Camburi, Picinguaba, Vila Cabeçuda, Vila Damazio, Fazenda da Caixa, Pr. da Fazenda, Almada, Sertão do Ubatumirim, Vila Índia, Estaleiro, Pr.

Ubatumirim, Pr. Justa, Vila Rolim, Cambucá, Puruba, Prumirim, Aldeia Boa Vista, Morro do Tiagão, Ranário, Recanto Itamambuca e Condomínio Itamambuca (SAI).

2ª Etapa - Picinguaba

No início desta semana, o programa chegou na Vila dos Pescadores, Picinguaba, e os trabalhos começaram com uma reunião na Escola Municipal Iberê Ananias Pimentel.

O encontro contou com a presença de um bom número de moradores e com palestras de especialistas sobre temas diversificados: Educação em Saúde, Posse Responsável e Cadastro dos Animais.

"Buscamos através das informações e dos esclarecimentos uma maior adesão à campanha neste ano", explica Dra. Márcia Araújo, médica veterinária do Centro de Controle de Zoonoses.

Durante a reunião, cerca de 30 cadastros foram feitos e as castrações estão agendadas.

9.3.9. Artigo eletrônico 9

Disponível em:< <http://fundart.com.br/tradicao/comunidades/quilombos/>> Acesso: 26 de Setembro de 2014.

Quilombos

A região de Ubatuba, até as primeiras décadas do século XIX, contava com pequenas propriedades agrícolas de subsistência, havendo poucos escravos por propriedade, devido ao pequeno poderio financeiro de seus proprietários.

A paisagem fundiária mudou com vinda de colonos estrangeiros para a região, os quais investiram na compra de grandes lotes de terra. Trouxeram, para trabalhar nessas terras, um enorme contingente de população de origem africana.

Com o declínio da produção cafeeira, a partir da segunda metade do século XIX, muitas fazendas foram abandonadas, loteadas e vendidas. Porções de terra das fazendas foram ocupadas, ou até mesmo doadas a ex-escravos.

O litoral norte permaneceu como uma região quase isolada até a construção da rodovia BR 101 (Rio-Santos), na década de 1970. A partir daí, a situação fundiária de Ubatuba alterou-se mais uma vez, então com a entrada de grileiros e especuladores imobiliários movidos pela facilidade de acesso à região que a rodovia propiciou.

Muitas das comunidades quilombolas e caiçaras, que até então viviam com relativa autonomia, foram expulsas de suas posses ou se viram obrigadas a vendê-las.

A luta das comunidades quilombolas do litoral norte pela reconquista de suas terras esbarra numa situação fundiária bastante complexa, envolvendo disputas com grandes empresas imobiliárias.

Fonte: http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/brasil/sp/home_sp_lit_norte.html

A comunidade do Camburi é constituída por 50 famílias e está localizada no município de Ubatuba, litoral norte de São Paulo, já na fronteira com o município de Paraty, no Estado do Rio de Janeiro.

Os quilombolas ocupam a área do Camburi há aproximadamente 150 anos. Ocupando um local extremamente valorizado como ponto turístico, a comunidade sofreu e sofre toda a sorte de pressões para deixar suas terras.

Fonte: http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/brasil/sp/litoral_norte/camburi/camburi_intro.html

8.3.10. Artigo eletrônico 10

Disponível em: <<http://litoralsustentavel.org.br/noticias/boas-praticas-ponto-de-cultura-quilombola-escolinha-jambeiro-em-ubatuba/>> Acesso: 26 de Setembro de 2014.

Ponto de Cultura Quilombola resgata a cultura da comunidade de Cambury

Publicado em 14 de novembro de 2012

O Ponto de Cultura Quilombola Escolinha Jambeiro, em Camburi, Ubatuba, se destaca pelo trabalho de resgate e revalorização das culturas tradicionais e de capacitação da sociedade local em práticas sustentáveis de geração de renda

Por Luiz Gonzaga, colaborador Litoral Sustentável

O embrião do ponto de cultura é a Escolinha Jambeiro criada em 1998 pela professora de Educação Artística Andreia Arantes, como atividade voluntária, dentro da comunidade de remanescentes do Quilombo de Cambury (o bairro escreve-se com i e o quilombo com y), que cedeu o espaço físico para o projeto. “Começamos com pré-escola, depois passamos à alfabetização de adultos, à educação ambiental com a capacitação de jovens da comunidade para o ecoturismo e à inclusão digital”, conta Andreia Arantes, coordenadora do projeto. “Mas sempre tivemos como foco a revalorização da cultural local e o cuidado com o meio ambiente”, explica.

Hoje a escolinha se tornou uma referência para toda a comunidade. Ali existe um núcleo de informática, com acesso à internet, são realizados cursos de formação para jovens lideranças, cursos e oficinas de artesanato e de culinária regional, promovidas rodas de conversa, festas comunitárias, entre tantas outras atividades. Abriga ainda a Escolinha de Surf e é ponto de recepção para quem visita a comunidade no projeto de ecoturismo. Também funciona ali a sede da Associação dos Remanescentes de Quilombo do Cambury (ARQC), fundada em 2000 para encaminhar a luta dos quilombolas pela titulação de suas terras.

Escolinha Jambeiro

A Escolinha Jambreiro foi premiada com o projeto Ponto de Cultura Quilombola do governo federal – Luiz Gonzaga

A iniciativa de Andreia foi motivada pela necessidade de reforço escolar para as crianças da comunidade. Na época, ali não existia saneamento, energia elétrica ou telefone. As crianças da quinta a oitava série tinham (e ainda têm) de se deslocar 25 quilômetros até a região de Puruba, no mesmo município. Para fazer o colegial, os jovens percorrem 50 quilômetros até o centro de Ubatuba. “A evasão escolar era muito grande. A comunidade pediu para que eu criasse uma escolinha para reforço e acompanhamento escolar”, conta. Assim, a iniciativa a agrupar as pessoas do vilarejo, que passaram a buscar soluções para as necessidades da comunidade. Aos poucos, eles conseguiram luz elétrica, telefone, computadores, internet e, o mais importante, revalorizar a cultura local.

Em 2010, a Escolinha Jambreiro, através da ARQC, foi premiada com o projeto Ponto de Cultura Quilombola do Programa Cultura Viva, pelo Governo Federal, por meio do Programa Mais Cultura, em conjunto com o Governo Estadual. Os Pontos de Cultura são iniciativas culturais da sociedade civil, reconhecidas e apoiadas financeira e institucionalmente pelo Ministério da Cultura para desenvolverem ações de impacto sociocultural em suas comunidades.

“É um projeto da hora porque ajuda a gente a ter acesso à tecnologia, internet, biblioteca”, afirma Alex Cruz dos Santos, 16 anos, que nasceu na comunidade e tem seis irmãos. Ele estuda em Puruba. Quando não está na escola, fica no ponto de cultura cuidando dos equipamentos, ajudando pessoas da comunidade a mexer em computador e internet e orientando visitantes.

Ecoturismo

Em 2003, o Ponto de Cultura Quilombola Escolinha do Jambeiro implantou o projeto “Ecoturismo e Desenvolvimento Sustentável: O Passaporte para o Futuro da Comunidade do Camburi” (Divulgação)

A localidade de Camburi, em Ubatuba, é um paraíso selvagem em meio à reserva florestal do Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB) e do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM), na divisa do litoral de São Paulo com o do Rio de Janeiro. Em 2003, o Ponto de Cultura Quilombola Escolinha do Jambeiro começou a implantar o projeto “Ecoturismo e Desenvolvimento Sustentável: O Passaporte para o Futuro da Comunidade do Camburi”, em parceria com a Associação dos Moradores do Bairro do Camburi, o Instituto Gondwana, o Parque Estadual da Serra do Mar/Núcleo Picinguaba (PESM-NC) e a Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP). O projeto capacitou 30 jovens do Quilombo Cambury, para trabalharem como monitores de turismo do Núcleo Picinguaba do PESM, que faz a gestão da visitação pública dos roteiros. Além da comunidade quilombola, o projeto envolve o bairro inteiro de Camburi que compreende outras comunidades, como as de caiçaras.

“Trabalhamos com 320 pessoas – cerca de 100 famílias de Camburi e do entorno”, informa Andreia. “Antes do projeto de ecoturismo, Camburi era uma praia com turismo desordenado, que deixava sujeira, não raro trazendo doenças, e que desvalorizava a cultura local. Além disso, culturas de fora começaram a chegar e a inibir manifestações locais tradicionais”, relembra a coordenadora. O projeto estabeleceu a conexão entre a beleza natural de Camburi (mata exuberante, praia, mar, cachoeiras e água doce) e a cultura local.

“Fizemos um trabalho de resgate e valorização dos pontos históricos, como a casa da farinha, as roças, o modo de vida e a própria história do quilombo para que os adolescentes passassem a valorizá-los e a divulgar aos visitantes esses pontos”, conta.

Geração de renda

Os resultados não demoraram a aparecer, aumentando a visitação organizada ao local. Em 2011, o projeto recebeu 60 grupos de turistas, cada um com média de 40 pessoas, percorrendo os dois principais roteiros (trilhas) do projeto: “Trilha Eco-Cultural Quilombo do Cambury” e “Trilha Praia Brava e Poços”. A

maioria dos participantes é composta por jovens estudantes oriundos de universidades e colégios. Mas há alternativas para todas as idades.

“A cada grupo recebido na comunidade gera renda e ocupação para 10 ou 12 famílias”, explica Andreia, detalhando: “Para servir almoço para um grupo precisamos de uma cozinheira com pelo menos um ajudante e um atendente; cada subgrupo de oito pessoas tem de contar com um monitor local – jovens da comunidade que receberam capacitação.” O artesanato local, resultado de um trabalho de resgate histórico, com peças em palha, em taboa, em cipó, madeira, através das oficinas de capacitação no ponto de cultura, também é valorizado, gerando renda para a comunidade.

“Esse projeto e o ponto de cultura ajudam muito a nossa comunidade, passando noções de sustentabilidade, promovendo os cursos e as nossas tradições”, afirma Silmara Basílio, 21 anos, nascida no quilombo e que hoje ajuda Andreia Arantes a coordenar o ponto de cultura. Silmara frequentou desde pequena a escolinha, assim como seus quatro irmãos, e hoje também trabalha na capacitação dos jovens da comunidade. “Aprendemos muita coisa aqui – informática, internet, cursos, noções de ecoturismo. Temos muitas atividades, como festas e valorização de nossa música e danças”, conta Silmara.

Quilombo de Cambury

Desde sua fundação, em 2000, dentro da Escolinha Jambreiro, a Associação dos Remanescentes de Quilombo do Cambury (ARQC) vem obtendo conquistas significativas para a comunidade quilombola, que conta com 48 famílias, segundo Andreia. A associação desenvolve várias atividades na escolinha, como assembleias participativas, onde se promove a integração da comunidade, visando à tomada de decisões, a manutenção da identidade grupal para a construção dos projetos de desenvolvimento local, o resgate da cultura afro-brasileira e o desenvolvimento sustentável da comunidade.

Tal organização vem sendo muito importante para o encaminhamento de uma imbricada questão fundiária que envolve a comunidade. Nesse caso, os desafios começaram com a incorporação parcial do território do Camburi, na década de 1970, pelos Parque Nacional da Serra da Bocaina (1977-RJ) e Parque Estadual da Serra do Mar (1977-SP). Passando a fazer parte dessas áreas de proteção, as comunidades tradicionais do Camburi se viram impedidas de continuar a fazer roças, caçar, pescar e coletar, ou seja, a viver como sempre viveram, porque dentro dos parques não é possível a moradia nem a titulação de terras, nem a regularização do território. Por outro lado, a incorporação de seus territórios tradicionais aos parques congelou por certo tempo a especulação imobiliária no bairro.

Ainda assim, as comunidades ficaram isoladas, sem receber, por muito tempo, serviços públicos essenciais, como água, saneamento, energia elétrica etc., acelerando o processo de desenraizamento socioeconômico, com risco até de sua extinção. Para os quilombolas, a terra habitada, muito mais do que um bem patrimonial, constitui elemento integrante da sua própria identidade coletiva. Entretanto, a titulação do Quilombo do Cambury depende da desapropriação das propriedades particulares incidentes na terra da comunidade e da mudança dos limites do Parque Nacional da Serra da Bocaina e do PESM.

A associação vem conseguindo encaminhar bem a luta pela titulação, com a implementação do Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar que enquadra como Zona Histórico-cultural Antropológica (ZHCA) as comunidades tradicionais caiçaras-quilombolas. Em 2005, a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) publicou relatório técnico-científico que reconhece a comunidade como quilombola e

identifica os limites de seu território, fato este também reconhecido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 2008. A Certidão de Auto-reconhecimento da Fundação Cultural Palmares foi emitida em 2006. “Estamos no processo final da titulação das terras. Talvez tenhamos brevemente uma resposta boa”, espera Andreia. O território quilombola deverá ser excluído dos limites dos parques de forma que possa vir a ser titulado em nome da comunidade.

Confira o site do projeto: <http://www.quilombocambury.com.br/>

9.3.11. Artigo eletrônico 11

Disponível em:< <http://clinicadotexto.wordpress.com/2010/05/17/sos-comunidade-quilombola-e-caicara-de-camburi-ubatuba-sp/>> Acesso: 26 de Setembro de 2014.

SOS – Comunidade Quilombola e Caiçara de Camburi – Ubatuba, SP

Publicado em [17 de maio de 2010](#) por [Clínica do Texto](#)

Em nome da Associação dos Moradores Caiçaras (AMBAÇA) e da Associação dos Quilombolas de Camburi, em UBATUBA, litoral norte, venho encaminhar-lhes demanda urgente da população local. Desde o último Réveillon (31.12.2009) os moradores do Quilombo de Camburi em Ubatuba estão desamparados quanto aos estragos promovidos pelas enchentes na região. Na virada do ano, um casal morreu na praia de Camburi, quando tentava atravessar a precária ponte de madeira que separa o Quilombo da região da praia. Os dois jovens foram arrastados pela correnteza e amanhecemos mortos no dia seguinte (01.01.2010). Segundo o quilombola Alcides, a tristeza tomou conta da comunidade, pois a comunidade depende da visita dos turistas para ampliarem a fonte de renda. Agora, os quilombolas ficaram ainda mais isolados...

O artesão quilombola Alcides reclama do descaso das autoridades... Estamos cada vez mais isolados.

A construção de PONTES seria a solução para os transtornos que estão vivendo, principalmente os IDOSOS e as CRIANÇAS, conforme desabafou o ancião da comunidade, Sr. Genésio, 83 anos, um dos quilombolas mais antigos de Camburi.

Sr. Genésio, 83 anos, reclama da acessibilidade para os idosos.

Toda a mídia centrou atenção no acidente ocorrido em Angra dos Reis, mas pouca atenção foi dedicada ao segmento dos IDOSOS e da CRIANÇAS que moram no Quilombo e ficaram (até hoje) privados do único meio de travessia de um ponto a outro. As aulas já começaram e crianças deixam de ir à escola, principalmente quando aumenta o nível do rio que desagua no mar. Idosos (negros e caiçaras) estão impossibilitados de locomoção. Ninguém se arrisca a desafiar a força da natureza...O poder público parece desdenhar a situação, que se arrasta por longo tempo. Para os moradores, não há garantia mínima de acessibilidade, nem garantia do direito humano fundamental de ir e vir. Em pelo menos 3 (três) locais ao longo do rio há dificuldades para a travessia.

Crianças deixam de ir à escola, principalmente quando aumenta o nível das águas.

Sem o direito de ir e vir, quilombolas vivem ilhados...

Um dos locais onde a comunidade exige a construção de uma PONTE.

Há necessidade urgente de construção de 3 (três) pontes a fim de garantir o direito fundamental de IR e VIR. Orçamentos já foram feitos, mas nada de construção das pontes até agora.

Sem ponte, idosos e crianças têm dificuldades para ir e vir...

*As eleições se aproximam e os moradores não aguentam mais receber promessas...
Estão cansados da verbiagem oca dos que apenas se aproveitam de sua vulnerabilidade.*

O objetivo deste post é divulgar amplamente o (des)caso nas redes sociais e nos circuitos dinâmicos da Internet, a fim de solucionar a questão. Como cidadão paulistano, amigo e parente próximo das referidas comunidades, empenho-me em colaborar com os moradores afetados por enchentes em Camburi, encaminhando o problema, para averiguação e providências.

As Comunidades aguardam Solução!!!

Ass.: Edison Santos, consultor técnico do ITS Brasil e pós-graduando em Ciência da Informação na ECA-USP.

9.3.12. Artigo eletrônico 12

Disponível em:< <http://www.tamar.org.br/interna.php?cod=247>> Acesso> 26 de Setembro de 2014.

Costureiras do Camburi

Formado em 1998, o grupo integra seis costureiras do bairro do Camburi, a 50km do centro de Ubatuba, na divisa com o Estado do Rio de Janeiro, dentro de duas áreas de conservação – o Parque Estadual da Serra do Mar e o Parque Nacional da Serra da Bocaina. As costureiras fazem tartarugas de pano preenchidas com areia, chamadas tartareias, e chaveiros de pano, com uma produção média anual de 2.500 peças. É uma alternativa de renda para a comunidade de Camburi, uma das mais carentes de Ubatuba.

Disponível em:< <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,justica-manda-demolir-quiosques-em-ubatuba-imp-,966138>> Acesso: 26 de Setembro de 2014.

Justiça manda demolir quiosques em Ubatuba TJ dá prazo até dezembro para retirada das construções irregulares de uma área ambiental na Praia de Camburi; ação se arrastava desde 1996

28/11/2012

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) determinou a demolição de diversas construções erguidas irregularmente há mais de uma década na orla da Praia de Camburi, em Ubatuba, litoral norte paulista. A praia integra o Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar e está inserida em uma Unidade de Conservação. De acordo com a Fundação Florestal, órgão vinculado à Secretaria Estadual do Meio Ambiente, moradores construíram no local, de forma precária, bares e quiosques que funcionam em fins de semana e na temporada de verão. A ação se arrastava desde 1996. A demolição deverá ocorrer até o fim de dezembro, prazo determinado pela Justiça.

Segundo o gestor do Núcleo Picinguaba, Danilo Santos da Silva, nos últimos anos os moradores realizaram uma série de intervenções irregulares na faixa da praia que corresponde à Área de Preservação Permanente (APP). De acordo com Silva, a maior parte dessas ocupações é utilizada como estrutura de apoio ao comércio de alimentos e bebidas durante a temporada. O problema foi agravado, segundo ele, pelo fato de as ocupações estarem inseridas em Unidade de Conservação que, segundo seu Plano de Manejo, restringe a ocupação sem finalidade reconhecida e sem autorização prévia do órgão gestor. A sentença judicial prevê a demolição das estruturas e a remoção dos escombros. Após essa etapa, o Núcleo Picinguaba estuda a possibilidade de isolar a área para impulsionar a regeneração da vegetação nativa e recomposição das funções ecológicas do trecho desocupado. "Os réus desse processo ainda foram indiciados por promover ocupações irregulares ao longo da Praia de Camburi, causando, entre outros problemas, a impermeabilização do solo, a contaminação do lençol Pescadores artesanais, muitos deles já na quarta geração, temem ser expulsos de suas casas. A falta de informações precisas deixa a comunidade insegura. Entre

os moradores circula a informação de que muitas casas seriam "desapropriadas" por terem sido construídas em área de preservação ambiental. "Quando o parque (da Serra do Mar) chegou, eu já morava aqui. São mais de 300 pessoas vivendo nessa praia e sobrevivemos da pesca. Se tiver de sair daqui, não sei para onde vou", diz o pescador Emerson Cardoso, de 39 anos. Segundo o gestor do Núcleo Picinguaba, não haverá desapropriação de casas. Segundo ele, todos os réus já foram notificados pelo Poder Judiciário.

9.3.14 Artigo eletrônico 14

Disponível em: <<https://estacaomemoriacamburi.wordpress.com/tag/pesm/>> Acesso: 26 de Setembro de 2014.

QUILOMBO DO CAMBURY, PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR

28/04/2012

O acesso ao Núcleo do Parque Estadual da Serra do Mar é feito pela BR-101 (Rio – Santos). A entrada principal fica na praia da Fazenda, no km 11, a 40 km de Ubatuba e 30 km de Parati. A sede administrativa fica no km 8 da mesma Rodovia.

Caminhar pelo interior da floresta, pelos ecossistemas associados que formam a Mata Atlântica, banhar-se em cachoeiras de águas cristalinas ou no mar de praias ainda selvagens, visitar uma histórica Casa de Farinha e conhecer um pouco da cultura caiçara em conversas com moradores locais são alguns dos atrativos do Núcleo Picinguaba, que faz parte do Parque Estadual da Serra do Mar. Sua localização ambientalmente estratégica faz a ligação entre o Parque Estadual da Serra do Mar (cerca de 315 mil ha) com o Parque Nacional da Serra da Bocaina (80 mil ha) e com a Área de Proteção Ambiental – APA do Cairuçu, no Estado do Rio de Janeiro (30 mil ha), formando um grande corredor para uma fauna diversificada, infelizmente ameaçada de extinção. Único ponto do Parque Estadual da Serra do Mar que atinge a orla marítima, a floresta em Picinguaba chega até os costões rochosos e se espalha pela planície litorânea em sete praias.

*Com uma área de abrangência de 47.000 ha, totalmente inserido no município de Ubatuba, do Núcleo fazem parte a Vila Picinguaba, uma **aldeia de pescadores na praia do Camburi** [ver Mapa do Cambury abaixo], e um agrupamento de pequenos posseiros no sertão da Fazenda Picinguaba.*

TURISMO ECOLÓGICO E CULTURAL NAS TRILHAS DO QUILOMBO CAMBURY...

Na praia vizinha, de Cambury, é possível vislumbrar lindas paisagens da Mata Atlântica, as praias desertas Brava de Cambury, além de inúmeras cachoeiras.

Praia de Cambury, no mês de abril, outono de 2012.

Cachoeiras dos 3 poços, trilhas de acesso a partir do Quilombo de Cambury

Cambury é um paraíso selvagem de beleza incomparável em meio à reserva florestal do Parque Nacional da Serra da Bocaina e Parque Estadual da Serra do Mar. O atendimento de grupos de estudantes em viagens de estudo ou pesquisa tem se mostrado uma forma alternativa de geração de renda e de diálogo com a sociedade, um excelente público. São atendidos grupos de até 50 pessoas, divididos em grupos menores, com oito (8) visitantes por monitor. Alguns moradores tornaram-se “monitores de turismo do Núcleo Picinguaba do

Parque Estadual da Serra do Mar”, a partir de cursos e treinamentos realizados. Assim estão credenciados para receber grupos de turistas dos mais diversos gêneros. Em Cambury, os grupos buscam conhecer o local, cachoeiras, praias, mirantes e a cultura centenária dos quilombos por meio do agroturismo e do turismo cultural.

Vista da praia brava, acesso por trilha que sai da praia do Cambury

Saiba mais, consultando as opções de trilha na região:

- **<http://www.quilombocambury.com.br/Paginas/Ecoturismo/Ecoturismo.html>**
- **[http://www.saopaulo.sp.gov.br/conhecasp/turismo turismo-ecologico nucleo-picinguaba](http://www.saopaulo.sp.gov.br/conhecasp/turismo_turismo-ecologico_nucleo-picinguaba)**

9.3.15. Artigo eletrônico 15

Disponível em:< <http://www.meon.com.br/noticias/regiao/stf-entra-na-briga-por-terras-onde-vivem-quilombolas-em-ubatuba>> Acesso: 26 de Setembro de 2014.

STF entra na briga por terras onde vivem quilombolas em Ubatuba

Ubatuba, 26 de Maio de 2014 às 00h04.

Moisés Rosa

STF vai decidir sobre indenizações da área do quilombo em Ubatuba

Divulgação

Após 38 anos de impasse na disputa pela terra entre titulares e quilombolas, o STF (Supremo Tribunal Federal) vai julgar os processos de indenização dos títulos da área do Quilombo de Cambury, em Ubatuba.

Em pedido do MPF (Ministério Público Federal) de Caraguatatuba, o Supremo vai avaliar os títulos válidos e calcular o ressarcimento aos donos pelo terreno. Hoje, 400 quilombolas moram na área de 975 hectares de extensão, divisa com o Rio de Janeiro.

A promotora do MPF de Caragutatuba, Maria Capucci, explica que os quilombos tiveram o direito assegurado após reconhecimento da comunidade junto às fundações e pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

*“Na área onde vivem os quilombos foram emitidos alguns títulos de grilagem e a instalação dos quilombos e, posteriormente, foi assegurado os direitos dos quilombolas com a concessão de uma liminar para a manutenção de posse à comunidade”, comenta ao **Meon**.*

Com a discussão pela garantia da área, houve conflito entre as próprias Justiças: a Estadual solicitando a reintegração de posse e a Federal pela manutenção da comunidade no local.

“Tivemos duas liminares conflitantes, que poderiam ter gerado conflito entre as forças armadas estadual e federal. Analisando esse cenário, ajuizamos uma ação e o STJ suspendeu as duas ações, que estabeleceu que qualquer tipo de processo de reintegração de posse de quilombolas deve ser julgada agora pelo STF”, afirma a procurada.

Agora, o Supremo Tribunal Federal vai julgar as decisões indenizatórias. “Cabe agora o Supremo estudar cada caso e verificar se os títulos [dos proprietários que pediram reintegração] são válidos. Existem vários títulos que também podem ser nulos, oriundos de contratos fraudulentos e que não possuem validade e as pessoas não tem direito à indenização”, ressalta Maria Capucci.

Polêmica

O MPF de Caraguatatuba está acompanhando a ação sobre o Parque Nacional da Serra da Bocaina, unidade de proteção ambiental, localizada em Ubatuba, que é alvo de críticas dos Instituto Chico Mendes. Os ambientalistas defendem a retirada de comunidade quilombola e caçara do local, mas o MPF considera a permanência legal.

“Considero a permanência de forma natural, pois são comunidades já estão habituadas e não interferem. O processo está sendo avaliado por uma Comissão Especial, em Brasília”, completa a promotora.

8.3.16. Artigo eletrônico 16

Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2014/05/stj-confirma-competencia-da-justica-federal-para-julgamento-de-disputas-por-terra-que-envolvam-comunidades-quilombolas/>> Acesso: 26 de Setembro de 2014.

STJ confirma competência da Justiça Federal para julgamento de disputas por terra que envolvam comunidades quilombolas

21/05/2014 - 20:04

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) confirmou que o julgamento de conflitos sobre posse de terra que envolvam comunidades quilombolas cabe à Justiça Federal. A decisão é uma resposta a um questionamento do Ministério Público Federal em Caraguatatuba, a 172 km de São Paulo. A Constituição já prevê a competência federal nesses casos, mas o MPF recorreu ao STJ para garantir o cumprimento desse preceito devido a um conflito de competência relacionado ao território do Quilombo de Cambury, no município de Ubatuba, litoral norte do estado.

A disputa pela terra teve início em 1976, com uma ação de reintegração de posse movida entre particulares na Justiça Estadual. A sentença favorável à reintegração foi expedida em 1982 e confirmada em segunda instância. Entretanto, a decisão até hoje não foi cumprida devido a embargos de terceiros e outras ações. Entre elas, os pedidos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para que os autos fossem remetidos à Justiça Federal, pois havia remanescentes de quilombolas na região.

A partir de 2000, por meio de inquérito civil público, o MPF começou a acompanhar o processo de reconhecimento da comunidade do Cambury nos âmbitos estadual e federal e passou a atuar em defesa do respeito às atividades econômicas tradicionais dos quilombolas e caiçaras e dos direitos de acesso a saúde, saneamento, locomoção e educação. Em 2005, a Fundação Itesp reconheceu o Cambury como comunidade remanescente de quilombo; em 2006, a Fundação Cultural Palmares publicou a certidão de autorreconhecimento; e, em 2008, foi a vez do Incra também atestar a ascendência da comunidade.

DECISÃO. *Após idas e vindas do Judiciário, a questão foi remetida ao STJ devido ao conflito gerado em julho do ano passado, quando a Justiça Federal suspendeu uma nova determinação da esfera estadual para que a reintegração de posse fosse cumprida. Finalmente, no último dia 14 de maio, o tribunal declarou que a questão das terras da comunidade do Cambury é de competência da 1ª Vara Federal de Caraguatatuba, como pretendia o MPF.*

O território tradicional do quilombo, localizado perto da divisa com o estado do Rio de Janeiro, tem extensão de 975 hectares e abriga cerca de 400 pessoas. Além dos remanescentes dos quilombolas, habita a localidade uma comunidade tradicional caiçara – o que resulta num grupo social mais amplo composto por núcleos familiares que mantêm estreitos laços de parentesco entre si.

8.3.17. Artigo eletrônico 17

Disponível em: <<http://outraspalavras.net/blog/2014/06/28/angra-paraty-ubatuba-saem-em-defesa-dos-territorios-tradicionais/>> Acesso: 26 de Setembro de 2014.

Angra-Paraty-Ubatuba saem em defesa dos Territórios Tradicionais

Publicado em **28 de junho de 2014** por **Redação**

Num dos trechos mais turísticos do litoral brasileiro, quilombolas e caiçaras exigem condições para manter sua cultura e comunidades. Campanha começa sábado, em Ubatuba

*Por **Redação e Isabela Vieira**, da Agência Brasil / Imagem: **Antonio Gomide**, Depois da pesca*

Comunidades tradicionais da região do litoral norte de São Paulo correm risco de desaparecer. Para tentar evitar este processo, será lançada, no próximo sábado, a campanha “Preservar é Resistir – Em Defesa dos Territórios Tradicionais”. Organizada pelo Fórum de Comunidades Tradicionais Indígenas, Quilombolas e Caiçaras de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba, a campanha quer a garantia dos territórios tradicionais para preservar os modos de vida de suas antigas populações. O lançamento coincide com a tradicional festa de São Pedro Pescador de Ubatuba, que homenageia o padroeiro dos pescadores da cidade e existe há mais de 90 anos. Para a apresentação, será exibido um vídeo junto de apresentações musicais e exposição de fotos.

As comunidades indígenas, quilombolas e caiçaras que vivem no litoral entre o Rio de Janeiro e São Paulo sofrem com a grilagem de terras na Serra do Mar, com o turismo de escala e com a falta de políticas públicas, como educação e infraestrutura.

Segundo Vagner do Nascimento, integrante do Fórum das Comunidades Tradicionais de Angra, Paraty e Ubatuba, um dos principais problemas na região é a sobreposição de unidades de conservação nas comunidades. Ele diz que a situação “engessa” a população e desassocia o homem da natureza, fator que garantiu a sobrevivência desses grupos até hoje. Na região, moradores e especialistas querem a recategorização das unidades para parque estadual ou reserva extrativista — modalidade criada pelo ambientalista Chico Mendes.

O vice-presidente da Associação de Moradores do Pouso da Cajaíba, na Reserva da Juatinga, Francisco Xavier Sobrinho, explica que, na prática, morar em uma reserva significa ficar impedido de usar a natureza para sobreviver. Não se pode construir casas de barro, prática agroecológica, as tradicionais canoas caiçaras — esculpidas em um único tronco —, plantar e pescar. “Precisamos resistir para continuar aqui e assegurar o que temos para as novas gerações”, disse.

Na divisa dos estados, o fórum destaca que a legislação atual prejudica as comunidades quilombolas Cambury e Fazenda Caixa, dentro do Parque Nacional da Serra da Bocaina e do Parque Estadual da Serra do Mar. Em ambas, as práticas culturais são reprimidas. “Ou seja, a pessoa vive na pobreza em um território rico porque está impossibilitada de viver com dignidade, conforme suas gerações passaram”, lembrou.

Mais próximo da cidade histórica de Paraty, o fórum denuncia que a sobreposição de unidades de conservação não permite a chegada de energia elétrica e a pavimentação de estradas originais, para não causar impacto ambiental. A situação afeta comunidades caiçaras

na costa e indígenas da Aldeia Araponga. Vivendo em uma área apertada, o grupo tem dificuldade de acesso à água, a serviços de saúde, está superlotada e tem problemas com o descarte adequado de lixo.

“Os indígenas têm o território, que originalmente é deles, ameaçado pela especulação imobiliária para a abertura de novas áreas para condomínios e pousadas”, disse Vagner.

Outro problema causado pela especulação imobiliária é a restrição imposta por condomínios de luxo a caixas de praias como a do Sono, que perderam o acesso ao mar. Agora, precisam passar por dentro do condomínio, em uma carro cedido pelos administradores para chegar aos barcos. O turismo na costa e em áreas de berçários de peixes, como o Saco do Mamanguá, também avança e está entre as preocupações do fórum, em defesa da pesca artesanal.

Para mostrar como vivem, as comunidades fizeram um vídeo de cerca de dez minutos que lançam junto com a campanha “Preservar é resistir”, na festa de São Pedro Pescador, sábado (28).

Mais informações:

Lançamento da Campanha “PRESERVAR É RESISTIR” — Em Defesa dos Territórios Tradicionais

Ubatuba (SP)

dia 28 de junho, sábado,

a partir das 17h30h,

na praça de eventos da 91ª Festa de São Pedro dos Pescadores de Ubatuba, SP

Disponível em: <<http://www4.serpro.gov.br/inclusao/noticias/paraty-e-ubatuba-recebem-telecentros-do-serpro>> Acesso em: 26 de Setembro de 2014.

Paraty e Ubatuba recebem telecentros do Serpro

Programa Serpro de Inclusão Digital (PSID) inaugura, três telecentros nos litorais do Rio de Janeiro e São Paulo.

Hoje, às 13h, o Programa Serpro de Inclusão Digital irá inaugurar dois telecentros no município de Paraty, no litoral oeste do Rio de Janeiro, e um em Ubatuba, em São Paulo. Serão doados 31 equipamentos, que atenderão a três comunidades.

Paraty vai receber 15 máquinas equipadas com software livre e acesso à internet no Instituto Trilha de Arte & Educação (ITAE), ong da cidade de Paraty, que oferece diversas oficinas para crianças, jovens e seus pais.

Na ocasião, será inaugurado também o telecentro do Ponto de Cultura Caiçara da Joatinga, localizado na Praia do Sono, na mesma cidade. O local estará equipado com oito máquinas, a mesma quantidade da Associação de moradores do Cambury, no município paulista de Ubatuba, que também terá seu telecentro aberto oficialmente hoje.

Quilombo

“Estes equipamentos que o Serpro está doando atenderão a aproximadamente 325 pessoas da comunidade”, disse Andréia Arantes, líder comunitária e uma das responsáveis pela associação de Cambury, comunidade que iniciou sua história no século XIX com a chegada de escravos fugidos de fazendas do Rio de Janeiro e de São Paulo. Andréia receberá treinamento em Linux, para atuar como disseminadora.

I Encontro de Pontos de Cultura da Costa Verde

A inauguração dos 3 telecentros acontecerá durante a programação do I Encontro de Pontos de Cultura da Costa Verde, encontro que está reunindo em Paraty representantes dos sete pontos de cultura de comunidades tradicionais da região, que concentra comunidades indígenas, caiçaras e quilombolas.

Rio de Janeiro, 04/08/2011

9.3.19. Artigo eletrônico 19

Disponível em: <<http://pr-sp.jusbrasil.com.br/noticias/100572666/suspensa-reintegracao-de-posse-em-comunidade-quilombola-no-municipio-de-ubatuba>> Acesso em: 26 de Setembro de 2014.

Suspensa reintegração de posse em comunidade quilombola no município de Ubatuba

MPF vai passar a trabalhar para agilizar e a efetivar direitos fundiários e culturais da comunidade do Cambury

O Ministério Público Federal em Caraguatatuba conseguiu junto à Justiça Estadual de Ubatuba a suspensão da execução do mandado de reintegração de posse e o compromisso de que os autos serão remetidos à Justiça Federal. A reintegração de posse afetaria oito famílias pertencentes à comunidade remanescente do quilombo de Cambury, no município de Ubatuba, e caso não tivesse sido suspensa, poderia ser executada a qualquer momento com auxílio de força policial.

O território tradicional do quilombo do Cambury, localizado perto da divisa com o estado do Rio de Janeiro, tem extensão de 975 hectares e abriga cerca de 400 pessoas. Além dos remanescentes dos quilombolas, habita a localidade uma comunidade tradicional caçara – o que resulta num grupo social mais amplo composto por núcleos familiares que mantêm estreitos laços de parentesco entre si.

A audiência que resultou na suspensão da reintegração de posse ocorreu no último dia 11 de junho, e o MPF foi representado pela procuradora da República Maria Rezende Capucci. Também estiveram presentes, além da representante do MPF e do juiz da 1ª Vara Cível de Ubatuba, Eduardo Passos Bhering Cardoso, representantes da comunidade quilombola, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), da Fundação Cultural Palmares, da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de São Paulo e o prefeito de Ubatuba, Maurício Moromizato.

A partir do encaminhamento dos autos à Justiça Federal, passa a ser de responsabilidade do MPF a agilização e a efetivação dos direitos fundiários e culturais da comunidade do Cambury junto ao Incra, à Fundação Nacional Palmares e à Fundação Itesp.

RECONHECIMENTO. *A ação de reintegração de posse nº 0000003-15.1976.8.26.0642 foi ajuizada na Justiça Estadual em 1976 e transitou em julgado em 1984, mas não chegou a ser cumprida, apesar das várias tentativas. Em 2000, por meio de inquérito civil público, o MPF começou a acompanhar o processo de reconhecimento da comunidade do Cambury nos âmbitos estadual e federal e passou a atuar em defesa do respeito às atividades econômicas tradicionais dos quilombolas e caçaras e dos direitos de acesso a saúde, saneamento, locomoção e educação.*

Em 2005, a Fundação Itesp reconheceu o Cambury como comunidade remanescente de quilombo; em 2006, a Fundação Cultural Palmares publicou a certidão de auto-reconhecimento; finalmente, em 2008, o Incra também reconheceu a comunidade do Cambury.

A área é, também, objeto de outras ações de desapropriação indireta contra a Fazenda Pública Estadual pela criação e implantação do Parque Estadual da Serra do Mar. Sobre o Cambury incidem duas Unidades de Conservação: o Parque Estadual da Serra do Mar e o Parque Nacional da Bocaina. O ICMBio, que administra o Parque da Bocaina, não concorda com a delimitação do território quilombola reconhecido pela Fundação Itesp e pelo Incra. Por essa razão, o processo do Incra está na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Advocacia-Geral da União (AGU) e também passará a ser acompanhado pelo MPF.

Assessoria de Comunicação

Procuradoria da República no Estado de S. Paulo

Mais informações à imprensa: Gabriela Rölke

11-3269-5068

ascom@prsp.mpf.gov.br

8.3.20. Artigo eletrônico 20

Disponível

em

:

<[http://www.redetv.uol.com.br/jornalismo/portaljornalismo/Noticia.aspx?118,4,623981,102, Sao-Paulo-vai-reconhecer-12-comunidades-quilombolas](http://www.redetv.uol.com.br/jornalismo/portaljornalismo/Noticia.aspx?118,4,623981,102,Sao-Paulo-vai-reconhecer-12-comunidades-quilombolas)> Acesso: 26 de Setembro de 2014.

São Paulo vai reconhecer 12 comunidades quilombolas

José Maria Tomazela/Agência Estado

11/07/2014 15h31

Doze comunidades remanescentes de quilombo do Estado de São Paulo serão reconhecidas até dezembro de 2015 pelos governos estadual e federal. Um convênio firmado entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) vai garantir recursos para a regularização das áreas ocupadas tradicionalmente pelos quilombolas.

Equipes das duas instituições iniciaram na quinta-feira, 10, os trabalhos na comunidade de Jaó, em Itapeva, sudoeste paulista, apresentando o projeto aos moradores. Na sequência, os técnicos do Itesp vão elaborar o relatório de identificação dos quilombolas e delimitação do território. Com verba de R\$ 1 milhão, a maior parte repassada pelo Incra, serão pagas as benfeitorias de ocupantes de algumas comunidades, como a de Praia Grande, em Iporanga, no Vale do Ribeira.

Nesse caso, o quilombo está instalado em terras devolutas do próprio Estado e ocorreram conflitos entre os habitantes tradicionais e os ocupantes. Um líder comunitário foi morto em razão da luta pela terra. As outras comunidades a serem reconhecidas são Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima e Sapatu, em Eldorado; Poça, na divisa de Eldorado com Jacupiranga; Pilões, em Iporanga; Ribeirão Grande/Terra Seca, Cedro, Reginaldo e Pedra Preta Paraíso, em Barra do Turvo; e Sertão de Itamambuca, em Ubatuba.

Atualmente, 48 processos de reconhecimento e titulação de comunidades quilombolas

estão em andamento no Incra em São Paulo. Já ganharam o reconhecimento federal as comunidades de Ivaporunduva (Eldorado), Caçandoca (Ubatuba), Cafundó (Salto de Pirapora), Brotas (Itatiba) e Morro Seco (Iguape), mas apenas Ivaporunduva obteve a titulação do território. Outras cinco comunidades - Cambury (Ubatuba), Mandira (Cananeia), Galvão e São Pedro (Eldorado/Iporanga) e Porto Velho (Iporanga) - tiveram o relatório de identificação e delimitação publicados e aguardam a publicação das portarias de reconhecimento.

Nas terras públicas estaduais, a titulação das comunidades é feita pelo Itesp. As comunidades remanescentes de quilombos ganharam o direito ao território com a Constituição Federal de 1988. Em 2003, foi publicado o Decreto 4.887, que regulamentou os procedimentos para reconhecer os remanescentes, que vão desde a identificação das comunidades até a titulação do território e registro em cartório.

9.3.21 Artigo eletrônico 21

Disponível em:< <http://ciateatroecircoariesmarioto.blogspot.com.br/2012/11/festa-no-quilombo-do.html>> Acesso: 26 de Setembro de 2014

DOMINGO, 4 DE NOVEMBRO DE 2012

Festa no Quilombo do Cambury

Aries Marioto e sua Cia. aguardando a chegada do Barco na Praia do Cambury, pra seguir rumo rio acima ao Quilombo, onde acontecerá uma grande Festa, veja as Programações abaixo:

Dia 03 de novembro de 2012

13 h Corrida de Canoa

16 h Circo Aries Marioto

17 h apresentações de dança das crianças de Cambury e gincana

18 h Grupo O DE CASA (Ponto de Cultura Olhares de Dentro -Quilombo Fazenda)

20 h Coroas Cirandeiros (Paraty)

21 h Apresentação do Bloco Carnavalesco de Cambury "VAI QUEM QUER"

22 h Cleison do Forro

Dia 04 de novembro de 2012

9 h- II Campeonato de Surf de Cambury

15 h - Bingo

Lembrando que teremos exposições de fotos artísticas, artesanato e uma deliciosa gastronomia local. Também teremos passeios de barco e visita monitorada ao quilombo e cachoeiras. Tudo isso e muito mais, para valorizar a cultura local, promover o esporte, educação, divulgar o turismo local e principalmente reunir as pessoas que tanto tem em comum....Amor ao Cambury. Conto com a visita de vocês.

Realização: Ponto de Cultura Quilombola Escolinha Jambeiro - Associação Remanescentes de Quilombo Cambury

Ministerio da Cultura, + Cultura, Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo.

Apoio e Parceiros, Agradecimentos especiais: Allmada Surf, Surffamily Toledo, Escola Zecão de surf e Cris, Ponto de Cultura Olhares de Dentro, Memorias de Cambury, Circo Aries Mariotto, Prefeitura de Ubatuba, Intelgraph, e amigos Pat, Badu, Giselen, Leandro, Ju e Ju, e todos os amigos que sempre estiveram ao lado da Comunidade promovendo educação, alegria, cultura, e amor.

Postado por Herrerias Marketing e Eventos às 17:54

8.3.22 Artigo eletrônico 22

Disponível

em:<

<<http://ultimainstancia.uol.com.br/conteudo/noticias/71019/stj+confirma+competencia+da+justica+federal+em+casos+de+disputas+que+envolvam+comunidades+quilombolas.shtml>>

Acesso: 26 de Setembro de 2014.

STJ confirma competência da Justiça Federal em casos de disputas que envolvam comunidades quilombolas

Decisão atende a pedido do MPF, motivado por conflito relacionado a quilombo no litoral norte de São Paulo

Da Redação - 21/05/2014 - 16h00

O STJ (Superior Tribunal de Justiça) confirmou que o julgamento de conflitos sobre posse de terra que envolvam comunidades quilombolas cabe à Justiça Federal. A decisão é uma resposta a um questionamento do MPF (Ministério Público Federal) em Caraguatatuba, interior de São Paulo. A Constituição já prevê a competência federal nesses casos, mas o MPF recorreu ao STJ para garantir o cumprimento desse preceito devido a um conflito de competência relacionado ao território do Quilombo de Cambury, no município de Ubatuba, litoral norte do estado.

A disputa pela terra teve início em 1976, com uma ação de reintegração de posse movida entre particulares na Justiça Estadual. A sentença favorável à reintegração foi expedida em 1982 e confirmada em segunda instância. Entretanto, a decisão até hoje não foi cumprida devido a embargos de terceiros e outras ações. Entre elas, os pedidos do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) para que os autos fossem remetidos à Justiça Federal, pois havia remanescentes de quilombolas na região.

A partir de 2000, por meio de inquérito civil público, o MPF começou a acompanhar o processo de reconhecimento da comunidade do Cambury nos âmbitos estadual e federal e passou a atuar em defesa do respeito às atividades econômicas tradicionais dos quilombolas e caiçaras e dos direitos de acesso a saúde, saneamento, locomoção e educação. Em 2005, a Fundação Itesp reconheceu o Cambury como comunidade remanescente de quilombo; em 2006, a Fundação Cultural Palmares publicou a certidão de autorreconhecimento; e, em 2008, foi a vez do Incra também atestar a ascendência da comunidade.

Decisão

Após idas e vindas do Judiciário, a questão foi remetida ao STJ devido ao conflito gerado em julho do ano passado, quando a Justiça Federal suspendeu uma nova determinação da esfera estadual para que a reintegração de posse fosse cumprida. Finalmente, no último dia 14 de maio, o tribunal declarou que a questão das terras da comunidade do Cambury é de competência da 1ª Vara Federal de Caraguatatuba, como pretendia o MPF.

O território tradicional do quilombo, localizado perto da divisa com o estado do Rio de Janeiro, tem extensão de 975 hectares e abriga cerca de 400 pessoas. Além dos remanescentes dos quilombolas, habita a localidade uma comunidade tradicional caiçara – o que resulta num grupo social mais amplo composto por núcleos familiares que mantêm estreitos laços de parentesco entre si.

9.3.23. Artigo eletrônico 23

Disponível em: <<http://www.portalr3.com.br/2013/08/ubatuba-realiza-feira-paulista-de-assentamentos-e-quilombos/>> Acesso: 26 de Setembro de 2014.

Ubatuba realiza Feira Paulista de Assentamentos e Quilombos

20 agosto 2013 por *Da Redação, com prefeitura de Ubatuba* | Comentário

O evento contou com representantes dos quilombos de Ubatuba e atrações culturais, com o apoio da FundArt. (Foto: Divulgação/PMU)

Através da parceria com a Fundação Instituto das Terras- a ITESP, aconteceu em Ubatuba no último final de semana, dia 16, 17 e 18, a Feira Paulista de Assentamentos e Quilombos, que tem como objetivo fortalecer e apoiar as comunidades quilombolas do estado de São Paulo.

O evento contou com representantes dos quilombos de Ubatuba: Camburi, Casanga, Caçandoca e Fazenda Picinguaba, que mostraram sua arte, suas comidas típicas e ainda muitas atrações culturais com o apoio da FundArt.

Na abertura do evento, além de autoridades locais, Ubatuba recebeu o Sr. Marco Pilla, Diretor Executivo do ITESP e da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania que em discurso colocou a questão das comunidades quilombolas que se encontram dentro dos Parques Estaduais e que as restrições das leis ambientais prejudicam diretamente esta população.

“É fundamental que a titularidade das terras quando inseridas em terras públicas sejam passadas a estas comunidades. Acreditamos que só assim devolveremos a plena cidadania a estas comunidades e com o fortalecimento da agricultura familiar, garantir seu sustento.” ressaltou Pilla.

O Vice Prefeito de Ubatuba, Sergio Caribé entregou quatro kits para a montagem de padarias nos quilombos. Estes kits doados pelo ITESP fizeram parte de um curso de capacitação que atendeu os assentamentos da região de Ubatuba. “Devemos lutar para a manutenção e apropriação das terras destas comunidades. Temos muito que aprender com este povo que é arquivo vivo da nossa história” finalizou Caribé.

As comunidades instaladas em terras devolutas (terras públicas estaduais) são tituladas pelo Estado e a situação dos remanescentes dos quilombos de Ubatuba é preocupação e foco da Prefeitura, que entende o direito destas comunidades a propriedade e necessidade da regularização de suas terras para a preservação de sua cultura como também garantir a subsistência destas famílias.

9.3.24. Artigo eletrônico 24

Disponível em:< <http://ecoviagem.uol.com.br/noticias/ambiente/agressoes-ambientais/quilombolas-querem-parque-estadual-da-serra-do-mar-para-pesca-e-turismo--7024.asp>> Acesso: 26 de Setembro de 2014.

Quilombolas querem Parque Estadual da Serra do Mar para pesca e turismo.

Quilombo na Serra do Mar Comunidade quer 5 mil hectares do Parque Estadual da Serra do Mar, pesca e turismo são principais motivos. Carla di Cologna
<http://arruda.rits.org.br/oeco/servlet/newstorm.notitia.presentation.ImageServlet>

15 de maio de 2007.

Publicado por Lyanne Rehder

Quilombo na Serra do Mar

Comunidade quer 5 mil hectares do Parque Estadual da Serra do Mar, pesca e turismo são principais motivos.

Carla di Cologna

O Parque Estadual da Serra do Mar, maior porção contínua preservada de Mata Atlântica do Brasil, corre o risco de perder a sua única faixa de praia para uma comunidade quilombola, que deseja explorar turismo e pesca na região. O que está em jogo é uma área de 5 mil hectares, a maior parte dela composta por terras públicas, pedidas no ofício de reconhecimento como remanescentes de quilombos pela comunidade do Sertão da Fazenda, no Núcleo Picinguaba, em Ubatuba, São Paulo.

O parque é dividido em oito núcleos, mas o de Picinguaba é considerado o mais importante em termos ecológicos porque a faixa de praia funciona como berçário de espécies e a área liga o Parque Estadual da Serra do Mar ao Parque Nacional da Serra da Bocaina e a Área de Proteção Ambiental (APA) do Cairuçu, no Rio de Janeiro. Juntos, eles somam aproximadamente 425 mil hectares e formam um rico corredor ecológico por onde circulam bugios, tucanos e onças-pintadas.

A área solicitada por pessoas que se dizem herdeiras de quilombolas vai da praia até o sertão – a região montanhosa – e compreende as edificações do núcleo formadas pela

sede administrativa, alojamentos, centro de visitantes, estacionamento e uma lanchonete desativada, localizada à beira mar. “Vamos usar a lanchonete e o estacionamento para trabalhar”, diz Laura de Jesus Braga, presidente da Associação dos Remanescentes da Comunidade do Quilombo da Fazenda, que defende tais atividades como sustentáveis. Nascida em Campinho, quilombo no município de Paraty, Laura está há 45 anos no local e diz ter os mesmos direitos de quem nasceu lá. “Vim daqui do lado e sou descendente de escravos”. Hoje ela trabalha como cozinheira na sede no núcleo.

Além do uso para o comércio, com o reconhecimento do quilombo, os atuais moradores da região acreditam que poderão voltar a pescar – o que, segundo Eliane Simões, diretora do núcleo, não vai ocorrer. Como um dos objetivos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), lei que rege o parque, é contribuir para a manutenção da biodiversidade nos territórios terrestre e marinho, a pesca continuará proibida.

Para ela, a comunidade tem a ilusão de que com o reconhecimento poderão fazer o que desejarem, sem ter de pedir autorização. E, segundo depoimento da líder comunitária Laura, é exatamente isso que acontece. “A lei quilombola está acima da lei do parque. Com o reconhecimento vamos poder fazer o que quiser, sem ficar esperando aprovação deles [do Instituto Florestal]. Se não fosse assim eu nem continuaria nessa luta. Se for pra continuar como estava eu paro agora”, afirma.

Para entender

A Constituição Federal de 1988, no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, afirma o reconhecimento da propriedade definitiva da terra aos remanescentes de quilombos, cujas regulamentações aconteceram em 2003. O processo de reconhecimento começa com uma solicitação feita pela comunidade ao Instituto de Terra do estado, no caso o de São Paulo (Itesp). Vinculado à Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania, o órgão analisa a proposta e contrata um antropólogo. Este realiza estudos de campo, monta uma árvore genealógica e cruza informações. Conversa com a comunidade, faz medições da área indicada pelos moradores e coloca tudo num laudo antropológico.

Para Paulo Bessa, advogado e colunista de **O Eco**, existe uma grande falha neste processo. A composição do laudo por uma única pessoa o torna muito frágil, sem base suficiente para a certeza de que aquela área seja de fato quilombola. “O laudo tem um poder

fantástico para algo que terá uma repercussão enorme”, explica. O ideal, segundo ele, seria uma comissão de no mínimo três avaliações independentes que dessem base suficiente à constatação da área como quilombo. “É muito poder em cima de um documento. Não é compatível com o estado democrático”, alega. Outro aspecto merecedor de avaliação minuciosa é a real descendência de quilombolas, que por definição são escravos fugidos que formaram um quilombo em uma área específica.

Segundo Carlos Henrique Gomes, assessor especial para questões quilombolas do Itesp, um dos primeiros passos é verificar se o relatório condiz com o território pedido. “O que é reivindicado não é necessariamente histórico”, afirma. Uma vez que a área é reconhecida pelo laudo, são colocados em discussão fatores primordiais. A localização, por estar dentro de um patrimônio natural, a infra-estrutura do núcleo pertencente ao estado, a praia como único ponto que chega ao nível do mar e os impactos ambientais. As questões são debatidas junto à comunidade, para que a decisão final atenda aos interesses de todos. De acordo com Bessa, a Constituição Federal está acima do SNUC. Ou seja: a lei que protege os quilombolas é mais forte do que a referente às unidades de conservação.

Impactos

Além do Sertão da Fazenda, o Núcleo Picinguaba tem mais três comunidades. Camburi, Vila Picinguaba e Ubatumirim, das quais a primeira foi reconhecida como quilombo em 2005. A área delimitada à comunidade tem 972 hectares e muitas famílias venderam suas terras a terceiros, mesmo que ilegalmente. “Quilombo é passado de pai pra filho. Agora que a terra é nossa ninguém tira a gente daqui”, diz Seu Genésio, líder comunitário do Camburi. Com o reconhecimento passaram a explorar mais o turismo e hoje recebem grupos do mundo todo. Logo na entrada da comunidade, uma casa de um proprietário de fora é alugada para visitantes. A diferença entre Sertão da Fazenda e Camburi é latente: copos de plástico, papéis e até recipiente de água sanitária são vistos entre as pedras que beiram rios e cachoeiras. Apesar de ter direito à propriedade da terra, a comunidade ainda não recebeu a titulação, que depende da desapropriação de particulares.

Dentre as categorias de unidades de conservação o SNUC estabelece dois grupos. O primeiro de Proteção Integral e o segundo de Uso Sustentável. Parques estaduais, como o da Serra do Mar, estão inclusos na primeira categoria, cujo objetivo é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto de recursos naturais. Até hoje, no entanto, a dita proteção integral está longe de ser alcançada.

Aves e mamíferos de médio e grande porte, conforme pesquisa de campo do biólogo Rodrigo de Almeida Nobre, são abatidos para subsistência. Mestrando pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo (ESALQ-USP), Nobre trabalhou durante pouco mais de um ano nos núcleos Santa Virgínia, Cunha e Picinguaba, no litoral norte do estado. “O que mais me impressionou foi a ausência de antas e queixadas em Picinguaba, em comparação aos outros dois núcleos”, diz. Cotias, jacus e esquilos são vistos com mais frequência. O pesquisador alerta ainda que o grande número de cotias, devido à falta de competição, pode ser um sinal de desequilíbrio na cadeia alimentar. Consumidoras de frutos e sementes têm vantagem com relação a animais menores, o que ocasiona a diminuição de oferta suficiente de comida e o sumiço das espécies mais frágeis.

A lei do mais forte também parece ser aplicada pelo homem, que tem preferência por pacas e macucos – ave já rara. Neste ano a Polícia Ambiental ainda não prendeu ninguém, mas a temporada de caça começou. Depois da época da Páscoa, quando começa a esfriar, os animais estão mais bem alimentados – mais gordos – e descem a serra, por causa da queda da temperatura. Segundo o tenente Alexandre de Oliveira Guimarães, do 2º Pelotão de Polícia Ambiental do Litoral Norte, a maior parte dos infratores é de moradores da própria região. “Felizmente, vemos que o número de caçadores diminui a cada ano porque os jovens não têm o costume da caça e têm mais consciência ambiental”, explica. No final de abril começa a temporada de mamífero e em agosto e setembro é a vez das aves.

Segundo a secretaria do Meio Ambiente, o parque tem como principais finalidades o abrigo da biodiversidade e a base para pesquisas. No Picinguaba, de acordo com Eliane, estão em andamento 280 projetos de universidades do estado de São Paulo. Com o reconhecimento da terra como quilombo, a diretora acredita que as pesquisas também ficarão ameaçadas. “Seria uma incoerência de política de governo”, afirma. E, sem dúvida, um retrocesso numa história que já começou errada.

Regularização fundiária

Criado em 1977 e ampliado dois anos depois com a inclusão do Sertão da Fazenda, o Parque Estadual da Serra do Mar passa por 23 municípios do sul de São Paulo até a divisa com o Rio de Janeiro. Em 1984 as sedes começaram a ser implantadas e recursos do governo passaram a ser usados para indenizar donos de áreas desapropriadas. No Núcleo Picinguaba, na praia da Fazenda, casas foram destruídas. Duas, ainda em pé, foram posteriormente destinadas a moradores contratados como funcionários pelo parque.

Desde o início dos anos 80, na região do sertão existem 30 casas de famílias tradicionais. A plantação de mandioca, atividade em prática há muitos anos, foi autorizada e a permanência das famílias aceita, partindo da premissa de que eles preservariam o local. Atualmente, as comunidades estão incluídas como áreas prioritárias no plano de manejo do parque, finalizado em 2006 pelo Instituto Florestal junto ao Instituto Ekos Brasil.

Na década de 80, a remoção das comunidades foi descartada para não gerar problemas sociais. Ganhou prioridade a desapropriação de casas de veraneio e ocupações irregulares, consideradas ainda hoje um dos principais problemas de Ubatuba. Quem passa pela rodovia Rio-Santos (BR-101) pode observar a especulação imobiliária na zona de amortecimento do parque. Uma das casas pertence ao deputado Clodovil Hernandez, que tem parte de sua construção dentro dos limites do parque, no alto da serra com vista para o mar. Outra personalidade é o senador Eduardo Suplicy, cuja residência localiza-se na Vila de Picinguaba, no sentido do sertão. A regularização fundiário do parque nunca foi concluída e a pequena parte que é considerada oficialmente terra pública agora pode ser dada a uma comunidade quilombola.

O futuro da Agricultura

Agricultura orgânica recupera solo degradado, em Ubatuba.

19/02/2009

fotos: Assessoria de Comunicação – PMU

Onde antes só se via crescer ervas daninhas, em um solo árido e improdutivo, hoje é possível ver brotar diversas espécies, como milho, mandioca, feijão e citronela, entre outros. O segredo? Agricultura orgânica. Com técnicas simples, baratas e totalmente naturais, um solo que já não produzia nada há mais de 20 anos, agora volta a dar frutos e surpreende até mesmo os agricultores mais experientes.

Estamos falando da agricultura no Camburi, último bairro no extremo norte do município de Ubatuba.

Povoado por descendentes de quilombolas, a agricultura é uma das principais atividades de

subsistência daquela região. O uso de práticas incorretas levou ao enfraquecimento tornando-o improdutivo. A área está sendo recuperada em parceria com a Prefeitura de Ubatuba, por meio da Secretaria de Agricultura, Pesca e Abastecimento (Smapa), e o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp). Os técnicos Jefferson Castilho e Aparecido Cardoso prestam apoio técnico aos agricultores da comunidade.

O agricultor Alcides Alves Jorge explica que antes, os agricultores costumavam roçar as plantações e colocavam fogo nos restos, plantando em cima das cinzas. “Eles achavam que isso estava fortalecendo a terra, mas vinha a chuva e levava toda a cinza embora. Com o passar do tempo, a terra não produzia mais nada.”

Soluções baratas e eficientes

Com técnicas de produção totalmente orgânicas, após quatro anos, já é possível notar a diferença. Foram empregadas práticas simples, como o consórcio de espécies no mesmo espaço, evitando assim, o empobrecimento do solo pela prática da monocultura. Para servirem de adubo, foram plantadas diversas espécies de leguminosas, como feijão guandu, que além de combater a erosão, ajudam na fixação de nitrogênio da atmosfera em simbiose com bactérias do gênero rizobium. Em vez de colocar fogo, os restos de culturas anteriores são mantidas sobre o solo, para manter a umidade, garantindo a vida dos microorganismos da terra, que por sua vez melhoram a penetração das raízes e a infiltração da água, bem como a disposição de oxigênio no solo.

A compostagem, processo que transforma matéria orgânica in natura em adubo para terra, também está sendo utilizada com a utilização de cascas, vísceras de peixes e outras que antes eram descartadas. Os agricultores passaram por capacitações e aprenderam a fazer biofertilizantes, além de técnicas como o Bocashi, que além de servir como um recuperador de solo, é um composto altamente nutritivo para as plantas.

Os técnicos Jefferson Castilho e Aparecido Cardoso, da Smapa, prestam apoio técnico aos agricultores, orientando e promovendo capacitações. O Itesp tem cedido sementes de leguminosas e até mesmo pintinhos, para ajudar na produção de esterco para misturar no composto.

Futuro da agricultura

O engenheiro agrônomo da Smapa, Jefferson Castilho, explica que, apesar de ser uma solução para muitos dos problemas que os agricultores enfrentam atualmente, ainda há muita resistência na adoção dessas práticas. «Essas técnicas fogem de muitas práticas incorretas, como a queimada e eliminação de podas, que há muito vinham sendo utilizadas. Por isso, encontramos ainda receio por parte dos agricultores, mas isso vem sendo mudado. O adubo químico desequilibra o solo, as monoculturas enfraquecem e favorecem as pragas. Chega um momento que o produtor trabalha para pagar os insumos que utiliza para fazer com que a terra produza. A agricultura orgânica demora um pouco mais para dar retorno, porém a melhoria do solo favorece uma maior produtividade, diminuindo os custos de produção. Estas práticas sustentáveis são o futuro da agricultura.»

Alcides foi o primeiro da região a abraçar a agricultura orgânica e conta que seus companheiros estranharam a atitude. “Quando resolvi plantar o feijão guandu e a mucuna preta, eles disseram que isso ia fazer sombra no milho, que ia tomar espaço da plantação. Não acreditavam, de jeito nenhum. Mas aos poucos estamos vendo a melhora na terra e nas plantas. O que eu não conseguia quatro anos atrás, agora estou conseguindo. Já vejo brotar couve e almeirão, por exemplo. Estou muito satisfeito.”

Legenda

foto 01: O agricultor Alcides Alves Jorge com os técnicos da Smapa 3;

foto 02: O agricultor Alcides Alves Jorge mostra as sementes de leguminosas;

foto 03: O agricultor Alcides Alves Jorge com os técnicos da Smapa 2.

Fonte: Assessoria de Comunicação – PMU

Comunicação Ubatuba - PMU

imprensa@ubatuba.sp.gov.br

10.APÊNDICES (Créditos da autora)

10.1. Imagens da Feira Paulista de Assentamentos e Quilombos (Agosto de 2013)- Barraca do Cambury- Sr. Alcides com seu artesanato e o famoso “piché” (paçoca quilombola).

10.2. O Bairro do Cambury

Figura 9. Bar do Badeco, Quilombo do Cambury.

Figura 10. Quilombola consertando uma rede de pesca, Quilombo do Cambury.

Figura 11. Quiosques e mesas na praia do Cambury.

Figura 12. Rancho e embarcações de pesca no Cambury.

Figura 13. Sr. Inglês, um dos moradores mais antigos do bairro e atrás, as canoas artesanais dos moradores.

Figura 14. Edificações na praia.

Figura 15. Horta no Quilombo.

Figura 16. Rio Quilombo.

Figura 17. Praia do Cambury (vista do canto Esquerdo).

Figura 18. Desembarque de pescadores do Cambury.

Figura 19. Ponte sobre o Rio Quilombo.

Figura 20. Lagoa do Cambury.

Figura 21. Edificação no Quilombo.

Figura 22. Morador do Quilombo em sua residência.

Figura 23. Sr. Roberto (Técnico de apoio à pesquisa do NPic-PESM) e Sr. Inglês.